

resenha

de política exterior do brasil

número 85, 2º semestre de 1999

ministério das relações exteriores

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 85, 2º semestre de 1999

Ano 26, ISSN 0101 2428

A Resenha de Política Exterior do Brasil é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pela Coordenação de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

Ministro de Estado das Relações Exteriores
Embaixador Celso Amorim

Secretário-Geral das Relações Exteriores
Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães

Subsecretário-Geral do Serviço Exterior
Embaixador Paulo Cesar Meira de Vasconcellos

Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação
Ministro Hélio Vitor Ramos Filho

Coordenação de Documentação Diplomática
Primeiro Secretário Henrique Archanjo Ferrari
Secretário Igor de Carvalho Sobral

Padronização
Hilton Ferreira da Silva

Editoração eletrônica
Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira

Endereço para correspondência:
Coordenação de Documentação Diplomática (CDO)
Ministério das Relações Exteriores, Anexo II, 1º subsolo
CEP 70170-900, Brasília, DF
Telefones: (61) 3411-9273, (61) 3411-9037, fax: (61) 3411-6591

© 2009 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores. –
Ano 1, nº 1 (jun. 1974) – Brasília, Ministério das Relações Exteriores,
1974 –.

176p.

ISSN 0101 2428
Semestral

1. Brasil – Relações Exteriores – Periódicos. I. Brasil. Ministério das Relações Exteriores

CDU: 327 (05)



Departamento de Comunicações e Documentação

Sumário

DISCURSOS

Recebimento de Condecoração do Governo Peruano

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso após a Assinatura de Atos e Recebimento de Condecoração do Governo Peruano - Lima, Peru, 21 de julho 1999 7

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso - Lima, Peru, 21 de julho 1999 8

IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Pronunciamento do Embaixador Ivan Cannabrava por ocasião da IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) Lisboa, Portugal, 22 de julho de 1999 13

Workshop organizado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e pelo Superior Tribunal de Justiça

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores a ser proferida no Workshop “A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil” organizado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, 07 de agosto de 1999 17

Sesquicentenário do nascimento de Joaquim Nabuco

Pronunciamento do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia alusiva ao sesquicentenário do nascimento de Joaquim Nabuco Palácio do Itamaraty, 24 de agosto de 1999 25

Conferência do Embaixador Evaldo Cabral de Mello por ocasião da Cerimônia Comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Joaquim Nabuco - Brasília, Palácio Itamaraty, 24 de agosto de 1999 28

Almoço oferecido ao Presidente do Zimbábue

Discurso do Senhor Presidente da República no almoço oferecido ao Presidente do Zimbábue, Sr. Robert Mugabe - Brasília, 16 de setembro de 1999 35

Cerimônia de Partida do Pelotão da Polícia do Exército

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por Ocasão de Cerimônia de Partida do Pelotão da Polícia do Exército que integrara a Força Multinacional de Paz no Timor Leste - Base Aérea de Brasília, 20 de setembro de 1999 39

54ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, na abertura do debate geral da 54ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas – Nova Iorque, 20 de setembro de 1999 41

Abertura do Congresso Brasil–Portugal 2000

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Solenidade de Abertura do Congresso Brasil – Portugal 2000 - Auditório do Palácio Itamaraty, 21 de setembro de 1999 47

Palavras do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores na Solenidade de Abertura do Congresso Brasil-Portugal 2000 - Palácio Itamaraty, 21 de setembro de 1999 51

Conselho de Segurança das Nações Unidas

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a África, pronunciado no CSNU - Nova Iorque, 24 de setembro de 1999 53

Almoço oferecido ao Presidente da República da Namíbia

Discurso do Senhor Presidente da República em almoço oferecido ao Presidente da República da Namíbia, Senhor Sam Nujoma - Palácio Itamaraty, 28 de setembro de 1999 57

Palestra do Presidente da República no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)

Palestra do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1999 61

Jantar oferecido ao Presidente da República Argentina, Carlos Menem

Discurso do Senhor Presidente da República no jantar oferecido ao Presidente Carlos Saúl Menem, da República Argentina - Brasília, 14 de setembro de 1999 67

Aula inaugural na Cátedra MERCOSUL do Instituto de Estudos Políticos de Paris

Aula inaugural do Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Cátedra MERCOSUL do Instituto de Estudos Políticos de Paris - “Que futuro para o MERCOSUL”? - Paris, 27 de outubro de 1999 69

IX Conferência Ibero-Americana

Discurso do Senhor Presidente da República, por ocasião da abertura da IX Conferência Ibero-Americana - Havana, 15 de novembro de 1999 85

Palestra do Secretário-Geral no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (CEFARH)

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (CEFARH) da Secretaria de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - “A política externa brasileira” - Brasília, 05 de novembro de 1999 89

Comissão Mista Brasil-Alemanha

Comissão Mista Brasil-Alemanha - Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Painel B da Comissão Mista Brasil-Alemanha (O relacionamento Brasil-Alemanha como motor para uma estreita parceria entre o MERCOSUL e a UE) - Belo Horizonte, 08 de novembro de 1999 103

Mesa-Redonda “Dez anos sem o Muro de Berlim”

Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, na Mesa-Redonda “Dez anos sem o Muro de Berlim - O sistema internacional no pós-Guerra Fria” - Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP - São Paulo, 10 de novembro de 1999 107

Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao) - Roma, 18 de novembro de 1999 119

Progressive Governance for the 21st Century

Texto de Base das Intervenções do Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da “Progressive Governance for the 21st Century” - Florença, 20 de novembro de 1999 123

IV Seminário de História Brasil-Argentina

Palavras do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa na Sessão de Abertura do IV Seminário de História Brasil-Argentina - Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro, 22 de novembro 1999 133

III Sessão da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante a III Sessão da Conferência Ministerial da OMC - Seattle, 30 de novembro de 1999 137

Seminário “União Européia e Brasil: Realidades e Expectativas de uma Relação Transatlântica”

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Seminário “União Européia e Brasil: Realidades e Expectativas de uma Relação Transatlântica”, organizado pela Fundação Euroamérica - São Paulo, FIESP, 1 de dezembro de 1999 141

Cerimônia Comemorativa dos 40 Anos do Banco Interamericano de Desenvolvimento	
Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Sessão de Abertura da Cerimônia Comemorativa dos 40 Anos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID Petrópolis - RJ, 04 de dezembro de 1999	145
XVII Reunião do Conselho do Mercado Comum com Bolívia e Chile	
Discurso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da XVII Reunião do Conselho do Mercado Comum - Montevideú, 08 de dezembro de 1999	151
ATOS INTERNACIONAIS	155
ARTIGOS	
“Concentração para a Rodada do Milênio”	
Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Gazeta Mercantil, do dia 01 de julho de 1999. - Gazeta Mercantil, 01 de julho de 1999	159
“Colômbia: a visão brasileira”	
Artigo do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral (Vice-Ministro) das Relações Exteriores, Embaixador em Buenos Aires (1997-98) no jornal “El Clarín” do dia 02 de setembro de 1999	161
“Política externa não é oportunismo”	
Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Jornal “O Globo” do dia 19 de outubro de 1999	162
“Por fora e por dentro da OMC”	
Artigo do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores para o jornal Gazeta Mercantil, 20 de dezembro de 1999	163
ENTREVISTA	
Entrevista concedida pelo Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Jornal do Brasil, “Economias vão se fechar em blocos” - 20 de dezembro de 1999	167

Recebimento de Condecoração do Governo Peruano

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso após a Assinatura de Atos e Recebimento de Condecoração do Governo Peruano - Lima, Peru, 21 de julho 1999

Como esta é a primeira vez que faço um discurso nesta viagem, quero inicialmente falar-lhes do prazer e da enorme satisfação que sinto por estar no Peru.

Já estive muitas vezes no Peru. E a cada vez que aqui retorno, tenho sempre a alegria de verificar a amizade e o calor com que os brasileiros são recebidos por este povo irmão. Mais do que isso, sinto o privilégio de retomar o contato direto com a cultura peruana, que, como se sabe, tem uma personalidade própria, uma profundidade e uma riqueza que nós, no Brasil, e eu pessoalmente, admiramos e respeitamos muito.

Por isso, fico extremamente honrado com a distinção que Vossa Excelência me confere. Com orgulho, recebo esta importante condecoração peruana, à qual atribuo valor especial pelo significado que tem no contexto das relações entre o Brasil e o Peru.

A amizade de Vossa Excelência me envaidece e é recíproca ao meu próprio sentimento. Desde que compareci à cerimônia de sua posse como Presidente da República do Peru, aqui em Lima, foram já muitas as ocasiões em que, nos encontramos. Durante esse período, foi-se formando entre nós uma relação sólida, baseada na confiança e no respeito mútuo. Minha

participação, como Presidente do Brasil e coordenador dos Países Garantes, nas conversações em nível presidencial que levaram à conclusão do processo de paz entre o Peru e o Equador deu-me o prazer de conhecê-lo de perto e de apreciar a sua dedicação e o seu espírito público e a sua vocação latino-americanista.

Com a minha visita quero expressar não só a alegria que sentimos, eu e todos os brasileiros, com a conquista da paz e com a entrada em vigor dos acordos definitivos com o Equador, mas também a disposição de trabalhar em conjunto com Vossa Excelência, unindo os nossos Governos e as nossas nações no propósito comum de promover a amizade e o progresso entre os nossos países. Os atos hoje assinados são marcos na história da aproximação entre o Brasil e o Peru. O Plano de Ação que aqui estabelecemos é o sinal visível do nosso desejo de canalizar, de forma concreta e ordenada, a vontade política e a determinação de que dispomos.

Nossa relação é ampla e cimentada em séculos de convivência fraterna. Hoje, damos impulso a nossa cooperação em campos específicos. Destaco a área científica, com a perspectiva de colaboração entre os institutos de ciências matemáticas de ambos os países. Também na área

da pesquisa agrícola, também na área da cooperação amazônica podemos hoje registrar progressos que nos deixam satisfeitos e otimistas quanto ao futuro.

O Comitê de Fronteira hoje instituído entre Assis Brasil e Iñapari é semente plantada em solo fértil. Conheço a vontade de trabalhar dos meus patrícios do oeste brasileiro e sei que ela rivaliza com a do povo do sul do Peru. Suas economias são complementares e o adensamento das trocas entre eles será um fator de inegável progresso econômico e social distribuído pelos dois lados da fronteira.

Ninguém tem dúvida de que o Torre Tagle e o Itamaraty têm duas das melhores escolas da diplomacia moderna e é, assim, com grande satisfação que vejo os nossos Chanceleres firmando um convênio de cooperação que há de aprimorar ainda mais as bases conceituais das nossas diplomacias e a convergência dos nossos pontos de vista.

Os acordos e convênios que hoje concluímos são representativos da maturidade de nosso relacionamento e do desejo de que, através de nosso esforço comum, o sentimento de fraternidade entre nossos povos se traduza em uma efetiva parceria entre nossas instituições e nossas sociedades.

Senhor Presidente,

A visão que tenho do futuro do Brasil é inseparável de um aprofundamento dos vínculos com os nossos vizinhos na América do Sul, e nem preciso dizer que o Peru ocupa aí, para nós, uma posição muito especial.

Sinto-me, portanto, particularmente honrado pela homenagem que recebo de Vossa Excelência e do Governo peruano, e me sinto feliz pelos avanços que hoje estamos impulsionando na construção de nossa parceria, que não é só para hoje, ou para este ano, mas balizará o nosso trabalho conjunto no século XXI.

Muito obrigado.

Discurso do Presidente Fernando Henrique Cardoso - Lima, 21 de julho 1999

Para um ex-parlamentar como eu, Senador por doze anos consecutivos, é sempre uma honra visitar, em um país irmão do Brasil, a instituição que não apenas é a melhor expressão da democracia representativa, mas também aquela que encarna, em suas autênticas tradições, a confiança no diálogo, na palavra, como o instrumento por excelência da política.

Como Presidente de meu país, compareço ao Congresso peruano para homenageá-lo. Para felicitá-lo por suas conquistas, para partilhar seus anseios. Mas venho, sobretudo, reafirmar a esta Casa, que sempre foi protagonista da história de aproximação entre nossos povos, o desejo do Governo e da nação brasileira de estreitar cada vez mais os laços de amizade e cooperação que nos unem ao Peru, desde o nascimento de nossos Estados. O estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e o Peru, em 1826, nos primeiros anos de nossa vida independente, deu início a um convívio fraterno, estimulado pela aspiração comum de uma América Latina próspera e unida, forte e ativa na promoção da paz e do desenvolvimento.

A força dessa ligação começa na diversidade e riqueza de nossas geografias. Compartilhamos uma enorme fronteira, que merece ser integrada e dinamizada, para fazer prosperar o intercâmbio econômico e cultural entre nossos povos.

A Amazônia, que nos manteve fisicamente separados por séculos, transformou-se na verdade em fator de união. Membros do Tratado de Cooperação Amazônica, o Brasil e o Peru estão conscientes dos esforços necessários para promover, de forma racional e soberana, a cooperação e o desenvolvimento sustentável da região. A Amazônia é fonte incomparável de recursos, e sabemos que do equilíbrio ecológico depende necessariamente o aproveitamento harmonioso e sustentado de suas riquezas. O

progresso das relações entre o Brasil e o Peru não pode deixar de ser o progresso das populações amazônicas dos nossos dois países.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, Brasil e Peru coincidem no reconhecimento da importância da integração regional. Tenho lembrado sempre que a integração transformou-se em paradigma de nossos tempos. Estou convencido de que o ideal político da integração continental, que inspirou Bolívar e San Martín, será alcançado a partir dos processos sub-regionais. Entre os melhores e mais sólidos exemplos, estão o MERCOSUL - que gerou um enorme desenvolvimento do comércio e dos investimentos entre seus membros - e a Comunidade Andina - responsável pelas mais significativas oportunidades de expansão do intercâmbio entre seus integrantes. Através desses agrupamentos, aumentamos o grau de confiança recíproca e consolidamos uma base comum de prosperidade.

Claramente chegou a hora de aproximarmos nossos países ainda mais concretamente em uma nova rede de acordos de integração que progressivamente há de estruturar as bases de um comércio verdadeiramente desimpedido em toda a nossa região. Marco fundamental nesse processo é a conclusão do acordo renovado de preferências tarifárias entre o Brasil e a Comunidade Andina, a entrar em vigor no próximo dia 16 de agosto e que criará novos fluxos de comércio em um mercado de mais de 250 milhões de pessoas. No final do mês passado, os Chefes de Estado e de

Governo da América Latina e Caribe e da União Européia estiveram presentes, na cidade do Rio de Janeiro, em memorável encontro, que inaugurou uma nova etapa no relacionamento com o continente europeu.

Esse êxito só foi possível graças aos alicerces estabelecidos pela integração em ambas as regiões. A integração veio para ficar. Com essa

convicção, reafirmo o propósito do Brasil de estabelecer, no futuro próximo, uma zona de livre comércio entre o MERCOSUL e a Comunidade Andina. A convergência desses processos aponta o caminho de uma

América do Sul unida, próspera e democrática, crescentemente integrada, não somente pelo intercâmbio comercial, mas também pela infra-estrutura física e pelo aprofundamento dos vínculos culturais entre nossos povos. Quero afirmar-lhes com toda convicção: a construção de um espaço integrado de liberdade e prosperidade na América do Sul é, para o Brasil, uma prioridade. Por sua localização geográfica e por sua motivação política, o Brasil e o Peru têm de ser elos essenciais na formação de uma América do Sul coesa, capaz de articular os seus interesses e de expressar-se com voz própria no cenário internacional.

Também na Cimeira do Rio de Janeiro, chamei atenção para a urgência de que a globalização seja solidária, de que beneficie a todos, ricos e pobres, grandes e pequenos. Nosso interesse comum está em que essa evolução global não se converta em processo desordenado, assimétrico e excludente. O mercado deve remunerar o trabalho, a inovação tecnológica e o espírito empreendedor, não a especulação. A ação conjunta dos agentes econômicos deve assegurar a previsibilidade e a estabilidade das finanças mundiais.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas, O Peru é um país profundamente original. Não há exagero no sentimento de eternidade que descrevem os viajantes que passam por aqui. No passado, formou-se nesta parte dos Andes um grande império, cujas marcas permanecem ainda no tempo presente. Na notável obra de Ricardo Palma podemos encontrar a crônica da interação entre o tradicional e o novo que constitui a profunda riqueza histórica e cultural do povo peruano. O Brasil, assim como o Peru, é fruto da

contribuição e da convergência de diferentes civilizações. Isso nos propicia uma perspectiva rica e singular, cujo significado se toma ainda mais evidente, por contraste, neste período da história, em que rivalidades étnicas voltam ao primeiro plano. Os nossos são países coesos na medida em que aprenderam que a convivência só é possível com base no respeito à diversidade.

Hoje a democracia, mais que um conjunto de fórmulas de representação política, é um valor ético insubstituível. Ademais de valer-se dos requisitos básicos das eleições livres, do pluralismo e do respeito à norma jurídica, a convivência democrática se faz no dia a dia através de um entrelaçamento de interesses que parte da própria sociedade. Já não se pode conceber a sociedade moderna sem vê-la como uma complexa rede de grupos de interesse, associações, organizações não-governamentais cada vez mais articuladas e mais capazes de exercer uma representatividade específica.

Os governos têm, portanto, nos dias de hoje, a função de liderar democraticamente o processo político de maneira a abrir espaço à participação e à busca de uma síntese da expressão dos interesses setoriais em um todo harmônico. Esse esforço, é fundamental o diálogo com o Parlamento.

Uma sociedade efetivamente moderna tem de ser uma sociedade efetivamente democrática. Sem a democracia, sem este intercâmbio permanente entre a liderança política e as redes de cidadania, a máquina da sociedade não funciona e não pode haver progresso. Os países latino-americanos, já há muito tempo fizeram uma opção clara pela ordem democrática como a única admissível em nosso relacionamento. Esta é a norma entre os membros da OEA, do Grupo do Rio e de organizações sub-regionais como o MERCOSUL. Temos aqui um consenso regional e um fator de estabilidade institucional.

Também neste campo a América Latina se destaca pela sua liderança e pelo seu pioneirismo.

A democracia é imã da paz e a América Latina é, no mundo inteiro, a mais desarmada dentre todas as regiões, a que apresenta os menores gastos militares como proporção da riqueza gerada por suas economias, a primeira do mundo a proclamar-se livre das armas nucleares. E a paz, em nossa região, não é apenas a ausência de guerras, mas a aproximação consciente entre os povos e a ativa multiplicação de nossos laços de cooperação. Há pouco tempo, toda a América e muito especialmente o Peru e o Equador comemoramos a entrada em vigor dos Acordos de Paz entre os dois países amigos e irmãos. Trata-se da culminação de um trabalho diplomático de mais de cinquenta anos. O tempo transcorrido nos dá uma idéia clara da importância histórica e da coragem da decisão dos Presidentes Alberto Fujimori e Jamil Mahuad. Ambos souberam aliar aos seus grandes méritos de negociadores a inspiração do patriotismo e a habilidade de identificar a oportunidade correta e propor o acerto justo.

Não menos decisivo para essa vitória do diálogo e da paz em nosso continente foi o sentido de responsabilidade demonstrado por esta Casa, assim como pelo Congresso equatoriano, ao ratificar os termos de um entendimento que inaugura um futuro promissor para os dois países e confirma, de maneira definitiva, a vocação de paz e cooperação que é a marca da nossa região. Foi com esse sentimento histórico que me dediquei pessoalmente a trabalhar em conjunto com meus amigos Chefes de Estado do Peru e do Equador e com nossos colegas dos demais países garantes do Protocolo do Rio de Janeiro na criação de oportunidades de diálogo e no aproveitamento dos progressos alcançados ao longo do processo de negociações.

É grande a minha alegria, a alegria da nação brasileira ao testemunhar o triunfo da paz. Felicito, em nome de todos os brasileiros, os povos e as lideranças do Peru e do Equador, que tiveram a grandeza de aceitar os desafios da paz e de

substituir a estática da confrontação pela dinâmica da cooperação. Ontem o medo da guerra, hoje o marco da concórdia, amanhã os frutos do progresso. As energias humanas liberadas com o fim das tensões que as consumiam agora se dirigem às tarefas positivas da construção do futuro. A cooperação gera o progresso. Novas atividades criativas se desenvolvem. A comunidade internacional tem sabido corresponder com o seu apoio à nobre decisão tomada em favor da paz. Todas as nações, todos os povos alegram-se com a escolha feita por peruanos e equatorianos, a escolha da verdadeira modernidade, marcada pelo entendimento, pela convivência democrática, pela conjugação de esforços, pela superação da pobreza.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas,
A América Latina tem sabido responder aos desafios de nosso tempo também no plano econômico, nos esforços de alcançar um padrão de desenvolvimento mais equitativo, mais justo. O Brasil tem enfrentado as pesadas conseqüências da crise financeira internacional que, recentemente, afetou, de Leste a Oeste, o conjunto das chamadas economias emergentes. Não esmorecemos e não perdemos a confiança em nosso futuro. Ao contrário, a crise financeira deixou clara a nossa capacidade de resistir e de reagir, de adaptarmos-nos para fazer frente aos desafios que a história nos coloca.

Graças à credibilidade e à coerência de nossa política econômica, mas sobretudo graças ao trabalho e à abnegação do povo brasileiro, já se estabilizou a relação cambial, já cedeu o repique inflacionário, já vão caindo as taxas de juros, já retomam os investimentos produtivos, já se

recupera a economia. Todas as previsões feitas nos últimos meses a respeito do desempenho da economia brasileira foram superadas pela firme reação coletiva do nosso povo, em uma demonstração de coesão e sabedoria que vem propiciando a recuperação da nossa saúde econômica.

O Brasil voltará a crescer, com uma economia revigorada e sempre mais competitiva. E terá atravessado a crise e os desequilíbrios financeiros por ela trazidos sem recorrer a mecanismos protecionistas, mantendo a sua economia aberta. Nada de paternalismos, nada de ilusões ou soluções mágicas.

Senhor Presidente, Senhores Congressistas,
Não é preciso ressaltar a importância que o Brasil atribui ao seu relacionamento com o Peru, país vizinho e um de nossos amigos mais tradicionais. Estou seguro da contribuição que os nossos países poderão oferecer em conjunto para a conformação de um sistema internacional dinâmico e democrático, onde as oportunidades de desenvolvimento se conjuguem com os princípios éticos da equidade e da justiça.

Devemos agir e crescer na proporção de nossos desafios. O processo de mudanças aceleradas que vivemos requer de nós respostas rápidas e decisões acertadas. Não esqueçamos que a ação política é o instrumento à disposição do homem para construir uma sociedade mais justa, mais pacífica e mais solidária, onde o respeito ao homem e à natureza na qual ele se integra seja, de fato, como na clássica concepção dos antigos, a real medida de todas as coisas.

Muito obrigado.

IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)

Pronunciamento do Embaixador Ivan Cannabrava por ocasião da IV Reunião dos Ministros das Relações Exteriores da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) Lisboa, Portugal, 22 de julho de 1999

Excelentíssimos Senhores Ministros,
Demais autoridades,
Senhoras e Senhores,

Desejo transmitir as afetuosas saudações do Ministro Luiz Felipe Lampreia aos participantes desta reunião. Uma série de visitas a países da América do Sul com o Presidente Fernando Henrique Cardoso impedem que o Chanceler brasileiro esteja hoje aqui, como seria seu desejo. Cabe-me, assim, a grata incumbência de transmitir ao Governo português, e de maneira muito especial às autoridades de Cascais, os sinceros agradecimentos do Governo brasileiro pela acolhida sempre tão amiga e fraterna. Confirma-se, uma vez mais, a inigualável generosidade e permanente disponibilidade do Governo português e do povo lusitano para com tudo aquilo que diz respeito à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a seus membros.

Todos lamentamos, por outro lado, que esta reunião do Conselho não se esteja realizando em Angola, em razão dos problemas que afligem aquele país irmão. Além do local, as circunstâncias afetaram também a duração deste nosso encontro. Precisaremos restringir nosso trabalho a algumas horas, sem permitir que o tempo reduzido

prejudique a reflexão nem comprometa o empenho de todos nossos países em continuar construindo e orientando na melhor direção os caminhos da CPLP. A exigüidade do tempo torna ainda mais necessário que sejamos objetivos. Tratarei, portanto, de cingir esta intervenção aos pontos que considero essenciais, perspectiva brasileira sobre ano findo e o próximo exercício. Meus comentários e sugestões serão invariavelmente construtivos. O Brasil, assim como os demais membros da Comunidade, está comprometido com a consolidação da CPLP. Por isso mesmo, consideramos imprescindível ter cristalina consciência dos recursos disponíveis. Num “aggiornamento” do aforismo clássico, o Presidente Fernando Henrique Cardoso costuma dizer que a política é a arte de tornar possível o que é necessário. A clara noção de nosso potencial e das nossas limitações contribuirá para uma conduta medida, evitando desperdícios e maximizando os avanços.

O fato de ter sido um sonho acalentado por muitos, ao longo de pelo menos um século, faz com que as possibilidades da CPLP sejam ainda mal compreendidas. Muitos críticos, com base nessa incompreensão, questionam a Comunidade

não pelo que ela de fato é, e sim pelo que eles gostariam que ela fosse. Tenho dito que as boas críticas devem ser objeto de reflexão e, eventualmente, podem contribuir para um melhor desempenho de nossas atividades. Não obstante, sabemos que as pressões da opinião pública são voláteis e muitas vezes desprovidas de uma visão de conjunto. Tampouco seria razoável pretender que nossa infante Comunidade obtenha resultados que outras organizações comunitárias levaram anos, e mesmo décadas, para conseguir imprimir em suas respectivas agendas.

Permito-me citar o Ministro Luiz Felipe Lampreia, que, em recente discurso, lembrava (e passo a citar) “que o impulso transformador deve combinar-se com boa dose de realismo. E falo em realismo não como oposto de idealismo, mas como contrário de ingenuidade”. As ações da CPLP devem estar sempre impregnadas de realismo, mantendo a inspiração do sonho, mas não de maneira ingênua. Ao fazer um balanço do último período, cabe, antes de mais nada, reconhecer os esforços do Secretariado Executivo no sentido de aprimorar os procedimentos administrativos da CPLP. Trata-se de uma tarefa de menor visibilidade, é certo, e nem por isso menos fundamental.

O ano findo foi bastante proveitoso, pois praticamente concluímos a edição do arcabouço jurídico que orienta as ações da CPLP. O Acordo Geral de Cooperação é um exemplo evidente. Seu primeiro teste foi a realização da reunião de Salvador, em novembro último. Nessa reunião, em cuja preparação o Brasil contou com larga cooperação do Secretariado Executivo, inauguramos prática que consideramos exemplar, pois permite a ampla participação de todos os Estados-membros, bem como de outras organizações envolvidas com a cooperação internacional, em especial as agências do sistema das Nações Unidas.

Definimos a metodologia de emprego do Fundo Especial e desbloqueamos o caminho para

a afirmação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa e para vigência do Acordo Ortográfico de Língua Portuguesa. Esse trabalho é da maior importância, e o Brasil se congratula com seus parceiros lusófonos, por termos lançado os alicerces para a edificação dos mais elevados objetivos comunitários. Identificamos na Educação uma das principais prioridades da CPLP. O Brasil vem acompanhando com grande satisfação o compromisso dos Estados-membros para dar conteúdo às resoluções aprovadas nos dois encontros já realizados pelos seus Ministros da Educação - o último desses encontros em novembro de 1998, em Brasília. A mais recente reunião do setor, realizada em junho, em Luanda, sobre “ensino a distancia” avançou passos importantes no tocante ao desenvolvimento de programas de cooperação nessa área. Se prosseguirmos nessa trilha, ampliando a capacidade de ação conjunta na tarefa de educar nossas populações, a CPLP já terá deixado sua marca na história para as gerações vindouras. Por isso, permito-me reiterar a importância que o Brasil confere ao capítulo da educação e a conveniência de harmonizarmos procedimentos nesse setor, no âmbito da CPLP.

O período que agora se completa registrou um grande êxito comunitário também na vertente da concertação política. No último Conselho, muitos estavam céticos quanto à possibilidade de se estabelecer prontamente um cessar-fogo entre as partes beligerantes na Guiné Bissau. A tarefa que os Chefes de Estado e de Governo atribuíram, na Conferência da Praia, ao Grupo de Contato da CPLP parecia, àquela altura, de difícil consecução - e aqui faço um parêntesis, saudando a memória do grande amigo, o Chanceler Venâncio de Moura, que sempre se revelou confiante quanto às possibilidades de sucesso do Grupo. Ele tinha razão e, felizmente, a tarefa foi cumprida. O cessar-fogo, negociado em português, criou as condições para um processo que há de conduzir a Guiné Bissau à plenitude da paz e da reconciliação

nacional. Lamentavelmente, a situação em Angola não teve o desenvolvimento que todos esperávamos. O empenho do Governo José Eduardo dos Santos para dar andamento às estipulações do Protocolo de Lusaca foi inviabilizado pela obstinação de Jonas Savimbi. A CPLP tem a responsabilidade de pronunciar-se sobre a crise angolana e de identificar, com clareza, a UNITA de Jonas Savimbi como a grande responsável pela deterioração do processo de pacificação. Creio, ademais, que a CPLP deve ter a preocupação de manter-se como foro diplomático útil para todos os angolanos comprometidos com a paz, deixando clara a seriedade de nossos compromissos e a nossa disponibilidade para continuarmos a ser o fiel intérprete das melhores aspirações do povo angolano junto à comunidade internacional.

No caso de Timor Leste, graças ao mecanismo de consultas freqüentes instalado no Comitê de Concertação Permanente, a CPLP tem podido acompanhar a evolução das negociações em Nova York, bem como a implementação dos acordos firmados naquela cidade entre o Governo português e o Governo indonésio. Estamos todos sensibilizados quanto à necessidade de manter a pressão diplomática, para que as autoridades de Jacarta assegurem as condições de segurança e o êxito da consulta popular no prazo estipulado.

O Governo brasileiro, com o apoio de outros setores da sociedade brasileira, particularmente do Congresso Nacional, tem orientado sua ação diplomática para a obtenção de uma solução justa, global e internacionalmente aceitável para a questão do Timor Leste. O Ministro Luiz Felipe Lampreia enviou, no dia 22 de junho último, carta ao Ministro Ali Alatas a respeito da situação no Timor Leste e da consulta popular prevista para agosto próximo. Na carta, o Ministro Lampreia ressalta os progressos até agora alcançados, em

que se destaca a presença da Missão das Nações Unidas no Timor Leste, e manifesta a esperança do Governo brasileiro de que os Acordos de Nova York serão implementados fielmente e em sua totalidade. Ainda nessa carta, assinala que preocupa ao Governo brasileiro a persistência de uma atmosfera de medo e tensão no Timor Leste e as alegações de que grupos paramilitares planejam sabotar o trabalho da UNAMET, ameaçando, com isso, a celebração da consulta direta e a aplicação de seus resultados. É essencial, neste momento crítico, diz o Ministro, que a votação ocorra em completa segurança e em uma atmosfera em que a violência e outras formas de intimidação estejam ausentes.

O Brasil saúde as notícias sobre uma trégua entre as facções rivais no Timor Leste e espera que o Governo indonésio faça tudo o que estiver ao seu alcance para mantê-la em vigor. Somente assim poderá o povo timorense expressar livremente, na data acordada, seus desejos e preferências legítimos quando ao futuro político daquele território. A pedido do Secretário Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro está contribuindo com pessoal qualificado para a UNAMET. São seis policiais brasileiros e cinco oficiais de ligação, que já se encontram atualmente em território timorense. Ademais, foram selecionados 21 voluntários brasileiros para participar da missão que irá organizar e supervisionar a consulta popular, a ser coordenada pela Divisão de Assistência Eleitoral. Todos já se encontram igualmente em plena atividade no local.

A cooperação técnica, a valorização da língua portuguesa e a concertação política evoluíram, portanto positivamente no seio da CPLP. Combinamos percepções oriundas de distintas regiões do planeta e compomos um quadro próprio que terá tanto mais respeito internacional quanto for nossa capacidade de construir consensos inter-regionais, intercontinentais e até mesmo inter-hemisféricos.

Foi dado impulso, igualmente, a manifestações comunitárias que não se abrigam necessariamente sob o abrigo das Chancelarias. Hoje, existem projetos importantes, no contexto da CPLP, na esfera parlamentar, bem como no domínio judiciário. Além da educação, área que já me referi, ampliou-se a cooperação e o diálogo nos setores militar, agrícola, cooperativista, e até mesmo no tocante à valorização da mulher.

Estamos, sem dúvida, no caminho certo. Há, contudo, espaço para aperfeiçoamentos. Ao analisar o orçamento proposto pelo Secretariado para financiar as atividades da Comunidade ao longo do exercício 1999/2000, por exemplo, verifica-se que se pode avançar em direção a maior rigor metodológico e maior transparência. Perante nossas limitações orçamentárias, é imprescindível priorizar gastos com ações cujos resultados estejam mais diretamente afetos, em primeiro lugar, ao fortalecimento institucional da CPLP.

Outro ponto importante à identificação de terceiras fontes financiadoras para os programas de cooperação da CPLP. Para abordar a comunidade doadora, é imperioso que o Secretariado Executivo tenha em sua posse um documento exaustivo, que faça uma radiografia

dos objetivos da cooperação a ser desenvolvida no âmbito da CPLP, e destaque os projetos aprovados, aqueles em andamento e seus custos, além de outras informações pertinentes, como o público alvo, resultados alcançados, etc. Essa documentação facilitará a formalização, de parcerias efetivas. A título de conclusão, gostaria de registrar a confiança brasileira na CPLP e em seus mecanismos de promoção do diálogo, da cooperação e, não menos importante, da própria língua portuguesa. Os três anos de CPLP, senão tanto em outros países, ao menos no Brasil foram responsáveis por significativa ampliação do conhecimento, dentro de nosso país, das realidades e características dos demais países-membros. Exemplo nítido dessa nova realidade observa-se no aumento expressivo de reuniões setoriais, governamentais e não-governamentais, vinculadas à CPLP que contam com a participação brasileira. Considero esse fato de vital relevância para o crescimento do compromisso, não só do Governo, pois esse já existe, mas de toda sociedade civil brasileira, com o aprofundamento dos laços de amizade e de cooperação com os países de língua portuguesa.

Muito obrigado.

Workshop organizado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e pelo Superior Tribunal de Justiça

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores proferida no Workshop “A Proteção Internacional dos Direitos Humanos e o Brasil” organizado pela Secretaria de Estado dos Direitos Humanos e pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ, 07 de agosto de 1999

Excelentíssimo Senhor Vice-Presidente do Superior Tribunal de Justiça,
Ministro Paulo Roberto Saraiva Costa Leite,

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Justiça, Doutor José Carlos Dias,

Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Direitos Humanos,
Doutor José Gregori,
Altas autoridades,
Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que participo do “Workshop sobre a Proteção Internacional dos Direitos Humanos” organizado pelo Superior Tribunal de Justiça e a Secretaria de Estado dos Direitos Humanos, com o apoio e a colaboração do Ministério das Relações Exteriores. O objetivo central deste importante evento é contribuir para o debate em torno das implicações jurídicas e políticas decorrentes das obrigações internacionais contraídas pelo Estado brasileiro no campo da proteção aos direitos humanos. É nossa expectativa que este exercício contribua também para tornar mais conhecido em nosso país o Sistema Internacional de Proteção aos Direitos

Humanos, que pode e deve constituir parâmetro para o trabalho cotidiano do Judiciário.

Nas últimas cinco décadas, assistimos a um amplo e profundo processo de generalização dos mecanismos de defesa e proteção do indivíduo. Foi possível pouco a pouco construir um sólido código internacional sobre a matéria, composto de numerosos instrumentos de proteção dos direitos humanos, adotados no âmbito das Nações Unidas e de organizações regionais congêneres. Por força desses instrumentos, os Estados foram levados a reconhecer que os seres humanos gozam de direitos essenciais, cuja titularidade é irrenunciável, e que sua denegação ou violação resulta na responsabilização internacional deles próprios, os Estados.

Um novo Direito Internacional, centrado nos Direitos Humanos, distinguiu-se progressivamente do Direito Internacional Clássico ao atingir os Estados no sensível aspecto do tratamento por eles dado a seus cidadãos e a todos os seres humanos sob a sua jurisdição. Jamais anteriormente haviam os Estados aceitado o estabelecimento de tantas restrições a sua soberania e a submissão ao escrutínio

internacional em matéria de tamanha sensibilidade. O indivíduo, cada vez mais, torna-se sujeito do Direito Internacional.

O marco contemporâneo da evolução no tratamento da questão dos direitos humanos foi a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 10 de dezembro de 1948, precedida em alguns meses pela Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem. Este instrumento deve ser considerado como a Constituição universal dos Estados e da comunidade internacional em matéria de direitos humanos.

A autoridade moral da Declaração surge da caracterização da dignidade e da igualdade de direitos como atributos inalienáveis da humanidade e vai além dos regimes políticos e dos sistemas jurídicos. Ela não apenas possui uma autoridade reconhecida e efetiva, mas é também fonte de legitimidade para toda ação legisladora e inquisitiva que efetue a comunidade internacional em matéria de direitos humanos. Os dois instrumentos que complementam a Declaração Universal dos Direitos Humanos, assegurando aos direitos nela consagrados a força de obrigação jurídica que os Estados se comprometem a respeitar, são o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, em vigor desde janeiro de 1976, e o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, em vigor desde março de 1976.

O primeiro descreve e aprofunda o corpo de direitos individuais sacramentados pela Declaração. Os Estados-partes comprometem-se a respeitar uma ampla gama de direitos garantidos “a todos os indivíduos que se acham em seu território e que estejam sujeitos a sua jurisdição”. Ao mesmo tempo, aos Estados cabe assegurar às pessoas que tenham seus direitos violados o acesso desimpedido à justiça e medidas compensatórias adequadas. O segundo, por sua vez, criou um mecanismo para o monitoramento de sua implementação e instituiu o Comitê dos Direitos Humanos, composto por 18 peritos, de

nacionalidades distintas, que exercem seu mandato a título pessoal. É o único instrumento jurídico internacional e de abrangência genérica a conferir obrigatoriedade à promoção e proteção dos direitos humanos ditos de “segunda geração” (direito ao trabalho livre; a condições justas, remuneradas, eqüitativas, seguras e higiênicas de trabalho, capazes de assegurar existência decente ao trabalhador e sua família; direito à educação, entre outros).

Os dois Pactos em vigor e a Declaração Universal compõem a chamada “Carta Internacional dos Direitos Humanos”, que constitui a coluna vertebral do conjunto de normas e mecanismos de proteção aos direitos humanos. Somam-se a esses três instrumentos mais de sessenta convenções e declarações adotadas pelas Nações Unidas sobre direitos humanos. As mais importantes dizem respeito ao racismo, à discriminação contra a mulher, à tortura e às crianças. O Brasil é parte de todas as convenções mais significativas.

Em 1993, realizou-se a Conferência de Viena de Direitos Humanos, que congregou a maior concentração de representantes de Estados e entidades da sociedade civil em matéria de direitos humanos. A reafirmação da universalidade dos direitos humanos e da legitimidade da preocupação internacional com o tema foi seu principal mérito. Hoje, a atuação dos órgãos internacionais é aceita, em maior ou menor grau, pela maioria dos Estados como resultado das garantias consagradas em Viena, poucos sendo os que invocam a soberania para furtar-se à supervisão internacional.

A complexa realidade contemporânea e a difícil tarefa de realizar os direitos humanos em sociedades distintas em suas tradições culturais e características econômicas e sociais estão refletidas na Declaração e no Programa de Ação de Viena. Além disso, pela primeira vez, a comunidade internacional reconheceu consensualmente o direito ao desenvolvimento como parte integrante dos direitos humanos, recomendando

cooperação para sua implementação. Sublinhou ainda que a democracia representa a forma de governo mais favorável para o respeito aos direitos humanos.

O órgão por excelência dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas é a Comissão de Direitos Humanos (CDH). Seu mandato inicial consistiu em apresentar ao Conselho Econômico e Social (ECOSOC) - órgão planejador e executor de políticas das Nações Unidas na ordem econômica, social, cultural e em matéria de direitos humanos - propostas, recomendações ou informes destinados à futura normativa internacional sobre direitos humanos.

À medida que seu mandato inicial se cumpria, a atuação da CDH ampliou-se significativamente. Constitui hoje um foro de debates e uma poderosa caixa de ressonância de idéias, de queixas e de denúncias. Tem também importante papel no exame de situações individuais de países onde ocorram violações graves aos direitos humanos, através de um procedimento confidencial, que permite por vezes encaminhamentos favoráveis a situações delicadas, e outro público, que dá margem a discussões proveitosas e a pronunciamentos importantes da comunidade internacional sobre fatos que lhe são apresentados.

Em situações emergenciais, a CDH reúne-se extraordinariamente, podendo apresentar recomendações diretamente inclusive à Assembléia - Geral das Nações Unidas. Recentemente, foi convocada reunião extraordinária para examinar o caso das violações de direitos humanos ocorridas no Timor Leste, e dela resultou uma solicitação ao Secretário - Geral das Nações Unidas para que estabeleça uma Comissão Internacional de Investigação com vistas a coletar sistematicamente informações sobre a violação de direitos humanos naquele território. No que diz respeito ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos cabe salientar que o continente americano é precursor na adoção de instrumentos internacionais destinados à proteção

dos direitos e das liberdades fundamentais. Fomos a primeira região do mundo a adotar uma declaração sobre a matéria, proclamada durante a IX Conferência Interamericana, em 2 de maio de 1948.

Na mesma data, a Carta da OEA determinava a elaboração de instrumento convencional e a criação de uma Comissão de Direitos Humanos com a missão de promover a observância e a defesa desses direitos. Este sistema adquiriu maior solidez jurídica com a entrada em vigor da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, em 1978, e com a aprovação dos estatutos da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos em 1979.

Passaram-se três décadas, portanto, antes que as disposições da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem deixassem de ser um simples instrumento de intenções para converter-se em um mecanismo operativo com autoridade para cumprir a missão que lhe outorga a Carta da OEA. Esse atraso, justificável unicamente pelas circunstâncias políticas tormentosas que viveu a região naquela época, representou um vazio de proteção regional em matéria de direitos humanos que, na visão de muitos analistas, afetou cidadãos da maioria dos países, especialmente os latino-americanos.

A Comissão Interamericana dos Direitos Humanos, que conta entre seus atuais integrantes com o Doutor Hélio Bicudo, monitora a implementação da Declaração Americana, da Convenção Americana, bem como dos demais instrumentos do Sistema Interamericano. Reúne-se duas vezes ao ano e possui funções extremamente abrangentes, definidas em seu Estatuto. Ressaltaria, entre elas, as funções de realização de estudos e relatórios, de avaliação das legislações nacionais, de recebimento e exame de petições, de comunicação com qualquer dos Estados americanos a fim de obter informações e formular recomendações, além da possibilidade de realização de missões *in loco*, desde que com a anuência do Governo respectivo.

A instituição fundamental no aumento do prestígio do sistema regional de proteção aos direitos humanos é a Corte Interamericana de Direitos Humanos, presidida atualmente pelo Professor Antônio Augusto Cançado Trindade, que exerceu no passado a função de Consultor - Jurídico do Itamaraty. Trata-se da instância jurisdicional última, no plano regional, para a definição das controvérsias entre os Estados e entre estes e os particulares em matéria de direitos humanos.

O exercício da competência consultiva da Corte permitiu a consolidação de apreciável jurisprudência em matéria de interpretação do corpo normativo do sistema. Com respeito a sua competência contenciosa, para o julgamento de casos a ela submetidos, esta é limitada aos Estados -partes da Convenção Americana que a reconheçam expressamente.

A Corte julga os casos que lhe são submetidos pela Comissão Interamericana ou pelo Estado interessado e pode emitir sentença em que determina se o Estado é ou não responsável por violações da Convenção, além de estipular a obrigação de fazer cessar as violações e indenizar as vítimas ou seus herdeiros legais. Na prática, desde que a Corte emitiu sua primeira sentença condenatória, em caso de desaparecimento forçado, sua ação judicial incrementou-se significativamente.

Este é essencialmente o Sistema de Direitos Humanos vigente nos âmbitos multilateral e regional. Como se inscreve o Brasil nesse sistema?

Seria interessante resgatar inicialmente a memória histórica da ativa participação do Brasil nos debates e no processo de redação dos instrumentos internacionais de proteção, além do papel brasileiro na busca da efetiva implementação desses instrumentos.

No decorrer dos trabalhos preparatórios da Declaração Universal, o representante brasileiro, Austragésilo de Athaide, defendeu a adoção de

garantias, de modo a assegurar a eficácia dos direitos consagrados, e singularizou a importância do direito à educação, incluído no documento por insistência do Brasil. Já nos dois Pactos de Direitos Humanos (e protocolos facultativos) das Nações Unidas preocuparam-se as delegações brasileiras em demandar a consideração cuidadosa das medidas de implementação.

Em seu monumental Repertório da Prática Brasileira do Direito Internacional Público, o Professor Cançado Trindade lembra que, já nos primórdios da fase legislativa dos instrumentos internacionais dos direitos humanos, formara-se no Brasil uma corrente de pensamento entre importantes internacionalistas (Hildebrando Accioly, Haroldo Valladão, Levi Carneiro, Clóvis Beviláqua – curiosamente quatro ex-consultores jurídicos do Itamaraty), que defendiam a tese de que a noção de soberania, em sua acepção absoluta, mostrava-se inadequada no plano das relações internacionais, devendo ceder terreno à noção de solidariedade.

Posteriormente, as vicissitudes do regime autoritário vigente no Brasil a partir de 1964 viriam a refletir-se negativamente em algumas posições brasileiras em foros internacionais em matéria de direitos humanos. Em certas ocasiões, insistimos na posição de que a observância dos direitos humanos constituía responsabilidade principal ou exclusiva do Governo de cada país.

A partir da redemocratização do país, em 1985, não há como negar a notável evolução no tratamento do tema em seus aspectos institucional, jurídico e político. No campo diplomático, consolidamos a posição, das mais avançadas, de que a proteção dos direitos básicos do ser humano não se esgota na atuação do Estado, e de que os instrumentos internacionais de proteção representam uma garantia adicional desses direitos e fortalecem a capacidade processual das vítimas de violação de direitos fundamentais.

Ao longo da década de oitenta, o Brasil participou ativamente dos debates que levaram à

consolidação e à ampliação da temática dos direitos humanos no âmbito das Nações Unidas. Aderimos aos principais tratados internacionais de proteção aos direitos humanos (os dois pactos internacionais sobre direitos humanos, a Convenção contra a Tortura, a Convenção sobre os Direitos da Criança), à Convenção Americana de Direitos Humanos e à Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura. Esses instrumentos somaram-se aos demais de que o Brasil já tomara parte anteriormente (caso da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial e da Convenção sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher).

Marco fundamental na visão brasileira da proteção internacional dos Direitos Humanos é a Constituição de 1988. Uma rápida análise de seus termos corrobora a visão segundo a qual os Direitos Humanos constituem a pedra-de-toque de todo o arcabouço jurídico criado pelo legislador constituinte em resposta aos anseios da sociedade brasileira.

As normas constitucionais e as obrigações resultantes do conjunto de instrumentos internacionais assinados pelo Brasil no campo dos Direitos Humanos representaram incentivo à vontade da sociedade brasileira e ao empenho do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso para a adoção de importantes inovações na área política, legislativa e administrativa.

Para orientar essa ação inovadora, o Governo mobilizou amplamente a sociedade, por meio de consultas, seminários e debates, no sentido de dar cumprimento a uma recomendação da Conferência de Viena e elaborar um plano programático de direitos humanos. A conclusão dessa ampla consulta foi o lançamento pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, no dia 13 de maio de 1996, do Programa Nacional de Direitos Humanos, que estabeleceu objetivos precisos para a ação governamental em todas as esferas.

No campo internacional, uma das metas anunciadas pelo Programa era o reconhecimento,

pelo Brasil, da competência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Após cuidadoso processo de exame em vários níveis da sociedade, e após consulta formal ao Congresso Nacional, esse reconhecimento foi feito em dezembro de 1998, no âmbito das comemorações – que quisemos ressaltar com muito brilho – do cinquentenário da Declaração Universal dos Direitos Humanos e da Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem.

A participação do Governo brasileiro nos foros internacional e regional sobre direitos humanos é marcada pela defesa do respeito a normas substantivas e processuais que garantam eficácia, objetividade e imparcialidade. Nossa atuação rege-se por um conjunto de princípios que podem ser agrupados do seguinte modo:

a) Reconhecimento da legitimidade da preocupação internacional com a situação dos Direitos Humanos em qualquer parte do mundo: o Brasil tem a firme convicção de que todos os Estados-membros das Nações Unidas têm a obrigação do respeito e da promoção dos direitos e liberdades enunciados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, e têm o compromisso de cooperarem entre si e com a ONU para a proteção e promoção desses direitos;

b) Universalidade dos Direitos Humanos: o Brasil acredita que os direitos e liberdades consagrados na Declaração de 1948 têm validade universal e não aceita a tese de que os particularismos históricos, religiosos e culturais limitariam ou relativizariam esses Direitos;

c) Indivisibilidade e interdependência de todos os direitos: não é possível dissociar a realização dos direitos civis e políticos, de um lado, dos direitos econômicos, sociais e culturais, de outro; tampouco é possível estabelecer uma hierarquia ou privilegiar um conjunto de direitos em detrimento de outro.

Com base nesses princípios, deve-se notar que a sensibilidade de nosso país para problemas e dificuldades específicos dos países em desenvolvimento qualificam-no para operar

freqüentemente como moderador, na busca de soluções que conduzam ao progresso dos direitos humanos, sem confrontações desnecessárias.

Não se pode perder de vista que os organismos constituídos por governos são foros de debate político e de decisões de caráter político-administrativo. Estas são basicamente produto direto de negociações mediadas pelos interesses dos Estados. Essa contingência reflete-se, sobretudo, no exame das situações de países, onde se tem registrado excessiva politização. Entendemos que as situações de direitos humanos devem continuar a ser discutidas e analisadas pelos órgãos multilaterais, porém com imparcialidade, independência e não - seletividade.

Pelas mesmas razões que nos levam a aceitar sem ambigüidade a legitimidade da preocupação internacional com os direitos humanos, o Governo brasileiro defende que nenhum país deve considerar-se imune ao exame dos órgãos do sistema. Por este motivo, temos proposto na Comissão de Direitos Humanos, a partir de proposta inicial ali apresentada pelo Doutor José Gregori, Secretário de Estado dos Direitos Humanos, a elaboração bienal de relatório, cuja legitimidade estaria vinculada a seu caráter multilateral, sobre a situação dos direitos humanos em todos os países do mundo.

No âmbito regional, o Brasil reconhece a relevância do papel desempenhado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos e tem defendido o estabelecimento de critérios precisos para a abertura de novos casos, a fim de evitar a sobrecarga e a banalização do mecanismo da CIDH. A tramitação de petições manifestamente infundadas pode gerar atritos desnecessários entre a Comissão e os Estados, além de desviar os escassos recursos materiais e humanos da CIDH e dos Estados para queixas que deveriam ser declaradas inadmissíveis "ad initio".

Creemos também fortemente que o Sistema Interamericano de Proteção de Direitos Humanos,

hoje limitado aos países latino-americanos e caribenhos, em muito ganharia em eficácia e autoridade se se tornasse verdadeiramente hemisférico. A participação plena dos Estados Unidos e do Canadá nos instrumentos que o compõem se afigura como objetivo essencial para que ele de fato possa evoluir de forma segura e harmônica.

No contexto do aperfeiçoamento de suas relações com o Sistema Interamericano, o Brasil ao reconhecer a competência contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos deu, no final de 1998, importante passo. Com essa decisão, pretendeu-se colocar à disposição de todas as pessoas sob nossa jurisdição a forma mais evoluída de proteção internacional dos direitos humanos, a que é proporcionada judicialmente por meio de decisões da Corte.

É possível afirmar, portanto, que o Brasil chega ao limiar do século XXI dotado de substantiva estrutura jurídica para executar a tarefa de construção de uma sociedade mais justa e respeitosa dos direitos humanos. Em nenhum outro momento de sua história, o discurso externo do Brasil foi tão transparente e explícito no reconhecimento das violações aos direitos humanos existentes no país.

O Governo brasileiro busca sempre antecipar-se às críticas e denúncias internacionais ao dar visibilidade ao assunto e estimular o debate interno com amplos setores da sociedade civil em favor da melhoria dos padrões de observância dos direitos humanos.

Atos de violação dos direitos humanos em nosso país geram efeitos jurídicos para o Estado brasileiro no plano internacional e regional, em decorrência de compromissos que assumimos ao aderirmos aos tratados de direitos humanos. Geram também efeitos políticos. Afinal, os direitos humanos ultrapassaram as fronteiras do interesse nacional. Resultam da convicção de que todos os homens e mulheres do planeta são sujeitos de direitos e obrigações. Os direitos

humanos são na atualidade uma prioridade da comunidade internacional, uma vez que é universal o postulado de respeito à integridade da pessoa.

É preciso, porém, que fique claro que o respeito aos direitos humanos não depende apenas da existência de leis e instituições. Depende, em grande medida da criação de condições econômicas, sociais, culturais e políticas para a vigência das garantias básicas do ser humano. O Governo brasileiro está plenamente consciente dessa necessidade e tem-se esforçado, por meio de sua política econômica para que se criem condições que permitam uma ação vigorosa, eficaz e sustentável do Estado no campo social.

O direito ao desenvolvimento, como direito síntese e integrador de todos os direitos humanos, é um conceito apto a estimular a incorporação da cultura dos direitos humanos em projetos macroeconômicos e nas estratégias políticas dos Estados e da comunidade internacional. Desta forma, poderão integrar-se a tal projeto as instituições internacionais intergovernamentais que até agora não se sentem vinculadas diretamente à responsabilidade em matéria de direitos humanos, como as de Bretton Woods e as demais organizações financeiras

internacionais.

Um dos desafios maiores da comunidade internacional para o próximo século será fazer com que o sistema das Nações Unidas e das organizações regionais melhore seus índices de eficiência e a coordenação de esforços para construir a cultura dos direitos humanos. E aos Estados e governantes cabe compreender que o mundo contemporâneo vem consagrando a tese de que os direitos humanos são bem mais do que uma reserva individual. Cada vez mais evidencia-se o fato de que a proteção e a garantia dos direitos humanos representam o fim último do próprio ato de governar e qualificam o tipo de sociedade em que se vive. Assim pensamos e assim procuramos agir.

Muito obrigado.

Sesquicentenário do nascimento de Joaquim Nabuco

*Pronunciamento do Senhor Presidente da República
Fernando Henrique Cardoso, na cerimônia alusiva ao
sesquicentenário do nascimento de Joaquim Nabuco
Palácio do Itamaraty, 24 de agosto de 1999*

É com especial satisfação que participo das homenagens a Joaquim Nabuco no sesquicentenário de seu nascimento. Fiz questão de vir a esta cerimônia não apenas para saudar a Família Nabuco e para aprender com Evaldo Cabral de Mello, mas também para partilhar com os presentes algumas idéias sobre a trajetória e o pensamento de Joaquim Nabuco.

Folhee nos últimos dias alguns dos escritos de Nabuco, bem como textos alusivos à sua obra. Li com particular gosto breve resenha feita por Machado de Assis de *Um Estadista do Império*, em que o escritor se refere a José Thomaz Nabuco de Araújo como um dos melhores representantes de seu tempo, cujo percurso deveria despertar um interesse permanente nas gerações futuras.

Se a afirmação de Machado faz justiça ao pai, ao biografado, parece-me que melhor ainda se aplicaria ao filho, ao biógrafo. Diria mesmo que Joaquim Nabuco, sob seus diversos chapéus, esteve além do seu tempo, ainda que imerso nas causas e contradições da época. Como intelectual, como homem público e como diplomata, Joaquim Nabuco antecipou o futuro, sem com isso distanciar-se das exigências impostas pela conturbada transição do Império à República.

Não foram poucas as ocasiões em que me surpreendi buscando Nabuco como referência. A

primeira foi durante meu curso de doutoramento na Universidade de São Paulo. Sob a orientação amiga de Florestan Fernandes, aventurei-me a investigar pelo método dialético a sociedade escravocrata, seus fundamentos e limites. Selecionei como área de pesquisa o Brasil Meridional, na expectativa de extrair da análise de uma região periférica conclusões que informassem o modelo agrário-exportador como um todo. Olhando em retrospectiva os resultados de meu estudo, vejo que Joaquim Nabuco se faz presente das premissas ao desenlace da tese, que se transformou no livro *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*.

Escolhi para epígrafe trecho de *O mandato da raça negra*, em que Nabuco questiona a antinomia que supostamente existiria entre os pólos da sociedade escravocrata: "... dois tipos contrários, e no fundo os mesmos: o escravo e o senhor". Não foi gratuita minha escolha. Com seu estilo escorreito, pleno de energia estética, em que o artista se refugia no narrador, Joaquim Nabuco me sugeriu uma noção que se revelaria essencial para a compreensão que vim a esboçar dos limites do sistema escravocrata.

Sob sua inspiração, percebi que a oposição entre senhor e escravo se diluía na constatação de que ambos eram produtos, ainda que em posições assimétricas, de uma mesma ordem. Uma ordem que

se prolongou no tempo, com o braço servil impulsionando os lucros do capitalismo mercantil, mas que estava fadada ao esgotamento. Não poderia deixar de prevalecer a contradição intrínseca entre capitalismo e escravidão, uma vez que escapava aos escravos a possibilidade de reconstruir a estrutura social segundo seus próprios interesses.

Voltei a incorrer em débito com Joaquim Nabuco no capítulo final da tese, em que confirmo o que ele havia previsto à exaustão em *O Abolicionismo*. Refiro-me à conclusão de que a abolição, desacompanhada como foi de medidas que sinalizassem a responsabilidade social dos brancos pela situação degradada dos negros, não implicou democratização da ordem social. Desprovidos de recursos mínimos para o exercício da cidadania, os negros passaram de cativos a excluídos, sem chances reais de uma inserção positiva no processo produtivo.

Para Nabuco – cabe sempre recordar –, a escravidão contaminava os mais diversos campos da vida nacional, desvalorizando o trabalho, viciando a instrução, comprometendo a indústria, minando o Estado, alimentando o patrimonialismo, sacrificando o pluralismo, abafando a cidadania. A escravidão era para ele a variante sociológica que explicaria de maneira mais abrangente o atraso brasileiro, como bem assinala Evaldo Cabral de Mello.

Para se combater de forma definitiva um problema tão arraigado não bastaria a letra da lei, alertava Nabuco. Insistia na necessidade de complementar a abolição com amplas reformas sociais e políticas, que incluíssem a democratização da estrutura agrária, a educação universal, a proteção do trabalho, uma previdência social operante, a federação. Pregava, como tantas vezes lembrado, que “não nos basta acabar com a escravidão; é preciso destruir a obra da escravidão”.

Por mais grave que fosse seu diagnóstico, Nabuco não antevia rupturas dramáticas. Conhecia bem o sistema de poder vigente para saber que a

emancipação dos negros, para se revelar duradoura, teria de ser exaustivamente negociada. Era suficientemente familiarizado com o hiato que existia entre o Estado e a incipiente sociedade civil para apostar em uma capitulação forçada dos redutos escravistas. “É no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade”, previa em *O Abolicionismo*.

Seu realismo não o tornava cético, ou condescendente com a política menor. Pelo contrário. Como tive oportunidade de discorrer três anos atrás, na abertura da Cátedra Joaquim Nabuco na Universidade de Stanford – onde por sinal esteve como pesquisador outro grande intérprete do Brasil, discípulo de Nabuco na leitura da confluência das raças, o também pernambucano Gilberto Freyre –, Nabuco fez, com propriedade rara, o elogio da política, a apologia daquilo que chamava política com P grande, política que é história.

Defendia que a ação política não deveria jamais prescindir da reflexão, da análise prévia e cuidadosa dos fatos. Fez dessa convicção um ritual em sua vida pública. Derrotado nas eleições parlamentares de 1881, recolheu-se em Londres, na Biblioteca do Museu Britânico, para pôr as idéias em ordem, antes de se converter, a partir de 1884, no ator maior da luta pela abolição. *O Abolicionismo* saiu dessa pausa londrina.

Se reclamava afinidade entre o pensamento e a ação pública, Nabuco não se deixava seduzir pelo discurso da primazia absoluta e incondicional da razão de Estado. Nem tudo que parecia benéfico à glória do Estado contava com sua anuência. Atendia antes a valores. Respeitava a tradição, quando conforme a justiça. Daí sua continuada fidelidade à Monarquia. Daí sua desconfiança da República, que via como uma presa fácil de tiranias, ou uma aventura desnecessária, de pouco interesse para o progresso social. Costumava dizer que “a grande questão da democracia brasileira não é a monarquia (ou sua superação), é a escravidão”.

A opção monárquica de Nabuco não o

deixava menos crítico do rumo que tomava o estamento imperial. Referia-se com apreensão ao que poderíamos caracterizar de patrimonialização crescente do Estado brasileiro. Cada dia mais refém de interesses tópicos, acobertando em sua folha todos os egressos da imensa família rural, o Estado perdia a capacidade de discernir o interesse geral, de atender necessidades estratégicas. Apegados como estavam ao patrimonialismo, os partidos haviam se tornado, nas palavras de Nabuco, “apenas sociedades cooperativas de colocação ou de seguro contra a miséria”. O risco era de que o abolicionismo e as reformas, quando finalmente adotados, já nascessem tardios, se não póstumos.

Não preciso insistir sobre a atualidade de Nabuco, de seu alerta contra a dilapidação do Estado, de seu chamado à transformação social, de seu apreço pela política maior, de sua indole democrática. Que tributo melhor poderíamos hoje prestar a esse grande brasileiro do que continuarmos apostando no método democrático para a superação definitiva de nossas mazelas sociais? Nada conflita mais com o legado de Nabuco do que deixar que a intransigência prevaleça sobre o diálogo, do que aceitar que as paixões, por mais legítimas que sejam, abafem o respeito à diferença. Que saibamos continuar a fazer do congraçamento democrático a melhor arma contra a pobreza, contra a indesculpável indigência material em que continuam a viver milhões de brasileiros.

Em homenagem à Casa que abriga esta cerimônia, quero reservar minhas palavras finais ao Nabuco diplomata. São vários os momentos de sua experiência diplomática que certamente mereceriam nossa atenção: os anos de adidância nos Estados Unidos e na Inglaterra, que tanto influenciaram sua sensibilidade política; o acompanhamento da disputa fronteiriça com a Guiana Inglesa; a condição de Ministro-Chefe da Legação brasileira em Londres; a Chefia da Embaixada em Washington; a defesa do pan-americanismo.

Prefiro me deter, contudo, em um aspecto

menos reconhecido de sua obra, de natureza mais conceitual. Tenho em mente a leitura feita por Nabuco em O Abolicionismo da posição adotada pelo Império sobre o tráfico negro até 1850. Leitura que me parece de interesse imediato para o debate de hoje sobre os limites da soberania, que antecipava questões relevantes para a proteção internacional dos direitos humanos – e que, certamente, projetava Nabuco para além de sua época.

É com veemência que Nabuco contesta o uso do princípio da soberania (ou da dignidade) nacional na defesa do tráfico. Os argumentos vão sendo colocados como se estivessem há muito maturados. Insiste, como premissa, que a soberania nacional, seja qual for o Estado, tem limites, sujeitando-se a considerações maiores. Acrescenta que essas considerações maiores, a que chama de leis morais, têm como fonte de legitimidade a consciência internacional, a humanidade. Aceita, ainda, e até recomenda, que a violação dos limites da soberania seja objeto de sanção. Sugere, por último, que é responsabilidade dos dirigentes zelar para que o interesse nacional não colida com o bem-estar e a segurança de outros povos. Nisso residiria para Nabuco o verdadeiro patriotismo.

Sabemos que, atualizados à linguagem atual, os preceitos enunciados por Nabuco ainda encontram resistência. Incomodam aqueles que desejam fazer da soberania uma garantia da impunidade, um amparo que permita o desrespeito a direitos básicos da pessoa humana, a degradação do meio ambiente, a deterioração da imagem externa do país. Se até hoje encontramos apóstolos da barbárie, podemos imaginar a oposição que sofreu Nabuco num momento em que se consolidava o Estado-Nação. Também em sua leitura da inserção do Brasil no mundo, Joaquim Nabuco foi um destemido.

O patriotismo segundo Nabuco viria depois, já neste século, a sofrer reparos de outra natureza, mais refinada. Penso na crítica de Mário de Andrade. Mário costumava contrapor seu

nacionalismo ao cosmopolitismo de Nabuco. Em sua empreitada pelo “abrasileiramento do Brasil”, o modernista foi useiro e vezeiro em ironizar a falta que Nabuco sentiria do cais do Sena em plena Quinta da Boa Vista. As raízes do Brasil estariam não na “moléstia de Nabuco”, mas no foco da “infecção mazomba”, dizia Mário.

Os novos tempos me parecem depor mais a favor de Joaquim Nabuco do que de Mário de Andrade. A intensificação do diálogo entre as culturas nos tem feito perceber a relevância da dupla inscrição histórica do brasileiro, de que tanto fala Nabuco em *Minha Formação*. Pertenceríamos à América pelo “sedimento novo do seu espírito”, mais afeto ao coração, e à Europa, por suas “camadas estratificadas”, mais afinadas à razão, ao espírito. Daí a “dupla ausência” que constituiria nossa identidade, uma identidade ambivalente, que de um lado do mar sentiria a ausência do mundo, do outro, a ausência do país.

Hoje, às vésperas dos 500 Anos e após os valiosos aportes culturais que nos foram trazidos ao longo do século XX, inclusive da Ásia, Nabuco talvez preferisse falar da múltipla ausência do brasileiro. Uma ausência que logo se converte em trunfo para afirmação de nossa presença no mundo, ao facilitar o diálogo com os mais diversos povos, de todos os quadrantes.

Um diálogo em que não contribuimos apenas com os valores da cordialidade, mas com tudo aquilo que soubemos colher e processar com a força do nosso talento, o que Mário de Andrade, antropofágico, certamente corroboraria, com o aplauso de Nabuco.

Obrigado.

Conferência do Embaixador Evaldo Cabral de Mello por ocasião da Cerimônia Comemorativa do Sesquicentenário de Nascimento de Joaquim Nabuco - Brasília, Palácio Itamaraty, 24 de agosto de 1999

Da vida de Joaquim Nabuco, já não há muito o que dizer, depois das biografias que lhe

dedicaram sua filha e também o escritor Luís Viana Filho, o qual confessava que, entre os seus biografados, fora Nabuco a personalidade que mais o cativara. Quanto ao livro de D. Carolina Nabuco, dizia com muita graça seu irmão e ilustre funcionário desta Casa, o embaixador Maurício Nabuco, que a literatura brasileira só possuía duas grandes obras do gênero, a vida do seu avô escrita por seu pai e a do seu pai, pela sua irmã. A obra de Joaquim Nabuco foi também exaustivamente analisada, quer na vertente literária, quer na vertente historiográfica.

Não creio, contudo, que se tenha prestado toda a atenção que merece seu livro certamente mais desprezencioso, “O abolicionismo”, o qual, na realidade, possui bons títulos para ser considerado um dos textos fundadores da sociologia brasileira.

Ele foi, com efeito, o primeiro a articular uma visão totalizadora da nossa formação histórica, fazendo-o a partir do regime servil. Nessa perspectiva, a escravidão não constituiu um fenômeno a mais, inegavelmente relevante, mas devendo ser levado em conta em igualdade de condições com outros, como a monocultura ou a grande propriedade territorial. Segundo Nabuco, foi a escravidão que formou o Brasil como nação, ela é a instituição que ilumina nosso passado mais poderosamente que qualquer outra.

A partir dela, é que se definiram entre nós a economia, a organização social e a estrutura de classes, o Estado e o poder político, a própria cultura. “O abolicionismo” fez assim da escravidão o protagonista por excelência da história brasileira, concepção que tem sido largamente explorada por historiadores, sociólogos e antropólogos, os quais muitas vezes não reconhecem esta dívida intelectual.

Ao atribuir à obra de Nabuco esse papel precursor, cumpre, contudo, fazer uma importante qualificação. A “O abolicionismo” é completamente alheia a ambição teórica, inerente a um livro de sociologia. Ele quis ser uma obra

de propaganda, redigida em Londres em 1883, quando o autor purgava o ostracismo parlamentar das primeiras eleições diretas da história brasileira. Isto significa, por um lado, que a sua visão da sociedade brasileira teve de ser vazada numa prosa de feitio literário ou jornalístico, sem pretensões científicas e sem preocupações terminológicas; por outro, que ele não chegou a aprofundar as implicações da sua idéia central, inclusive o sistema de mediações entre o regime servil e os demais fenômenos da nossa formação, tornando-se assim inevitavelmente reducionista. Nabuco nunca cogitou de dar o desenvolvimento que o livro comportava, capaz de conferir-lhe idoneidade científica aos olhos do establishment sociológico.

São essas características de “O abolicionismo” que explicam, em boa parte, o fato de “Os sertões” continuarem a gozar de um status privilegiado na história da sociologia brasileira, embora a obra de Euclides da Cunha tenha seu escopo limitado à formação das populações do interior do Nordeste, processo que não teve, portanto, a mesma abrangência do escravismo. De “Os sertões” também se poderia dizer que sua concepção esteve tão jungida às teorias sociológicas predominantes na Europa em finais do século XIX que envelheceu com elas, em termos da sua capacidade explicativa.

Pois as novidades científicas, doutrinárias ou estéticas, costumam cobrar alto preço a quem as adota por espírito de sistema. No caso de Euclides, como na de outros, igualmente bem equipados teoricamente, o *dernier cri* sociológico os desviou de tomar veredas mais promissoras, como era o modelo, implícito em “O abolicionismo”, baseado não no meio físico ou na raça, mas na forma de organização econômica e social. Desinformado das últimas tendências da sociologia européia, ou do que se julgava no Brasil serem as últimas tendências da sociologia européia, Nabuco escapou ao destino de escrever um livro destinado ao envelhecimento rápido, como aconteceu com tanta produção sociológica

do tempo da República Velha.

Pois nas artes como nas ciências humanas, um certo grau, não diria de arcaísmo, mas de desatualização, pode ser saudável e a condição mesma da renovação. Ninguém duvida de que a formação científica de Comte era imensamente superior à de Tocqueville, mas tampouco ninguém põe em questão que a influência do autor da “Democracia na América” tornou-se, ao cabo dos anos, bem mais profunda que a do professor do “Curso de filosofia positiva”.

Na medida em que a formação de Tocqueville era basicamente histórica, tratava-se de limitação evidente em época, como a sua, em que se ambicionava, como Comte, erguer o sistema das ciências que fosse desde a matemática e a física até a sociologia, segundo os mesmos parâmetros epistemológicos. Contudo, o que era limitação no século XIX transformar-se-ia no XX, de passivo em ativo, do momento em que se passou a proclamar a irredutibilidade do objeto das ciências humanas aos métodos consagrados pelas ciências naturais. Foi assim que a desatualização oitocentista de Tocqueville se metamorfoseou num título de modernidade.

Devido à sua natureza de obra de propaganda, o livro de Nabuco tornou-se mais ou menos esquecido, tão foco se realizara o objetivo para o qual fora escrito. Grosso modo, pode-se afirmar que, durante a República Velha, nossa produção sociológica esteve obsedada pela questão do Estado nacional e das instituições políticas, de um lado, e, de outro, pelo problema da raça. Só nos anos trinta, a escravidão tenderá a regressar ao centro das preocupações, graças a “Casa-Grande & Senzala”, que infletiu, contudo, a concepção de Nabuco num sentido que o teria surpreendido caso ainda vivesse em 1933, vale dizer, no sentido de uma exaltação da mestiçagem provavelmente tão carente de base científica quanto à condenação que anteriormente abatera-se sobre ela. Nos nossos dias, quando as macroexplicações do passado brasileiro perderam

o fôlego, como ocorre a qualquer gênero, inclusive os sociológicos, e em que os epígonos se afanam em glosar interminavelmente nossa identidade nacional, como se ela fosse uma entidade metafísica e não uma criação do século XX, cumpre reler “O abolicionismo” em conexão não só com “Um estadista do Império” e com os discursos da campanha eleitoral de 1884.

Nabuco utiliza as palavras “abolicionismo” e “escravidão” numa acepção lata. O conceito de escravidão não se referia apenas à relação entre o senhor e o escravo, mas abrangia também as relações do escravismo com o meio físico, o sistema de propriedade da terra, o comércio, a indústria, a cultura, o regime político e o Estado. Em função deste caráter orgânico da escravidão é que o abolicionismo constituía a reforma nacional por excelência. Para explicá-la, ele recorre à história comparada da instituição na Antigüidade clássica e no velho sul dos Estados Unidos. No Brasil, a escravidão adquirira um traço diferencial, o qual consistira em que, através da mestiçagem, ela formara a nação.

Dai que, do ponto-de-vista da engenharia política, o problema fosse duplamente complicado para nós, na medida em que a cidadania devia ser dada não apenas ao escravo, mas ao próprio senhor. Esta a razão pela qual, na América portuguesa, a instituição servil agira de modo incomparavelmente mais perverso, tornando impossível identificar um setor da vida nacional que não tivesse sofrido suas repercussões ao longo de três séculos. A escravidão afetara o desenvolvimento de todas as classes, sem fazê-lo, contudo, numa única direção, pois ora atuou no sentido de impedir-lhes ou retardar-lhes o crescimento, ora no sentido de promovê-lo precoce e artificialmente, o que era ainda mais prejudicial.

Nessa análise do impacto global da instituição servil sobre a vida brasileira, Nabuco não hesite mesmo em aventurar-se ao exercício do que hoje chamaríamos história virtual ou contrafactual. Segundo ele, “ninguém pode ler a história do Brasil no século XVI, no século XVII e em parte no século

XVIII [...], sem pensar que a todos os respeitos houvera sido melhor que o Brasil fosse descoberto três séculos mais tarde”. Nabuco não explica por que, mas seu pressuposto parece ser o de que a colonização tardia da América portuguesa se teria processado numa conjuntura internacional bem diversa, em que os interesses e o poder da Inglaterra e os valores dominantes do Iluminismo e da Revolução francesa teriam tornado inviável a implantação de um regime escravista na América portuguesa, ao menos na escala que adquirira no passado.

É certo que o nosso desenvolvimento não teria sido tão acelerado como o das colônias de língua inglesa, de vez que Portugal não dispunha dos recursos materiais das grandes potências. É certo também que a população seria substancialmente menor, embora tivesse a vantagem de ser culturalmente homogênea, sem falar em que os efeitos colaterais da escravidão, como a grande propriedade e a depredação do meio ambiente, não teriam avançado a ponto de prejudicar a economia e esterilizar o trabalho. O que Nabuco tinha em vista era contestar o argumento de Oliveira Martins, que em “O Brasil e as colônias portuguesas”, pretendia que o trabalho escravo fora o preço a pagar pelo povoamento, pois sem o primeiro não teria sido possível o segundo. “Isso é exato”, admite Nabuco, “mas esse preço quem o pagou e está pagando não foi Portugal, fomos nós; e esse preço a todos os respeitos é duro demais e caro demais para o desenvolvimento inorgânico, artificial e extenuante que tivemos”. E num julgamento tanto mais insuspeito quanto, ao contrário de muitos intelectuais brasileiros da época, ele nunca cedeu à tentação do anti-lusitanismo, Nabuco assinalava: “A africanização do Brasil pela escravidão (pela escravidão, note-se bem, não pela presença africana), é uma nódoa que a mãe-pátria imprimiu na sua própria face, na sua língua e na única obra nacional verdadeiramente duradoura que conseguiu fundar”. Poder-se-ia sustentar que, sem

a escravidão e sem a economia açucareira de que ela fora a base, o Brasil teria sido perdido para sempre por Portugal, de vez que não lhe teria sido possível repelir a ocupação holandesa, mas é provável que ele estivesse “crescendo sadio, forte e viril como o Canadá e a Austrália”. Ao contrário da grande maioria de brasileiros cultos da época, Nabuco não acreditou no argumento da inadaptabilidade climática do europeu aos trópicos, tanto mais, lembrava que as populações da Europa meridional haviam recebido ao longo da sua história uma dose considerável de sangue mouro e africano.

E concluía: “ninguém pode dizer o que teria sido a história se acontecesse o contrário do que aconteceu”, de vez que entre um Brasil holandês ou francês, explorado por escravos, e um Brasil português igualmente escravocrata, “ninguém sabe o que teria sido melhor”. O que, contudo, não lhe parecia duvidoso é que, entre um Brasil lusitano e escravocrata e um Brasil lusitano sem instituição servil, “a colonização gradual do território por europeus, por mais lento que fosse o processo, seria infinitamente mais vantajosa para o destino dessa vasta região”.

Nabuco examina outro par de alternativas que, à primeira vista, poderia parecer acadêmico, mas que ilustra uma vantagem a mais da sua desatualização relativamente às teorias sociológicas em voga: “entre o Brasil explorado por meio de africanos livres por Portugal, e o mesmo Brasil, explorado com escravos também por portugueses, o primeiro a esta hora seria uma nação muito mais robusta do que é o último”. É sabido que a doutrina da desigualdade inata entre as raças exerceu duradoura influência sobre o pensamento brasileiro dos finais do Segundo Reinado e ao longo da República Velha. Foram elas que forneceram as bases reputadas científicas para nossas atitudes modernizadoras predominantes até os anos trinta do século XX.

Nabuco, porém, nunca embarcou nessa canoa, embora sua oposição ao plano de imigração chinesa do gabinete Sinimbu possa insinuar uma

dúvida a respeito. Mas tanto em “O Abolicionismo” quanto nos discursos do Recife, o essencial para ele não é a raça, mas a organização social. Já vimos que ao se referir à “africanização do Brasil”, tivera o cuidado de acrescentar a qualificação “pela escravidão”. É certo que, noutro trecho, ele assinala que “muitas das influências da escravidão podem ser atribuídas à raça”. Mas quando examinamos os exemplos que dá, constata-se que a palavra “raça” é empregada sem rigor conceitual, desleixadamente, se é que ela possa ser jamais utilizada de maneira precisa. A prova é que Nabuco enumera sob essa etiqueta características que hoje seriam consideradas de natureza cultural, como a influência da religiosidade africana ou a corrupção da língua portuguesa através da escravidão doméstica.

A escravidão fizera do Brasil uma nação de proletários, “porque os descendentes dos senhores logo chegam a sê-lo”. No setor agrícola, a população formalmente livre achava-se de fato submetida à grande propriedade, na sua condição de moradores, de meeiros, de condiceiros. Tais camadas, equivalentes a dez ou doze milhões de habitantes, tinham uma autoconsciência inferior à do próprio escravo. Mas o regime servil condicionara igualmente a sorte das populações que não lhe estavam diretamente vinculadas, que se dedicavam a atividades econômicas que não empregavam o trabalho escravo e que até ocupavam diferente espaço físico. A atividade comercial era também entorpecida. É certo que anteriormente à abolição do tráfico, as relações entre ela e o trabalho escravo haviam sido da maior intimidade, pois o comércio abastecera a lavoura de mão-de-obra ao longo de três séculos, sendo o seu autêntico banqueiro. Com o fim do tráfico, tais relações se haviam tornado menos estreitas, mas a dependência continuava inalterável, pois os principais clientes do comércio eram os donos de escravos, de modo que ele seguia sendo um prolongamento do escravismo, “o mecanismo pelo qual a carne humana é convertida em ouro e circula, dentro e fora do país, sob a forma de letras de câmbio”. Através do crédito, a

escravidão reduzira o fazendeiro de café e o senhor de engenho a um “empregado agrícola que o comissário ou o acionista de banco tem no interior para fazer o seu dinheiro render acima de 12%”, afirmação que dá a pista para rever uma das falsas idéias mais persistentes da historiografia brasileira, a da dominação irrestrita da grande lavoura sobre o processo de decisões do Segundo Reinado.

O mesmo poder público não poderia ser compreendido sem referência à função precípua do Estado brasileiro, que consistia em absorver pelo emprego os representantes da ordem escravocrata que não encontravam meio de vida em atividades produtivas. Mediatizada pelo empreguismo, a escravidão moldara o sistema político. O funcionalismo público era apenas “o viveiro político”, “o asilo dos descendentes das antigas famílias” arruinadas por ela:

Faça-se uma lista dos nossos estadistas pobres, de primeira e segunda ordem, que resolveram o seu problema individual pelo casamento rico, isto é, na maior parte dos casos, tornando-se humildes clientes da escravidão; e outros dos que o resolveram pela acumulação de cargos públicos, e ter-se-ão, nessas duas listas, os nomes de quase todos eles. Esta relação funcional entre a escravidão e o Estado, Nabuco a resumiu em página das mais esclarecedoras que já se escreveram sobre o Segundo Reinado:

A lavoura, porém, não sustenta somente os que lhe emprestam dinheiro a altos juros, sustenta diretamente a sua clientela, que a serve nas capitais. Isso não é tudo e é normal. Mas o Estado tem um aparelho especial chamado apólice, do qual os bancos são as ventosas, para sugar o que reste à lavoura de lucro líquido. Essas sobras, ele as distribui pelo seu exército de funcionários, os quais por sua vez sustentam uma numerosa dependência de todas as classes. Temos assim que a lavoura, pelo pagamento de juros, pelo pagamento de serviços e pelos empréstimos incessantes que faz ao Estado, sustenta todo esse número imenso de famílias que absorvem a nossa importação e pagam os impostos

indiretos. [...] Se o Estado amanhã fizesse ponto, ver-se-ia que ele tem estado a tomar os lucros da escravidão aos que produzem para distribuí-los entre os que ela impede de produzir.

Ao frustrar o desenvolvimento de uma estrutura social pluralista, a escravidão dotou o sistema político do Segundo Reinado de um grau de autonomia que o insensibilizou às reivindicações da sociedade civil. Sendo o emprego público a única saída, a vida política convertera-se na “empregomania”, na “triste e degradante luta por ordenados”. O Presidente do Conselho vivia da boa vontade da Coroa, os ministros, da do Presidente do Conselho, e assim por diante. Nabuco enxergava “ministros sem apoio na opinião que ao serem despedidos caem no vácuo; presidentes do Conselho que vivem noite e dia a perscrutar o pensamento esotérico do Imperador”. Os partidos eram “apenas sociedades cooperativas de colocação ou de seguro contra a miséria”; e o regime representativo, “um enxerto de formas parlamentares num governo patriarca!”.

O poder é infelizmente entre nós (e esse é um dos efeitos mais incontestáveis do servilismo que a escravidão deixa após si) a região das gerações espontâneas. Qualquer ramo, por mais murcho e seco, deixado uma noite ao alento dessa atmosfera privilegiada, aparece na manhã seguinte coberto de folhas. Não há como negar o influxo dessas fias: é toda a nossa história. “O poder é o poder” foi uma frase que resumiu a sabedoria da experiência de todos os nossos homens públicos e sobre a qual assentam todos os seus cálculos.

Dai que para fazer carreira entre nós é preciso tratar os princípios e o direito como entidades metafísicas, desterrá-los da política e não consentir que adquiram autoridade alguma sobre nós; é preciso ter a esse respeito o vácuo mais perfeito no cérebro e no coração e ser prático antes de tudo, isto é, não tolerar que idéias modifiquem fatos e muito menos prejudiquem interesses.

Destarte, a crítica ao poder pessoal do

Imperador que, até a publicação de “O abolicionismo”, limitara-se, exceção de José Bonifácio, o Moço, a argumentos de natureza puramente político-constitucional, adquiriu com Nabuco nova dimensão explicativa. Ele não entreviu, contudo, que, do ponto-de-vista estritamente abolicionista, o poder pessoal tinha suas vantagens, pois ao criar as condições desse esplêndido isolamento do Estado imperial, a escravidão suicidava-se, pois será precisamente o desequilíbrio entre o Estado e a sociedade que habilitará a Coroa a desferir os golpes que jogarão por terra o regime servil, embora golpeando de morte o sistema político: a proibição do tráfico africano, o ventre livre e, finalmente, a Abolição. Nabuco encarou, portanto, com ceticismo a eficácia das reformas políticas do Segundo Reinado, pensando que, devido à escravidão e às instituições ancilares, todas essas reformas produziriam efeitos perversos.

Da lei Saraiva, que criara o voto direto, resultara apenas o crescimento da participação escravocrata no Parlamento, convertido “num verdadeiro Congresso Agrícola”. A revisão do sistema de recrutamento, que visara podar a influência dos grandes proprietários sobre as camadas livres da população, dera apenas lugar ao “serviço obrigatório da enxada”. Após haver criado o mercado de escravos, o regime servil inventava o mercado de eleitores”.

Mas foi na sua obra de historiador, “Um estadista do Império”, não em “O abolicionismo” que Nabuco descreveu com acuidade o funcionamento do nosso antigo regime monárquico. Ambos os livros, portanto, se completam, embora escritos com objetivos e em circunstâncias bem diversas, pois quando da redação da biografia do conselheiro Nabuco de Araújo, o autor vivia não a marginalização provisória de uma derrota eleitoral, mas o ostracismo político a que o votara a proclamação da República. Era inevitável, portanto, que o tom participante de “O abolicionismo” destoasse do acento reflexivo, de balanço histórico, de “Um

estadista”. É certo que este adquiriu assim aquela feição olímpica, capaz de irritar o leitor propenso a confundir gosto pela história com o gosto pelo que Oakeshott chamou de “política retrospectiva”.

A objeção de elitismo tem a ver evidentemente com o gênero biográfico, que confere à ação individual um relevo que nos livros de memórias pode chegar à megalomania ou à tentativa de reescrever a história, segundo não o que ela foi, mas o que o autor gostaria que ela tivesse sido. Mas a principal acusação de elitismo reside em que “Um estadista do Império” escamotearia o papel político das camadas carentes de representação política, objeção igualmente infundada. A ênfase que Nabuco atribui ao desempenho dos homens políticos do Segundo Reinado não resultou de preferências pessoais ou ideológicas, mas do fato de que o regime constituiu o que se designa por sistema de cooptação.

É bem sabido que o traço fundamental desses sistemas reside precisamente em que a participação política é controlada de cima. Por conseguinte, Nabuco tinha necessariamente de atribuir um lugar modesto à ação das forças que se encontravam excluídas do sistema e que eram, por assim dizer, politicamente passivas.

O fato de as páginas de “Um Estadista do Império” estarem repletas dos homens que compunham a classe dirigente da monarquia não quer dizer que, em princípio, Nabuco julgasse convencionalmente que a história se resumisse a eles. O sistema político brasileiro é que, de fato, vivia deles e, sobretudo, do Imperador. Não havia, por conseguinte, como conferir uma dimensão permanente à atuação popular. Quando essas forças irromperam esporadicamente naquelas raras ocasiões em que o jogo político extrapolou suas balizas, Nabuco as trouxe para o palco, como fez com a revolução prateira. Quando “Um estadista do Império” saiu do prelo, o federalismo de 1891, bem pensante, ignorava seu precursor prateiro, concordando tacitamente com a velha concepção saquarema segundo a qual as rebeliões

regenciais e do decênio inicial do Segundo Reinado não haviam passado de movimentos anárquicos e irresponsáveis, que teriam comprometido irremediavelmente a unidade nacional não fosse a sabedoria providencial de Eusébio, Paulino e Rodrigues Torres.

Esta concepção imperial e fluminense só enxergava em tais movimentos a expressão de interesses provinciais, como se estes fossem por definição ilegítimos, e tão somente a manifestação de certo gosto, digamos, ibero-americano, pela turbulência e pela agitação estéril. Nabuco não fugiu inteiramente à influência da versão saquarema da nossa história política, mas inegavelmente o capítulo que dedicou ao período regencial é seguramente o mais compreensivo de quanto se escrevera até então a respeito; e as páginas relativas à revolução prateira foram as primeiras a reabilitar a inspiração do movimento. Contradição bem ao gosto brasileiro: enquanto a República recém-triunfante prefere esquecer seus antecedentes históricos, o monarquista Nabuco, que, feita a abolição, propusera-se lutar pela federalização do Império, recupera a revolução pernambucana, que havia pedido uma revisão constitucional que fosse além do Ato Adicional.

Nabuco nos descreve, por trás da Praia, o ódio visceral e hereditário da plebe recifense ao

comércio português; por trás de Teófilo Otôni, nas eleições fluminenses de 1860, o “furacão político” que o transporta, “a maré democrática” que volta a crescer, graças ao entusiasmo popular e estudantil e ao comércio carioca. Mas é sobretudo na sua descrição dos anos finais do Império que Nabuco observa a irrupção das novas forças que já não eram as do velho liberalismo histórico mas que tendiam igualmente a subverter a autonomia do jogo político no Segundo Reinado e faziam prever a República e o Encilhamento: o negociismo desenfreado, a advocacia administrativa a viver do orçamento e a enriquecer através das subvenções, fornecimentos, emissões, empréstimos, garantias de juro, contratos de estradas-de-ferro, de engenhos centrais, de imigração estrangeira.

Se há elitismo em “Um estadista do Império”, ele decorre de que o autor encarou o aparecimento dessas novas forças com uma apreensão de cunho, não reacionário, pois elas não eram menos elitistas que as predominantes sob o regime imperial, eram talvez até mais. O temor de Nabuco, digamos a palavra adequada, era de fundo estético, embora às vezes o reacionarismo costume fantasiar-se de esteticismo.

Almoço oferecido ao Presidente do Zimbábue

*Discurso do Senhor Presidente da República no almoço
oferecido ao Presidente do Zimbábue, Sr. Robert
Mugabe - Brasília, 16 de setembro de 1999*

Senhor Presidente,

Quero falar-lhe, antes de mais nada, do prazer que sentimos de receber a visita de Vossa Excelência, a primeira de um Chefe de Estado do Zimbábue ao Brasil. Este, portanto, é um momento histórico nas relações de amizade entre nossos dois países, que tanto têm em comum em suas aspirações de paz e desenvolvimento. Aqueles que, como eu, acompanharam as lutas contra o colonialismo e contra o apartheid guardam admiração pelo papel histórico de liderança exercido pelo Presidente Mugabe. O povo do Zimbábue teve o privilégio de ter à sua frente, no momento crítico da construção de seu Estado nacional independente e de superação da herança da segregação racial, um estadista cuja ação continua a ser, até hoje, uma referência fundamental da política africana.

Uma das grandes realizações de nosso século foi a de ter virado definitivamente a página do colonialismo. Esse feito histórico ocupará, sem dúvida, lugar de destaque no balanço que farão as gerações futuras sobre o nosso tempo. Como o Zimbábue, o Brasil teve que enfrentar, em sua história, o legado da dependência colonial, que incluiu, em nosso caso, até quase o final do século XIX, a nódoa de um regime institucionalizado de discriminação racial, a escravidão. Esses elementos marcaram o nosso processo de desenvolvimento e criaram distorções e

injustiças que até hoje nos empenhamos por superar.

Hoje, compartilhamos o desafio de encontrar formas criativas e eficazes de responder aos anseios de nossos povos, em especial das camadas mais pobres e mais vulneráveis. Para isso, estamos realizando reformas de grande alcance, voltadas para eliminar obstáculos ao desenvolvimento e para erradicar a exclusão social. E o fazemos a partir de um compromisso inarredável com a democracia e a observância dos direitos humanos. Estes são valores insubstituíveis em nossas sociedades. Representam a melhor garantia de que dispõe a comunidade internacional para fortalecer a paz e solucionar os conflitos que ainda persistem no mundo. É na democracia que as diferenças de idéias e de interesses podem conciliar-se de forma pacífica. É na democracia que as estruturas sociais podem transformar-se sem o recurso à violência.

Menciono esses temas - os do desenvolvimento, da democracia e da paz - porque são centrais nos desafios que todos compartilhamos. Desafios que a África enfrenta no esforço de superar a pobreza e os conflitos. No esforço de garantir um ambiente de paz, propício ao progresso social, ao crescimento econômico, ao florescimento da cultura e das realizações humanas. Vossa Excelência sabe, melhor do que todos aqui presentes, o quanto o flagelo da guerra ainda aflige o continente africano e,

em particular, a região de vizinhança imediata do Zimbábue. O Brasil é um país ligado à África por laços de história comum, de cultura comum, por inúmeros vínculos humanos que formam a riqueza de nossa amizade. Por isso, sentimos de forma especialmente intensa a tristeza e a preocupação pela persistência de conflitos cujos horrores não cessam de nos surpreender e de nos causar indignação.

Conflitos como o que continua a provocar horribéis sofrimentos em Angola, apesar dos esforços de países amigos, como o Brasil e o Zimbábue, para ajudar em sua solução. Ou como o que vem afetando a República Democrática do Congo, que além da tragédia que representa para o povo daquele país, tem efeitos desestabilizadores que vão além de suas fronteiras. E não é só na África que esses conflitos continuam a deixar o seu rastro de destruição.

A mesma indignação nos invade quando vemos o que está ocorrendo no Timor Leste, onde se tornou indispensável e urgente que a comunidade internacional ajude o povo timorense na garantia de sua segurança e no exercício de sua autodeterminação

Senhor Presidente,

Muito já se falou sobre a importância do momento atual para o continente africano, que se vê diante da necessidade de conciliar as tarefas do pós-colonialismo com as oportunidades oferecidas por um sistema internacional em transição, no qual foram descartadas muitas das certezas que predominaram no período da Guerra Fria. Sou dos que acreditam em um futuro promissor para a África. Confio na capacidade de seus povos, depois de tantas décadas de dificuldades, de abrir caminho para uma vida melhor, onde a democracia e o desenvolvimento avancem de mãos dadas. E sei que o Zimbábue tem uma contribuição decisiva a dar nesse processo.

A África é uma dimensão essencial de nossa política externa. Tanto nos contatos com nossos parceiros africanos quanto nas Nações Unidas, o Brasil procura contribuir para o fortalecimento da paz

e das condições de desenvolvimento naquela região. Nesse contexto, o diálogo com o Zimbábue é para nós de extraordinária importância, e a visita de Vossa Excelência ao Brasil nos dá a oportunidade para aprofundá-lo. Os encontros que mantivemos na manhã de hoje mostraram, sobejamente, o quanto podemos fazer juntos.

Os números do intercâmbio comercial revelam que existe, sem dúvida, um enorme potencial de crescimento em nossas trocas. Nossos países são amigos, têm afinidades importantíssimas, mas ainda se conhecem muito pouco.

Em nossos dias, torna-se fundamental a articulação entre os agrupamentos de integração em diferentes regiões. Por isso, é importante que o MERCOSUL e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) continuem a explorar, com vistas a resultados práticos, as possíveis formas para uma maior aproximação comercial entre nossas regiões. Teremos muito a ganhar se fortalecermos nossas relações também em áreas técnicas específicas. Um exemplo é a possibilidade de intercâmbio de informações e cooperação no esforço de prevenção e tratamento da AIDS.

O Brasil e o Zimbábue têm, ambos, experiências importantes no enfrentamento desse problema. A missão do Ministério da Saúde que visitou Harare em agosto foi um primeiro passo, e a partir daí vamos trabalhar juntos. Queremos compartilhar com o Zimbábue o que já aprendemos a esse respeito.

Outro tema que nos une é o da reforma agrária, onde o Brasil tem avançado muito. A visita de uma missão do Zimbábue a Pernambuco, Bahia e Ceará, no ano passado, já permitiu identificar linhas de ação, como a da possibilidade de adaptação da experiência brasileira do "Banco da Terra" às condições no Zimbábue. Esses são apenas alguns exemplos de cooperação em uma relação que tenderá a se diversificar na medida mesmo em que tivermos êxito em projetos concretos. Como países

em desenvolvimento, enfrentamos problemas semelhantes e devemos procurar intensificar o nosso diálogo para buscar as melhores soluções. E nesse espírito que convido os presentes a que me acompanhem em um brinde à saúde e felicidade pessoal de Vossa Excelência, Presidente Mugabe, e

da Senhora May Grace, e ao projeto que nos une e que é simbolizado por sua presença em Brasília: a construção de um relacionamento de cooperação cada vez mais denso e cada vez mais proveitoso para os povos do Brasil e do Zimbábue.

Cerimônia de Partida do Pelotão da Polícia do Exército

Discurso do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, por Ocasão de Cerimônia de Partida do Pelotão da Polícia do Exército que integrara a Força Multinacional de Paz no Timor Leste - Base Aérea de Brasília, 20 de setembro de 1999

Compareço com grande orgulho a esta cerimônia de partida do pelotão brasileiro que integrara a Força Multinacional de Paz no Timor Leste.

Nos últimos dias, fomos todos testemunhas de manifestações trágicas de intolerância e violência em Timor. Grupos minoritários, derrotados pela democracia, transformaram o ódio em argumento.

A autodeterminação conquistada pelo povo timorense, legitimamente referendada nas urnas, viu-se ameaçada pela insensatez das armas e por uma escalada de atrocidades a que a comunidade internacional não poderia estar indiferente. O Brasil não esteve indiferente.

Os bravos voluntários que hoje partem para o Timor são portadores do testemunho de solidariedade de toda a nação brasileira. Com o povo timorense, partilhamos uma língua comum; uma mesma herança cultural. Partilhamos, sobretudo, a defesa da liberdade e a crença na solidariedade como valores fundamentais. E em nome dessa herança e desses valores que o Brasil envia seu apoio aos irmãos timorenses. E em defesa do direito a uma autodeterminação conquistada após anos de esforços corajosos que

hoje um pelotão composto por membros de elite da Polícia do Exército brasileiro segue para o Timor Leste.

Ao voluntariar-se para a missão, nossos soldados traduzem o sentimento mais íntimo do povo brasileiro em seu apego a liberdade, em sua defesa da tolerância, em seu respeito da diversidade. A Nação brasileira hoje assiste a partida de cada um de vocês com o orgulho justo de quem sabe estar lutando o bom combate. Seus pais e mães, esposas e filhos hoje voltarão para casa com saudade.

Mas voltarão também levando em seus corações a admiração pela coragem de seus filhos, maridos e pais de ir em tão longe em defesa de uma gente tão próxima. Que prevaleça o espírito de paz que nos reunira o mais breve possível.

Que Deus abençoe a missão de vocês.

54ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas

*Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia,
Ministro de Estado das Relações Exteriores, na abertura
do debate geral da 54ª Sessão da Assembléia Geral das
Nações Unidas – Nova Iorque, 20 de setembro de 1999*

Senhor Presidente,

O Brasil celebra a eleição de Vossa Excelência para presidir a 54ª Sessão da Assembléia Geral das Nações Unidas. Sua história pessoal de defesa da democracia e dos direitos humanos, que se integra à luta do povo da Namíbia pela liberdade e autodeterminação, será exemplo e fonte de motivação para nós.

Como nação irmã do Uruguai, orgulhamo-nos do trabalho realizado por seu antecessor, meu amigo Chanceler Didier Operti. Desejo manifestar o reconhecimento e a gratidão do Governo brasileiro pelo decisivo papel que desempenhou à frente da 53ª Sessão.

Nosso Secretário-Geral Kofi Annan merece homenagem especial. Neste período de graves e complexos desafios, seu equilíbrio e a força de sua serena liderança têm sido instrumentos valiosos na busca de soluções ao mesmo tempo realistas e inovadoras. Apreciamos e apoiamos seus esforços pela paz, pelo desenvolvimento e pela justiça.

O Governo brasileiro saúda a admissão de Kiribati, Nauru e Tonga, que se integram à família das Nações Unidas.

Senhor Presidente,

Ano após ano, há mais de meio século, nos

reunimos aqui para falar do mundo em que vivemos. Ano após ano, os representantes dos países que integram as Nações Unidas ocupam esta tribuna para apresentar sua visão da realidade internacional; para fazer diagnósticos e propor soluções.

À medida que passa o tempo, no entanto, e que aumentam as exigências de nossas sociedades, vemos ampliar-se a percepção de que entre as palavras e as ações existe uma permanente distância, que alimenta o ceticismo de uns, o pessimismo de outros. A cada crise, a cada tragédia humana que consegue romper a barreira do descaso internacional e se transforma em notícia, a opinião pública de nossos países olha para as Nações Unidas e exige respostas eficazes.

A triste realidade, porém, é que a comunidade internacional só se sente compelida a agir de forma conjunta, e mobilizar a vontade política e os meios indispensáveis, depois que os problemas se agravam a ponto de tornar imensamente mais difícil sua solução. O resultado é o sentimento de frustração e impaciência de que as Nações Unidas têm sido alvo. Seja porque as providências acabam por dar-se à margem da Organização, como ocorreu no Kosovo; seja porque as medidas aqui concertadas não foram suficientes para atender às necessidades concretas, como se viu no Timor Leste; seja porque, mais uma

vez, as Nações Unidas têm diante de si, como acontece em Angola, conflitos que, apesar das conseqüências catastróficas de todos conhecidas, não recebem a prioridade devida por parte da comunidade internacional.

Por que determinadas situações desencadeiam intensa mobilização de vontades e meios, e outras não? Por que o sofrimento humano em certas áreas do globo desperta indignação infinitamente maior do que quando ocorre em outras regiões? Duas situações ilustrativas dessa verdadeira síndrome do tratamento desigual são as que vivem Angola e o Timor Leste.

Em Angola, o descumprimento pela UNITA dos compromissos assumidos no Protocolo de Lusaca, e o enrijecimento de posições, ameaçam trazer de volta, com toda intensidade, a mesma guerra civil que, há quase um quarto de século, impõe privações e sofrimentos inaceitáveis a milhões de pessoas, em particular as mais desfavorecidas.

Nesse país irmão, a comunidade internacional tem diante dos olhos — embora seja pequena a cobertura pelos meios jornalísticos de alcance global — um imenso desafio político e uma tragédia humanitária de chocantes proporções, que devem ser tratados com urgência e prioridade. O Conselho de Segurança não pode continuar a ser desrespeitado em suas resoluções como vem ocorrendo.

Também é urgente — e nesse caso as Nações Unidas já começaram a atuar — a tarefa de ajudar o povo do Timor Leste a garantir o direito, claramente expresso em votação livre, de decidir o seu próprio futuro como nação independente.

A sociedade brasileira, irmanada aos timorenses pela língua, pela cultura e pela história, rejubilou-se com eles pelo resultado inquestionável em favor da sua independência. Houve consternação no Brasil diante da violência e das perdas de vidas inocentes a que foi submetido aquele povo irmão. O Brasil não pode aceitar, nem os cidadãos brasileiros compreender, que não seja plenamente assegurada a autodeterminação do povo timorense.

Nesse sentido, acreditamos que a força multinacional aprovada pelo Conselho de Segurança, e da qual o Brasil fez questão de participar desde o início de suas operações, será capaz de pôr fim às atrocidades cometidas a partir da consulta popular e de restabelecer as condições necessárias a uma transição pacífica para a independência.

Senhor Presidente,

Na década que ora se encerra, a América Latina, vista por muito tempo como uma terra de atraso e ditaduras, foi capaz de construir uma nova imagem internacional, a partir da transformação da sua realidade.

A redemocratização de nossos países foi fator decisivo para que isto ocorresse, como o foram também os avanços importantes que realizamos no terreno da luta pelo respeito aos direitos humanos, embora muito ainda reste por fazer. A adoção de políticas econômicas consistentes, por sua vez, permitiu-nos sair dos eternos dilemas em que nos debatíamos e levou-nos a superar longos surtos inflacionários que tanta incerteza e tanta injustiça impuseram aos nossos cidadãos. Ninguém pense que as dificuldades que experimentamos, aqui e ali, durante o ano de 1999 nos farão retroceder e perder as conquistas que alcançamos.

Por alguns dias, semanas talvez, no início deste ano, o Brasil chegou a ser percebido como o “homem doente da América Latina”. Pensou-se que teríamos uma recaída na inflação alta, que viveríamos uma recessão profunda, que novamente adotaríamos panacéias para gerar crescimento a curto prazo e logo cair nos velhos ciclos do passado, das expansões milagrosas seguidas de contrações desastrosas.

Ora, chegamos ao final do século com uma inflação inferior a 8%, com a perspectiva de iniciar um ciclo de crescimento sustentado superior a 4% ao ano, prontos para completar um grande programa de modernização, por meio de importantes reformas na área tributária, fiscal e

da previdência social.

Não haverá vacilação na determinação do Presidente Fernando Henrique Cardoso de consolidar as bases de um país moderno, economicamente sadio e dinâmico, socialmente mais justo e politicamente maduro.

Senhor Presidente,

Com o advento da democracia, o Brasil e a Argentina puderam desenvolver a sólida amizade que une nossos povos e erguer em pouco tempo uma grande obra de integração. Nossos acordos no campo da cooperação nuclear são um exemplo e um fator de tranquilidade para a região e para a comunidade das nações.

O MERCOSUL, que criamos com o Paraguai e o Uruguai, e ao qual se associaram a Bolívia e o Chile, também democratizados, mudou o mapa econômico do hemisfério e do mundo. Nossa integração não se volta contra quem quer que seja, e, ao contrário, procura reforçar os laços históricos que mantemos dentro e fora das Américas.

Individualmente, e por meio do MERCOSUL, nossos países têm sido capazes de contribuir com maior peso para a construção de um ordenamento do comércio mundial que venha a ser ao mesmo tempo mais aberto, equilibrado e que deixe de validar a permanência de privilégios protecionistas, cujo custo incide principalmente sobre as nações em desenvolvimento.

Com a democracia, os países da América Latina puderam ajudar-se – sem ingerências indevidas e não solicitadas, mas com espírito solidário – em situações nas quais juntos perceberam risco à estabilidade institucional de um deles. Graças à democracia, os países da região conseguiram resolver disputas que há muito perturbavam a harmonia do mais pacífico e estável continente do globo. No final do ano passado, o Equador e o Peru, com o apoio das diplomacias do Brasil, da Argentina, do Chile e dos Estados Unidos, firmaram em Brasília os acordos que

puseram termo ao diferendo limítrofe que os opunha.

Assim, a despeito de todas as dificuldades, a América Latina vai-se transformando em um espaço fortemente integrado nas dimensões política, econômica e social. E é com esse espírito de integração, com a permanente consciência de que pertencemos a uma mesma família, que o Brasil se sente muito próximo dos diversos processos de renovação em curso na região.

As eleições de outubro na Argentina haverão de confirmar a vitalidade política de nosso grande vizinho e assegurar, na economia, as condições necessárias à estabilidade e à retomada do crescimento. Estamos certos de que essas mesmas expectativas favoráveis valerão para os desdobramentos das eleições que se realizam, ainda em 1999, no Chile e no Uruguai e, ano que vem, no México. Elas irão reforçar a marca democrática da América Latina.

O desenvolvimento político e econômico alcançado pela Bolívia desde os anos oitenta — vencidos obstáculos que, vinte anos atrás, pareciam quase intransponíveis — é outra prova viva de uma região que tem mudado muito, e para melhor. Também o Peru logrou vitórias que são objeto de reconhecimento internacional, seja no campo econômico, revertendo o panorama muito negativo da década passada, seja no combate ao terrorismo e ao narcotráfico.

Essa capacidade de vencer dificuldades se manifesta igualmente no Equador, onde, com o apoio das instituições financeiras internacionais, as forças políticas deverão, pelos caminhos constitucionais e democráticos, empreender as reformas indispensáveis à superação da crise atual. O Paraguai, por seu turno, conseguiu vencer delicada crise política no início deste ano e avança a passos firmes no rumo da consolidação da democracia e do desenvolvimento econômico. Para tanto, conta, como sempre, com o decidido apoio do Brasil.

A Guiana é outro exemplo significativo de compromisso com o reforço da cultura

democrática, e do espírito integracionista que nos anima. Fazemos votos de que o Suriname será capaz de juntar-se ao curso central dos progressos que estamos alcançando na região.

As mudanças em curso na Venezuela têm sido objeto de grande atenção internacional. Trata-se de processo a ser respeitado, pois nasce de manifestação clara e legítima do povo venezuelano em favor da renovação. A expressão dessa vontade pelas vias institucionais é a melhor garantia de que as transformações irão manter-se no caminho do respeito às normas, direitos e deveres que definem a democracia.

O Brasil confia, igualmente, em que, na Colômbia, o governo do Presidente Andrés Pastrana levará adiante seus esforços para pacificar a vida daquele país irmão. Ingerências externas indevidas somente serviriam para agravar um quadro já complexo, que deve ser superado pelos próprios colombianos.

Do êxito de nossos vizinhos, êxito no qual confiamos, depende o sucesso do povo e do governo brasileiros para resolver os seus próprios problemas, para vencer os seus próprios desafios, que não são poucos, nem pequenos.

Senhor Presidente,

O crime organizado e o tráfico de drogas são hoje um dos maiores desafios às sociedades democráticas. Eles representam, sem dúvida, grave ameaça à segurança de instituições nacionais e dos próprios cidadãos, que pagam com suas vidas o preço intolerável desse fenômeno do nosso tempo.

O acúmulo descontrolado e o comércio de armas pequenas estão intimamente vinculados ao crime organizado e ao narcotráfico. O Brasil, cujos cidadãos vêem suas vidas diariamente postas em perigo por armas de fogo contrabandeadas, atribui a mais alta prioridade a essa questão. No âmbito regional, já aprovamos a importante Convenção Interamericana sobre Transparência nas Aquisições de Armas Convencionais. Esperamos

que esta Assembléia aprove a celebração de Conferência Internacional sobre o Tráfico Ilícito de Armas em todos os seus Aspectos. No mesmo sentido, o Brasil atribui especial prioridade aos trabalhos para a elaboração da Convenção contra o Crime Organizado Transnacional.

A existência de armas de destruição em massa, por sua vez, continua a ameaçar a segurança e a própria sobrevivência da humanidade. Ações contrárias aos propósitos do regime de não-proliferação devem ser firmemente condenadas pela comunidade internacional. Da mesma forma, os Estados nuclearmente armados, assim como aqueles capacitados a produzir tais artefatos, devem avançar para a eliminação completa e definitiva das armas nucleares.

Por essa razão, o Brasil, Egito, Irlanda, México, Nova Zelândia, África do Sul e Suécia voltarão a apresentar, nesta Sessão, projeto de resolução sobre a “Nova Agenda para o Desarmamento Nuclear”. O projeto é animado pelo propósito de promover o diálogo construtivo sobre o tema e parte de percepções realistas e equilibradas sobre a natureza do processo de desarmamento nuclear.

Senhor Presidente,

As instituições democráticas nacionais e as organizações internacionais, em particular as Nações Unidas, enfrentam hoje desafios fundamentais.

No cotidiano dos países, as dificuldades econômicas, a presença e até o agravamento de problemas sociais, como a pobreza e a desigualdade extremas, geram impaciência. Impaciência diante de economias que não conseguem crescer em ritmo suficiente para elevar, com maior rapidez, o nível de bem-estar das sociedades.

Impaciência diante da vulnerabilidade às crises e turbulências nos mercados internacionais. Impaciência diante de processos políticos que, por vezes, não parecem capazes de responder, com a velocidade deles cobrada, às demandas legítimas e urgentes dos cidadãos. É essencial, no entanto, que

a impaciência coletiva se manifeste e produza resultados por meio dos canais democráticos. Esse compromisso do Brasil com as instituições democráticas e com o imperativo da legalidade vale também para a esfera internacional. Ao iniciar seu segundo período de governo, para o qual foi eleito, em outubro, pela maioria absoluta dos eleitores brasileiros, o Presidente Fernando Henrique Cardoso foi claro:

“Não há fundamento válido para a ordem internacional fora do direito. Se o unilateralismo e o uso da força forem percebidos como princípios orientadores das relações internacionais, a opção racional no longo prazo não será a de uma aposta na ordem e na normatividade, mas nos recursos que viabilizam o exercício do poder. Uma ordem verdadeiramente nova deve ter, como aspecto primordial, a aceitação de instituições multilaterais – a começar pelo Conselho de Segurança – como fonte da legalidade e da legitimidade dos atos que garantem

a paz e a solução pacífica de controvérsias.”.

As nossas sociedades esperam, também com crescente impaciência, que as organizações multilaterais, especialmente as Nações Unidas, sejam capazes de desempenhar um papel importante, central mesmo, na construção de uma ordem internacional que conduza à realização de aspirações e valores compartilhados pelo conjunto da humanidade.

O caminho é o da renovação, da mudança. Se os governos do mundo querem ter nas Nações Unidas uma organização forte e eficaz, devem mudar seu modo de pensar e agir na Organização e, paralelamente, pensar e agir para mudar a Organização. É disso que se trata. E é o que temos de fazer.

Muito obrigado.

Abertura do Congresso Brasil-Portugal 2000

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Solenidade de Abertura do Congresso Brasil-Portugal 2000 - Auditório do Palácio Itamaraty, 21 de setembro de 1999

Senhor vice-presidente da República,
Dr. Marco Maciel,
Senhores chefes de poderes que nos dão a honra da presença e da companhia aqui,
Ministro Velloso, do Supremo Tribunal Federal,
Deputado Michel Temer,
Senhor embaixador Seixas Côrrea,
Ministro interino das Relações Exteriores,
Senhor embaixador de Portugal,
Senhores ministros de Estado presentes,
Parlamentares,
Professor Emani Rodrigues Lopes,
Senhores e senhoras participantes desse encontro,

É com muita satisfação que venho à abertura das sessões brasileiras do Congresso Brasil-Portugal ano 2000. Desejo, antes de tudo, saudar os coordenadores do Congresso: o Dr. Emani Lopes e o ministro Marcos Vilaça, personalidades que muito tem contribuído para a afirmação da lusitanidade.

Aproveito a oportunidade para acrescentar que não é a minha impaciência que faz com que os discursos sejam mais curtos, mas é a minha agenda. E lamento, profundamente, não poder escutá-los - e escutá-los amplamente - depois do que ouvi do professor Emani Lopes e do Dr. Marcos Vilaça. Um na sua linha de pensamento sobre os desafios da globalização e da participação do Brasil e de Portugal

nesse processo. E outro, o nosso ministro Vilaça, que é ministro do Tribunal de Contas, mas que não se esquece, nunca, que é membro da Academia Brasileira de Letras, e que nos encanta, sempre, com suas palavras cheias de expressividade.

Também quero estender meus cumprimentos ao embaixador Lauro Moreira, que cumpriu com discernimento e espírito público as suas atribuições, diante do desafio das comemorações dos 500 anos. E que hoje tem, também, o ministro Rafael Greca para ajudar-nos a dar o brilho necessário a essas comemorações.

Estou ciente, naturalmente, dos propósitos amplos e, por isso mesmo, desafiadores deste Congresso Brasil-Portugal. Sei, como já foi dito, que deverá reunir nomes expressivos da intelectualidade luso-brasileira, para discutir as perspectivas do diálogo entre os dois países em diferentes áreas do conhecimento, da economia e história, até a política e sociologia. Peço, assim, a compreensão dos convidados para ir além do papel protocolar que me cabe e ousar algumas reflexões sobre a nossa multifacetada - e sempre instigante - herança ibérica. Este Congresso veio em boa hora. Arrisco-me a dizer que o Brasil anseia por leituras atualizadas sobre seus laços com Portugal, leituras que reflitam a opção amadurecida dos dois países, pela democracia, como aqui foi dito e como também foi dito pela

modernização econômica, leituras que se informem do rico repertório em interpretações sobre a matriz ibérica da cultura brasileira, mas que guardem um tom crítico e uma perspectiva de futuro.

Não me custa recordar que, uma vez independentes, nós, brasileiros, apressamo-nos a interpretar o passado. Queríamos dispor de uma tradição que desse lastro ao Estado que se formava. A Nação ou a sua construção impunha-se como um desafio à elite pensante. Varnhagen exemplifica esse momento. Mitificou a colônia, a origem européia, o Império português, Império a que o Brasil, politicamente emancipado, estaria dando continuidade.

A emancipação teórica viria depois. Iniciou com intérpretes como Capistrano de Abreu, já no final do século XIX. O historiador cearense fez da especificidade brasileira sua maior preocupação, orientando o foco dos grandes feitos para o cotidiano. Abrindo espaço para o índio, para o povo miscigenado, substituindo raça por cultura como categorias de análise. E isso quando se afirmava o prestígio da etnografia racista. Capistrano foi, dessa forma, um precursor de Gilberto Freyre.

O século XX nos trouxe “Casa Grande e Senzala”. Rompemos de vez com as teses de branqueamento, assumimos a nossa etnicidade. Freyre nos sabia mestiços e comprovou que isso era bom. Realmente, cantou loas a esta mestiçagem. É verdade que o fez sob a ótica do patriarcado, idílica, abafando as tensões sociais, como depois insistiria Florestan Fernandes. Mas representou, sem dúvida, um marco divisor de águas, entre um Brasil ressentido de sua negritude e um Brasil orgulhoso de sua mestiçagem. Foi o mais brilhante intérprete de nossa plasticidade cultural. Traço que saudava, com justiça, como uma herança ibérica ou, mais precisamente, lusitana.

O legado ibérico voltaria à baila com Sérgio Buarque de Holanda, agora, sob um olhar menos apologético. Sérgio não sugeriu que a gesta portuguesa tenha ficado aquém de outros

empreendimentos coloniais. Chegou mesmo a destacar a adaptabilidade dos portugueses aos trópicos. A “ética aventureira” dos nossos colonizadores teria sido “o elemento orquestrador por excelência” da diversidade brasileira.

Sérgio não se privou, contudo, de discutir o passivo que acreditava haver sido deixado pela cultura lusitana. Alertou para o viés antidemocrático da “mentalidade cordial”, do apego ao personalismo, a critérios subjetivos na tessitura das relações sociais. O homem cordial não acataria regras gerais, impessoais, sem as quais não vingaria a democracia. Tudo passaria pelo crivo pessoal, da família inclusive - ou, sobretudo - o Estado, o bem que se supõe público. Lembra-nos Antônio Cândido que Sérgio foi o primeiro entre nós a utilizar e compreender o termo patrimonialismo.

Se Sérgio Buarque de Holanda foi pioneiro, não nos faltaram outros leitores argutos do patrimonialismo, entre os quais singularizo Raimundo Faoro, com “Os Donos do Poder”, retrato eloqüente da permanência do poder estamental na vida política brasileira, da Casa de Aviz a Getúlio Vargas. Para Faoro, a história do Brasil é a história do estamento. Impermeável às pressões sociais, o estamento burocrático ter-se-ia mantido autônomo, da Colônia à República, na definição e gestão da coisa pública.

Transcorridos 41 anos do lançamento de “Os Donos do Poder”, 63 anos de “Raízes do Brasil” e 66 anos de “Casa Grande e Senzala”, é de se perguntar o que permanece de elucidativo nessas obras a respeito do Brasil. Para aqueles que pretendem respostas, cabe sempre a lembrança de que os três livros foram produzidos em contextos específicos e com interlocutores certos. Freyre dialogava com a tese da superioridade racial. Sérgio, com os saudosistas da sociedade patriarcal e os ideólogos autoritários, que viriam a dar amparo ao Estado Novo. E Raimundo Faoro, com a historiografia de sua época. A compreensão do significado dos três ensaios passa por essa contextualização. Seria impróprio cobrar de Freyre, Sérgio e Faoro obras atemporais que

sobrevivessem sem desgaste à imprevisibilidade do processo histórico.

Isso posto, não há como deixar de reconhecer que parte do diagnóstico feito por nossos intérpretes conserva a sua autoridade. Vejamos o fenômeno do patrimonialismo. Sabemos que ele sobreviveu a Vargas, progrediu sob o regime militar e, ainda hoje, se coloca no caminho da modernização do Estado. Cheguei a estudar o assunto durante os anos de autoritarismo. Falei na existência do que chamei de “anéis burocráticos”. Buscava representar o conluio que se dava no interior do Estado entre grandes empresários e a alta burocracia, para definir onde e como se dariam incentivos públicos. Foi uma das formas encontradas pelo arbítrio para perpetuar a gestão do bem público por interesses localizados.

Com o retorno do Estado de Direito, o fenômeno assumiu novos contornos, mais transparentes, o que facilitou a sua crítica. Os lobbies ganharam os corredores do poder, à busca de subsídios e crédito fácil. O estamento se encastelou em nichos cartoriais para defender privilégios e regalias. Fora e dentro do Estado, continuamos a ouvir o refrão de uma metonímia perversa, que projeta interesses tópicos como aspirações gerais, que vê o país como extensão do lar, da repartição ou da empresa.

Mas os últimos 20 anos não podem ser resumidos por esse discurso de uma nota só. Eles nos fizeram ir além. Passamos a ter uma sociedade civil autônoma, não tutelada. Foi ampliado o espaço público. O Estado passou a contar com interlocutores reais. Não me refiro apenas aos partidos criados durante a transição, ao novo sindicalismo, à imprensa, que se fez mais crítica e acurada. Tenho em mente também as organizações não-governamentais, os movimentos sociais e a plêiade de novos atores que se vêm afirmando com as mudanças observadas na estrutura produtiva. Boa parte das quais ainda sem canais de representação definidos. Da confluência dessas vozes surgiu uma opinião pública com vigor e capacidade de ressonância inéditos na história do nosso país.

Falo do Brasil, mas sei que essa leitura também seria pertinente em Portugal. Lá, como aqui, a emergência da sociedade civil foi a principal novidade do pós-autoritarismo. Isso nos tem exigido a reforma do Estado. Carcomidos pelo tributo patrimonialista, os Estados brasileiro e português não estavam capacitados a responder demandas sociais de complexidade crescente. Recorremos a terapias semelhantes, baseadas no reconhecimento da importância de orçamentos equilibrados, para uma retomada sustentável dos investimentos públicos. Portugal saneou suas finanças no marco da integração europeia. Estamos a sanear as nossas com as reformas que meu governo tem adotado, em parceria com o Congresso.

Queria acrescentar, depois de ter ouvido as palavras do Dr. Ernani Rodrigues Lopes, tão pertinentes, que, efetivamente quando se encara a globalização, com uma visão estratégica, tem ele razão em afirmar, que esse desafio não pode ser visto apenas como alguma coisa negativa. Tem que ser visto, também, como uma oportunidade. E essa oportunidade não pode ser desperdiçada com um permanente olhar para o retrovisor.

Temos que ver as possibilidades que se abrem, de uma integração que não se faça defensivamente apenas - porque o mercado interno teria de ser preservado - mas que se faça ativamente, como uma nova conquista. Ninguém melhor do que os portugueses, e aqui foi refeita essa trajetória, para nos ensinarem o espírito da conquista. Foram eles, talvez, os primeiros globalizadores da economia capitalista mundial. Foram eles que, nos albores dos séculos XV e XVI, mudaram o mundo, ocupando espaços nunca antes navegados. E não os ocupavam apenas porque tivessem a vocação pelo mar, pela busca do infinito. Esta busca deste horizonte que se faz sempre necessária, mas que sempre é fugidio. Não foi somente o acaso divino que os levou às costas da Índia, a Moçambique, às costas da África, do nosso lado atlântico, ou ao Brasil. Foi, também, a implantação de um primeiro movimento de globalização do capitalismo comercial.

Se nós temos a esperança que nos inspira a marchar adiante, por que temer? Por que não definirmos juntos, como propõe neste instante, com pertinência, o Dr. Emami Rodrigues Lopes, por que não marcharmos juntos, brasileiros e portugueses, na busca dos caminhos que se abrem nessa nova fase do capitalismo contemporâneo? É o que estamos fazendo. Se olharmos os dados, veremos que Portugal talvez os tenha feito com mais audácia que nós, brasileiros. É só ver o crescimento do investimento direto português, no Brasil, que é alguma coisa extraordinária. São aos bilhões, a cada ano. Provavelmente, este ano, nós estaremos ao redor de três bilhões de dólares. Para Portugal, representa um esforço muito grande. Para o Brasil, é um significado, também, marcante, porque mostra que Portugal percebeu que aqui, nas terras da América, é o Brasil que pode, realmente, abrir-se a essa nova fronteira do desenvolvimento econômico.

Essa nova fronteira não se abre a qualquer país. Ela se abre ao Brasil porque aqui temos uma base que permite esse crescimento. Esta base não é apenas o tamanho do nosso mercado. Já foi dito, pelos que me antecederam - e insisto - esta base, hoje, tem como, realmente, forma de coesão, a capacidade de produção intelectual, tecnológica e científica. Se o Brasil não tivesse sido capaz de, durante décadas - a despeito de tudo, com ou sem autoritarismo, com ou sem populismo, com ou sem crise - ter mantido uma política ativa de formação de quadros, não teríamos hoje a proximidade que temos, que já se transformou em realidade, de abrigar tantos e tão grandes e tão complexos investimentos.

A despeito de todas as críticas - muitas delas válidas - mantivemos um sistema de ciência e tecnologia em ampliação, e, durante décadas, oferecemos 50, 60 mil bolsas de mestrado e doutorado. Fizemos uma transformação imensa no nosso ensino. Se não tivéssemos feito isso, não teríamos sido capazes, como hoje somos, de estarmos à frente, por exemplo, da tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas,

desenvolvida no Brasil ou de estarmos vendendo, com grande vantagem, aviões comerciais com uma capacidade de competição bastante marcada. Temos uma empresa como a Embrapa, que permitiu que os brasileiros - talvez sem perceberem a importância do feito - tivessem sido capazes de conquistar as savanas do Brasil Central, estas terras que estão aqui, no Planalto Central, e que eram consideradas incultiváveis. Hoje são fonte de uma riqueza inesgotável, que é a nossa produção agrícola baseada no desenvolvimento de sementes apropriadas e tecnologias apropriadas, desenvolvidas por nós, na Embrapa.

Se temos isso, se temos essa capacidade, se olharmos o hemisfério, hoje, vamos ver que, talvez com a exceção do México, certamente, sob os influxos de sua ligação com os Estados Unidos, temos uma condição positiva de inserção no sistema internacional de produção. Talvez só o Brasil, com o MERCOSUL, tendo sempre presente a importância da Argentina, a despeito do que possa acontecer conjuntamente, a despeito disso, mas tendo a visão estratégica de que o MERCOSUL é fundamental, talvez seja só o Brasil, em todo este hemisfério, com a exceção já referida, capaz de abrigar uma base produtiva que se remodelou. Quando os especialistas em retrovisor só falam em sucateamento da indústria, o que aconteceu foi o oposto: uma tremenda remodelação. Só o Brasil tem essa condição, hoje, de uma participação mais ativa na economia globalizada, não na condição apenas de consumidor, mas na condição de produtor.

Adiro, portanto, às reflexões do professor Rodrigues Lopes, que são mais do que oportunas e mostram que é esse, realmente, o caminho. E imagino que, hoje, no encontro dos economistas, isso possa ser aprofundado e - quem sabe? - possam dar a nós, pobres dirigentes de países, de formação limitada nas áreas econômicas, algumas luzes para que possamos seguir adiante neste caminho de uma integração produtiva, crescente, positiva, com uma aliança também crescente entre Brasil e Portugal.

Mas também gostaria de ressaltar, aqui, uma outra importância, uma outra coincidência importante

entre Brasil e Portugal: estamos reformando o Estado, pelas razões já ditas há pouco, sob a égide da social-democracia. A meta a que nos propusemos no Brasil tem sido executada em Portugal, com um descortínio histórico, por nomes como Mário Soares, Jorge Sampaio e António Guterres. Social-democracia, social-liberalismo, sempre com ênfase na questão de uma visão do Estado que é bastante diferente daquilo que os seguidores do individualismo possessivo crêem no Estado mínimo. Não é esse o nosso caminho.

Estamos fazendo as reformas sob o sonho necessário, mais uma vez, da universalização dos benefícios sociais. Não estamos negando a herança ibérica, mas trabalhando sobre ela, longe de buscar a substituição do Estado pelo jogo exclusivo dos interesses privados. O que estamos realizando é a autêntica desprivatização do Estado, para afirmar com mais força o seu caráter público.

Não se está buscando outra coisa senão o objetivo da integração social que José Bonifácio tanto recomendou aos homens de seu tempo. Ele falava dos escravos. Nós falamos dos deserdados do campo e da cidade, que são milhões, inaceitáveis milhões. Eles são a única e imperativa razão que me faz clamar pela urgência das reformas.

Quero concluir retornando aos nossos intérpretes, sobretudo a Gilberto Freyre, mas também a Sérgio Buarque de Holanda, Capistrano de Abreu e a todos aqueles que souberam valorizar aquilo que me parece um dos maiores legados recebidos de Portugal, e que não foram poucos, como a língua e o território. Penso na plasticidade cultural e na nossa inestimável aptidão para compreender e assimilar a diferença. Sem ela, seríamos bem menos. Não teríamos desenvolvido a antropofagia que nos deu Aleijadinho, Machado de Assis, Villa-Lobos, os modernistas, bossa-nova. Não teríamos, tampouco, gestado a nação multiétnica que hoje somos, com contribuições sempre muito bem recebidas de todas as partes do mundo. Somos gratos a Portugal por nos dar a chave para o que temos de melhor: o povo e a cultura.

E, já que estamos no Itamaraty, impõe-se

uma nota final sobre a importância deste traço: a plasticidade ou o pluralismo cultural para nossa inserção internacional. Plasmados, como fomos, por múltiplas influências, nossa essência é universalista. Não se espera que fiquemos alheios à sorte de região alguma do mundo e muito menos daquelas que partilham nossa gramática original, a nossa matriz ibérica. O mundo lusófono é o nosso mundo, do Tejo a Luanda, de Baía Cabrália a Dili. Se os sinos dobram em Angola ou no Timor Leste, eles também dobram por nós. O Brasil não faltará à sua lusitanidade, após 500 anos de História.

Muito obrigado.

Palavras do Senhor Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores na Solenidade de Abertura do Congresso Brasil-Portugal 2000 - Palácio Itamaraty, 21 de setembro de 1999

Senhor Presidente da República,
Senhor Vice - Presidente da República,
Senhores Embaixadores estrangeiros,
Senhor Presidente da Câmara dos Deputados,
Senhor Presidente do Supremo Tribunal Federal,
Senhores Ministros de Estado,
Senhores parlamentares,
Senhoras e Senhores,

É com grande satisfação que dou as boas-vindas às ilustres personalidades portuguesas e brasileiras que irão debater, durante os próximos três dias, extensa agenda econômica de interesse comum a Portugal e Brasil.

O Congresso Brasil - Portugal Ano 2000 constitui uma das mais importantes iniciativas da Comissão Bilateral para as Comemorações do V Centenário, que vem sendo conduzida, desde seu primeiro momento, pela competência e lucidez de seus Coordenadores-Gerais, Ministro Marcus Vinícios Vilaça e Professor Ernâni Rodrigues Lopes. Seu propósito é o de conferir dimensão prospectiva aos festejos do descobrimento, fazendo

com que esse adensamento de diálogo, esse maior conhecimento mútuo entre as academias brasileiras e portuguesas em dez diversos campos do conhecimento, se volte para o futuro das relações bilaterais, contribuindo assim para a consolidação de uma parceria profícua e consistente entre os dois países no século que se avizinha.

A Sessão de Economia que ora se instala, sob o tema geral “Brasil e Portugal: Desenvolvimento e Cooperação”, certamente emulará o êxito das Sessões inaugurais de Geografia e de Direito, realizadas respectivamente em Lisboa e Coimbra, em junho último. De igual modo, estou convencido do êxito que também alcançará a subsequente sessão de Antropologia e Sociologia, a realizar-se no Recife de 28 a 30 do corrente mês, associada à celebração do centenário de Gilberto Freyre, intérprete por excelência do pluralismo étnico e cultural brasileiro.

A presente Sessão de Economia, preparada sob a coordenação dos Professores Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Antônio Romão, traz ao Itamaraty personalidades de grande relevo dos dois países, que dedicarão sua melhor capacidade ao debate das tendências e perspectivas da economia mundial e suas implicações para Portugal e Brasil. Os desafios e espaços de cooperação para as economias brasileira e portuguesa, as novas parcerias nas relações empresariais luso-brasileiras, as lições da experiência portuguesa e brasileira nas questões sociais e nos desequilíbrios regionais serão alguns dos temas que estimularão a troca de idéias e o debate entre os participantes.

A pauta é ampla e substantiva. Inclui temas que darão margem à discussão sobre questões específicas como a relação entre MERCOSUL e União Européia; a experiência portuguesa e brasileira para a inserção eficiente de países de menor desenvolvimento relativo em comunidades regionais, e questões outras como a procura de expressão econômica para a herança comum da lusitanidade, hoje projetada na Comunidade dos Povos de Língua Portuguesa, que envolve duzentos milhões de pessoas

em sete países soberanos. Países que, por sinal, muito em breve serão oito, porque logo chegará o dia de incorporar o Timor Leste.

As mudanças estruturais na economia mundial, que se aceleraram a partir dos anos setenta, e as transformações econômicas, políticas e sociais que essas mudanças passaram a exigir das sociedades portuguesa e brasileira impõem aos meios governamentais, acadêmicos e privados de nossos países uma reflexão conjunta.

Embora em circunstâncias diversas e distantes geograficamente, vivemos cada qual neste mesmo mundo da globalização. Ambos somos afetados positiva ou negativamente pelas novas condições com que a economia mundial se transforma velozmente. Ambos certamente nos beneficiaremos de contrastar nossas respectivas perspectivas e buscar, no fundo das afinidades que nos proporcionaram estes últimos 500 anos de História compartilhada, elementos que nos permitam compreender melhor o mundo de hoje e atuar sobre ele de maneira compatível com a nossa sensibilidade comum.

Em nome do Ministro Luiz Felipe Lampraia, manifesto o orgulho que representa para este Ministério sediar a Sessão de Economia do Congresso Brasil-Portugal. Agradeço profundamente a honra que nos dá a presença nesta Casa de integração que é o Itamaraty de tantos expositores e debatedores de renome. Dou-lhes as boas vindas e desejo-lhes o maior dos êxitos.

Muito obrigado.

Conselho de Segurança das Nações Unidas

*Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia,
Ministro de Estado das Relações Exteriores, sobre a
África, pronunciado no CSNU - Nova Iorque, 24 de
setembro de 1999*

Senhora Presidente,

Como declarou recentemente um pensador africano, o padrão inconstante da política global desde o final da Guerra Fria reposicionou radicalmente o continente Africano na história mundial contemporânea. Uma nova era de rápidas e profundas transformações na África trouxe o continente para o primeiro plano da agenda internacional. Os conflitos são talvez os mais visíveis e perturbadores aspectos deste processo de mudança. E, se nos encontramos no nível Ministerial no Conselho de Segurança pelo segundo ano consecutivo para examinar a situação na África é porque ondas de violência continuam a massacrar sociedades que já suportaram sofrimento e exploração por muito tempo.

Mas há também sinais de esperança e renascimento na África. A transição pacífica para um governo democrático de maioria na África do Sul surge como ilustração dos que alguns passaram a chamar "A Renascença Africana". O exemplo de persistência na luta por liberdade e dignidade humana transmitido pelo Presidente Nelson Mandela continua sendo uma fonte de inspiração para todos aqueles que propugnam justiça e democracia. Os Africanos finalmente reconquistaram os seus próprios destinos e uma nova geração de líderes Africanos está nascendo com uma voz madura e poderosa. Em

nosso meio podemos contar com o talento do Secretário-Geral Kofi Annan, um nobre representante da antiga tradição Ashanti, que está trazendo um brilho renovado para o conceito de diplomacia.

O desafio que confronta a comunidade internacional e as Nações Unidas é o de promover a estabilidade de uma maneira que reforce a mão daqueles que na África continuam comprometidos com o diálogo e a reconciliação. Estamos convencidos de que a maioria esmagadora de Africanos está ansiosa para dedicar sua energia e criatividade à reconstrução econômica e social numa atmosfera de tolerância e solidariedade. Como um país que deve tanto de sua identidade à vitalidade da herança africana, o Brasil está determinado a cumprir o seu papel para enfrentar este desafio.

O Brasil se tem envolvido ativamente em várias iniciativas bilaterais e multilaterais direcionadas a promover a paz na África e em outras regiões. Os exemplos fornecidos pelo estabelecimento da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e da Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul, como também o esforço em direção à formação de um Hemisfério Sul livre de armas nucleares, falam por si mesmos. Como contribuinte das operações de paz em Angola e Moçambique, o Brasil demonstrou constante apoio à reconciliação

nacional nestas duas nações irmãs. Vamos continuar a favorecer um profundo exame das causas dos conflitos na África com a visão de promover a paz duradoura e o desenvolvimento em todas as partes do continente.

Senhora Presidente,

Em seu relatório reflexivo intitulado "As causas de conflito e promoção de paz permanente e desenvolvimento sustentável na África", o Secretário-Geral Kofi Annan declarou que "o desenvolvimento é um direito humano e o principal objetivo a longo prazo de todos os países na África". Concordamos com, esta declaração e com sua afirmação de que "o desenvolvimento é básico para reduzir os conflitos na África".

Uma combinação de fatores internos e externos, contudo, colocou os esforços da África para superar a pobreza à mercê da instabilidade crônica. Os perversos efeitos produzidos por uma trágica herança de manipulação por forças externas - primeiramente entre o que é a cadeia de comércio ilícito de armas - abriram caminho para muitos dos males auto-infligidos de anos recentes, de Somália a Ruanda ou Serra Leoa. Por algum tempo, a grande maioria destes conflitos parecia ser de natureza intra-estatal.

Mais recentemente, contudo, a ameaça de cruzar fronteiras tem colocado o Conselho de Segurança em um novo nível de alerta. A situação na República Democrática do Congo é um dos sinais preocupantes do que poderia transformar-se numa arriscada tendência nova.

Na medida em que o Conselho de Segurança tenta focalizar de uma maneira mais eficaz na África, é necessário um compromisso político firme para prevenir que a frágil trégua em muitas partes do continente se transforme em conflitos sangrentos. O Conselho deve investir sua autoridade moral e usar todos os recursos diplomáticos disponíveis para promover a paz e a estabilidade. Há indicações de que o Conselho está começando a agir desta forma. O estabelecimento de uma

operação de paz na República Centro Africana pode ser visto como um passo positivo após três anos de relutância pelo Conselho em autorizar operações de paz no Continente.

A operação da ONU que tem auxiliado na consolidação do processo de paz em Serra Leoa pode ser citada como prova adicional do compromisso do Conselho na África. Na nossa visão, o Conselho e as Nações Unidas deveriam intensificar seu trabalho em pelo menos duas áreas principais.

Um trabalho adicional e necessário para aumentar a capacidade dos Estados Africanos em desenvolver seus próprios mecanismos de prevenção e resolução de conflitos. Os países da região podem alcançar muito por si mesmos, com o apoio atento e encorajador da comunidade internacional. Em Guiné Bissau, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem trabalhado com êxito - de mãos dadas com ECOWAS - para normalizar as condições no país e evitar a guerra civil. Um cessar fogo tem sido mantido e pode abrir caminhos para progressos adicionais.

Em segundo lugar, o Conselho de Segurança deve também focalizar na questão do fluxo ilegal de armas na África e fortalecer a eficácia dos embargos de armas impostos pelo Conselho. O irreduzível fluxo de armas para a África reduz as probabilidades de paz e desperdiça recursos preciosos que poderiam de outra maneira ser colocados à disposição do desenvolvimento. As decisões tomadas pelo Conselho na semana passada podem ser vistas como um passo positivo nesta direção.

Estas são áreas, legitimamente, da competência do Conselho de Segurança. Para tratar da significativa tarefa de erradicar as causas básicas dos conflitos na África temos também que nos apoiar no envolvimento ativo de outros órgãos competentes da ONU. A Assembleia Geral e o ECOSOC, em particular, devem cumprir as funções relacionadas aos elementos do relatório do Secretário-Geral que dizem respeito ao

desenvolvimento econômico e social.

Senhora Presidente,

Minha Delegação deseja aproveitar esta oportunidade para enfatizar a necessidade de um esforço diplomático intenso e urgente para reverter o presente cenário sombrio em Angola. A contínua falta de cumprimento do Protocolo de Lusaka por Jonas Savimbi é simplesmente inaceitável. A completa desmilitarização da UNITA e a finalização do processo de extensão da administração do Estado são condições essenciais para que o processo de paz seja colocado de novo sobre os trilhos. O desafio persistente de Savimbi às decisões do Conselho de Segurança não podem ser toleradas.

Senhora Presidente,

As Nações Unidas continuam a representar a melhor esperança para milhões de Africanos que sofrem a devastação dos conflitos tanto como vítimas de minas terrestres quanto como refugiados e internamente deslocados ou ainda como espectadores indesejados da destruição indiscriminada e da fome. Vamos comprometer-nos a trabalhar com aqueles que na África e fora dela - como o Secretário Geral Kofi Annan - acreditam que é possível transformar a tragédia do passado recente em uma nova realidade. Uma nova realidade que irá permitir às pessoas corajosas desta terra antiga de desfrutar a segurança humana e as oportunidades econômicas que procuram.

Obrigado.

Almoço oferecido ao Presidente da República da Namíbia

Discurso do Senhor Presidente da República em almoço oferecido ao Presidente da República da Namíbia, Senhor Sam Nujoma - Palácio Itamaraty, 28 de setembro de 1999

É com grande prazer que dou as boas vindas a Vossa Excelência, Presidente Sam Nujoma, e à comitiva que o acompanha. Sua presença em Brasília nos dá a oportunidade de expressar-lhe nossa satisfação pelos avanços alcançados pela Namíbia desde sua independência, há nove anos. Oportunidade, também, de manifestar nosso respeito e admiração pelo estadista que, durante cerca de quatro décadas, lutou pela liberdade de seu povo e agora o lidera em seu esforço de construção nacional.

Não temos dúvida de que as conquistas logradas com o funcionamento do sistema democrático e a perseverança no caminho do desenvolvimento econômico asseguram à Namíbia um papel de crescente relevo no continente africano.

Vossa Excelência é um símbolo de luta pela liberdade e de resistência contra a opressão. Amadurecido por essa experiência, seu governo colhe hoje os frutos de uma política consistente de defesa dos interesses e anseios do povo namibiano. Uma política com visão de longo prazo, responsável pela implantação, em apenas dois anos, de cerca de sessenta novas empresas no país, o que representa um aporte de capitais e tecnologias que é decisivo para a criação de novos empregos e para enfrentar os desafios de uma economia internacional cada vez mais competitiva.

A Namíbia fez uma clara opção pela dinamização de sua economia e, para isso, tem sabido adotar as medidas necessárias. O desenvolvimento de um importante sistema de transporte e comunicações, que oferece condições privilegiadas de contatos para além de sua vizinhança imediata, permitiu que seu país venha se afirmando como portão de entrada para toda a região do centro e do sul da África. No plano político, a Namíbia tem participação destacada na discussão e encaminhamento das grandes questões que preocupam os povos africanos.

Temos consciência de que a segurança na África, e particularmente na África Central e Austral, é tema essencial para a Namíbia. Este é um problema que preocupa também aos brasileiros, ligados a seus irmãos africanos por tantos vínculos históricos, culturais e geográficos. É uma grande tristeza, para nós, testemunhar a deterioração da situação em Angola, país ao qual o Brasil se sente tão próximo e ao qual atribui alta prioridade em sua política externa. Como conversamos esta manhã, Presidente Nujoma, é mais do que tempo de se dar fim ao conflito interno em Angola. Para isso temos trabalhado no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde Brasil e Namíbia atuam em estreita cooperação, neste e em outros temas. Para isso temos

trabalhado também no âmbito de nossas relações bilaterais, a fim de contribuir para a solução desse conflito que já se prolongou demasiadamente e que atinge proporções inaceitáveis de uma verdadeira tragédia humanitária.

Durante os anos da Guerra Fria, vimos desenrolar-se, no território daquele país irmão, um dos piores capítulos do conflito ideológico. Hoje, mais do que nunca, impõe-se a necessidade de atuarmos com determinação e vontade política para resgatar as condições de paz indispensáveis para que o povo angolano possa dedicar-se à construção de seu progresso e de seu bem-estar social.

Acompanhamos também, com muito interesse, o processo de paz na República Democrática do Congo, que tem contado com a ativa participação de Vossa Excelência. Congratulamo-nos com a assinatura do Acordo de Lusaca e esperamos que, em breve, a estabilidade naquele país possa augurar melhores momentos para os povos da região dos Grandes Lagos.

O reconhecimento da atuação internacional da Namíbia refletiu-se, Presidente Nujoma, na recente eleição de seu Chanceler, Theo-Ben Gurirab, para a presidência da Assembléia Geral das Nações Unidas. O Governo brasileiro se rejubila com essa escolha, animado pela profunda convergência de interesses e de pontos de vista que caracteriza a atuação de nossos países nos foros multilaterais.

Somos parceiros na vizinhança atlântica. Estamos unidos pelo mar, pelo Atlântico Sul, que representa, entre nossos dois países, algo assim como uma vasta fronteira, repleta de possibilidades e desafios. A Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul é um patrimônio diplomático que compartilhamos. Continuaremos a valorizá-lo como instrumento para a promoção de nossos interesses comuns em áreas tão diversas como a não-proliferação, o desarmamento nuclear, a preservação ambiental, a cooperação e o desenvolvimento econômico.

E quando falo em desenvolvimento - objetivo

central de nossos povos - não posso deixar notar que temos muito a fazer, juntos, também no plano comercial. De importância crescente têm sido os contatos entre o MERCOSUL e Comunidade de Desenvolvimento da África Austral. O Brasil e a Namíbia muito têm a ganhar com a aproximação entre os dois agrupamentos. Muito a ganhar se continuarmos a perseguir resultados práticos a partir da percepção de que, nas circunstâncias que hoje vivemos na economia mundial, nenhum país e nenhuma região pode aceitar o isolamento sem, por isso, pagar um alto preço.

Senhor Presidente,

A visita de Vossa Excelência ao Brasil em 1987, ainda como líder de um movimento de libertação nacional, produziu os primeiros frutos no plano da cooperação técnica entre o Governo brasileiro e a SWAPO. Em 1995, em sua primeira visita oficial ao Brasil, já como Chefe de Estado, pudemos celebrar os primeiros êxitos na cooperação bilateral, refletidos em um conjunto de acordos que atualmente regulam nossos esforços conjuntos.

Hoje, esses esforços desdobram-se em diversas áreas que incorporam temas específicos de grande interesse para nossas aspirações de desenvolvimento. Na área agrícola, graças a semelhanças climáticas e de produção, desenvolvemos um expressivo programa de treinamento de técnicos namibianos em estações e centros de estudo e experimentação da EMBRAPA. No campo da saúde, acaba de regressar de Windhoek uma missão brasileira que manteve diversos contatos com o objetivo de elaborar um programa de cooperação no domínio das doenças sexualmente transmissíveis e da AIDS. Estamos trabalhando juntos na educação, que é um dos temas centrais de nosso tempo. Pela primeira vez, está sendo oferecido a estudantes namibianos o acesso a universidades brasileiras para cursos de graduação, bem como bolsas de estudo para cursos de mestrado e doutorado. Esperamos

estabelecer, em breve, mecanismos para a cooperação entre universidades brasileiras e a Universidade da Namíbia, da qual Vossa Excelência é reitor. Temos alcançado resultados importantes também no plano militar.

A Marinha brasileira orgulha-se de ter ajudado a formar os oficiais que hoje compõem os quadros de comando da Ala Naval das Forças de Defesa da Namíbia. Praças e técnicos namibianos, que irão compor os seus quadros de apoio, encontram-se atualmente em centros de instrução e treinamento no Rio de Janeiro. A Escola Naval, que Vossa Excelência teve a oportunidade de visitar ontem, forma este ano a primeira turma de guardas-marinhas namibianos. Esperamos que venha a assumir maior importância também a cooperação com a Força Aérea, através da formação de pessoal.

Senhor Presidente,

Por cinco séculos, os caminhos do Brasil e da África se entrecruzaram, tecendo complexa rede de influências e consolidando importante legado histórico e cultural.

Em 1984, durante cem dias, o navegador brasileiro Amyr Klink, atravessou, pioneiro e solitário, o Atlântico Sul, em um barco a remo. Partindo de Lüderlitz, na Namíbia, e chegando a Salvador, na Bahia. Mostrou-nos o que podem o engenho e a arte, e uma vontade de ferro, mesmo quando contam apenas com a força dos braços e o conhecimento das correntes sul-atlânticas. Mostrou-nos também, com sua travessia, que os 7.000 quilômetros que separam nossos países são, na realidade, 7.000 quilômetros que nos aproximam. É essa aproximação que estamos celebrando hoje, com a visita de Vossa Excelência. O Brasil quer aprofundar sua ligação com a Namíbia.

E é com esse sentimento de proximidade que convido os presentes a me acompanharem em um brinde à prosperidade e bem-estar do povo da Namíbia, ao contínuo desenvolvimento das relações de amizade entre nossos povos e à saúde e felicidade pessoais de Vossa Excelência e da Senhora Nujoma.

Muito obrigado.

Palestra do Presidente da República no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Palestra do Senhor Presidente da República Fernando Henrique Cardoso no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) - Rio de Janeiro, 03 de outubro de 1999

É com imensa satisfação que recebo os títulos de Presidente de Honra e de Sócio Honorário do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Se faço jus à presidência de honra por força da tradição, em virtude das responsabilidades que ora me cabem, sei que a condição de sócio honorário me chega graças à generosidade de todos aqueles que continuam a fazer do Instituto uma Casa de excelência a que tanto deve o Brasil. Muito obrigado pela distinção.

É antiga minha admiração pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Remonta a meus anos de academia. Aprendi como pesquisador a valorizar a preservação da memória. Busquei como sociólogo contribuir para a interpretação do processo histórico. Nos dois domínios, memória e interpretação, sempre considerei o Instituto uma referência, uma referência maior, que me atraía tanto pela dimensão de acervo documental e iconográfico aqui reunido, quanto pela qualidade dos estudos e ensaios que fez surgir.

Busquei inspiração para minhas palavras em ensaio produzido sob a égide do Instituto. Refiro-me à monografia *Como se deve escrever a história do Brasil*, de Karl Von Martius. Não preciso insistir sobre a relevância da peça de Von Martius para o Instituto e para a historiografia brasileira. Sabem todos tratar-se da obra escolhida em concurso organizado pelo IHGB em meados do século passado para a

seleção de texto que pudesse nortear estudos subsequentes sobre o Brasil.

A monografia foi escrita em 1843. O momento era de consolidação do Império. Os conflitos regionais, agudos durante a Regência, haviam sido superados. Era hora de pensar o Brasil, de compreender o passado, de divisar caminhos, de legitimar o Estado que se estruturava. Criado pouco antes, o Instituto fez sua parte, convocando o concurso. Von Martius suspendeu sua lide de botânico, voltou-se para a história e respondeu com brilho. Elaborou texto que galvanizou a atenção de seus pares, instruiu gerações futuras e ainda sobrevive como exemplo de sensibilidade e descortínio histórico.

O Professor Arno Wehling, nosso presidente, filia Von Martius ao historicismo iluminista. Para Martius, o processo histórico seria sempre movido por uma razão maior, que se sobreporia ao contingente, às circunstâncias do cotidiano. Chamava de “gênio da história” a essa força motriz, cujas manifestações caberia ao historiador reconhecer, identificar. A escrita da história seria antes um mapeamento de tendências do que um registro de fatos.

Von Martius foi aplicado na tarefa de apontar eixos para a investigação histórica do Brasil. Daí o mérito de sua monografia. Ensinou o que seria “boa

história” e sugeriu por onde escrevê-la. Foram vários os campos de análise identificados por Martius. Situou o Descobrimento como parte da história européia, como fruto da expansão do comércio. Falou da importância de se estudar a assimilação no Brasil das artes e ciências. Recomendou um melhor conhecimento da vida privada dos colonos. Demonstrou interesse na relação entre Igreja e Estado. Ressaltou a diversidade regional. Lembrou a questão do municipalismo.

Nenhum tema, contudo, despertou tanto a atenção de Von Martius quanto o da fusão das raças. Aqui estaria a chave para a compreensão do Brasil, para a apreensão daquilo que nos faz singular. A influência do português, do colonizador, teria sido hegemônica, afetando a política, o comércio, as técnicas e as ciências no Novo Mundo. Mas se fez assistida das contribuições indígena e africana, esclarecia Martius. Os índios brasileiros seriam descendentes de uma civilização superior. Os africanos traziam sua rica mitologia. Ao contrário do observado em outras partes do mundo, a convivência de raças estaria se dando entre nós de uma maneira mutuamente enriquecedora. O fenômeno merecia a empatia dos estudiosos. Cabia o registro pelos historiadores de que a mistura racial haveria de ser “benéfica para o futuro do país”, insistia Von Martius.

Sabemos que seu apelo foi praticamente ignorado até o fim do século XIX, por força do prestígio da etnografia racista. Poucas vozes mostraram-se simpáticas à contribuição africana, ao caldeamento de raças. Joaquim Nabuco foi uma exceção. Prevaleceram visões como a de Sílvio Romero, para quem Von Martius era um equivocado, alheio como era aos ensinamentos de Gobineau e Lapouge. Para Romero, como lembra Arno Wehling, a miscigenação somente geraria “bastardos infecundos”. O século XX nos trouxe uma nova linguagem. Logo na primeira década tivemos o olhar desassombrado de Manoel Bonfim, questionando as premissas das teses de branqueamento, ressaltando os condicionantes

econômicos e sociais da marginalidade em que viviam negros e índios. Menos conhecido pelas gerações atuais do que a originalidade de sua obra recomenda, Bonfim acreditou na capacidade do povo brasileiro, mestiço, de definir seu próprio rumo, desde que lhe fossem asseguradas condições de existência dignas, sobretudo na área da educação básica.

Gilberto Freyre viria desacreditar de vez o determinismo biológico, a presunção de que seríamos um povo inferior. Casa Grande e Senzala nos fez assumir com orgulho a condição de mestiço, vista não mais sob o prisma exclusivo da raça, mas pela ótica da cultura, como ensinava Franz Boas. Mestiçagem significava aptidão em conjugar diferenças, em plasmar costumes e valores. Isto nos teria credenciado a construir uma civilização híbrida, e por isso mesmo viável, nos trópicos. Igualmente plásticos haviam sido os portugueses, enaltecia Freyre, que não tinha dúvidas sobre o êxito da gesta colonizadora.

Fui crítico de Gilberto Freyre. Incomodava-me, como a Florestan Fernandes e a tantos outros, o olhar demasiadamente generoso que o Mestre de Apipucos estendia sobre a sociedade patriarcal, abafando tensões, que sabíamos reais. Apontei em Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional para a condição degradante do cativo, para o horror da escravidão. Isto escapava à lente de Freyre, interessado como estava na integração entre a Casa Grande e a Senzala, entre o senhor e a mucama.

Jamais deixei de assinalar, contudo, que Gilberto Freyre foi muito mais do que o idealizador do patriarcado, ou o propagador da democracia racial. Sempre o tive como um marco, como um intérprete que nos propiciou, na expressão de José Guilherme Merquior, “um avanço colossal em nosso conhecimento de nós mesmos”, cujo legado vai desde o painel que traçou da vida privada no Brasil dos primeiros séculos às intuições que deixou sobre a gramática ordenadora de nossa vida cultural.

Sim, saúdo Gilberto Freyre pelas intuições sobre nossa plasticidade cultural, a despeito do véu

lançado sobre os conflitos de classe. É hora de admitir que o Brasil comporta Florestan e Freyre, que tanto o sentimento de um como o do outro são procedentes, que o país é, ao mesmo tempo, socialmente injusto e culturalmente integrador. Sem que aceitemos essas duas evidências, por mais antagônicas que possam parecer, não enfrentaremos o desafio de fazer com que a plástica que nos habilita a integrar o jazz ao samba, o rap ao maracatu, vingue também nas relações sociais, reduzindo distâncias, aproximando contrários.

Quando Chanceler (e sei dos laços históricos desta Casa com a diplomacia e seus melhores nomes), pude confirmar os benefícios que o pluralismo cultural traz para a inserção do Brasil no mundo. O apreço pela diferença é intrínseco à nossa formação. Acreditamos no diálogo porque fomos criados sob o signo da transigência, da acomodação de valores. Plasmados por contribuições de todos os continentes, não nos sentimos alheios à região alguma do mundo. Isto me parece de grande importância neste momento de abertura, de diluição de fronteiras. Joaquim Nabuco, pela identidade que sentia com a cultura ocidental, costumava dizer que não ia, mas retornava à Europa.

Hoje, após os inúmeros aportes recebidos ao longo do século, podemos dizer que, em nossos contatos com o mundo, cada dia mais intensos, estamos sempre regressando a algum lugar. E levamos conosco esta capacidade provada de boa convivência, sem o que tudo o mais resulta precário. A ampliação da ação externa brasileira, inclusive no comércio, tem como lastro a nação plural que somos, com afinidades que se renovam sem cessar, inclusive com o mundo lusófono, nossa matriz.

Desejo aqui retomar Von Martius, que tão bem intuiu a importância da diversidade cultural para a afirmação do Brasil. Martius arrematou sua monografia lembrando que via como responsabilidade primeira do historiador do Brasil estimular nos leitores as virtudes cívicas, que ele assimilava ao espírito monárquico. Muitos daqueles

que o sucederam na tarefa de interpretar o Brasil também foram guiados por um sentimento de fidelidade ao país, atualizado segundo as convicções de cada estudioso. Bonfim identificava o bem do país com o conagraçamento de culturas, Freyre com a sobrevivência da herança ibérica, Florestan com o fim da opressão de classe. E assim, sob o impulso comum de valorizar a nacionalidade, foi possível reunir uma ensaística de rara vitalidade, diversificada como é o Brasil, mas animada pelo propósito, diria mesmo paixão, de interrogar sobre o que somos, o que poderemos vir a ser.

Espero que a aproximação dos 500 Anos, data que nos convida à reflexão, permita a continuidade dessa tradição, motivando leituras abrangentes sobre o Brasil, leituras que, sem prejuízo do rigor acadêmico, questionem dogmas, suscitem questões, pensem a posição do Brasil no mundo, olhem para o contexto regional, reflitam sobre o novo papel do Estado, proponham respostas aos desafios sociais, meditem sobre o aperfeiçoamento político-institucional, discutam o problema da terra, valorizem as minorias. Enfim, que apontem para um país melhor.

É certamente infundável o número de assuntos que pode ser explorado por aqueles que se lancem nessa aventura, mas quero crer que certas questões terminarão se impondo a futuros intérpretes do Brasil. Dificilmente se avançará na compreensão do país e de suas potencialidades sem algum esboço de resposta a perguntas como as seguintes:

1) Qual o modelo de inserção internacional que melhor atende aos interesses do Brasil: o apego romântico às velhas soluções autárquicas e confrontacionistas ou uma integração que nos expanda mercados, aprimore a capacidade tecnológica e reforce a base produtiva?

2) O que significa uma inserção conseqüente no mundo globalizado: propor fórmulas irrealistas, que, por sua ineficácia, terminem nos deixando à mercê da irracionalidade do mercado, ou negociar com a firmeza necessária o

espaço a que fazemos jus pelo peso de nossa economia, sem ficar alheio às assimetrias e desigualdades que ameaçam perpetuar-se?

3) Qual a atitude que nos convém na relação com nossos vizinhos: o retorno à indiferença e suspeição do passado ou a determinação em afirmar a América do Sul como região integrada de paz, cooperação e desenvolvimento?

4) No MERCOSUL, nossa prioridade estratégica, vamos recair no discurso de exaltação da soberania e dos interesses setoriais ou vamos aceitar o desafio de negociar instituições comprometidas com objetivos comuns?

5) Como situar as responsabilidades do Estado nos novos tempos: vamos retroceder no esforço de libertar a máquina pública de pressões corporativas ou insistiremos em deixar o Estado apto a responder a demandas sociais cada dia mais complexas?

6) Quais as perspectivas para o bem-estar social: vamos continuar a conviver com sistemas injustos, onerosos e de escasso retorno ou vamos persistir na política de dotar o país de estruturas de saúde, previdência e educação que sejam financeiramente viáveis e não faltem à população?

7) Como compreender a relação entre crescimento e estabilidade: vamos alimentar um debate bizantino que não mais se escuta além de nossas fronteiras ou vamos nos concentrar na promoção do único crescimento que se sabe duradouro, aquele amparado por moeda estável, orçamentos equilibrados, finanças sadias, e atento ao meio ambiente?

8) Como encaminhar a questão federativa: cabe aceitar que a Federação se enfraqueça em disputas pontuais ou continuaremos a perseguir uma distribuição equilibrada de recursos e competências entre União, Estados e municípios?

9) O que fazer para continuar a aperfeiçoar nossa democracia: conformar-se com a noção de que ela somente irá aprimorar-se com a eliminação das desigualdades sociais ou acreditar que as

instituições têm um valor intrínseco, trazendo consigo um potencial de transformação e devendo, portanto, ser valorizadas?

10) Como olhar para a questão fundiária: vamos pautar a luta pela democratização da terra por um discurso rancoroso e de despreço à lei ou vamos convergir na defesa de uma reforma agrária que funcione e satisfaça a maioria?

11) Qual a atitude a esperar do poder público em relação à comunidade negra e aos índios: o retorno a uma condescendência tácita com o preconceito e o descaso ou uma disposição inarredável em continuar a valorizar a cultura negra e a promover a demarcação de terras indígenas?

12) Como fazer avançar a causa dos direitos humanos: contemporizar com as mentalidades e estruturas que sustentam a impunidade ou atuar com resolução na defesa de direitos tão arduamente conquistados pela sociedade brasileira?

Deixo estas perguntas não com o propósito de retomar um século e meio mais tarde o papel sinalizador de Von Martius, mas por estar convicto de que a ação política não deve vir dissociada da reflexão.

Cada uma destas indagações traz uma antinomia. De um lado, atitudes e políticas ancoradas na tradição, uma maneira de ser brasileira que se esgotou, que cumpriu seu papel numa determinada fase da construção histórica de nosso país. De outro, visões e percepções voltadas para o futuro, para uma integração mais transitiva do Brasil no mundo, para a superação mais acelerada do atraso que ainda caracteriza grande parte do espaço e das estruturas de nosso país.

Ao analisar as condições reinantes ao tempo de D. João VI e estabelecer os fatores que conduziriam adiante à emancipação do país, Oliveira Lima comenta a formação de uma "personalidade de sentimento" no Brasil, um certo conjunto de sensações que precedeu e determinou a manifestação da vontade coletiva da independência. Penso que interpreto esta personalidade de sentimento ainda difusa, mas

certamente predominante no Brasil, ao optar pelo lado afirmativo e inovador das alternativas que enumerei.

Não seria exagero pensar que vivemos hoje um momento determinante na história do Brasil, como o foi em seu tempo a transmigração da Corte. O Brasil, então, integrou-se ao mundo de que vivia separado. E foi essa integração que finalmente conduziu à nossa independência. Hoje, como naquela época, é preciso aproximar o Brasil do mundo, atraí-lo à inovação tecnológica, à inovação política, social, filosófica. É preciso superar a mentalidade defensiva, excludente e anto-protetora que caracterizou o pensamento brasileiro por tanto tempo. Não é com essa mentalidade que se constrói a verdadeira independência. Não é assim que se escreve a história de um país como o Brasil. Não será assim que superaremos o que ainda resta no nosso país – para usar as categorias do nosso Oliveira Lima – de atrasado, incompleto e provisório.

Se conseguimos, depois de muitos anos de frustração, restaurar a confiabilidade de nossa moeda, firmar as bases para o saneamento das finanças

públicas, promover reformas na economia, reorientar os gastos sociais para áreas prioritárias, fortalecer nosso sistema de pesquisa, aumentar as matrículas nas escolas, reduzir a mortalidade infantil... , é mais do que plausível termos confiança no futuro.

Não poderia escolher local mais adequado para fazer esta profissão de fé em nosso país. O Instituto Histórico e Geográfico, que se consolidou sob o olhar visionário de Von Martius, é um testemunho de devoção ao Brasil, tanto no papel de guardião da nossa memória quanto como abrigo para os nossos intérpretes.

Outro não é o sentimento que me anima – o de uma profunda e incondicional devoção ao Brasil. Muito obrigado.

Jantar oferecido ao Presidente da República Argentina, Carlos Menem

Discurso do Senhor Presidente da República no jantar oferecido ao Presidente Carlos Saúl Menem, da República Argentina - Brasília, 14 de setembro de 1999

É sempre motivo de alegria e de satisfação muito especial para os brasileiros receber Vossa Excelência, Presidente Menem. Assim foi nas diversas ocasiões em que nos visitou anteriormente, e assim é hoje, quando o acolhemos a pouco de encerrar sua trajetória de dez anos à frente da grande Nação Argentina.

Pessoalmente, eu me sinto feliz por estender mais uma vez boas-vindas não só ao Presidente argentino, mas sobretudo ao amigo, verdadeiro amigo que tive, durante todo esse tempo, na Casa Rosada e em Olivos. Amigo com quem pude partilhar uma experiência política e humana das mais gratificantes na condução de nossas responsabilidades de governante. Amigo e líder, que ajudou a construir a aliança estratégica entre nossos países e conquistou o respeito e a admiração do Brasil. Amigo, líder e estadista, que prestou contribuição decisiva para o ciclo de transformações deste final de século, não apenas em seu país como em nossa região como um todo.

As boas-vindas são permanentes, Presidente Menem, e por isso não considero ser este propriamente um momento de despedidas. Considero, sim, este encontro em Brasília como particularmente oportuno para expressar a Vossa Excelência a nossa homenagem, o nosso reconhecimento. E temos razões de sobra para fazê-

lo. Vossa Excelência foi o grande artífice do projeto da estabilidade argentina. Foi um dos construtores do MERCOSUL, desde as suas origens. Foi o protagonista de mudanças significativas em seu país.

Sabemos da realização histórica de seu governo na superação da inflação e na estabilização da economia. E quando falamos de inflação, falamos de algo que conhecemos bem, porque sofremos durante tanto tempo os seus efeitos distorsivos, destruidores. Por isso mesmo, sabemos valorizar o esforço levado a efeito pela Nação argentina, sob a sua liderança, para recuperar a credibilidade da moeda, para promover a reforma do Estado e para abrir novas perspectivas de crescimento e de desenvolvimento.

Estamos certos de que o próximo governo argentino, qualquer que seja, saberá levar adiante essa obra. O mérito de Vossa Excelência está em que esse esforço está hoje profundamente enraizado na sociedade argentina. E compreensível que haja problemas, na Argentina como no Brasil. As turbulências internacionais do ano passado deixaram sua marca. Não há dúvida de que Brasil e Argentina estariam em melhor situação se pudessem contar com um sistema financeiro internacional mais estável, mais confiável, menos sujeito a variações bruscas.

Ainda não temos esse sistema, mas temos a nossa união, a nossa capacidade de trabalhar juntos

para o objetivo comum de fortalecimento e aprofundamento do MERCOSUL. Os dez anos de governo de Vossa Excelência foram precisamente os anos de criação e desenvolvimento do MERCOSUL. Foram anos cruciais, durante os quais a multiplicação dos fluxos de comércio deu consistência e significado sem precedentes ao nosso projeto de integração. Essa é uma realização que podemos encarar com orgulho, e é preciso dizer com todas as letras: o MERCOSUL deve muito ao Presidente Carlos Menem.

Como Chanceler e como Presidente, pude testemunhar a atenção e o cuidado com que Vossa Excelência sempre acompanhou os temas relativos à integração. Tivemos percalços, é claro. Percalços normais em um processo dessa natureza, que não vão além de dissonâncias localizadas em um projeto, no seu todo, harmônico.

Em alguns momentos de dificuldade, a participação dos Presidentes do Brasil e Argentina, assim como de Paraguai e Uruguai, foi uma garantia de que nos manteríamos no rumo certo, convencidos da dimensão estratégica, de longo prazo, da integração. Nesses momentos, a amizade e o bom relacionamento entre os Presidentes foram fatores que favoreceram o diálogo e a busca de soluções mutuamente aceitáveis.

Meu caro Presidente e amigo,

Brasil e Argentina estão juntos hoje e estarão juntos amanhã. Nosso destino é estar juntos, e caminhar juntos. E juntos teremos desafios a enfrentar, no âmbito regional, hemisférico e global. Desafios como o da consolidação de um espaço integrado de liberdade e prosperidade na América do Sul. Como

o das negociações para a ALCA ou para a Rodada do Milênio. Como o do fortalecimento do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação. Enfrentaremos esses desafios com mais êxito na medida mesma em que estivermos unidos. O século XXI será um período fascinante para os sul-americanos. Será o século em que nossos povos alcançarão níveis de justiça social compatíveis com os seus valores democráticos. Será o século em que nossas sociedades superarão definitivamente tantos problemas herdados de um passado de distorções. Será o século da prosperidade e, o que é mais importante, da prosperidade para todos, sem as disparidades tão gritantes que hoje ainda dividem nossas sociedades e limitam sua capacidade de realização.

A união de brasileiros e argentinos será - não tenho dúvidas - uma das molas mestras dessa prosperidade. Estaremos juntos e confiantes na defesa de nossas liberdades, na construção de nossa riqueza e na criação de condições sociais mais justas. É no espírito dessa união que fundamenta a aliança estratégica entre Brasil e Argentina que eu convido os presentes a que me acompanhem em um brinde em homenagem ao Presidente Carlos Menem e em celebração à amizade fraterna entre brasileiros e argentinos.

Aula inaugural na Cátedra MERCOSUL do Instituto de Estudos Políticos de Paris

*Aula inaugural do Ministro das Relações Exteriores,
Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Cátedra MERCOSUL
do Instituto de Estudos Políticos de Paris - “Que futuro para o
MERCOSUL”? - Paris, 27 de outubro de 1999*

Introdução

Eu queria agradecer ao Diretor do Instituto de Estudos Políticos de Paris, Richard Descoings, pelo convite muito honroso para vir falar nesta que é uma das grandes escolas de formação de quadros superiores da França.

Queria agradecer também aos professores Alfredo Valladão e Marie-Françoise Durand pelo trabalho que tornou possível a minha presença aqui hoje. Sei o quanto esta conferência fora das atividades normais do ano letivo de Sciences Po exigiu de preparação, e estou feliz por comprovar o poder de convocação que a escola tem, ao reunir aqui um público tão prestigioso e interessado.

Esta é de fato uma oportunidade que eu aprecio muito. Quando o Diretor Richard Descoings esteve comigo no Brasil, em setembro de 1998, eu lhe disse que vinha tendo muitas oportunidades de falar ao público acadêmico nos Estados Unidos, na Inglaterra e em diversos países onde o Brasil e o MERCOSUL despertam um grande interesse. Infelizmente, porém, ainda nunca havia podido fazê-lo na França, um parceiro fundamental para o Brasil, que tanto valoriza o equilíbrio e a boa harmonia das suas relações exteriores e que defende com empenho o multipolarismo nas relações internacionais.

Sendo, além disso, francófono como sou, e

devendo parte da minha formação ao sistema educacional francês, era natural que eu visse com um interesse muito especial esta oportunidade de trocar idéias com um público francês especialmente interessado no Brasil e no MERCOSUL. E isso em um momento em que é tão grande o interesse e são tantas as interrogações sobre o futuro a curto, médio e longo prazos desses dois empreendimentos tão especiais e plenos de êxito que são o MERCOSUL e a parceria estratégica entre o Brasil e a Argentina.

Convidado a falar sobre o MERCOSUL, achei que devia fazer uma apresentação abrangente sobre o tema, de forma a mostrar-lhes como considero que o futuro da integração no Cone Sul decorre naturalmente do seu passado. Quero dizer-lhes que serei muito franco, porque somente a compreensão efetiva do que está em jogo no MERCOSUL pode guiar-nos na construção do seu futuro, e esse futuro, como sabem, terá também uma forte ligação com a Europa. Pretendo dividir a minha exposição em três partes.

Primeiro, procurarei fazer um resumo histórico do MERCOSUL, até chegar ao seu estado atual de implantação, com ênfase na primeira das suas duas grandes linhas de construção, o aprofundamento vertical. Em seguida, procurarei

expor os principais elementos da dimensão externa do MERCOSUL, especialmente no que se refere à segunda das suas duas grandes linhas de construção, a expansão horizontal ou geográfica, e as diversas geometrias de negociação em que a união aduaneira está envolvida.

Na terceira parte, tocarei nos problemas que enfrentamos e nos próximos passos da construção e consolidação do MERCOSUL. Finalmente, nas minhas conclusões, gostaria de retomar a questão da especificidade do relacionamento da França com o MERCOSUL e particularmente com o Brasil e reiterar e explicar a extensão e a profundidade do compromisso brasileiro com a construção do MERCOSUL e a sua crescente projeção internacional. Antes, porém, quero dizer uma palavra muito especial sobre a Cátedra que inauguramos hoje. O MERCOSUL como cátedra de estudos na Europa

Não há, de fato, oportunidade melhor para falar sobre o MERCOSUL na França do que o lançamento da Cátedra MERCOSUL, que começa a funcionar agora em novembro como curso regular de Sciences Po e dá forma concreta a um importante programa de cooperação que a escola já vem desenvolvendo no Brasil e ampliando aos demais parceiros do MERCOSUL.

Os senhores percebem como eu o significado tão profundo dessa institucionalização acadêmica do MERCOSUL em uma escola do porte e do prestígio de Sciences Po. Não creio exagerar ao dizer que a cátedra representa uma etapa avançada de reconhecimento político da importância do MERCOSUL como realidade das relações internacionais contemporâneas, como fato econômico e diplomático relevante, cujo conhecimento é útil, e mesmo indispensável, para quem lida com o mundo exterior e deseja conhecer o que de importante se realiza fora da Europa.

De fato, tomado objeto de estudo acadêmico regular em uma grande e respeitada instituição de ensino, com o apoio do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o MERCOSUL ganha na França, e por

extensão na Europa, uma existência mais densa no plano das idéias, da reflexão e da formação de quadros dirigentes. Esta é uma importante resposta acadêmica a algo que já é há muito tempo uma realidade política e econômica de considerável importância relativa no jogo das relações internacionais contemporâneas.

Não falo apenas dos dados básicos do MERCOSUL, que convém sempre recordar a título de introdução ao tema: 12 milhões de quilômetros quadrados de território, equivalentes a 10 % das terras emersas do globo e onde se situam 2/3 da água doce do planeta, com 208 milhões de habitantes e um produto interno bruto de 1,1 trilhão de dólares e um PIB per capita de 5.300 dólares norte-americanos.

Falo também da sua importância relativa como parceiro internacional. É certo que a sua participação no comércio internacional esteja aquém do seu potencial e dimensões: 60% do comércio internacional da América do Sul, 30% do comércio internacional da América Latina, mas apenas cerca de 2% do comércio mundial.

Ainda assim, o MERCOSUL é hoje destino de um volume significativo de investimentos diretos de vários países europeus, entre os quais a França figura em um dos primeiros lugares. É também um parceiro comercial que alcançou em 1998 um volume de comércio com a Europa próximo de 50 bilhões de dólares, nos dois sentidos, com dez bilhões de superávit para os europeus. Esse fluxo comercial é muito superior aos 35 bilhões de dólares do comércio que o MERCOSUL tem com os Estados Unidos nos dois sentidos e é eloqüente a respeito da importância que o eixo europeu tem para nós - e da importância que o eixo MERCOSUL deve ter para a Europa.

Além disso, o MERCOSUL é um ator relevante nas negociações comerciais desta virada de século, sejam elas globais, dentro da Organização Mundial de Comércio, sejam elas inter-regionais, como a Área de Livre Comércio das Américas ou a própria negociação entre a União Européia e o

MERCOSUL, lançada na cúpula do Rio de junho último. Quero insistir nesse aspecto, capital para nós e para os nossos parceiros: o MERCOSUL vem atuando e continuará atuando nesses exercícios negociadores com o grau de coesão, coordenação e intimidade que decorre com naturalidade da sua condição de zona de livre comércio, união aduaneira ainda imperfeita e de embrião de um importante mercado comum na América do Sul.

Nada mais natural que essa realidade se consolide como objeto de reflexão do mundo acadêmico, governamental e empresarial da França e da Europa, e nada melhor do que essa consolidação se dar em uma instituição que tem uma vocação singular na formação de quadros dirigentes tanto do setor público quanto do setor privado francês. O MERCOSUL: síntese e paradigma da diplomacia sul-americana. O MERCOSUL tem, para o mundo da reflexão acadêmica sobre as relações internacionais, a vantagem adicional de ser uma boa síntese da história diplomática da América do Sul e do projeto de desenvolvimento econômico e de inserção internacional dos países da região.

De fato, quem examina o MERCOSUL hoje tem um bom case study sobre como países em desenvolvimento, com uma tradição forte de fechamento econômico e substituição de importações, com escasso poder internacional e uma imagem de relativa instabilidade institucional, valeram-se da integração sub-regional aberta como um campo de ensaio para a globalização, como um indutor de racionalidade econômica, convergência política e confiabilidade diplomática e em última análise como um agregado de poder e prestígio nacional.

Em outras palavras, o MERCOSUL é o projeto que nos permitiu a um só tempo agregar credibilidade, confiabilidade, prestígio, interesse e poder negociador a um conjunto de países que de outra forma teriam tido uma dificuldade maior em lidar com o fenômeno da globalização. O MERCOSUL foi o degrau intermediário entre cada um dos seus países-membros e o mundo da

globalização, servindo a um tempo de campo de provas da globalização e de anteparo regional aos excessos da exposição ilimitada às forças do livre-mercado internacional.

Ou seja, o MERCOSUL nos ajudou a dar os passos internos e externos necessários a continuar participando do jogo internacional, seja ele no campo da competição por investimentos e mercados, seja ele no campo da formulação de regras internacionais ou inter-regionais de comércio.

Não creio exagerar ao dizer que o MERCOSUL é talvez o nosso maior projeto histórico depois da independência, nosso teste mais decisivo sobre a nossa própria capacidade de realizar algo maior e em sintonia com o mundo exterior. Os Embaixadores e diplomatas do MERCOSUL aqui presentes são testemunhas de como o MERCOSUL ajudou a mudar a forma de relação de cada um dos seus países com os seus principais parceiros internacionais, e de como o MERCOSUL passou a ser parte integrante da imagem e da identidade dos seus países na mente dos seus interlocutores, de maneira semelhante à forma pela qual a União Européia agrega poder e prestígio a cada um dos seus membros individualmente.

Mas quem analisa o MERCOSUL tem também um bom case study sobre a dimensão e a variedade dos desafios que estão implícitos em um projeto destinado a mudar radicalmente a face externa e boa parte das práticas internas dos países que se engajam em processos de integração profunda.

Não que a Europa necessite de exemplos para conhecer a natureza e a intensidade de dificuldades, descompassos, resistências e obstáculos reais ou imaginários à integração, pois há mais de quarenta anos a construção européia é a história de uma perseverança, a crônica de uma ambiciosa determinação - é a vitória contínua e trabalhosa da esperança sobre o ceticismo, da boa vontade sobre a desconfiança, do interesse geral e de longo prazo sobre o interesse particular e de curto prazo.

O MERCOSUL é uma experiência ainda singular no mundo em desenvolvimento. Uma experiência única a um tempo de natureza econômico-comercial, como união aduaneira e futuro mercado comum talvez com uma moeda única, e de natureza política, como fator de convergência democrática, de consolidação do espírito de cooperação sobre as veleidades de poder e de rivalidade regional e de fortalecimento útil do poder nacional dos países-membros - em suma, um instrumento de paz e desenvolvimento como poucas vezes a diplomacia foi capaz de gerar e entreter.

É com essas noções essenciais que eu gostaria de discutir aqui algumas das idéias básicas sobre o MERCOSUL como realização e como projeto, como êxito passado e como desafio no presente e no futuro. Acho que esse tipo de abordagem, que procure explicitar melhor de onde partimos para construir o MERCOSUL e onde queremos chegar com ele, é fundamental para que na França se tenha uma idéia correta do que o MERCOSUL representa para nós e quais os verdadeiros interesses que estão em jogo em um processo de negociações comerciais entre o MERCOSUL e a União Européia para chegar a um acordo de livre comércio.

A França, aliás, é um país-chave nessa relação, não apenas porque tem um interesse singular na dimensão agrícola das negociações, mas porque é um país com forte presença e interesses próprios no MERCOSUL, tanto comerciais quanto, principalmente, em matéria de investimentos diretos. Mais que isso, muitas vezes nós nos esquecemos de um dado central na relação individual da França com o MERCOSUL: além dos Estados Unidos, a França é o único país desenvolvido que tem fronteiras na América Latina, e muito particularmente com o próprio MERCOSUL, graças à fronteira franco-brasileira ao longo do Oiapoque - a maior fronteira terrestre da França.

Será preciso refletir com cuidado para extrair desse fato geopolítico as boas conseqüências que ele inegavelmente traz embutidas e que sem dúvida apenas podem reforçar o interesse francês pelo

MERCOSUL, ao valorizar o papel singular que a França, como vizinha, pode exercer na relação entre a Europa e o MERCOSUL.

O MERCOSUL como grande projeto ordenador

O futuro do MERCOSUL pode antever-se a partir do seu passado, e esse passado combina três dimensões: a sua concepção e implementação como grande projeto ordenador, o sucesso da sua trajetória até aqui e a sua história também de dificuldades reais ou potenciais, superadas ou em vias de tratamento.

Deixem-me começar recordando as duas linhas básicas que conduziram inapelavelmente à construção do MERCOSUL - as razões, digamos assim, estruturais que explicam e justificam o nascimento do MERCOSUL e tranqüilizam quanto à sua continuidade. Quero dizer-lhes que o MERCOSUL, em algum momento uma opção dos seus países-membros, tornou-se um imperativo para eles. A primeira dessas razões é a consciência, já cristalizada, de que a democracia permite aos países do cone sul um grau muito elevado de aproximação e cooperação, em contraste com a ideologia da rivalidade e da competição geopolítica.

A segunda é a comprovação de que a integração regional, além de natural porque baseada em fluxos já existentes e importantes de comércio, tem um papel macroeconômico que vai muito além: ela entra com um valor positivo na equação da economia nacional e serve ao propósito de uma abertura gradual ao m8ndo exterior, de onde, já nos anos 80, provinham pressões que antecipavam a força do fenômeno da globalização dos anos 90 (penso na Rodada Uruguai e na crescente definição de regras ou expectativas universais nas áreas de serviços, investimentos, transferência de tecnologia, não-proliferação, etc.).

Houve uma história de rivalidade geopolítica entre o Brasil e a Argentina que, aliás, reflete em tom certamente mais ameno e infinitamente menos desestabilizador a história das grandes rivalidades regionais, de que infelizmente ainda hoje vemos

mostras ameaçadoras em certas regiões do mundo. Mas é preciso não esquecer que, muitas vezes no passado, Brasil e Argentina começaram a viver períodos de intensa cooperação e convergência, que deixaram marcas (penso, por exemplo, na primeira troca de visitas presidenciais em 1899 e 1900 ou na época da coincidência democrática do final dos anos 50 e início dos anos 60, que produziu os históricos encontros entre três sucessivos presidentes brasileiros e o presidente argentino Arturo Frondizi).

Em outras palavras, havia uma alternância entre a lógica da rivalidade e a lógica da cooperação entre o Brasil e a Argentina, que a redemocratização dos anos 80 fez pender definitivamente, e de maneira inequívoca, para o lado da cooperação. Foi uma tarefa que exigiu um meticuloso trabalho de engenharia político-diplomática, que começou no Acordo tripartite entre a Argentina, o Brasil e o Paraguai para o aproveitamento do Rio Paraná, de 1979, e prosseguiu ao longo dos anos 80 com as diversas medidas de construção da confiança na área nuclear e do desarmamento, que culminaram na criação do sistema de controles recíprocos sob a égide e as salvaguardas da AIEA.

Foi o que nos permitiu avançar nos diferentes campos da relação bilateral - da cooperação transfronteiriça aos exercícios militares e navais conjuntos - até falarmos hoje, com tranqüilidade, de uma aliança estratégica entre os dois países. É claro que essa aliança dá a ambas as diplomacias um vasto campo para exercitarem as identidades nacionais dos dois países.

O MERCOSUL nasceu, em certa forma, desse grande empreendimento diplomático Brasil-Argentina. É claro que a base da integração Brasil-Argentina e depois da criação do MERCOSUL rapidamente se estendeu do político para o econômico-comercial. Já em 1985 e 1986, ficava claro que o Brasil e a Argentina podiam beneficiar-se individualmente de um acesso facilitado a produtos do vizinho, como forma de garantir o abastecimento sobretudo de gêneros de primeira

necessidade e bens de consumo duráveis. Ou seja, já nos anos 80 ficava claro que a integração teria um papel importante na política macroeconômica dos dois países.

Esta é um dos pontos fundamentais da nossa concepção do MERCOSUL: ele é um indutor de racionalidade macroeconômica nos nossos países e um suporte poderoso para as políticas de abertura e reforma das nossas economias. Além disso, deu-nos, como disse há pouco, um suplemento importante de poder nacional, ao tornar o mercado de cada um dos países-membros ou associados mais interessante pela dimensão acrescida que lhes confere sua participação ou associação.

O MERCOSUL como um processo

A partir daí, conceber e começar a implementar o MERCOSUL foi um processo natural, embora complexo, pois envolvia duas dimensões, a sub-regional e a interna.

A integração Brasil-Argentina rapidamente mobilizou e interessou nossos vizinhos mais próximos, o Uruguai e o Paraguai, com os quais Brasil e Argentina têm em comum não só a contigüidade física, mas também uma intensidade natural de relações, própria das vizinhanças mais densamente povoadas. A idéia da integração e do fortalecimento do poder nacional de cada país através dela ganhou rapidamente uma massa de adeptos em todos os países. Eu diria quase que, como idéia-força, como princípio, o MERCOSUL é objeto de consenso nacional nos nossos países. O problema, muitas vezes, está nos detalhes, nos particularismos.

O que fizemos foi dar ao MERCOSUL um dinamismo acentuado, procurando encurtar os prazos de implementação das diretrizes do Tratado de Assunção, nosso instrumento fundador assinado em 1991, para cinco anos. Com o Tratado de Ouro Preto, de 1994, demos forma à união aduaneira e iniciamos a aplicação da tarifa externa comum.

Foi um projeto ambicioso, audacioso, mesmo, mas que surtiu o efeito desejado: lançado, o MERCOSUL foi o grande motor da diplomacia

econômica dos quatro países-membros, até porque imediatamente se percebem o efeito positivo que o processo sub-regional tinha sobre outras dimensões da nossa diplomacia econômica, fosse no âmbito da ALCA, fosse no âmbito da OMC, fosse ainda no âmbito das relações com a Europa ou com alguns grandes parceiros individuais, como o Japão ou o Canadá - sem falar nos nossos parceiros tradicionais na própria América Latina.

E, como projeto praticamente consensual dentro de cada país, ele gerou uma dinâmica própria, engajando primeiro os governos a partir do topo - o MERCOSUL tem sido um empreendimento de inspiração e condução presidencial - e em seguida os empresários, sindicatos e outros setores interessados, até ir alcançando a totalidade do universo social e geográfico dos nossos países (os Estados do Norte e Nordeste do Brasil têm hoje uma consciência bem desenvolvida sobre a sua participação no MERCOSUL, antes encarado como um empreendimento mais voltado para as regiões meridionais do Brasil).

Basicamente, o MERCOSUL foi concebido como um sistema de regionalismo aberto, com base em uma união aduaneira, com uma tarifa externa comum, hoje em torno de 16 por cento, uma área interna de livre comércio à qual se aplicam algumas exceções para produtos e certos regimes e uma personalidade externa comum para efeitos das suas relações comerciais ao abrigo da OMC e da ALADI.

A idéia de regionalismo aberto não é apenas conceitual, para efeitos de compatibilidade com as regras da OMC. Ela é uma realidade, que se manifesta nos acordos de associação que nos acrescentaram, como membros-associados, o Chile e a Bolívia. A essa personalidade econômico-comercial do MERCOSUL acrescentamos, como medida de garantia, a explicitação da sua dimensão política, através da adoção de uma verdadeira cláusula democrática, que condiciona a participação ou associação dos países no empreendimento à plena vigência das instituições e práticas democráticas.

Gostaria que se retivesse desta parte a noção

básica do MERCOSUL como processo de integração, isto é, como obra de construção que se vai fazendo pela agregação sucessiva de etapas. É bem certo que, em 1999, alcançamos de alguma forma o fundamental daquilo que nos propusemos fazer em 1991 e em 1994, isto é, avançar no livre comércio intra-zonal e funcionar como uma união aduaneira tanto nas relações quanto nas negociações comerciais externas. E é bem certo que, ao esgotar de certa forma essa primeira etapa criativa do MERCOSUL, perde-se algum impulso criador e abre-se espaço para que os problemas naturais de uma integração acelerada surjam ou se mostrem com mais força do que teriam se estivessemos em pleno vigor do processo - especialmente quando as economias dos dois principais parceiros atravessam períodos de recessão e sofrem indispensáveis, mas dolorosos processos de correção e austeridade. Por isso, como procurarei expor mais adiante, faz-se necessário gerar um novo impulso criador e organizador do processo de integração. Uma característica importante do MERCOSUL, e que sempre interessa aos europeus, é o baixo nível de institucionalização que lhe demos, em contraste com a União Européia, por exemplo, que tem, compreensivelmente, uma estrutura burocrática frondosa. Preferimos um mecanismo mais informal, mas vigoroso, de tomada de decisões, à base de reuniões periódicas de nível presidencial, ministerial e de altos funcionários, além naturalmente dos grupos de trabalho e reuniões setoriais específicos. Colocamos ênfase na dimensão nacional da implementação das decisões e políticas oriundas do MERCOSUL, preferindo a flexibilidade à camisa de força institucional. E deixamos que os próprios países gerem internamente processos paralelos de internalização do MERCOSUL através de legislação, normas, etc.

Haverá certamente, no futuro, um processo de institucionalização, mas ele será limitado na medida do possível e concebido como resposta a demandas inevitáveis de fortalecimento da confiança e da transparência e de desenvolvimento

da capacidade de interlocução com outros países e sistemas.

Uma história de sucesso

Temos falado do MERCOSUL, hoje, como uma história de sucesso político e econômico e como um exemplo de regionalismo aberto. Já mencionei diversas características e percepções que corroboram essa visão otimista e positiva sobre o MERCOSUL. Queria reforçar essa impressão com dados concretos sobre o desempenho do MERCOSUL na área comercial e dos investimentos.

De fato, os países do MERCOSUL experimentaram um crescimento sem precedentes do seu comércio internacional desde 1990, tanto na vertente intra-regional quanto na vertente extra-regional.

As exportações totais do MERCOSUL praticamente dobraram de 1990 a 1998, passando de 46,5 bilhões para 83 bilhões de dólares, enquanto as importações triplicaram no mesmo período, passando de 29 bilhões em 1990 a 99 bilhões de dólares em 1998. Superavitário em 1990 (17 bilhões de dólares), o MERCOSUL tornou-se deficitário em seu comércio exterior a partir de 1995 (4,5 bilhões de dólares) até alcançar um déficit comercial de 16 bilhões de dólares em 1998.

Ao mesmo tempo, as exportações intra-zonais multiplicaram-se por cinco, passando de quatro bilhões de dólares em 1990 (9% do total) para 20,5 bilhões de dólares (25%). As exportações extra-zonais passaram de 42 bilhões de dólares em 1990 (91% do total) a 62 bilhões de dólares em 1998 (75%).

Esses dados atestam que o MERCOSUL, embora tenha sido um importante vetor de dinamização do comércio intra-zonal, não teve o efeito de desviar correntes de comércio, pois seu comércio extra-zonal não apenas cresceu significativamente, como houve uma impressionante inversão entre as cifras de importação e as de exportação no período, consequência natural da extraordinária abertura do

mercado do MERCOSUL em contraste com a persistência, às vezes com o agravamento, de tendências protecionistas nos mercados desenvolvidos.

O comércio do MERCOSUL com a União Européia reflete essas tendências: de 21 bilhões de dólares em 1990, mais do que dobrou em 1998, alcançando 47 bilhões de dólares (26% do comércio externo do MERCOSUL, contra 18,5 por cento em relação aos Estados Unidos), mas o superávit de oito bilhões de dólares de 1990 transformou-se em um déficit de sete bilhões de dólares em 1998, graças a um crescimento desproporcional das importações provenientes da Europa (6,5 bilhões em 1990 contra 27 bilhões em 1998, ou seja, mais de quatro vezes), face a exportações que cresceram menos de 50% no período (14,5 bilhões em 1990 contra 20 bilhões em 1998). Em outras palavras, se é certo que o aumento dos fluxos de comércio extra-zonal do MERCOSUL se devem primeiramente à abertura econômica que cada país fez em função da Rodada Uruguai e de iniciativas unilaterais, é evidente que o extraordinário aumento do comércio entre os países da sub-região se deveu sobretudo ao próprio incentivo criado pelo MERCOSUL. A notável relação política construída ao longo de mais de uma década ganhou uma base material sólida. As boas relações intra-Mercosul não são mais apenas produto da identidade democrática e da vontade política de governos engajados, mas a face política de uma relação econômica e comercial fundamental. Não por acaso nossos países representam para seus sócios o principal ou um dos principais mercados individuais externos.

Também na área de investimentos o MERCOSUL foi uma história de sucesso. Em um momento em que os países chamados emergentes acentuaram a competição por investimentos produtivos, fundamentais para modernizar as suas economias, atender melhor os seus consumidores, dar-lhes competitividade externa, gerar emprego e atividade econômica indispensáveis para melhorar

os seus padrões sociais e viabilizar a desestatização de amplos setores da economia, contar com um mercado amplificado do ponto de vista populacional e geográfico constituiu um trunfo fundamental para os nossos países. De 1993 a 1996, os investimentos externos líquidos no MERCOSUL cresceram de 3,7 bilhões de dólares a 13,2 bilhões, mas em 1998 essa última cifra dobrou apenas em relação ao Brasil. Quase todas as grandes empresas mundiais de bens e serviços estão presentes no MERCOSUL e ali se instalaram sobretudo porque a escala do mercado tornou particularmente atraentes as oportunidades de investimentos, multiplicados por outro lado por um amplo programa de privatizações e aberturas de monopólios.

O sucesso do MERCOSUL permitiu-nos começar a falar cada vez mais em uma expansão do núcleo básico do MERCOSUL - o estabelecimento da união aduaneira e a adoção de uma política comercial convergente. Essa expansão tem um eixo vertical ou temático e um eixo horizontal ou geográfico. Do eixo horizontal falaremos mais adiante ao tratar da dimensão externa do MERCOSUL. Quanto ao eixo vertical ou temático, ele gira basicamente em torno de matérias relacionadas a comércio, por um lado, e àquela empresa de internalização do MERCOSUL, a que me referi mais acima, mas que incorpora também outras áreas além da normatização, para buscar o desenvolvimento de uma cultura, de uma mentalidade do MERCOSUL nos agentes econômicos, políticos e sociais dos países-membros.

A extensão do MERCOSUL às chamadas *trade related areas* ou áreas relacionadas ao comércio ainda é incipiente, mas constitui um objetivo importante da estratégia de consolidação do MERCOSUL. Essas áreas são várias. Retenho aqui as que mais atualidade apresentam: a proteção ao consumidor, a propriedade intelectual, as compras governamentais e muito especialmente a solução de controvérsias, sobre a qual, tratando-se do futuro do MERCOSUL, gostaria de me deter um pouco.

Um tema ao qual de fato o Brasil atribui a

maior importância, no MERCOSUL, é o do mecanismo de solução de controvérsias. O Brasil tem evoluído para uma posição de favorecimento ao recurso ao sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, até porque não podemos indefinidamente contar com as soluções políticas que tantas vezes têm resolvido os problemas pontuais que surgem no MERCOSUL, numa espécie de fuga para diante.

Acredito sinceramente que o recurso mais freqüente aos mecanismos legais do MERCOSUL para dirimir controvérsias comerciais pode ser um elemento de avanço da integração. Tem-se falado no estabelecimento de um Tribunal Permanente para o MERCOSUL. Não creio que necessitemos de uma instituição desse tipo, neste momento. Precisamos, sim, pensar em como agilizar e utilizar melhor os mecanismos que já existem, para torná-los mais eficientes. Se tivermos um mecanismo funcionando a contento, estou certo de que não só haverá um benefício interno, no MERCOSUL, mas também um aumento da credibilidade externa do bloco.

Quanto à internalização do MERCOSUL, ela vai muito além, como disse, da simples incorporação das decisões sub-regionais ao regime jurídico interno dos países para alcançar o domínio mais complexo da criação de uma verdadeira mentalidade nacional sobre o MERCOSUL, isto é, a maneira de ir desenvolvendo nas burocracias de cada país, e nos setores e agentes econômicos mais afetados pela integração, a idéia de que o MERCOSUL nos traz ganhos e vantagens em várias dimensões, mas implica necessariamente o cumprimento de compromissos internacionais, visão de longo prazo e de conjunto e espírito aberto e conciliatório. A internalização é uma das áreas básicas em que se exige um trabalho sistemático de aprofundamento do MERCOSUL e de mobilização dos diferentes setores envolvidos - governo federal, governos estaduais, empresariado, sindicatos, imprensa, Congresso, meio acadêmico e universitário, meio cultural, opinião pública em geral.

A complexidade desse amplo e multifacetado

processo de internalização do MERCOSUL é algo que, como podem perceber, está em grande medida na origem de algumas dificuldades pontuais que freqüentemente afetam processos de integração desta natureza e das quais o MERCOSUL não poderia escapar. Ninguém achou que incorporar o MERCOSUL à visão de mundo dos nossos povos seria uma tarefa simples.

É natural que a burocracia tenha dificuldades para gerar e cristalizar uma cultura específica em relação ao MERCOSUL e à rede de compromissos e sensibilidades que ele implica. É natural também que setores e agentes econômicos adversamente afetados - ou que crêem sê-lo - manifestem suas resistências de diversos modos. É natural também que essas sensibilidades localizadas afetem por momentos o conjunto do empreendimento e mesmo dêem a impressão de que vão paralisá-lo ou fazê-lo retroceder. Mas a experiência tem mostrado que essa dialética é não apenas parte do jogo, mas um elemento fundamental para que o processo de construção do MERCOSUL vá sofrendo as correções de rumo próprias de toda navegação em mar desconhecido e por vezes revoltos.

Uma história de dificuldades

Como vêm, o MERCOSUL é também uma história das dificuldades inerentes a todo processo de integração e que vão além das resistências que se encontram no processo de internalização da integração. Essas dificuldades têm duas fontes diversas no caso do MERCOSUL.

A primeira encontra-se no regime de exceções que naturalmente tiveram de ser contempladas para que o processo pudesse caminhar. Essas exceções são de duas naturezas: uma relativa a produtos específicos aos quais se aplicam regimes especiais, com um sistema de phasing out, e que às vezes admitem variações em função do grau de desenvolvimento dos países, etc.; outra relativa a setores inteiros que recebem um tratamento diferenciado e em relação aos quais são temporariamente adiadas as convergências e o

estabelecimento de regimes comuns e equitativos.

A segunda dificuldade diz respeito a variações conjunturais que alteram significativamente a percepção de setores ou de parceiros em relação aos seus interesses no MERCOSUL, especialmente no que diz respeito ao curto prazo. A combinação desses dois tipos de dificuldades pode ser, como bem imaginam, explosiva, e exige dos governos e agentes econômicos e sociais interessados em uma visão de longo prazo do MERCOSUL um esforço redobrado para preservar o patrimônio que construímos até aqui. E a forma de fazê-lo é, em primeiro lugar, evitando que problemas tópicos contaminem áreas que podem perfeitamente ser preservadas.

Acreditem, nada seria mais fácil do que exagerar a importância de uma combinação de dificuldades dessa natureza para paralisar, fazer retroceder ou mesmo implodir o MERCOSUL, ainda que com o indescritível custo político e diplomático - para não falar dos danos à nossa própria auto-estima - que decorreria dessa atitude. Mas eu queria justamente colocar na sua correta perspectiva esse tipo de dificuldades, que têm acompanhado a história do MERCOSUL e ainda figurarão por bom tempo na sua agenda, pela própria natureza do processo de integração. E, para isso, nada melhor do que lembrar as limitações naturais dessas dificuldades, que ou se ligam a situações transitórias - listas de exceção, regimes provisórios - ou são de natureza conjuntural e portanto dinâmica, ou ainda são, em alguns casos, muito setoriais, fazendo parte da dinâmica de adequação e adaptação desses setores à nova realidade da competição sub-regional.

Em poucas palavras, não é o conjuntural e o setorial que comandam o estrutural e o global. A própria vocação de acomodação e harmonização que preside um esforço de integração regional bem fundamentado - como é o caso do MERCOSUL - acaba por ajudar a fazer prevalecer a lógica da integração e da cooperação sobre a lógica do fechamento e da rivalidade.

O MERCOSUL e sua dimensão externa; a questão do protecionismo

Mas o MERCOSUL não é uma obra de engenharia diplomática e econômica apenas interna, ele tem também uma dimensão de expansão externa que é importante. Essa expansão tem segues duas linhas básicas: uma expansão na sua composição e, portanto, no seu alcance geopolítico, que tem a etapa intermediária da associação; e uma expansão na sua rede de relações externas, através da participação em esquemas ampliados de integração regional ou inter-regional. Falo, obviamente, no primeiro caso, da expansão do MERCOSUL para alcançar outros países da América do Sul - algo que já começamos com a associação da Bolívia e do Chile por meio de acordos quatro mais um de livre comércio e de uma participação efetiva desses dois países em algumas das atividades do MERCOSUL, seja em certas negociações comerciais, seja em iniciativas de natureza política. Temos, de fato, funcionado em boa medida como um grupo de quatro mais dois, e a participação dos dois associados muitas vezes se dá também no nível das freqüentes reuniões presidenciais do Mercosul.

Deixem-me dizer-lhes duas palavras fundamentais sobre a expansão geográfica do Mercosul. A primeira é que ela de fato acrescenta poder, prestígio, credibilidade e dimensão ao Mercosul. Um país como o Chile, por exemplo, é um trunfo para o Mercosul, pelo acréscimo de qualidade e experiência que traz, da mesma forma que o Mercosul, acredito, seja um trunfo para a diplomacia e a política econômica chilenas. A Bolívia, a um tempo amazônica e platina, andina e tropical, terá também uma bagagem importante de ativos a aportar.

A vocação do MERCOSUL é de fato sul-americana, e uma antevisão de um MERCOSUL que englobe a totalidade do espaço geográfico sul-americano se obtém ao examinar-se como progridem as duas outras grandes vertentes da integração sul-americana, a integração energética e a integração física, da rede de infra-estrutura de transportes e

comunicações. A estabilização da economia brasileira sem dúvida teve um papel importante, central mesmo, na consolidação dessa grande tendência de integração sul-americana baseada na rede de complementaridades econômicas e de identidades políticas da região. O que se observa hoje é uma crescente organização do espaço econômico e político sul-americano, com naturalidade e boa base concreta.

Foi-se o tempo da retórica integracionista, baseada num voluntarismo que esbarrava no fechamento e na desorganização das economias. Foi-se o tempo em que um abismo separava o discurso da antiga ALALC, hoje ALADI, do comportamento efetivo dos seus principais membros. E é o prosseguimento firme dessa tendência que ajudará a América do Sul a enfrentar e resolver os problemas políticos que lhe restam e que vez por outra afloram com maior intensidade.

Mas é preciso - e aqui vai minha segunda palavra sobre a expansão geográfica - reconhecer que há limites a essa expansão, e o primeiro deles é que o MERCOSUL precisa avançar também na sua consolidação e aprofundamento antes de pensar em novas associações ou adesões. Não temos nenhuma intenção de promover uma expansão sem critérios e de abandonar a estratégia de cautela e realismo que seguimos até aqui e que certamente explica parte do sucesso do Mercosul. É natural que gostaríamos de ver os passos adicionais que permitissem tornar o Chile ou a Bolívia membros plenos do Mercosul. Mas temos consciência de que o Mercosul é um processo que deve avançar com sentido de equilíbrio entre a sua expansão horizontal e a sua consolidação e a sua expansão vertical.

Na segunda vertente da expansão horizontal do Mercosul, falo das negociações externas, cada vez mais numerosas e complexas, em que se engaja o Mercosul como união aduaneira, portanto como parceiro de pleno direito, com perfeita coordenação e coesão entre seus membros plenos e algumas vezes também os associados. Há dois trilhos negociadores que têm uma importância capital para nós, além

naturalmente da Rodada do Milênio na OMC, que se inaugura em Seattle, proximamente. O primeiro desses trilhos é a integração hemisférica, a área de livre comércio das Américas. O segundo são as recém-lançadas negociações Mercosul-União Européia. Quero destacar fundamentalmente o paralelismo que buscamos nessas duas negociações e a racionalidade que está por trás dessa nossa visão estratégica.

A Rodada do Milênio confirma a percepção de que o comércio internacional é hoje fundamentalmente regido por regras universais. O que se pensava anos atrás poderia ser uma dicotomia entre regionalismo e universalismo claramente assumiu um caráter de complementaridade. Universalismo e regionalismo não são contrários, sequer contraditórios, são complementares.

O Mercosul, como atestam os dados que expus anteriormente, tem uma estrutura de comércio internacional equilibrada. Vimos como o nosso regionalismo de forma alguma desviou correntes de comércio e tampouco nos colocou na contramão da OMC. Ao contrário, nunca antes nossos parceiros tiveram tantas oportunidades comerciais e de investimento em nossos países. A manutenção dessa estrutura exige, portanto, uma abordagem que privilegie a noção de paralelismo.

Primeiro, um paralelismo de processos negociadores. Nosso interesse central é manter aquele equilíbrio e, aumentando sempre as correntes de comércio, manter aproximadamente as proporções que nos fazem hoje um parceiro com interesses comerciais equivalentes na Europa, na América do Norte, na América Latina e na Ásia. O paralelismo nas negociações - e falo tanto de cronogramas como de estrutura e objetivos da negociação - é, portanto, função de um desejo de preservar esse equilíbrio, e isso tanto no nosso próprio interesse quanto, certamente, no dos dois grandes blocos econômicos com os quais se desenvolve a negociação, o NAFTA e a União Européia.

Segundo, um paralelismo de oportunidades.

Ao mesmo tempo, temos consciência de que já operamos uma intensa abertura do nosso comércio, seja por medidas unilaterais, seja em função do próprio Mercosul, seja em razão dos compromissos no âmbito da OMC. A essa abertura comercial somou-se uma abertura sem precedentes nas nossas economias, graças à reforma e à desestatização, que se concretizou pela abertura de monopólios e pela privatização de empresas públicas.

Por essa razão, parte do nosso objetivo com essas negociações é buscar um maior equilíbrio entre os acessos e oportunidades comerciais e econômicas que já abrimos em nossos países e o acesso a mercados que continuam fechados para produtos em que temos grande competitividade, sobretudo na área agroindustrial. Aço, carnes, frangos, suco de laranja e tantos outros produtos do Mercosul continuam submetidos a regimes restritivos e a sistemas de subsídios - especialmente na disputa em terceiros mercados - que não se coadunam com a abertura que já foi garantida aos nossos parceiros e que, insisto, deu-lhes o mais amplo leque de oportunidades comerciais e de investimentos. Isso sem falar no prejuízo que causam ao consumidor e ao contribuinte de inúmeros países que teimam em proteger seus mercados a um custo econômico elevado.

Insisto: quando criticamos e combatemos o protecionismo, não estamos nos queixando dos cuidados que sejam conferidos à produção de certos alimentos que formam parte da própria cultura e da identidade de um povo. Não temos nenhum problema com o que a sociedade francesa, por exemplo, faça em relação à produção de um queijo de apelação controlada na Normandia ou nos Pirineus. Seria falta de bom senso da nossa parte ignorar as especificidades da culinária francesa ou a força do campo e dos produtos do terroir no imaginário francês.

Nossa querela com o protecionismo europeu situa-se em outro nível. E muito especialmente o dos subsídios destinados a gerar uma competitividade artificial em terceiros mercados ou para produtos cuja produção pouco tem de natural nos climas e solos

em que se desenvolvem. A França pode subsidiar o camembert ou o roquefort quanto quiser, se essa é uma decisão da sociedade francesa, e não haverá gourmet no mundo que não aplauda essa decisão. Já a Europa subsidiar seus frangos para que eles possam ser vendidos em um mercado do Oriente Médio deslocando uma produção competitiva, mas sem subsídios, de um país como o Brasil, parece incompreensível aos olhos do contribuinte europeu e inaceitável pelas regras do comércio internacional. Isso sem falar em regras protecionistas que privam o consumidor

O futuro do Mercosul, portanto, está ligado em certa medida ao avanço, dessas negociações, não porque esteja condicionado por elas, mas porque elas reforçam a importância da união aduaneira como instrumento do poder nacional de cada um dos seus membros para enfrentar os desafios do mundo exterior, seja no plano regional, seja no plano inter-regional ou internacional. Os brasileiros têm consciência hoje de que o Mercosul é o que os habilita a participar desse jogo em melhores condições. O próprio jogo internacional é, portanto, uma das garantias de continuidade e consolidação do Mercosul.

Problemas e perspectivas

Tem sido recorrente no nosso discurso diplomático a lembrança de que processos de integração abrangentes e ambiciosos como a União Européia ou, em outra dimensão, o Mercosul, trazem embutidos em si dificuldades e obstáculos, que exigem tempo, habilidade, espírito conciliatório e visão de longo prazo para serem resolvidos ou superados. A vantagem de falar a um auditório europeu é que não é preciso insistir neste ponto, porque dele todos os dias falam os jornais e os debates de política externa, de política econômica, de política ambiental.

Processos de integração vêm substituir uma lógica de rivalidade e de divergência por uma lógica de cooperação e convergência, mas ao resolver no plano geral essa complexa mudança naturalmente

passam a afetar, em um nível mais setorial ou particular, outros interesses. A lógica da integração não anula a competição entre setores dentro das economias ou em diferentes economias. Em outras palavras, substitui-se uma grande rivalidade e competição por um conjunto de rivalidades e competições menores, localizadas ou setoriais, que se vão resolvendo dentro da própria lógica da integração, que prevê exceções e regimes transitórios. No final, por essa mesma lógica da integração, os setores e agentes econômicos se tornam competitivos ou sucumbem, até porque o consumidor, que tem a palavra final, é cada vez menos tolerante com a proteção injustificada. O consumidor quer qualidade e quer preço.

O Mercosul tem tido exatamente essa experiência em relação a problemas setoriais ou conjunturais. Acabamos de viver o último capítulo de uma novela que ainda não está perto de concluir, vamos reconhecer com realismo. Ao contrário, é possível mesmo que o roteiro nos reserve outras surpresas e tramas antes de chegarmos ao final feliz que já antecipamos. A vida é assim.

Gostaria de concentrar a minha exposição nos fatos mais recentes no âmbito do Mercosul, que exemplificam o tipo de problemas setoriais e conjunturais que periodicamente temos de enfrentar e a forma como o fazemos. Todos sabem que o mais recente capítulo das dificuldades no Mercosul começou com a tentativa de adoção de medidas de cunho protecionista setoriais pelo governo da Argentina. Essas medidas mereceram a firme reação do Brasil, em defesa dos princípios de livre comércio que constituem a base do projeto de integração.

Qual é a origem desse contencioso?

No plano estrutural, a diferença entre os regimes cambiais dos sócios de maior peso econômico no Mercosul representou uma dificuldade adicional para a consecução a médio e longo prazos das metas de maior coordenação macroeconômica. A livre flutuação cambial adotada em janeiro pelo

Brasil aumentou o contraste entre o regime cambial brasileiro e a paridade fixa argentina.

Ainda que não tenha sido responsável por uma avalanche de importações de produtos brasileiros pela Argentina, a mudança no regime cambial no Brasil - que nunca deixou de ser uma possibilidade, aliás, dentro da própria lógica anterior das bandas flutuantes - gerou dificuldades, na Argentina, em alguns setores específicos, a partir do início de 1999, com o aumento de certas importações e dificuldades para certas exportações. A mudança da política cambial brasileira, portanto, embora em nenhum momento tenha promovido uma temida "invasão" de produtos brasileiros nos demais sócios do Mercosul, gerou situações novas com as quais o Mercosul teve de se defrontar ao longo do ano.

O problema alcançou maior dramaticidade, contudo, na Argentina. Em meio a uma conjuntura interna recessiva e aproveitando-se do debate da sucessão presidencial, os principais setores econômicos argentinos afetados pelo aumento da concorrência de produtos brasileiros (calçados, têxteis, papel e celulose) passaram a pressionar o governo por medidas protecionistas. Esses setores apontavam o câmbio como única fonte de suas dificuldades, deixando de mencionar outro fato da maior relevância: até 31 de dezembro do ano passado eles estavam protegidos das regras da área de livre comércio, por meio do chamado Regime de Adequação. Esse regime, que permitia exceções ao livre comércio dentro do Mercosul, deixou de existir no final de 1998, entre Brasil e Argentina.

Os senhores notam aqui claramente a imbricação das dimensões estrutural, conjuntural e setorial na composição de um problema típico do Mercosul. Não vou relatar detalhes — de resto muito bem reportados pela imprensa européia, segundo estou informado - sobre as medidas de salvaguardas que a Argentina introduziu, e depois retirou, e sobre os contenciosos comerciais das últimas semanas. O importante, neste momento, é que, depois de reações

decididas da parte do governo brasileiro, tanto à tentativa de introdução de salvaguardas quanto às medidas protecionistas a produtos como calçados, papel, aço, os representantes desses setores dentro de cada país entraram em acordo, e estão sendo criadas as condições para um relançamento de nossas tratativas com a Argentina e o Mercosul.

Estabelecemos também, na última reunião do Conselho do Mercosul, em Assunção (junho 1999), um Grupo de Coordenação de Políticas Macroeconômicas e um Grupo de Acompanhamento de Conjunturas Econômica e Comercial. Esses Grupos, integrados por técnicos dos quatro países, estão estudando maneiras de irmos aproximando nossas políticas econômicas, de maneira pragmática, para identificar áreas de aproximação entre os quatro países e avançar no projeto de integração.

No Brasil, neste momento, estamos engajados em um exercício de reflexão no Governo, para definir uma estratégia a ser apresentada ao novo Governo argentino, depois das eleições deste mês. Tenho reafirmado o compromisso do Brasil com o projeto de integração e nossa disposição de levar adiante o Mercosul. Mas, obviamente, não poderemos pagar qualquer preço por isso. É preciso que todos os parceiros estejam comprometidos com o processo.

Essa exposição sucinta ilustra o tipo de situações que enfrentamos e as soluções criativas que o próprio Mercosul nos permite encontrar para, antes de tudo, encapsular os problemas e evitar que contaminem o restante do processo integracionista, e em segundo lugar, para dar-lhes um encaminhamento conciliador e uma solução. Assim tem funcionado o Mercosul, e essa tem sido uma garantia para o seu futuro.

É natural que teremos de avançar no aprofundamento do Mercosul para tornar a prevenção e a solução desses problemas menos tópicos e mais institucionais. Já falei no desenvolvimento de um sistema de solução de controvérsias, que será um grande avanço nessa

área. Também outras medidas de aprofundamento do Mercosul e de maior coordenação macroeconômica poderão ser instrumentais para alcançar esses objetivos. Tudo está em consideração.

Queria, contudo, mencionar o que poderá ser uma meta-síntese em matéria de consolidação e aprofundamento do Mercosul - enfatizo a noção de meta ou objetivo: a moeda comum. O debate sobre uma moeda comum do Mercosul obviamente ganhou força após o lançamento do Euro, que nos serve de exemplo e inspiração. Brasil e Argentina há muito haviam lançado a idéia de uma moeda comum - falava-se então no gaúcho - como objetivo de longo prazo.

Qual a racionalidade de uma moeda comum do Mercosul? Creio que são várias as respostas.

A primeira é descartar, antes de tudo, a idéia da dolarização, que representaria, mais do que uma renúncia, uma alienação conjunta de soberania inaceitável e inteiramente contrária ao espírito do próprio Mercosul, que é o de fortalecer as soberanias pela integração. A segunda é que o projeto de uma moeda comum representaria a retomada do impulso criador original do Mercosul, que nos levou a fazer tanto em tão pouco tempo. Uma moeda comum seria um projeto renovador da própria idéia de Mercosul.

A terceira razão é que uma moeda comum, como objetivo de longo prazo, nos ajudaria a estabelecer certas metas de coordenação macroeconômica que nos permitiriam ir além do que já fizemos até agora.

A quarta razão é que uma moeda comum bem concebida e bem desenvolvida com base na convergência de macropolíticas teria um efeito singular na consolidação da imagem do Mercosul. A sua simples concepção como objetivo de longo prazo geraria um adicional de credibilidade para o Mercosul e contribuiria para dissipar quaisquer dúvidas que porventura ainda houvesse sobre o futuro do Mercosul e a determinação dos seus membros

de levá-lo longe pelo século XXI adentro.

Conclusões

Queria concluir brevemente insistindo, com base em tudo o que em rápidas pinceladas disse ao longo desta conferência, em que, para o Brasil, o Mercosul não apenas tem um futuro certo, como é parte do próprio futuro do Brasil.

Ele tem futuro porque agregou tal somatório de poder, credibilidade, interesse e confiabilidade aos seus membros que nenhum deles ousaria abrir mão de tais vantagens. Ele tem futuro porque representa a única forma de os seus membros poderem participar com alguma possibilidade de sucesso nas diversas negociações que se abrem no futuro imediato, sejam elas universais, inter-regionais ou regionais.

Ele tem futuro porque tem sido um importante fator de atração de investimentos e sócios para os nossos países, e porque foi capaz de promover um sensível e histórico aumento do comércio intra-regional, com grandes vantagens para as nossas economias e para os nossos consumidores. Ele tem futuro porque passou a ser um dado objetivo da equação econômica e diplomática. E porque, se fracassássemos depois do bom começo que tivemos, estaríamos irremediavelmente abrindo mão da maior chance que a história nos deu para nos realizarmos como nações.

A essas palavras de confiança e de compromisso do Brasil com o Mercosul eu queria apenas agregar que a França - individualmente e como membro da União Européia - tem hoje uma oportunidade talvez única de dar um salto qualitativo nas suas relações com a América Latina através da intensificação das suas relações com o Mercosul.

Ela tem para isso, à sua disposição, duas vias que a colocam em vantagem relativa: o peso da sua presença na União Européia e a força da sua relação bilateral com cada um dos sócios do Mercosul e em especial com o Brasil, até porque, graças à nossa fronteira comum no Oiapoque, a França é o único país desenvolvido do mundo a ter contigüidade física com o Mercosul. Tudo isso fala do futuro, e fala bem.

Eu agradeço a atenção e agora coloco-me à disposição para responder a algumas perguntas.
Muito obrigado.

IX Conferência Ibero-Americana

Discurso do Senhor Presidente da República, por ocasião da abertura da IX Conferência Ibero-Americana - Havana, 15 de novembro de 1999

Senhor Presidente Fidel Castro,
Sua Majestade o Rei de Espanha,
Senhores Chefes de Estado e de Governo,

O tema que nos foi proposto pelo presidente Fidel Castro - Ibero-América e a situação financeira internacional em uma economia globalizada - não poderia ter sido mais oportuno: em primeiro lugar, porque dá continuidade às nossas discussões havidas no Porto sobre os desafios da globalização e a integração regional; em segundo lugar, porque o assunto continua extremamente atual.

Muito se tem falado sobre o fenômeno conhecido como globalização. Esta se tornou a palavra-chave desta virada do milênio e busca descrever, grosso modo, a crescente interdependência econômica, social e cultural. As economias nacionais hoje integram, em maior ou menor grau, a economia mundial, e dentre as suas muitas características, permito-me citar algumas poucas e relevantes.

No campo econômico, a internacionalização dos processos produtivos teve, sem dúvida, impactos profundos na medida em que tornou o protecionismo viga mestra sobre a qual se assentou o processo de desenvolvimento e industrialização de muitos países hoje chamados de “emergentes”, instrumento pouco eficiente para a proteção de setores econômicos nacionais. Com efeito, a internacionalização dos processos produtivos requer um maior grau de abertura econômica, como

condição indispensável para a obtenção de competitividade internacional. Hoje, mais do que nunca, o protecionismo indiscriminado pode representar um passaporte seguro para o atraso tecnológico e para a exclusão dos benefícios que a globalização poderá efetivamente nos oferecer.

O sistema financeiro internacional é certamente o campo onde os efeitos de uma economia globalizada se tem feito sentir de maneira mais intensa. Hoje, já existe um consenso sobre a necessidade de torná-lo mais estável, ainda que não se tenha uma idéia precisa sobre como deverá ser obtida essa estabilidade. Alguns caminhos têm sido suscitados, como o estabelecimento de uma nova arquitetura do sistema financeiro internacional, bem como o reforço do papel das instituições financeiras internacionais, em especial o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Mesmo em outros campos, antes considerados como quase que inteiramente desvinculados das questões econômicas, a situação tornou-se totalmente diversa: o caso da cultura, por exemplo, antes vista como um adorno inocente, um bem supérfluo, é hoje um instrumento decisivo da competitividade internacional e da conquista de mercados. Passou a ser um poderoso instrumento de difusão de padrões de comportamento e de consumo.

No plano político, o fim da Guerra Fria e do conflito Leste-Oeste, que marcaram indelevelmente

as relações internacionais por quase meio século, constituiu sem dúvida o fato mais importante. A Guerra Fria, se por um lado impunha limitações à convivência internacional, por outro constituía um elemento de estabilidade para essa mesma convivência. Hoje, o mundo parece sujeito a uma instabilidade estrutural refletida nas crises recorrentes dos mercados financeiros internacionais, onde a única percepção clara talvez seja a da interdependência.

Outra questão relevante, que está a requerer a nossa atenção urgente, tem a ver com a questão das assimetrias e vantagens que caracterizam o sistema que tem servido de base às relações econômicas internacionais. A globalização, essencialmente seletiva e assimétrica, favorece principalmente os países mais desenvolvidos. Faz com que os desníveis de bem-estar se tornem cada vez mais acentuados e contribui para aumentar ainda mais a instabilidade a que já aludi. É preciso mais do que nunca promover a elaboração de políticas voltadas para a construção de uma globalização solidária, que propicie a inclusão social e a eliminação progressiva das assimetrias de bem-estar.

Creio firmemente que a cooperação internacional será decisiva para promover e consolidar a estabilidade da economia mundial e para preservar os ganhos de política macroeconômicas sólidas em um sistema globalizado, onde todos estão, em maior ou menor grau, sujeitos ao contágio de crises localizadas, que muitas vezes ocorrem em países longínquos e com os quais ainda temos poucos vínculos.

Recentemente, muitos ficaram surpreendidos com a ênfase dada à questão da pobreza na última reunião dos governadores do Fundo Monetário Internacional. Na verdade, tratou-se de uma constatação óbvia, ainda que tardia, de que erradicar a pobreza é também promover a estabilidade, esta, por seu turno, pré-requisito indispensável para se lograr o desenvolvimento econômico e social em bases sustentáveis e duradouras.

Estamos conscientes de que o combate à pobreza compreende uma dimensão nacional e

outra internacional. Os brasileiros percebemos claramente nos últimos anos a importância de um meio ambiente estável e sólido para melhorar o padrão de vida do nosso povo. Também percebemos quão rapidamente esses ganhos, que tantos sacrifícios nos custaram, podem ser ameaçados pela emergência de crises externas. Nossa experiência recente tem demonstrado a importância de se aprimorar a ordem internacional em dois aspectos fundamentais.

No plano financeiro, é necessário, como já aventado, dispor de mais estabilidade e previsibilidade, com vistas a prevenir e minimizar crises, cujos efeitos são sentidos de forma mais dramática nos países ditos emergentes.

No plano comercial, trata-se de buscar uma repartição mais justa das oportunidades e benefícios gerados pelo comércio internacional. Até agora, os resultados obtidos têm sido amplamente insatisfatórios do ponto de vista dos países em desenvolvimento. Esperamos que a Rodada do Milênio e as negociações propostas com vistas à liberalização do comércio se traduzam em maior acesso aos mercados do mundo desenvolvido, em muitos casos fechados pelo protecionismo, particularmente no que se refere aos produtos onde há uma inequívoca vantagem comparativa de nossa parte.

No que se refere ao Brasil, e também a outros países aqui presentes, temos buscado aproveitar as oportunidades oferecidas pela globalização para criar as condições necessárias para o crescimento econômico e o desenvolvimento social em bases duradouras. Esse esforço tem sido muitas vezes penoso e incompreendido, envolvendo freqüentemente rupturas de certas características profundamente enraizadas ao longo de nossa formação histórico-social: a auto-suficiência econômica, a forte presença do Estado como agente econômico direto e a visão de que o sistema internacional seria hostil a nossas aspirações legítimas de desenvolvimento.

No âmbito regional, avançamos no sentido

de aprofundar a integração do Cone Sul, mediante o fortalecimento do MERCOSUL, que possibilitou quadruplicar em poucos anos os fluxos comerciais entre os países membros e que hoje se afirma como a segunda maior união aduaneira do mundo.

Fiz menção ainda há pouco à globalização solidária: refiro-me, à guisa de exemplo, a ações nos moldes da “ajuda ao desenvolvimento”, ainda necessária em muitos casos. Nesse contexto, a iniciativa de apoio aos países pobres altamente endividados é muito significativa. O Brasil, a propósito, já cancelou dívidas de alguns países irmãos dos quais éramos credores. Para muitos outros países em desenvolvimento, contudo, e este é seguramente o caso do Brasil, o tempo das “benesses” já passou.

Hoje, o que pleiteamos é obter igualdade de condições, com base em regras verdadeiramente equilibradas, que permitam a todos os países aproveitar e desenvolver plenamente as vantagens comparativas de que dispõem.

A globalização está a exigir que os nossos desafios sejam cada vez mais enfrentados solidariamente. Muitos temas antes exclusivos de cada agenda nacional são hoje tratados conjuntamente pelos países na esfera internacional, sem que isso signifique menoscabo pela soberania e pela dignidade nacional.

A agenda internacional inclui hoje desafios como a promoção dos direitos humanos, o aperfeiçoamento da democracia e a proteção do meio

ambiente.

Em Viña del Mar, acordamos que esses desafios estão intrinsecamente ligados à questão da governabilidade democrática, que, por sua vez, exige um processo contínuo de aperfeiçoamento político, econômico, social e cultural, que, de um lado, conduza à diminuição das desigualdades e dos problemas de exclusão social; de outro lado, assegure o pleno exercício da liberdade de expressão e de manifestação, como a melhor forma de conferir a indispensável legitimidade aos governantes.

Hoje, “reiteramos o compromisso de fortalecer as instituições democráticas, o pluralismo político, o Estado de Direito e o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, incluído o direito ao desenvolvimento”. Já dissemos também que o regime democrático contribui decisivamente para as relações pacíficas entre os povos, que são a condição essencial para uma cooperação mais eficaz entre as nações ibero-americanas em face dos desafios da globalização.

Muito obrigado.

Palestra do Secretário-Geral no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (CEFARH)

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos (CEFARH) da Secretaria de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - "A política externa brasileira" - Brasília, 05 de novembro de 1999

O diálogo regular entre a Secretaria de Inteligência do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República e o Itamaraty é parte indispensável do processo de formulação e de implementação da política externa brasileira. Registro por isso meus agradecimentos ao General Alberto Cardoso pelo convite para proferir palestra neste Curso de Formação em Inteligência. Conforme sugerido pela Coordenadora-Geral de Ensino e Pesquisa, farei uma apresentação de cerca de 50 minutos, e depois me colocarei à disposição dos Senhores para comentários ou perguntas que desejem fazer. Nessa apresentação inicial, começarei por breve descrição da estrutura do Ministério das Relações Exteriores e da carreira de diplomata. Farei depois uma rápida descrição das prioridades da política externa brasileira.

O Ministério das Relações Exteriores e a carreira de diplomata

O Ministério das Relações Exteriores tem uma estrutura descentralizada. A Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em Brasília, responsável pela coordenação geral da atuação do Itamaraty, é o núcleo dessa estrutura. Há Escritórios regionais no

Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, Curitiba, Florianópolis e Manaus. A rede de postos no exterior é composta por um total de cento e trinta e quatro unidades: noventa Embaixadas, sete Representações junto a Organismos Internacionais, três Escritórios e trinta e quatro Consulados de carreira.

A carreira de diplomata tem no momento 1037 funcionários em atividade. Cerca da metade desses funcionários estão lotados no Brasil, e a outra metade em postos no exterior. Observe-se que o Itamaraty costuma habitualmente fornecer diplomatas para funções em outros órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como nos Poderes Legislativo e Judiciário. Atualmente, em diferentes níveis e funções, há 64 diplomatas nessa situação.

As tarefas do diplomata estão sintetizadas no trinômio clássico: "informar, representar, negociar". A esse trinômio que enfatiza a atuação do diplomata no exterior, torna-se necessário acrescentar uma quarta tarefa: a da articulação interna. Identificar os interesses nacionais está na base do trabalho diplomático. O diplomata deve manter-se em permanente processo de articulação com os

demais funcionários governamentais, com os parlamentares, e com os setores organizados da sociedade civil, para poder definir os interesses nacionais e defendê-los de forma adequada no plano externo.

A carreira de diplomata tem passado por profundas transformações ao longo dos últimos tempos. A agenda vai-se ampliando à medida que temas antes exclusivamente tratados no plano interno dos países adquirem conotações internacionais. Também o estilo de atuação vai-se adaptando, continuamente, às novas realidades. A chamada “globalização” incorpora concretamente temas e estilos de atuação à diplomacia, a qual, na sua origem, só cuidava da guerra ou da paz.

O diplomata é, antes de tudo, um agente para as comunicações entre Estados soberanos. Esse é o seu campo mais tradicional de atuação. Há, no entanto, uma crescente diversificação dos interlocutores externos. São cada vez mais frequentes e intensos os contatos com a sociedade civil do país em que está acreditado. A diplomacia deixou de ser uma atividade de gabinetes, cercada por segredos de Estado. Trata-se hoje, em boa medida, de um exercício público de defesa dos interesses nacionais no plano externo. O ex-Chanceler Celso Lafer costuma descrever de forma particularmente feliz a tarefa da diplomacia como sendo a de “transformar necessidades internas em possibilidades externas”.

Não apenas os diplomatas, mas também várias outras categorias de servidores públicos dedicam-se a tarefas de promoção dos interesses externos de um Estado e de uma sociedade. O diplomata, porém, ademais dos temas que lhe incumbem, é o responsável pela visão de conjunto sobre as relações internacionais do país. Em outras palavras, cabem ao diplomata a coordenação geral e a execução de pontos específicos da política externa nacional.

Outra característica própria do diplomata, que o diferencia dos demais servidores públicos envolvidos em assuntos internacionais, é o fato de que exerce seu ofício precipuamente no exterior. A

atividade da diplomacia está indissolúvelmente ligada à presença física no exterior do agente governamental. Os progressos nas telecomunicações (fax, INTERNET, e-mail) não alteram esse conceito, por pelo menos duas razões: as relações de confiança que se estabelecem através de contatos pessoais regulares continuam a ser indispensáveis para a boa condução das relações internacionais; e os conhecimentos de primeira mão sobre uma outra sociedade, adquiridos através do contato diário com suas realidades, é, sem dúvida, a melhor garantia de julgamentos precisos e abalizados sobre a forma de conduzir as relações com outros países.

Há serviços diplomáticos que procuram promover a especialização de seus funcionários, no entendimento de que se trataria de um requisito indispensável para capacitá-los a melhor enfrentar o desafio da crescente complexidade técnica de toda uma série de assuntos da rotina diplomática. No caso do Brasil, o Itamaraty tem evitado proceder, formalmente, a uma especialização dos funcionários, por entender que o diplomata deve ser, antes de tudo, um agente capaz de ter uma visão abrangente dos interesses nacionais. Na prática, porém, observa-se que mesmo no Brasil a dinâmica cada vez mais técnica e complexa de diferentes negociações internacionais tende a promover, ainda que informalmente, um certo grau de especialização de determinados funcionários, seja por áreas temáticas, seja por áreas geográficas.

No Brasil, o serviço diplomático é uma carreira de Estado, com uma estrutura organizada em bases estáveis e transparentes. O acesso a essa carreira se dá unicamente por concurso público. Desde os anos quarenta, a seleção e a formação dos diplomatas brasileiros é feita exclusivamente pelo Instituto Rio Branco, órgão do Ministério das Relações Exteriores. Não há um único diplomata brasileiro em atividade que não tenha passado pelo concurso público de acesso ao Instituto.

Diferentemente da maioria dos países, nenhum cargo da estrutura do Ministério das Relações Exteriores, além do Ministro de Estado e do Consultor Jurídico, pode ser preenchido por não-diplomatas.

O Presidente da República dispõe, porém, da faculdade de indicar para o cargo de Embaixador pessoas de sua confiança que não sejam membros da carreira de diplomata. A quase totalidade dos Embaixadores do Brasil, no entanto, tem sido escolhida entre funcionários de carreira. Atualmente, ocupam funções no exterior apenas dois Embaixadores políticos (UNESCO e Cuba). Esse é um dos aspectos essenciais da tradição de estabilidade e de profissionalismo do serviço diplomático brasileiro.

Desenvolvimento nacional: prioridade da política externa brasileira

Após esses breves comentários iniciais sobre a estrutura do Itamaraty e a carreira de diplomata, tratarei, a seguir, da política externa brasileira, de suas prioridades, temas relevantes e orientações específicas.

Cada país define suas prioridades externas em razão de suas circunstâncias históricas, geográficas, políticas e econômicas. Segundo uma periodização que costumo empregar e que encontra o seu eixo de referência no território nacional, a política externa do Brasil desdobra-se em três grandes fases históricas. O momento inicial se estende por três séculos, desde Tordesilhas até a transplantação da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro em 1808 — antes mesmo, portanto, da própria existência formal do território. Nesta longa fase, o vetor fundamental da projeção externa do território que viria a formar o Brasil foi o da “delimitação do espaço nacional”. A fase seguinte corresponde ao período monárquico, embora na verdade se estenda até Rio Branco. É o momento em que a sociedade brasileira, já plenamente estruturada em um Estado, busca a “consolidação do espaço nacional”, mediante a sua ocupação efetiva, a sua defesa, sobretudo na vertente platina, e a definitiva configuração das fronteiras. E o terceiro momento, que se prolonga até os dias de hoje, pode ser caracterizado como o de “desenvolvimento do espaço nacional”, ou seja, a

utilização da relação externa como fator de arregimentação de recursos e de neutralização de obstáculos ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Esta periodização enfatiza o fato de que, no passado, a diplomacia nacional esteve mais relacionada às questões clássicas da segurança externa, da projeção internacional do poder do Estado ou da definição dos espaços de soberania territorial. Depois, o desafio do desenvolvimento nacional tornou-se prioritário. O Brasil vive em paz com seus vizinhos desde o final da Guerra do Paraguai. É natural, assim, a ênfase ao desenvolvimento. Vale recordar, a respeito, palavras do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, em discurso por ocasião de minha posse no cargo de Secretário-Geral das Relações Exteriores, em janeiro último:

“... o Brasil enfrenta ainda um amplo conjunto de graves problemas e desafios internos, a começar pela superação da injustiça social e de nossas fragilidades econômicas (...). (...) Os formuladores da política externa brasileira devem estar sempre atentos a este condicionamento básico. Não devem esquecer que o sentido principal da política externa precisa ser a busca do desenvolvimento, em todos os seus múltiplos aspectos. (...)”

A agenda do serviço diplomático brasileiro diferencia-se de forma muito nítida daquela de muitos outros países em que são centrais as preocupações de segurança. Esse fato é motivo de satisfação, pois reforça a percepção de que a América do Sul — na comparação com outras regiões do mundo — é um continente no geral imune a ameaças mais graves à paz e à estabilidade político-estratégica.

A agenda da diplomacia brasileira

A atuação da diplomacia brasileira passou por uma evolução notável a partir dos anos oitenta. Toda uma série de temas de natureza política, econômica ou social — antes tratados sem a mesma

prioridade, ou mesmo inexistentes na agenda diplomática — ganharam em relevância, e passaram a ocupar o centro das atenções. Refiro-me, entre outros temas, aos seguintes: maior grau de concertação política com os países latino-americanos (Grupo do Rio), MERCOSUL, busca da formação de um espaço econômico comum na América do Sul, entendimentos para a formação da ALCA, organização das futuras negociações para a liberalização do comércio entre os países do MERCOSUL e da União Européia ou, ainda, as tratativas multilaterais na OMC. No campo político, ganharam em relevância assuntos como a maior participação em operações de paz da ONU, meio ambiente, direitos humanos ou não-proliferação.

A agenda externa, portanto, vem passando por uma evolução considerável, mas não mudaram os princípios fundamentais da política externa brasileira, em especial a preocupação permanente de buscar preservar o maior grau possível de autonomia de ações. Na expressão do Embaixador Gelson Fonseca Junior, contudo, a busca da autonomia não mais se faz através do distanciamento, mas sim através da integração. Em temas como democracia, direitos humanos, meio ambiente, não proliferação, integração comercial ou abertura econômica, a atuação da diplomacia brasileira vai ao encontro daquilo que a sociedade nacional deseja para o País — e não representa, em absoluto, uma renúncia ao objetivo permanente de resguardar a autonomia de nossa política externa.

A diplomacia continua — e continuará sempre a fazê-lo porque é de sua essência — a se ocupar de questões “clássicas” de balança de poder ou de definição de fronteiras. Nessa ótica, por exemplo, a diplomacia nacional mantém entre suas prioridades a conformação de uma aliança estratégica com a Argentina, como aspecto central da manutenção da paz e da estabilidade em todo o continente sul-americano. Trata-se no caso de um processo em curso, mas tudo indica que no futuro se poderá dizer que o êxito que todos almejamos na

conformação dessa aliança estratégica terá sido o fato diplomático de maior relevância no cenário diplomático da América do Sul no século XX. O Itamaraty dedica grande atenção, ademais, a todas as questões que digam respeito à segurança e à estabilidade política de áreas vizinhas ao território nacional (e, também, de áreas mais distantes nas quais o País tem, por diferentes motivos, maior interesse direto, como Angola ou Timor Leste).

Governo Fernando Henrique Cardoso: o primeiro mandato

Durante o primeiro mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-98), o exercício da diplomacia foi fortemente beneficiado pela retomada de um sentimento de auto-estima da sociedade nacional e pela repercussão externa positiva dos avanços políticos, econômicos e sociais do país.

A confiança do Brasil em suas próprias capacidades e o respeito da comunidade internacional asseguraram o êxito de uma série de operações diplomáticas de grande envergadura. Continuamos a consolidar e aprofundar o MERCOSUL. Assinamos em 1996 acordos de integração econômica com o Chile e a Bolívia. Tivemos papel de liderança nas discussões sobre o lançamento de negociações para futura conformação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), e logramos imprimir a esse processo um ritmo compatível com os interesses nacionais. Estivemos à frente dos entendimentos que levaram à convocação da primeira reunião de cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina-Caribe e da União Européia, realizada no Rio de Janeiro nos dias 28 e 29 de junho último. Na América do Sul, o Brasil trabalhou com êxito pela manutenção do ambiente de paz, estabilidade e entendimento que a distingue de modo tão favorável na comparação com outros continentes. Juntamente com os parceiros do MERCOSUL, atuamos em favor da consolidação do regime democrático no Paraguai. O Presidente Fernando

Henrique Cardoso liderou pessoalmente os entendimentos que levaram à celebração de acordo de paz entre o Equador e o Peru, em outubro de 1998, em cerimônia realizada em Brasília. No plano multilateral, o Brasil “resgatou hipotecas” que ainda pesavam sobre nossa presença no mundo. A ratificação em 1998 do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP) foi a iniciativa de maior relevância e visibilidade nesse sentido.

Governo Fernando Henrique Cardoso: o segundo mandato

Tal como expresso pelo Chanceler Lampreia, são as seguintes as metas fixadas para a atuação do Itamaraty no período 1999-2002:

- a consolidação e o aprofundamento do Mercosul;

- o fortalecimento da aliança estratégica com a Argentina;

- o aperfeiçoamento das excelentes relações bilaterais que já mantemos com todos os nossos vizinhos, em particular com o Uruguai, o Paraguai, o Chile e a Bolívia;

- a determinação de realizar uma aproximação ainda maior com os países irmãos da Comunidade Andina — Peru, Equador, Venezuela e Colômbia —, inclusive para chegarmos a um acordo de livre comércio logo que possível;

- a construção, na América do Sul, de um espaço integrado de intercâmbio econômico, articulação política e cooperação em todas as áreas, facilitado por indispensáveis empreendimentos comuns de integração física;

- a intensificação do diálogo e da cooperação com o México;

- o aprofundamento das relações com os países da América Central e com o Caribe, em especial com a Guiana e o Suriname;

- a participação no processo de integração hemisférica, com ânimo positivo e defesa intransigente de nossos interesses, tendo sempre presente a orientação de que não haverá concessões comerciais

de nossa parte se não houver estrita reciprocidade em termos de acesso ao mercado norte-americano, canadense e mexicano;

- o aperfeiçoamento continuado das relações com os Estados Unidos, com quem temos, hoje, um alto grau de entendimento e respeito mútuo que não exclui divergências, quando é o caso;

- o empenho em aprofundar o relacionamento com a União Européia, em suas várias geometrias - inclusive na dimensão bilateral. Na dimensão do Mercosul, procuraremos levar adiante um importante acordo de livre comércio com a União Européia;

- a dinamização do intercâmbio com o Japão, apoiada nos profundos laços humanos que nos unem e na simpatia recíproca por eles gerada;

- a busca de cooperação mais intensa com os países da região Ásia-Pacífico, em particular com a China;

- o reforço da convivência e da cooperação com nossos parceiros na África — em especial, mas não exclusivamente, com a África do Sul e com as nações de expressão portuguesa, seja pela via bilateral, seja no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa;

- a renovação dos canais de diálogo e de trocas comerciais com os países do Oriente Médio, a partir da facilidade de entendimento que decorre da presença importante em nossa sociedade dos descendentes sobretudo de libaneses e sírios e da comunidade judaica.

- a participação, com o peso que nos corresponde, nas deliberações e atividades das Nações Unidas, entre elas as relativas à indispensável reforma da Organização, inclusive do Conselho de Segurança;

- a intensificação da atuação do Brasil na Organização Mundial do Comércio, privilegiando a via multilateral na luta contra o protecionismo e os subsídios concedidos pelas nações desenvolvidas;

- a defesa dos direitos humanos e do desenvolvimento e codificação do direito internacional nesse campo;

- a ação em prol da proteção do meio

ambiente e da cooperação internacional para o desenvolvimento sustentável, e principalmente para a implementação dos compromissos assumidos na Conferência do Rio de Janeiro;

- a participação no combate internacional ao crime organizado, em especial ao tráfico de drogas e de armas;

- o trabalho, com sentido de urgência ainda maior, na promoção das exportações brasileiras;

- o apoio às ações do Governo nas importantes negociações internacionais que o Brasil tem conduzido em razão das últimas crises financeiras internacionais;

- o desenvolvimento e aperfeiçoamento da proteção e da assistência aos brasileiros no exterior.

Estas orientações fornecem um quadro abrangente das tarefas diplomáticas que devemos implementar. Gostaria de acrescentar rápidos comentários sobre alguns desses temas específicos.

A importância da relação com a Argentina

Não há no universo de atuação do diplomata brasileiro outro tema que possa ser mais importante. Pelo que representou historicamente e pelo que passou a significar a partir da integração, a Argentina constitui o desafio mais complexo, mais prioritário e o que mais demanda persistência, criatividade e sentido de futuro por parte da política externa brasileira. A estabilidade institucional e o desenvolvimento econômico e social da América do Sul são hoje fatores fundamentalmente vinculados à equação Brasil-Argentina.

Antagonistas no passado, Brasil e Argentina são hoje países que, sem menosprezarem as suas diferenças e também suas divergências, se percebem mutuamente como interlocutores privilegiados, como parceiros essenciais na consolidação e expansão de seus respectivos projetos nacionais e internacionais. Tal como expresso pelos Presidentes Fernando Henrique Cardoso e Carlos Menem em abril de 1997,

“estamos construindo uma profunda e verdadeira aliança estratégica (...), que já é um elemento central e permanente de nossos respectivos projetos nacionais e constitui o melhor instrumento para o desenvolvimento dos nossos povos”.

Cada um dos dois países passou a conceber e a projetar o seu futuro em associação com o outro. Uma definição tão importante, tão sólida, tão definitiva como a de uma aliança estratégica não se faz por acaso. Representa um projeto que está assentado na convergência inédita de três grandes objetivos compartilhados: (I) a consolidação das instituições democráticas; (II) a inserção competitiva no mundo, mediante o desenvolvimento econômico e social das duas sociedades; (III) o fortalecimento da segurança estratégico-militar recíproca, e o conseqüente esvaziamento de qualquer alternativa regional de balança de poder – o que ajuda a consolidar a perspectiva de paz na América do Sul.

É evidente que a construção da aliança estratégica é uma tarefa que requer esforços contínuos, e que não está isenta de percalços. Esse processo de aproximação é por definição complexo, como se evidencia, por exemplo, nas visões divergentes sobre questões relevantes do cenário internacional, a exemplo da reforma do Conselho de Segurança da ONU. Mais recentemente, o pedido de admissão da Argentina na OTAN — já recusado — foi visto com reservas pelo Brasil. Em todos esses casos, contudo, importa manter a perspectiva de longo prazo, e a disposição política de trabalhar para ir superando gradualmente as eventuais divergências.

O MERCOSUL e a integração regional

Chego assim ao tema do MERCOSUL que é, sem dúvida alguma, o elemento distintivo mais poderoso da relação Brasil-Argentina. Sua construção constitui a pedra angular da aliança estratégica. O MERCOSUL, como é sabido, nasceu de uma iniciativa governamental brasileira e argentina concebida como um processo de corte político e estratégico destinado a estimular a criação

de uma rede recíproca de interesses concretos que tornasse as hipóteses de conflito bilateral obsoletas e ilegítimas.

O MERCOSUL deu largos passos em direção à meta de constituição do Mercado Comum do Sul. A Zona de Livre Comércio já é uma realidade, a ser completada com as negociações em curso sobre os setores automobilístico e açucareiro, medidas de defesa comercial intra-zona, normas técnicas e fitossanitárias ou, ainda, regras de defesa do consumidor. A União Aduaneira nascida com a entrada em vigor da Tarifa Externa Comum a 1º/1/95 continuará a ser aperfeiçoada ao longo dos próximos anos. Gradualmente, o MERCOSUL passou a negociar, igualmente, temas da agenda de um Mercado Comum, a exemplo de serviços, compras governamentais, e, mais recentemente, a coordenação de políticas macroeconômicas (a começar por entendimentos na área fiscal).

Apesar desse patrimônio considerável de realizações, o MERCOSUL perdeu em 1998/99 a dinâmica que o caracterizara desde sua criação, e vem passando pelo momento mais difícil desde sua criação. Esgotou-se a etapa de ganhos fáceis com a integração, característicos da fase inicial de expansão de comércio em decorrência da desgravação tarifária automática. Após crescer ininterruptamente a taxas aceleradas entre 1991-97, o total do comércio intra-zona apresentou ligeiro declínio em 1998, de cerca de 0,5%, e deverá sofrer queda importante no ano em curso, de cerca de 30%. A retração econômica nos países da região provocou uma exacerbação de pressões protecionistas, especialmente por parte da Argentina em relação a produtos brasileiros.

Neste período difícil, o Governo brasileiro e o Itamaraty continuarão a dedicar às negociações do MERCOSUL, por todas as razões, máximo sentido de prioridade, com o propósito de manter as conquistas da integração sub-regional e de preparar as bases para novos avanços em momento oportuno. O Governo está conduzindo um exercício

interno de reflexão sobre metas de negociação para o relançamento do MERCOSUL, em especial a consolidação da União Aduaneira.

O Governo brasileiro trabalha com a perspectiva de que a estabilização da situação econômica no País após a mudança do regime cambial e as previsões de retomada do crescimento econômico na sub-região a partir do ano 2000 permitirão retomar a dinâmica que caracterizou o MERCOSUL desde sua criação, com a continuação de seu processo de consolidação e aprofundamento.

Hoje, com uma velocidade e uma rapidez que poucos imaginaram possível no momento de sua concepção, o MERCOSUL já envolve, em seu ímpeto negociador, todo o Continente Sul-americano. Num espaço muito reduzido de tempo, o Mercado Comum do Sul deu sentido a um conceito que não existia na nossa agenda diplomática anterior: o conceito de América do Sul. Trata-se de uma importante inovação diplomática que está tendo grande impacto regional e condicionando uma verdadeira redefinição de nossa agenda internacional.

Hoje, o conjunto dos países da América do Sul representam o principal mercado para as exportações nacionais de produtos manufaturados (cerca de 40% do total em 1998, sendo que apenas o MERCOSUL respondeu por 27% do total). Desde 1992, a Argentina é o segundo mais importante mercado para as exportações nacionais. Os países da região vão-se tornando importantes supridores de energia ao Brasil (petróleo da Argentina e da Venezuela; gás da Bolívia e da Argentina; eletricidade da Venezuela, e assim por diante), em processo que cria uma teia de interesses recíprocos de caráter estratégico, e que representa garantia de aprofundamento da integração na América do Sul.

O “MERCOSUL político”

Embora concebido em função de considerações de natureza político-estratégica, o MERCOSUL ainda é, sobretudo, um projeto de expressão econômico-comercial. É natural que assim

seja. Na União Européia, as metas de integração política vieram em um momento posterior e, comparativamente ao grau de integração atingido nos campos econômico-comercial, seus avanços continuam a ser tímidos.

Em uma leitura mais estrita, o Tratado de Assunção é um acordo essencialmente econômico, voltado para a constituição de um Mercado Comum. O processo de integração, contudo, já abarca áreas como a coordenação de políticas externas, a cooperação em matéria de segurança internacional, a cooperação em matéria de segurança interna e de assuntos judiciais ou, ainda, da educação. Esse “enriquecimento” da agenda, além da letra do Tratado de Assunção, vem ocorrendo sistematicamente e conforma hoje um “corpus” significativo de mecanismos de concertação e de definições conjuntas. Trata-se, no caso, de um exemplo vivo do dinamismo e da força política da idéia da integração, que vem sendo designado de “MERCOSUL político”.

Os exemplos mais relevantes dessa nova vertente, que incorpora a Bolívia e o Chile, são os seguintes:

- em 25/6/96, foi firmada em São Luís (Argentina) a Declaração Presidencial sobre Diálogo Político, a qual criou o Mecanismo de Consulta e Concertação Política (MCCP), com o objetivo, entre outros, de buscar coordenar posições sobre questões internacionais de interesse comum. A Declaração Presidencial sobre Consulta e Concertação Política dos Estados Partes do MERCOSUL, firmada em Assunção em 17/6/97, estabeleceu que “o MCCP buscará articular (...) as ações necessárias para ampliar e sistematizar a cooperação política entre as Partes, entendida como aquela cooperação relativa a todos os campos que não façam parte da agenda econômica e comercial da integração”. Esses entendimentos foram institucionalizados por meio da Decisão 18/98, na Cúpula do Rio de Janeiro (dezembro/98), que criou o Foro de Consulta e Concertação Política;

- em 24/7/98, foi firmada em Ushuaia

(Argentina) a Declaração Política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como Zona de Paz, que registra entendimento no sentido de “fortalecer os mecanismos de consulta e cooperação sobre temas de segurança e defesa existentes entre seus membros, e promover sua progressiva articulação (...)”;

- já foram assinados diferentes acordos de cooperação nas áreas judiciária e de segurança interna entre os quatro países do MERCOSUL, Bolívia e Chile. Há foros institucionalizados que reúnem os Ministros da Justiça e do Interior;

No âmbito do “MERCOSUL político”, sobressai, em especial — e isso é da maior importância —, a chamada “cláusula democrática”, institucionalizada pelo Protocolo de Ushuaia sobre o Compromisso Democrático no MERCOSUL (1998), cujo artigo 1º diz o seguinte: “A plena vigência das instituições democráticas é condição essencial para o desenvolvimento dos processos de integração entre os Estados-Partes do presente Protocolo”. O MERCOSUL tornou-se, em outras palavras, garantia relevante da consolidação dos regimes democráticos em nossa sub-região. Nas crises de 1996 e de 1999 no Paraguai, a atuação conjunta dos países do grupo foi elemento importante para assegurar a manutenção da integridade das instituições democráticas naquele País. É incalculável o valor deste “bem diplomático”, não só para a estabilidade regional como também para o prestígio e a consolidação da imagem positiva do MERCOSUL no mundo.

Colômbia

As posições que o Brasil assumiu em relação ao debate internacional sobre a crise interna na Colômbia contêm algumas lições importantes sobre princípios de atuação do País em questões que envolvam a segurança e a estabilidade na América do Sul.

Tem sobressaído para a opinião pública a impressão de que aquele país estaria passando por dificuldades crescentes para enfrentar o desafio da insurgência armada. Teme-se um eventual

alastamento do conflito além das fronteiras colombianas. A imprensa tem especulado sobre possibilidades de ações internacionais, estimuladas pelos Estados Unidos.

O processo de paz encontra-se em um momento de certa indefinição. A guerrilha não demonstra disposição efetiva de negociar. Parece, ao mesmo tempo, interessada em buscar algum tipo de reconhecimento internacional. Não é possível prever quais serão os rumos do processo. Isso, porém, não quer dizer necessariamente que estejamos próximos de um cenário que possa ser interpretado como de ameaça iminente à segurança regional, em que pese a inegável projeção potencial da crise colombiana sobre os países vizinhos.

A sensação atual de urgência e de uma deterioração da situação na Colômbia deve ser matizada. Os dois principais movimentos guerrilheiros atuam há cerca de 40 anos. A urgência aparente decorre, na verdade, da iniciativa inovadora do presidente Pastrana de iniciar um processo de paz.

Não se deve, portanto, dramatizar excessivamente a situação. A atenção internacional aos desdobramentos na Colômbia é legítima e justificada, mas não deve prejudicar a análise serena e objetiva dos fatos, e muito menos interferir na capacidade de iniciativa do governo daquele país. O importante é assegurar condições para que o Governo colombiano possa conduzir adequadamente os esforços de pacificação interna, e para que possa prosseguir com sua ação dentro de uma perspectiva nacional, sem ameaças de intervenção externa.

O Brasil não acredita que pressões externas, até mesmo por intermédio de diálogo com a guerrilha, possam neste momento ter efeitos positivos. Convém preservar o mais estrito grau de respeito ao princípio da não-ingerência. Estamos diante de um assunto interno colombiano, sobre o qual não cabe nenhuma interferência externa indevida.

No momento, todas as indicações de que

dispomos são no sentido de que não se contempla seriamente qualquer intervenção estrangeira, de caráter diplomático ou militar, sob um guarda-chuva hemisférico, regional ou qualquer outro. O Brasil tem recebido garantias do Governo dos Estados Unidos de que está totalmente descartada qualquer hipótese de intervenção direta ou indireta daquele país na Colômbia. Isso é da maior importância para a política externa brasileira, que historicamente atribui uma importância capital à preservação da Amazônia — cuja fragilidade é evidente em várias dimensões — como área vedada à presença e à intervenção extra-regional.

Temos conversado intensamente, em diferentes níveis, com a Colômbia. Não há qualquer solicitação daquele país para integrarmos mecanismos específicos, sob qualquer formato, com o propósito de contribuir para o processo de paz. No atual momento, assim, é fundamental que o Governo Pastrana — que mantém o controle da situação interna — possa prosseguir com seus esforços de paz. Continuaremos a apoiá-los. E continuaremos sempre a insistir na necessidade de se preservar, em qualquer hipótese, a integridade das instituições colombianas.

O importante em qualquer caso é que o Brasil possa internamente tomar todas as medidas necessárias para controlar a sua extensa fronteira com a Colômbia, e impedir tanto o extravasamento de forças daquele país quanto o tráfico ilícito de drogas e armas. Nesse particular, acredito que devemos concentrar mais os nossos esforços.

A relação com os Estados Unidos

A relação com os Estados Unidos é um aspecto essencial da política externa brasileira, pela posição daquele país como a única Superpotência do cenário internacional, por sua presença em áreas de interesse geográfico para o Brasil, e — no plano estritamente bilateral — por sua relevância para o desenvolvimento nacional. Os Estados Unidos, como país individual, são o principal mercado de produtos brasileiros, importante parceiro

nas áreas de ciência e tecnologia, a principal fonte de investimentos diretos no país, e têm tido papel fundamental para o bom encaminhamento das negociações do Brasil com a comunidade financeira internacional.

No governo Fernando Henrique Cardoso as relações chegaram a um nível de qualidade que não se registrava há décadas. Foram superados os irritantes que marcaram fortemente a relação bilateral nos anos setenta e oitenta. O alto nível de entendimento pessoal entre os dois Presidentes é um dos aspectos centrais dessa nova fase.

É evidente que os contatos com os Estados Unidos são às vezes marcados por pontos de vista divergentes sobre aspectos específicos do relacionamento bilateral ou dos cenários regional e internacional. Mas estamos justamente construindo uma relação madura, em que as divergências são tratadas com o mais estrito sentido de respeito mútuo. Temos, por exemplo, desacordos na agenda comercial bilateral, sobre os quais falarei mais adiante. No plano político e de segurança, temos assinalado em diferentes níveis a atenção com que acompanhamos os movimentos dos Estados Unidos na América do Sul, e a conveniência de um entendimento adequado sobre a natureza, o alcance e o sentido estratégico desses movimentos, de maneira a evitar interpretações que possam gerar percepções ambivalentes. A próxima visita ao Brasil do Secretário da Defesa constituirá ocasião importante para uma conversa mais aprofundada sobre esses temas.

Temos percebido em nossos interlocutores norte-americanos, nos mais diferentes níveis, um sentimento de respeito e apreço pela firmeza com que o Brasil invariavelmente defende seus pontos de vista, pela autonomia e pelo sentido de continuidade de nossa política externa. O importante é manter a consideração de nossas divergências específicas em seus próprios méritos, e ao mesmo tempo acentuar a malha de interesses bilaterais e regionais convergentes em torno de três valores e objetivos que compartilhamos na região:

democracia, estabilidade e crescimento.

Crise financeira internacional

Desde o início de seu primeiro mandato, o Presidente Fernando Henrique Cardoso vinha sugerindo à comunidade internacional a necessidade de maior cooperação internacional para controle dos fluxos de capital. Esse tema foi objeto de palestra realizada na sede da CEPAL, em Santiago, em sua primeira visita ao exterior. Ainda em 1995, às vésperas da Cúpula de Halifax do G-7, o Presidente dirigiu cartas a todos os participantes, com a mesma mensagem. Está claro, portanto, que não se trata de uma “prioridade de ocasião”, motivada pelas dificuldades que levaram à mudança da política cambial do país e à perda em poucos meses de cerca de US\$ 40 bilhões em reservas.

Após a moratória russa em agosto de 1998, o debate ampliou-se, e o mundo passou a discutir com sentido de prioridade a necessidade de uma “nova arquitetura financeira internacional”. Trata-se evidentemente de uma discussão muito complexa. Do ponto de vista diplomático, a preocupação essencial do Itamaraty diz respeito ao entendimento de que o Brasil deve necessariamente ter assento nos foros em que o tema da “nova arquitetura financeira internacional” seja discutido. O importante para nós que ocupamos lugar até certo ponto frágil na equação financeira internacional é encontrar mecanismos e procedimentos que dotem o sistema de maior previsibilidade e de maior estabilidade, assim como de algum tipo de capacidade preventiva de crises de volatilidade.

Ressalte-se que as posições do Presidente Fernando Henrique Cardoso em favor de maior cooperação internacional para o controle dos capitais voláteis ou o entendimento brasileiro de que se deve incentivar a discussão de reformas no sistema financeiro internacional não refletem qualquer tipo de insatisfação quanto à forma com que a comunidade internacional reagiu às dificuldades de balanço de pagamentos do Brasil a partir do segundo

semestre de 1998. O governo brasileiro tem bem presente o empenho dos governos dos países desenvolvidos (EUA à frente) e dos organismos financeiros internacionais para apoiar o país no momento necessário, como bem o demonstra a montagem do “pacote” de empréstimos no valor de US\$ 41,5 bilhões.

Protecionismo dos países desenvolvidos/ “Rodada do Milênio”

Se, em temas financeiros, o Brasil tem motivos para expressar reconhecimento pelo apoio externo que tem recebido, no campo comercial temos razões de insatisfação. Como outros países em desenvolvimento, o Brasil vem sendo penalizado pelas práticas protecionistas do mundo industrializado. A diplomacia brasileira tem, portanto, reforçado, nos últimos anos, sua atuação tradicional contra as barreiras protecionistas dos países desenvolvidos.

Trata-se de uma luta desigual, em que é necessário ter presentes as realidades de poder. O que está em jogo, nesses casos, são interesses concretos de poderosos “lobbies” nos Estados Unidos, na Europa ou no Japão, com grande capacidade de influência sobre os respectivos sistemas políticos internos. É evidente que não temos sempre obtido o que desejamos — ou o que seria objetivamente justo, na medida em que se possa usar essa palavra no campo das negociações econômicas internacionais.

Agora no final de novembro, em Seattle, a III Conferência Ministerial da OMC discutirá o eventual lançamento de uma nova rodada multilateral de negociações comerciais internacionais. O Brasil tem adotado posição favorável à rodada, desde que se contemplem de forma adequada os interesses dos países em desenvolvimento, especialmente no que diz respeito à liberalização do comércio internacional de produtos agrícolas, que constitui o principal ponto de discórdia em negociação.

Diante da possibilidade de lançamento da chamada “Rodada do Milênio”, encontra-se o

Itamaraty mais uma vez empenhado em promover a necessária coordenação interna para a definição dos interesses nacionais. O Governo Federal em seu conjunto, e o Ministério em particular, manterão o padrão de atuação, consagrado na ALCA, de estreita sintonia e entendimento entre os negociadores oficiais e a sociedade nacional. Esse padrão tem permitido ao Brasil falar com autoridade redobrada nos foros negociadores de que participamos.

AALCA e o debate sobre a abertura comercial

Em dezembro de 1994, o Brasil participou da Cúpula das Américas em Miami, na qual se aprovou o compromisso de formação da ALCA até 2005. Prevalencia naquele momento, no País, uma visão francamente favorável à aceleração de entendimentos sobre liberalização comercial, por diferentes motivos: “choque” de concorrência para os produtores nacionais; modernização da economia; abastecimento da demanda adicional criada pelo Plano Real; controle da inflação. Em um ambiente de abundância de capitais nos mercados financeiros internacionais, não havia maior preocupação com a perspectiva de aumento das importações e de reversão dos elevados superávits comerciais que se registravam desde o início dos anos oitenta.

Essa visão teve naturalmente de adaptar-se às transformações no cenário econômico mundial a partir de 1995. As sucessivas crises financeiras internacionais restringiram as condições de acesso a créditos externos. A ALCA tornou-se o epicentro dos debates no Brasil sobre o ritmo adequado para a abertura comercial.

Essas novas condições não alteraram o compromisso brasileiro com a formação da ALCA. Os entendimentos em nível hemisférico podem ser instrumento valioso para superar obstáculos no acesso ao mercado norte-americano. Assim, o Brasil participou de forma ativa dos entendimentos que levaram ao lançamento das negociações para formação da ALCA, aprovado pela II Cúpula das Américas, em Santiago, em

maio de 1998.

A diplomacia nacional tem atuado de maneira muito firme na defesa dos interesses do país nessa negociação. O ritmo de criação da futura área hemisférica deve necessariamente ser compatível com a capacidade de adaptação da economia nacional (em especial dos setores industriais). O país não fará quaisquer concessões sem obter, em troca, compromissos concretos de desmantelamento das barreiras protecionistas norte-americanas.

O Itamaraty continuará a participar desse processo com a mais plena consciência da responsabilidade que o tema lhe impõe, por suas profundas implicações políticas, econômicas e sociais para o País. Temos consciência de que estamos nos engajando no que será possivelmente a maior iniciativa de diplomacia comercial da maioria dos nossos países nos próximos anos. E um dos pontos essenciais de que estamos cuidando é o de manter a coesão do MERCOSUL nessas negociações. Foi esta coesão que assegurou um conteúdo positivo para o lançamento da ALCA em Santiago. Preservá-la é essencial para que as negociações concretas se façam com o devido respeito à especificidade e à singularidade do MERCOSUL enquanto órgão de integração regional.

América Latina e Caribe-União Européia; MERCOSUL-UE; Brasil-Europa

Nos dias 28 e 29 de junho, tivemos o privilégio de sediar a primeira cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina-Caribe e da União Européia. Tratou-se de uma ocasião de grande caráter simbólico, que reafirmou os propósitos de aproximação entre as duas regiões. A diplomacia brasileira trabalhou com muito empenho para que ocorresse, à margem da cúpula, o lançamento de negociações entre o MERCOSUL e a UE com vistas à liberalização do comércio entre os dois agrupamentos, sem exclusão prévia de grupos de produtos. Tivemos êxito nesse propósito, como já mencionado, apesar das resistências européias no que

diz respeito à eventual liberalização do comércio no setor agrícola.

O Brasil tem reiterado aos parceiros europeus, nos mais altos níveis, nosso interesse estratégico em manter um mínimo de paralelismo nas negociações sobre liberalização comercial na ALCA e com a UE. O Brasil não deseja vincular-se de forma preferencial a um único bloco comercial, por razões político-estratégicas e econômico-comerciais. Consideramos prioritária a manutenção do padrão histórico de equilíbrio relativo que se observa na repartição geográfica de nossos fluxos de comércio internacional. Esse padrão contribui para a manutenção da autonomia de nossa política externa e para que o Brasil disponha de maior espaço de manobra nas negociações econômicas internacionais.

Em seu conjunto, os países da União Européia são o principal mercado para produtos brasileiros e a principal fonte de investimentos diretos no país. Temos parcerias bilaterais prioritárias com vários de seus membros, como a Alemanha, que é o principal parceiro do Brasil na UE, pela importância das relações nos campos econômico-comercial e científico-tecnológico, e também com a França, o Reino Unido, a Itália, Portugal e a Holanda. A novidade nesse quadro é a Espanha, com a qual passamos a ter uma relação muito intensa e que revela a singularidade da combinação de um diálogo reciprocamente relevante em três vertentes da política externa: a bilateral, a regional latino-americana e a regional européia. Seus investimentos diretos no Brasil já superam os da Alemanha, e são hoje inferiores apenas aos dos Estados Unidos.

Imagem

A capacidade de um país de influir em negociações internacionais e de promover seus interesses externos depende não apenas de fatores objetivos, mas também da sua imagem externa. Por isso, quando o Itamaraty se empenha, continuamente, em mostrar e explicar a realidade brasileira aos nossos interlocutores e à opinião

pública internacional o que está em jogo são desdobramentos que irão ter reflexos concretos no bem-estar da população. O assunto não é de interesse apenas para o Governo do momento, mas sim para o país e para a sociedade.

O Itamaraty deve trabalhar, portanto, com a meta de que a imagem do país corresponda efetivamente à realidade nacional, em todas as suas dimensões. Fica a impressão de que nossos problemas de imagem têm muito a ver com a psicologia nacional, que tende a ecoar com muita força os julgamentos negativos sobre o próprio país, ao mesmo tempo em que coloca em segundo plano nossas realizações. Em boa medida, essa é uma atitude salutar, pois mantém o Governo e a sociedade permanentemente mobilizados em torno da necessidade de encaminhar soluções para os dramas sociais do país e para tantos outros aspectos negativos de nossa realidade. Por outro lado, essa postura pode ser também prejudicial, e por isso o Itamaraty trabalha para que haja maior sintonia entre imagem e realidade.

A relevância do trabalho diplomático

Gostaria de fazer uma observação final a respeito da relevância do trabalho diplomático para o conjunto da sociedade. No Brasil, até recentemente, a percepção da importância do fato externo era de caráter mais esporádico e estava, no geral, ligada a acontecimentos específicos. Ramiro Saraiva Guerreiro, que escreveu um livro de memórias sobre o período em que foi Ministro das Relações Exteriores (1979-85), fez o seguinte registro em suas Lembranças de um Empregado do Itamaraty: "... (somos) um país com uma vida interna difícil, dinâmica e complexa, que nos leva a estarmos muito voltados para dentro, para nossos assuntos. Vemos o mundo externo como um palco, onde se representam estranhos espetáculos".

A verdade é que, como todo país continental, o Brasil tem uma tendência à introspecção. Sua realidade é tão absorvente que para a imensa maioria da sociedade o mundo

exterior é uma abstração. Assim ocorre com a China, com a Rússia e com os próprios Estados Unidos, que muito relutantemente neste século tenderam a exercer um protagonismo externo.

Hoje, porém, neste mundo globalizado, nenhum país pode se dar à introspecção. Mais e mais a sociedade toma consciência de que as circunstâncias de sua vida cotidiana — o preço dos bens e serviços, o acesso à tecnologia, a preservação do meio ambiente, os meios de comunicação — dependem em grande medida de condições externas, de decisões e de negociações que se passam fora do país, mas que incidem na qualidade de vida de cada um.

Acho que esta consciência está tomando pé no Brasil. E, à medida que a sociedade se capacita mais e mais da incidência do fato externo no conjunto das circunstâncias nacionais, cresce proporcionalmente a responsabilidade do agente diplomático do Brasil.

Hoje, a opinião pública em geral, os partidos políticos e os diversos segmentos organizados da sociedade começam a acompanhar mais de perto os acontecimentos internacionais, seus efeitos sobre o Brasil e como devemos a eles reagir. Vai-se firmando a consciência de que negociações como as do MERCOSUL, da ALCA (Área de Livre Comércio das Américas) ou da OMC têm impacto imediato para o desenvolvimento nacional. Essa evolução é bem-vinda para a diplomacia nacional. Quanto maior o interesse e a participação da sociedade em temas de política externa, maior será a efetividade do Itamaraty para conduzir as negociações internacionais do Brasil e melhor cumprir assim com a sua missão de cooperar para o desenvolvimento econômico e social do país.

Muito obrigado.

Comissão Mista Brasil-Alemanha

Comissão Mista Brasil-Alemanha - Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Painel B da Comissão Mista Brasil-Alemanha (O relacionamento Brasil-Alemanha como motor para uma estreita parceria entre o MERCOSUL e a UE) - Belo Horizonte, 08 de novembro de 1999

Registro inicialmente minha satisfação em participar deste painel presidido pelo Presidente do BDI, Doutor Hans-Olaf Henkel, juntamente com o Vice-Ministro da Economia da Alemanha, Doutor Axel Gerlach, com o Secretário-Executivo do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior, Doutor Milton Seligmann, e com empresários que tanto tem contribuído para o desenvolvimento das relações entre o Brasil e a Alemanha.

A Comissão Mista Brasil-Alemanha é um foro tradicional, cujas reuniões anuais há mais de duas décadas reafirmam o interesse recíproco de nossos dois países em estreitar seus vínculos de cooperação. Preparamo-nos agora para ir mais além e utilizar o dinamismo das relações teuto-brasileiras como base para impulsionar o relacionamento entre o MERCOSUL e a UE. Trata-se de um objetivo comum que se vê atualmente facilitado pela combinação positiva de diferentes fatores ligados à evolução da economia brasileira, à conjuntura atual do MERCOSUL e à própria dinâmica do diálogo entre nossos dois mecanismos de integração.

Por que digo que se trata de uma combinação positiva? Vejamos. Em primeiro lugar, a economia brasileira, que representa cerca de 2/3 do PIB do MERCOSUL, está superado o momento de incertezas que se seguiu à desvalorização do Real no

início do ano. A estabilidade econômica foi mantida, graças a esforços conjugados do Governo, dos agentes econômicos e da sociedade. O teste da desvalorização serviu para demonstrar que o Brasil entrou em um novo período de sua evolução econômica: criou-se uma cultura de estabilidade. Diferentemente do que teria ocorrido no passado, o choque da desvalorização cambial teve impacto negativo muito reduzido sobre as expectativas econômicas e o comportamento dos preços internos.

Os Senhores que lidam com o Brasil sabem que a inflação em 1999 deverá respeitar as metas fixadas pelo Banco Central. O PIB provavelmente terá até mesmo um pequeno crescimento neste ano, o que contrasta de forma notável com as previsões pessimistas feitas após a desvalorização cambial. Os investimentos diretos estrangeiros já chegaram neste ano à impressionante marca de cerca de US\$ 25 bilhões. Em 2000, a economia crescerá entre 3 e 4%. A balança comercial voltará a produzir superávits. Os compromissos financeiros com o exterior terão redução significativa em relação a 1999. Esses desdobramentos, somados à perspectiva de retomada do crescimento também na Argentina, reafirmam a posição do MERCOSUL como um parceiro relevante no cenário internacional.

Na esteira dos problemas econômicos enfrentados pelo Brasil e pela Argentina em 1999, o

MERCOSUL atravessou um período muito difícil, o mais difícil desde a sua criação em 1991. Surgiram pressões protecionistas no interior do bloco, que colocaram à prova o patrimônio de nossas realizações. Esse desafio serviu, contudo, para reafirmar a solidez e o sentido estratégico do processo de integração. Com determinação política, chegamos a entendimentos satisfatórios sobre os principais problemas setoriais que ameaçavam afetar a imagem de conjunto do MERCOSUL, e já nos preparamos para superar mais uma etapa do processo, que será a consolidação da União Aduaneira, e iniciar os entendimentos para a formação do Mercado Comum.

Quero deixar com os Senhores uma mensagem muito clara do Governo brasileiro: o MERCOSUL é o mais importante programa de política externa do Brasil. Trata-se de uma política de Estado, que conta com apoio decidido do conjunto das forças políticas, dos agentes econômicos e da sociedade. Continuaremos, assim, a trabalhar com sentido de prioridade pela sua consolidação e aprofundamento.

O Governo brasileiro vem promovendo, nos últimos meses, um esforço interno de reflexão sobre o MERCOSUL, com vistas a definir propostas articuladas para relançar o processo de integração. O momento é particularmente oportuno para esse tipo de iniciativa. Neste ano, teremos tido a eleição de novos governos na Argentina e Uruguai, além do início de um novo mandato do Presidente Fernando Henrique Cardoso. É a hora, portanto, de definirmos a agenda para os próximos anos. No último dia 3, o Presidente Fernando Henrique Cardoso teve a satisfação de receber em Brasília a visita do Presidente eleito Fernando De La Rúa, para um primeiro diálogo nessa direção, no qual ficou evidente que idênticos propósitos animam a nova administração argentina.

Já tiveram início os primeiros contatos com vistas à coordenação de políticas macroeconômicas, a começar pela área das metas fiscais. Após encontro com o Presidente Carlos Menem em junho último, em Buenos Aires, o Presidente Fernando Henrique

Cardoso referiu-se ao objetivo de um “pequeno Maastricht” em nossa região. Sua expressão demonstra que — apesar das grandes diferenças históricas, geográficas, demográficas, políticas e econômicas — a UE continua a ser uma fonte de inspiração para o que desejamos construir em nosso continente. A direção, assim, está traçada. O MERCOSUL superou em 1999 uma prova decisiva, e está maduro para dar continuidade às negociações que vem mantendo com outros países e regiões. São prioritárias, naturalmente, as relações com a UE, o principal parceiro econômico-comercial do agrupamento.

Logramos em 1999 dar novas bases ao relacionamento entre o MERCOSUL e a UE, apesar da conjuntura difícil em nossa região. A Cúpula entre os países da América Latina e Caribe, de um lado, e da Europa, de outro, foi um grande êxito diplomático. O entendimento entre o MERCOSUL e a UE com vistas ao lançamento de negociações para a liberalização do comércio entre as duas regiões abre perspectivas novas e estimulantes.

Ainda agora em novembro, no dia 24, em Bruxelas, conforme mandato da Declaração assinada no Rio de Janeiro, será realizada a reunião inaugural do Conselho de Cooperação criado pelo Acordo Quadro de dezembro de 1995. Na ocasião, estarei chefiando a delegação brasileira. Vamos definir a estrutura, a metodologia e o calendário para as negociações comerciais entre o MERCOSUL e a UE.

Os países do MERCOSUL têm a firme expectativa de que essas negociações podem conduzir ao incremento dos fluxos de comércio e de investimento inter-regional, e reequilibrar as bases do relacionamento. São amplamente conhecidos os números da evolução do comércio nos anos noventa. Entre 1990 e 1997, de acordo com dados compilados pelo IRELA, os países do MERCOSUL aumentaram em mais de 20% ao ano suas importações da União Européia — mas suas exportações tiveram crescimento de apenas 3,8%. Evidentemente, essa tendência não é positiva, diria

eu, para nenhum dos dois lados.

O comércio entre o MERCOSUL e a UE somente poderá continuar a se expandir na medida em que sejam criadas as condições para o aumento das exportações do MERCOSUL. Hoje, a região enfrenta todo o tipo de barreiras no mercado comunitário para o ingresso de produtos dos setores em que é mais competitiva. Enfrenta também condições desvantajosas para a competição em terceiros mercados, à luz dos subsídios à produção agrícola nos mercados europeus. Temos plena consciência das dificuldades do futuro processo negociador. Não temos ilusões sobre a possibilidade de resultados fáceis.

O setor agrícola deverá ser, necessariamente, objeto de entendimentos — de outra forma, perderia sentido para os países do MERCOSUL a meta estratégica de criação de uma associação inter-regional. Sabemos das dificuldades que teremos pela frente. As negociações terão de ser conduzidas com pragmatismo e espírito de equilíbrio. Avançaremos de forma gradual. Não deve haver demandas maximalistas que levem a impasses. Por ora, o que importa é aprofundar a disposição política de dar início às negociações com vistas à liberalização do comércio entre o MERCOSUL e a UE.

Temos também presente outro fator que irá determinar a possibilidade de êxito das futuras negociações: se, para o MERCOSUL, a UE é o mais importante parceiro econômico e comercial, a recíproca está longe de ser verdadeira. Essa assimetria marcante é em parte matizada pela existência de investimentos diretos vultuosos e crescentes no MERCOSUL por parte dos países europeus. Apenas no Brasil esses investimentos já somavam no final de 1998 cerca de US\$ 60 bilhões. Mas permanece o fato de que a UE tem toda uma série de prioridades políticas que se sobrepõem aos seus objetivos em relação ao MERCOSUL. Torna-se por isso ainda mais urgente a tarefa de sensibilizar os nossos parceiros europeus para a circunstância de que um comprometimento crescente da Europa com o desenvolvimento da América do Sul — da

qual o MERCOSUL é o eixo principal — é essencial para a criação de condições de equilíbrio num mundo ameaçado por fortes tendências ao unipolarismo. Além de um desideratum econômico e comercial, a associação inter-regional MERCOSUL-UE tornou-se, portanto, um objetivo estratégico de primeira grandeza.

Os resultados finais que poderemos obter nessas negociações dependerão de um forte engajamento das lideranças governamentais, empresariais e sociais de ambas as partes. Por esse motivo, vemos com enorme satisfação a presença em Belo Horizonte do Vice-Ministro da Economia, Doutor Gerlach, e de tão expressiva comitiva de empresários alemães. Trata-se de nova demonstração do forte interesse que a Alemanha dedica ao aprofundamento da cooperação com o Brasil e com o MERCOSUL.

Temos grande apreço pela postura positiva das lideranças governamentais e empresariais alemãs em relação ao Brasil e à nossa região. A Alemanha tem nesse particular uma posição especial entre os países da UE. Não nos escapou o papel crucial que a presidência alemã da UE desempenhou para que se chegasse, no Rio de Janeiro, ao entendimento entre o MERCOSUL e a UE com vistas ao lançamento das negociações comerciais entre as duas regiões.

Temos a expectativa de que esse papel de liderança então exercido pela Alemanha se reproduzirá ao longo do processo negociador. De nossa parte estaremos sempre prontos a dialogar para encontrar meios e maneiras de superar as dificuldades que certamente surgirão. Com persistência, criatividade e visão de futuro, saberemos superá-las, da mesma forma que, com persistência, criatividade e visão de futuro o empresariado alemão construiu no Brasil uma base inestimável de realizações em benefício de nossos dois países. Não há limites ao que podemos fazer juntos.

Estimulo-os, pois, a continuar perseverando em seus projetos no Brasil, agora ampliados com a perspectiva de aprofundamento do MERCOSUL e

de um acordo inter-regional com a UE. Gostaria a esse propósito de encerrar esta intervenção com umas breves mensagens aos amigos empresários aqui presentes. O momento é particularmente propício para novos investimentos. Estamos às vésperas de um novo ciclo de crescimento — desta vez em bases amplamente sustentáveis. Tanto pelas perspectivas próprias do Brasil, quanto pelas condições que se abrem ao MERCOSUL recomendaria muito especialmente aos empresários alemães que examinem com particular atenção o interesse em investimentos que aumentem a capacidade de exportação do país; que não deixem escapar as oportunidades crescentes que se produzem no setor do agrobusiness, e que aproveitem mais do que têm feito até agora os estímulos existentes

aos investimentos em geração de tecnologia no Brasil. Recomendaria igualmente um esforço especial de incorporação das pequenas e médias empresas alemãs e brasileiras a esse processo que até agora tem sido dominado quase que exclusivamente por grandes empresas e, finalmente, que superem as inibições demonstradas até agora pela Alemanha e tenham presente as grandes oportunidades que ainda estão por vir no programa de privatizações do Brasil, assim como no projeto “Avança Brasil”, o novo orçamento plurianual ora em fase de lançamento pelo Governo brasileiro que prevê amplos projetos de desenvolvimento destinados a serem financiados em parceria pelo Governo e pela iniciativa privada.

As oportunidades estão aí. Organizemos-nos mais e ainda melhor para aproveitá-las.

Mesa-Redonda “Dez anos sem o Muro de Berlim”

Intervenção do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, na Mesa-Redonda “Dez anos sem o Muro de Berlim - O sistema internacional no pós-Guerra Fria” - Salão Nobre da Faculdade de Direito da USP São Paulo, 10 de novembro de 1999

Quando o Muro de Berlim caiu fisicamente no dia 9 de novembro de 1989, produziram-se no mundo sensações ambivalentes. De um lado, euforia entre os que celebravam o esgotamento da União Soviética após a exacerbação da corrida armamentista e o triunfo do liberalismo econômico sobre o chamado “socialismo real”. De outro, uma certa apreensão entre os que, mais do que o fim de uma era, viam na Queda do Muro o início de um período desconhecido de transformações no cenário internacional, cujo desfecho era àquela altura imprevisível.

Essas ambivalências persistem até hoje, embora algo matizadas por sentimentos de fatalismo, de homogeneização, de falta de alternativas, esta curiosa mescla de idéias ou de falta de idéias que nos acompanha e nos inquieta nesta passagem do milênio. O conceito da globalização — onipresente nas análises políticas, econômicas e sociais nos anos noventa — nasceu de certa forma com a queda do Muro de Berlim. Traduz, ou pelo menos traduzia a princípio, idéias de convergência, de unidade, visões compartilhadas, espaços comuns.

De fato, a reação conjunta da comunidade internacional à agressão do Iraque contra o Coveite em 1990/91 parecia indicar o surgimento de uma “nova ordem internacional”, baseada em uma

ampla convergência de propósitos. Esse mesmo episódio marcou a emergência dos Estados Unidos como a única Superpotência do cenário internacional — ou, para usar a expressão do atual Ministro do Exterior francês, como a Hiperpotência. Chegou-se a formar a impressão, no início da década, de que estávamos no limiar de um novo tempo de paz e prosperidade compartilhada, ao abrigo de uma nova ordem liderada por uma Superpotência “benigna”.

Hoje, contudo, essas expectativas positivas acham-se matizadas por uma série de situações ou eventos que foram se sucedendo: Somália, genocídio na região dos Grandes Lagos, crise cambial mexicana de dezembro de 1994 e “efeito tequila”, resultados desequilibrados da Rodada Uruguai, Bósnia, crise econômica asiática de 1997, estancamento do processo de paz no Oriente Médio, corrida nuclear entre a Índia e o Paquistão, incertezas da transição nos países socialistas da Europa Oriental, crise russa de agosto de 1998, Angola, Iraque, Kosovo, crise econômica do Brasil e da América Latina, novo sentimento de insegurança quanto ao futuro do continente, Timor Leste, aumento da distância entre os países ricos e o mundo em desenvolvimento, riscos recorrentes de um neo-isolacionismo nos EUA, e assim por diante.

Diante do impacto negativo dessas realidades,

não é de estranhar que praticamente tenha caído em desuso o conceito de “nova ordem internacional”. A comunidade internacional pouco tem progredido na busca de uma ordem internacional baseada no direito, na busca de consensos e no fortalecimento das instituições multilaterais. A reforma da ONU, por exemplo, continua bloqueada. A ordem internacional continua a ser ditada pelas políticas de poder, por suas conveniências e por seus limites.

Vivemos, hoje, uma atmosfera de apreensão. Há uma sensação difusa de que o progresso material continua concentrado em nichos muito restritos, sem que tenhamos sido capazes sequer de vislumbrar maneiras inovadoras de superar a exclusão. A agenda de problemas mundiais continua a desafiar a capacidade de reação da comunidade internacional. É inevitável a indagação: estamos então em situação pior do que há dez anos? Era melhor e mais seguro o mundo do Muro de Berlim, da ordem internacional bipolar? Os países em desenvolvimento tinham então mais opções do que hoje?

Não creio que possamos dar respostas taxativas a essas perguntas. O momento parece ser mesmo de meios tons, de vagas impressões e de sentimentos ambivalentes. Não podemos subestimar em absoluto a “agenda negativa” e seus reflexos para o Brasil. Mas assim como o otimismo excessivo de dez anos atrás era injustificado, também parece excessivo o grau de pessimismo atual. É evidente que o cenário internacional continua a ser motivo de enormes preocupações, mas seria uma demonstração de ingenuidade imaginar que poderia ser diferente, que se confirmariam todas as expectativas otimistas do início da década. É necessário procurar manter uma visão equilibrada.

Houve, sem dúvida, melhoras no cenário mundial desde a Queda do Muro de Berlim. E melhoras importantes. Criticamos muitas vezes o fato de que em algumas questões internacionais relevantes as decisões sejam tomadas à margem da ONU. Mas é o caso de recordar que até 1989 as grandes decisões internacionais eram ainda tomadas, como um dado natural da ordem das coisas, pelas duas únicas

Superpotências, em uma rígida lógica de confrontação Leste-Oeste.

A comunidade internacional não logrou avançar na questão das estruturas para uma “nova ordem mundial”, mas hoje, pelo menos, a agenda internacional parece mais porosa à inclusão de temas outros que não os derivados da lógica de poder e das considerações estratégicas das grandes potências. A democracia fez avanços importantes — na própria Europa Oriental; na Ásia ou na África. Na América Latina, o fim dos autoritarismos abriu caminho para reformas significativas. O MERCOSUL está dotado de uma “cláusula democrática”. Nas crises de 1996 e de 1999 no Paraguai, esse foi um elemento importante para assegurar a manutenção da integridade das instituições democráticas naquele país. É incalculável para o conjunto de nossa região o valor desse “bem diplomático”. De uma forma geral, em todo o mundo os regimes de força passaram a encontrar sérios obstáculos, ou pelo menos a enfrentar constrangimentos, para conviver de forma desimpedida na comunidade internacional.

Um número crescente de países passou a aceitar — e a defender — a noção de que os direitos humanos e o meio ambiente são questões universais, cujo tratamento não pode ser evitado com o recurso a argumentos como o respeito à soberania nacional ou a não-ingerência em assuntos internos de terceiros países. Esses argumentos são naturalmente válidos, e continuam a representar princípios básicos da política externa brasileira. Mas invocá-los para impedir o debate internacional de situações em que haja violações internas de direitos humanos ou riscos para a preservação do meio ambiente tornou-se, felizmente, um anacronismo. Também no campo da não-proliferação aumentaram os espaços de convergência.

Todos esses avanços, porém, estão matizados pela falta de progressos simétricos nos planos social e econômico-comercial. Os dados sobre a distribuição internacional da riqueza impressionam. O desnível entre a participação na renda mundial dos

20% mais ricos e dos 20% mais pobres é cerca de duas vezes superior ao desnível que se observa entre essas duas faixas de renda no caso do Brasil — cuja distribuição de renda é considerada uma das piores do mundo. A comunidade internacional continua a fazer muito pouco para enfrentar esse desafio.

Em temas como o protecionismo comercial ou a questão da dívida externa dos países em desenvolvimento, percebe-se com todas as letras que as sociedades das nações mais ricas — ao mesmo tempo em que condenam incessantemente as insuficiências do Terceiro Mundo nas mais diferentes áreas — não se mostram dispostas a abrir mão de qualquer possibilidade de acréscimo ao seu nível já elevado de bem-estar social, como contribuição para corrigir as assimetrias que prejudicam os esforços de desenvolvimento da maior parte da humanidade.

A ajuda oficial ao desenvolvimento encontra-se hoje em níveis historicamente baixos, e seus benefícios são irrisórios se comparados aos prejuízos causados pelas práticas comerciais protecionistas dos países industrializados. Por seu nível médio de renda per capita, o Brasil não se qualifica para receber esse tipo de ajuda. Se destaque esses dados é porque são reveladores da atitude geral em relação aos países em desenvolvimento, tanto os mais pobres quanto os de renda média.

É perceptível o crescimento de um sentimento de frustração com esse estado de coisas. Em recente estudo, a UNCTAD estima que os países em desenvolvimento poderiam exportar rapidamente até US\$ 700 bilhões a mais por ano em produtos industriais de menor tecnologia agregada ou de processamento de recursos naturais na hipótese de desmantelamento de barreiras protecionistas. Infelizmente, não se vêem sinais alentadores de uma mudança de postura dos países desenvolvidos. Pelo contrário! Na III Conferência Ministerial da OMC, em Seattle, os países em desenvolvimento terão de empregar toda sua capacidade de ação diplomática para evitar que o lançamento da eventual Rodada do Milênio venha a se dar novamente em bases

desequilibradas, em benefício dos ricos e em detrimento dos pobres, como ocorreu com os resultados da Rodada Uruguai.

Além das questões econômico-comerciais tratadas no âmbito da OMC, os países em desenvolvimento devem também enfrentar os desafios decorrentes dos desequilíbrios do sistema financeiro internacional. As oscilações dos mercados continuam a representar uma preocupação permanente, à luz da experiência das crises na Ásia em 1997, na Rússia em 1998 e no próprio Brasil em 1998/99.

No ano passado, é bem verdade, o Brasil recebeu da comunidade internacional forte apoio financeiro que lhe permitiu superar os momentos mais difíceis da sua crise. Os países desenvolvidos estão também empenhados em ampliar a iniciativa de perdão de dívidas das nações de menor desenvolvimento relativo, o que é positivo. Mas o tratamento ad hoc das crises é insuficiente. Necessitamos de prioridade política, continuidade, propostas abrangentes. Superado o momento de temor de uma crise sistêmica no segundo semestre de 1998 e no primeiro de 1999, coloca-se novamente o risco de uma volta à complacência habitual. O Presidente Fernando Henrique Cardoso tem-se referido ao conceito da “globalização assimétrica”, o qual reflete a consciência de que a globalização, em sua forma atual, produz resultados desequilibrados na distribuição dos seus benefícios.

Algo dessa consciência parece já estar brotando no Primeiro Mundo. Aqui e ali percebe-se uma certa relativização do predomínio ideológico do liberalismo extremado. Os sinais dessa evolução se multiplicam, a exemplo da nova preocupação das instituições financeiras internacionais com aspectos sociais e com a pobreza. Permanece válida a ênfase à estabilidade econômica, à boa gestão macroeconômica e aos ajustes fiscais — como bem o demonstram os novos governos de orientação social-democrata na Europa —, mas parece haver maiores espaços para defender a necessidade de

regulação pelos Estados das distorções dos mercados. Essa evolução é naturalmente bem-vinda pelo Brasil.

O Presidente Fernando Henrique Cardoso foi convidado a participar em Florença de seminário sobre a “Terceira Via” com a presença de lideranças da social-democracia européia e do Presidente Clinton. Isso pode indicar o surgimento de uma sensibilidade destinada a promover a incorporação, na conceituação da “Terceira Via” pelas grandes economias de mercado, de outras perspectivas e matizes. Mas há resistências. Em Belo Horizonte, na reunião anual Brasil-Alemanha, o presidente da toda poderosa Confederação da Indústria Alemã — talvez sem atentar para o fato de que se dirigia a uma platéia predominantemente brasileira — disse que advertia continuamente o Chanceler Schroeder de que a “‘Terceira Via’ é o caminho mais rápido para o ‘Terceiro Mundo’”.

Hoje, o Brasil tem ampla consciência de que o seu desenvolvimento é, primordialmente, uma tarefa nacional, a ser levada a cabo com recursos próprios. É vital persistir no caminho da estabilização e das reformas. Não há inserção internacional, por mais favorável que seja, que possa compensar atrasos internos nessas duas frentes. O País não mais se dedica a exercícios de transferência de culpas para justificar seus próprios desacertos. Mas a conjuntura externa continua a ser, evidentemente, fator importante para complementar os esforços domésticos.

Não existem alternativas para a integração aos fluxos de comércio e de investimentos internacionais. Como renunciar aos ganhos de escalas de produção e de produtividade, da transferência de tecnologia, dos investimentos diretos ou dos financiamentos? É imprescindível, porém, negociar da melhor forma possível os “termos” dessa integração, e defender de forma eficaz os interesses específicos. Não é o caso de substituir uma lógica de confrontação por outra de acomodação.

É por isso que o Brasil dedica a mais absoluta prioridade à consolidação do MERCOSUL e à formação de um espaço econômico comum na

América do Sul. Queremos construir as bases para negociar em condições mais favoráveis com os países desenvolvidos em diferentes frentes.

Temos consciência sobre os limites do que podemos esperar de negociações econômico-comerciais com os países industrializados, e sobre os limites de poder do Brasil para fazer valer suas posições. As negociações para formação da ALCA, para liberalização dos fluxos de comércio com a UE ou na eventual Rodada do Milênio serão muito duras — sobre isso não deve haver nenhuma ilusão. A diplomacia brasileira terá de continuar a adotar posturas muito firmes, e ao mesmo tempo procurar sensibilizar os governos e a opinião pública dos países desenvolvidos para a necessidade de corrigir as assimetrias existentes no cenário econômico internacional. Isso tem sido feito com muito vigor pelo Itamaraty.

Nestes dez anos transcorridos desde a Queda do Muro de Berlim, a atuação da diplomacia brasileira passou por uma evolução notável. Toda uma série de temas de natureza política, econômica ou social — antes tratados apenas à margem, ou mesmo inexistentes na agenda internacional — ganharam em relevância, e passaram a ocupar o centro das atenções: O Grupo do Rio e as questões da democracia; o MERCOSUL e a integração regional; as negociações do MERCOSUL com a Comunidade Andina, na ALCA e com a União Européia; as Conferências Ibero-americanas; a OMC e os termos da abertura comercial; a maior participação em operações de paz da ONU; o papel de liderança na discussão de temas como o meio ambiente, os direitos humanos e a não-proliferação; e assim por diante. Em todos esses casos, a atuação da diplomacia vai ao encontro daquilo que a sociedade brasileira deseja para si própria e para este mundo pós-Guerra Fria: democracia, respeito aos direitos humanos, abertura econômica e sentido de solidariedade social. Enfim: a agenda da diplomacia sofreu alterações, mas não mudaram os princípios fundamentais da política externa, em especial o de buscar preservar o maior grau possível de autonomia

para nossos movimentos. Uma autonomia que não mais se atinge pelo distanciamento, pela recusa ou pela confrontação, mas sim pela aproximação, pelo diálogo, pela integração.

Não temos respostas claras nem para os nossos imensos problemas internos, nem muito menos para os deste vasto mundo que, como no poema de Drummond de Andrade, talvez possa ter encontrado algumas rimas, mas jamais uma solução. O Brasil, na sua melhor tradição diplomática, busca ser parte não dos problemas do mundo, mas de sua solução. Pensamos que, por nosso peso e também por nossas próprias características — por reproduzirmos na escala do espaço nacional assimetrias comparáveis às que caracterizam o sistema internacional como um todo —, podemos ter algo de relevante a dizer no encaminhamento das grandes questões da agenda internacional.

O Muro de Berlim caiu, fisicamente. Mas muitos outros muros impalpáveis continuam a desafiar o espírito dos homens. Muros de exclusivismos, de unilateralismos, de privilégios enquistados, que precisam ser derrubados. Falta que caíam também os sentimentos de superioridade, de auto-suficiência e de autocomplacência que levam à ereção dos Muros reais e dos Muros inaginários que perpetuam a desigualdade no mundo. Queremos contribuir para que em lugar desses Muros com os quais convivemos no Brasil e no mundo se construam cada vez mais espaços crescentes de cooperação e de convergência.

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Seminário “A Amazônia - patrimônio ameaçado?” organizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal - Brasília, 16 de novembro de 1999

Temas propostos:

- A questão da autonomia do Brasil sobre a Amazônia no âmbito da política externa brasileira.

- Quais providências têm sido tomadas para prevenir e contestar matérias que são veiculadas na imprensa internacional questionando a autoridade do

Brasil sobre a Amazônia?

É com muita satisfação que o Itamaraty participa deste Seminário sobre a Amazônia, organizado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado Federal. Trata-se de um dos temas de maior relevância para o nosso país e para a política externa brasileira. A importância da Amazônia para o desenvolvimento econômico e social do país é fundamental, seja por seus recursos, seja como fonte de geração de empregos e de renda, como matéria-prima para a alimentação, remédios, vestuário, habitação e, em particular, como insumos para novas pesquisas biotecnológicas.

São enormes também os desafios que a Amazônia nos apresenta: a integração plena da região e das populações autóctones, o fortalecimento das instituições ali existentes, o conhecimento científico de suas propriedades físicas e biológicas, seu desenvolvimento sustentável, a eliminação das atividades clandestinas, o controle e a vigilância das fronteiras, a cooperação entre o Governo e a sociedade civil e o aproveitamento adequado dos mecanismos multilaterais de cooperação. Imensa, complexa, riquíssima, a Amazônia é tão vasta quanto nossa responsabilidade sobre ela. É patrimônio que exige dedicação e investimento; que requer confiança e determinação, consciência histórica e visão de futuro.

É natural que a Amazônia, onde está localizada a maior floresta e a maior bacia hidrográfica do mundo, desperte o interesse da comunidade internacional. Devemos estar - como historicamente sempre esteve o Brasil - atentos para que esse interesse internacional não se transforme em ameaças à nossa soberania, mas sim que constitua um estímulo para elevar nossa presença na região e tirar proveito das vantagens que a cooperação pode proporcionar para projetos de interesse nacional.

Das dez fronteiras internacionais do Brasil, sete se encontram quase integralmente dentro da área de influência da Bacia Amazônica. São cerca

de 13.190 km, ou seja, quase 80 por cento do total de 16.889 km da fronteira terrestre do Brasil. Mais de 60% da Hiléia se encontra em território brasileiro.

Os rios e as áreas de sua influência foram sempre grandes geradores tanto de conflitos quanto de cooperação internacional ao longo da História. No continente americano, a primeira manifestação dessas tendências ocorreu na Bacia do Prata, onde desde os primórdios da ocupação da América do Sul confrontaram-se as frentes colonizadoras lusitana e espanhola, e onde hoje, felizmente, abrem-se fecundas possibilidades e realidades de cooperação regional, desde a Conferência da Bacia do Prata, até o Mercosul. Na Amazônia, felizmente, em função do vazio humano e econômico da região, foram limitados os conflitos regionais do Brasil com seus vizinhos e hoje são férteis as linhas de cooperação. A tal ponto chegou a preocupação estratégica luso-brasileira com este vazio, que fomos capazes de conduzir políticas contraditórias em uma e outra Bacia. No Prata, onde somos ribeirinhos a montante, forçamos sempre a livre navegação dos rios; no Amazonas, onde estamos a jusante, impedimos a navegação internacional. Foi essa visão estratégica a que permitiu a exclusividade de nossa soberania. De não ser assim, quem sabe a Amazônia teria sido ocupada, como a China o foi, ao longo de seus rios, por invasões do imperialismo europeu.

A fundação de Brasília mudou definitivamente o quadro de isolamento da Amazônia ao introduzir transformações progressivas que redundaram em desenvolvimento para a região: a colonização espontânea da Belém-Brasília, o ressurgimento de Manaus com a Zona Franca, os incentivos da SUDAM criando gigantescos projetos agropecuários, as frentes pioneiras acompanhando a Transamazônica, as estradas de penetração, a descoberta de ferro, alumínio e ouro na região. Paulatinamente o Brasil foi promovendo a ocupação dos espaços fronteiriços. O Projeto Calha Norte, iniciativa de visão do Presidente José

Sarney, procurou organizar a ação radial do Estado.

As transformações econômicas e políticas ocorridas no Brasil somadas ao desenvolvimento material nos países vizinhos, no final dos anos 70 (a exploração de petróleo nos territórios do Equador, Peru e Colômbia, o fomento da pecuária na Bolívia, a implantação da siderurgia, da indústria pesada e da segunda maior usina hidrelétrica do mundo na Venezuela, entre outros) propiciaram gradualmente a criação de espaços de articulação diplomática na região amazônica. Onde antes vicejavam apenas iniciativas isoladas em contraponto a surtos persistentes de interesses extra-regionais, passaram a se produzir oportunidades crescentes de ação regional. A ação diplomática do Brasil na região amazônica pôde conseqüentemente organizar-se em três grandes planos complementares e articulados entre si:

Bilateral: a relação do Brasil com cada país amazônico;

Regional: que se dá no âmbito do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA); e

Multilateral: que se verifica no contexto de conferências internacionais sobre temas afetos ao meio ambiente e de acordos e projetos de cooperação ambiental.

Analisemos cada um destes planos de ação diplomática. No plano bilateral, o Brasil procura pautar suas políticas pelo binômio integração/cooperação. As Comissões de Vizinhança Brasil-Colômbia e Brasil-Peru e a Comissão Binacional de Alto Nível Brasil-Venezuela têm produzido frutos particularmente positivos para as populações locais.

Com a Bolívia, logramos a finalização da obra do gasoduto, inaugurado em fevereiro último, que passa a ser o eixo central de nossa relação com aquele país, com o qual compartilhamos nossa mais extensa fronteira terrestre e a condição de país amazônico e platino. Além disso, a projetada pavimentação da rodovia Santa Cruz de la Sierra - Puerto Suarez (Corumbá) reforçará o interesse boliviano pela integração física entre os dois países.

Com a Colômbia, há negociações em curso em torno de um grande projeto siderúrgico (carvão colombiano e minério de ferro brasileiro); com a Guiana, há projetos de construção de ponte sobre o rio Tacatu e de interconexão viária Boa Vista-Georgetown. Este projeto se insere no chamado "Arco Norte", do Programa "Brasil em Ação", que consiste em realizar obras em estradas brasileiras (Amapá e Roraima) de forma a permitir a ligação Boa Vista-Macapá, passando pelas Guianas; com o Suriname, estamos desenvolvendo projetos de cooperação técnica nas áreas de agricultura e mineração, bem como no setor de aquicultura para a produção de tambaquis.

Com a Guiana Francesa, há estudos e projetos em andamento para a construção de pequenas hidrelétricas, a continuação das obras da rodovia Macapá-Caiena e nas áreas da saúde pública e educação, que terão impacto imediato no Departamento da Guiana e no Amapá. O lado francês vem logrando avanços na construção da estrada ligando Regina a St. Georges de L'Oyapock. Há ainda o projeto de construção de uma ponte sobre o rio Oiapoque de aproximadamente 300 m.

Com o Peru, compartilhamos uma parte importante da floresta amazônica. Não existe uma estrada pavimentada entre os dois países. Sua construção, unindo o Acre ao Departamento de Madre de Dios e aos portos de Ilo e Matarani no Pacífico é uma das prioridades do relacionamento bilateral pelas perspectivas que abrirá para o aumento do fluxo comercial, a penetração de nossos produtos em mercados da Bacia do Pacífico, a redução dos custos de transportes e a incorporação de uma área estratégica hoje vulnerável a atividades clandestinas, como o contrabando e o narcotráfico.

Com o Equador, além do importante papel que exercemos nas negociações de paz entre esse país e o Peru, o Governo brasileiro vem estudando modalidade que permita apoiar os dois países na captação de recursos para o financiamento internacional dos projetos de integração fronteiriça acordados no âmbito do Acordo de Paz assinado

em Brasília. Por intermédio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), vinculada ao Itamaraty, está sendo desenvolvido também projeto no Parque Nacional Sangay, que visa a criar melhores condições de vida para as populações da selva equatoriana (desenvolvimento de culturas adaptadas à região, recuperação dos solos degradados por práticas agrícolas tradicionais, etc.).

Com a Venezuela, o relacionamento nos últimos cinco anos intensificou-se e diversificou-se de forma singular. A pavimentação da rodovia Caracas-Boa Vista-Manaus, a construção em curso da linha elétrica de Guri para abastecer Roraima e o fato de a Venezuela ter passado a ser um dos nossos três maiores fornecedores de petróleo são fatos de particular relevância. No plano regional, coube ao Brasil liderar a iniciativa de negociação do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). O instrumento, firmado em julho de 1978, foi concebido como núcleo político que agregou, em torno de objetivos compartilhados, a ação dos oito países amazônicos. Voltado para o desafio da proteção dos recursos ecológicos e da promoção do crescimento econômico, o TCA foi uma das primeiras expressões do conceito de desenvolvimento sustentável, depois encampada como eixo de referência das discussões ambientais internacionais, particularmente após a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – a "Rio 92".

Do Tratado constam cinco princípios gerais:

- a competência exclusiva dos países da região no desenvolvimento e proteção da Amazônia;
- a soberania nacional na utilização e preservação dos recursos naturais e a consequente prioridade absoluta do esforço interno na política de desenvolvimento das áreas amazônicas de cada Estado;
- a cooperação regional como maneira de facilitar a realização desses dois objetivos;
- o equilíbrio e a harmonia entre o desenvolvimento e a proteção ecológica;
- a absoluta igualdade entre todos os parceiros.

Esses pontos não implicam uma posição estática do TCA em relação aos problemas contemporâneos da Amazônia. Não se trata de fechar a Amazônia a sete chaves, nem muito menos deixar nosso maior patrimônio vulnerável diante de ameaças que são claras e visíveis. Atividades clandestinas como o narcotráfico e o contrabando e os atentados contra o meio ambiente como o desflorestamento indiscriminado, a biopirataria e a mineração ilegal constituem problemas graves a serem enfrentados pelo país e requerem uma presença maior do Estado brasileiro.

No plano da política externa, estamos convencidos de que o caminho a seguir para enfrentar esses problemas é o do aprimoramento da malha de cooperação e intercâmbio com os países vizinhos nos campos político e militar, econômico e comercial, e científico e tecnológico.

É importante destacar que o princípio da responsabilidade exclusiva dos países amazônicos no desenvolvimento da região é exigência decorrente da própria natureza transnacional da Bacia. Com uma extensão de quase sete milhões de quilômetros quadrados, cerca de 34% da América do Sul, a Amazônia não cabe por inteiro dentro da soberania de um só país, nem mesmo do Brasil. O próprio rio Amazonas, é bom lembrar, tem fora do Brasil as suas nascentes.

Em dezembro de 1998, foi aprovado Protocolo de Emenda ao TCA, cuja entrada em vigor representará a efetiva transformação do Tratado em um organismo internacional dotado de personalidade jurídica e o primeiro a ter sede oficial em Brasília, a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica - OTCA. Essa decisão busca conferir sentido dinâmico e estratégico à atuação desenvolvida pelos Estados-Parte, por intermédio de uma Secretaria Permanente. O Protocolo de Emenda foi aprovado pelo Congresso Nacional em 28 de outubro último e o Brasil deverá ser o terceiro país a ratificá-lo, atrás do Peru e da Bolívia.

Outras iniciativas regionais são dignas de nota. É preciso conhecer aquilo que queremos

proteger. Temos aprofundado o esforço dos projetos de zoneamento ecológico-econômico com países vizinhos e buscado fortalecer as instituições de pesquisa localizadas na Amazônia. Em outro plano, vamos ampliando o instrumental à disposição do Estado para as ações de vigilância e proteção. O SIVAM/SIPAM será, sem dúvida, uma ferramenta útil e necessária em projetos futuros de estruturação de uma estratégia de segurança regional cooperativa.

O projeto de monitoramento do desmatamento por meio de observações de satélites levado a cabo pelo INPE é exemplo da determinação do Governo de proteger a floresta amazônica. O mesmo é válido para o Programa de Prevenção do Fogo, de responsabilidade do IBAMA. Essas iniciativas evidenciam a importância de se dispor de instituições fortes, bem aparelhadas e capazes de cumprir tempestivamente seus mandatos e de responder de maneira adequada a situações de emergência.

No plano internacional, por sua vez, foi particularmente a partir do final dos anos 80, que a situação das florestas passou a receber especial atenção à luz da divulgação das taxas de desmatamento no mundo e das perspectivas do aumento das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera. As dimensões geográficas de incidência das florestas e da biodiversidade, os interesses econômicos que mobilizam e o potencial que encerram para o desenvolvimento do país, tornam o Brasil um interlocutor central nos debates internacionais que envolvem não só aspectos específicos das florestas e da biodiversidade, mas também toda a temática ambiental.

As florestas e a biodiversidade são elementos de atração para a obtenção de investimentos internacionais. Ambas constituem recursos estratégicos para o país. Cabe ao Brasil conciliar adequadamente o imperativo de conservar e utilizar sustentavelmente a floresta e a biodiversidade amazônicas com as atividades em curso na região como agricultura, mineração e geração de energia. Daí a importância do debate pelo Congresso do

projeto de emenda à Constituição que consagra os recursos da biodiversidade como patrimônio da União, bem como da elaboração de uma lei sobre acesso aos recursos genéticos.

Conjugados com a capacidade industrial instalada, com os recursos humanos e institucionais existentes, com um mercado significativo e em expansão e com uma economia estável, os recursos florestais e da biodiversidade podem representar uma nova avenida para o desenvolvimento da Amazônia e do Brasil. O uso sustentável desses recursos requer a intensificação de programas de pesquisa e desenvolvimento, bem como a formação de pesquisadores.

Nesse complexo contexto, a política externa busca exercer papel de mediação entre os interesses nacionais e as discussões nos foros internacionais, regionais e bilaterais. Mediante a ampliação do debate com todas as forças políticas e sociais do país, o aprofundamento do conhecimento da realidade amazônica, e a verificação das concordâncias e das divergências, a diplomacia procura formular, preservar e promover o interesse nacional nas mesas de negociação.

Com suas antenas voltadas para o que se passa em todos os quadrantes do mundo e por meio de um processo cada vez mais intenso de consultas com os diferentes segmentos da sociedade brasileira preocupados com a Amazônia, o Itamaraty vem trabalhando tanto no sentido de assegurar sustentabilidade às políticas públicas soberanamente implantadas pelo Governo, quanto com vistas a ordenar proveitosamente a cooperação internacional para a promoção do bem estar social e o progresso econômico das populações amazônicas.

Na Conferência do Rio, em 1992, por exemplo, os países em desenvolvimento em especial Brasil, Índia, Malásia e Gabão, lograram evitar a pressão, sobretudo dos países desenvolvidos, no sentido de se negociar uma Convenção de Florestas desequilibrada. Acordaram-se então as ações para combate ao desmatamento incluídas na Agenda 21, bem como a Declaração de Princípios sobre

Florestas, as quais procuravam conferir um tratamento integrado à temática florestal, incluindo, além do aspecto da conservação, os do manejo e do seu desenvolvimento sustentável.

O Primeiro Relatório Nacional para a Convenção sobre Diversidade Biológica, citando estudos de organizações estrangeiras, assinala que o Brasil “é o país de maior megabiodiversidade do Planeta, entre os dezessete que reúnem 70% das espécies vegetais e animais”. Tal se deve não só ao número de espécies aqui encontradas, mas também ao seu grau de endemismo. Nesse particular, a Amazônia ocupa lugar de destaque ao concentrar um volume considerável dessas espécies. Toda essa riqueza tem uma expressão econômica importante: 40% do PIB brasileiro, representado pela agroindústria se beneficia diretamente da diversidade biológica.

A consciência da importância econômica e ambiental adquirida pelos recursos biológicos e genéticos, bem como pelos ecossistemas levou no início dos anos 90 à negociação e adoção da Convenção sobre Diversidade Biológica, aberta à assinatura na Conferência do Rio, em 1992, e que entrou em vigor em dezembro de 1993. A Convenção tem três objetivos básicos, enumerados no artigo 1º:

- a conservação da diversidade biológica;
- o uso sustentável de seus componentes;
- a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da sua utilização.

A Convenção reconhece, ademais, nos artigos 3º e 15º a soberania dos Estados sobre seus recursos biológicos e genéticos, bem como o direito de cada Estado determinar, por lei nacional, o regime de acesso aos recursos da biodiversidade.

Esse instrumento jurídico, de cujas negociações o Brasil participou ativamente, constitui verdadeiro ponto de inflexão no regime internacional de acesso aos recursos genéticos. Anteriormente, a opinião corrente sobre esses bens concedia algum reconhecimento aos direitos dos estados sobre eles, mas matizava-os com a alegação de que “eticamente”

seriam parte do patrimônio comum da humanidade. Ao consagrar o reconhecimento da soberania nacional sobre os recursos da biodiversidade, ao reconhecer o direito de os países determinarem, por legislação nacional, o regime de acesso a esses recursos e ao preconizar a celebração de contratos bilaterais para o acesso a cada recurso genético com a contrapartida da repartição de benefícios, a Convenção instaurou um novo modelo internacional de grande interesse para o Brasil.

Ainda no campo das negociações internacionais afetas ao meio ambiente, gostaria de mencionar, o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - (PPG7). O PPG7 é um programa do Governo brasileiro com apoio financeiro e técnico dos países do G7 e da União Européia. Os denominados "Participantes do Programa" são o Governo do Brasil, o Banco Mundial, e os doadores: Canadá; França; Alemanha; Itália; Japão; Países Baixos; Reino Unido; Estados Unidos e Comissão da União Européia.

O PPG7 foi oficialmente criado em junho de 1992, com quatro objetivos principais:

- demonstrar a possibilidade de se atingir um desenvolvimento harmônico entre economia e meio ambiente nas florestas tropicais;
- promover a correta conservação dos recursos genéticos dessas florestas;
- reduzir a contribuição das florestas brasileiras na emissão global de gás carbônico; e
- proporcionar exemplo de cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento na área florestal.

No âmbito do PPG7, são desenvolvidas, também, diversas atividades destinadas à proteção e integração econômica das populações indígenas. No período de 26 a 29 de outubro último, realizou-se, em Brasília, a Reunião de Participantes do PPG7. O principal resultado da reunião foi a criação de uma Comissão de Coordenação Conjunta para agilizar o funcionamento do Programa, encabeçada pelo Governo brasileiro.

A nova Comissão, que funcionará em Brasília, espera poder facilitar o repasse dos recursos para os mais de 300 projetos na Amazônia e na Mata Atlântica.

Na reunião foi acordada a criação de uma Comissão de Transição, que deverá estudar formas de tomar o Programa mais operacional. Brasília passará a ser a sede do Programa, que representa a maior iniciativa de cooperação ambiental do mundo. Gostaria finalmente de tecer alguns comentários sobre o segundo tema proposto pelos organizadores deste Seminário que se refere às "providências que têm sido tomadas para prevenir e contestar matérias que são veiculadas na imprensa internacional questionando a autoridade do Brasil sobre a Amazônia".

Na década de sessenta, ficou famosa a proposta do futurólogo norte-americano, Herman Kahn, do Instituto Hudson, que sugeria fossem construídas sete barragens para criar cinco lagos gigantes na Bacia Amazônica que forneceriam energia motriz para toda a América do Sul. Kahn queria estimular o intercâmbio econômico entre os países da América do Sul e o investimento estrangeiro em pesca, mineração e petróleo. Foi o rechaço firme do Governo brasileiro o elemento que impediu a concretização dessa monstruosidade. Nos anos setenta e oitenta, por sua vez, disseminou-se a falsa teoria de que a Amazônia era o "pulmão do mundo" e de que, portanto, deveria ser considerada como uma região de responsabilidade internacional. A propagação destas idéias despertou preocupação quanto à suposta intenção de "internacionalização" da Amazônia, e as reações contrárias foram muito fortes. Discutia-se então nossa capacidade de exercer soberania nas vastas extensões amazônicas.

Na realidade, naquele período, as críticas recorrentes e as acusações dirigidas ao Brasil de ser incapaz de administrar seu estoque natural de riquezas, vinham impregnadas de tendenciosa simplificação do problema, traindo ao mesmo tempo, seja visões paternalistas de tipo benevolentes, seja objetivos inconfessáveis de dominação. Visões

e objetivos esses que o Brasil sempre combateu com determinação e êxito.

Graças à nossa persistente vigilância, não creio que a soberania brasileira tenha sido materialmente ferida em qualquer época. O Brasil sempre deu provas de que exerce controle adequado sobre a região e sempre foi capaz de afastar as ameaças reais e imaginárias que se fizeram sentir na Amazônia. Assim continuamos, agora ainda mais fortalecidos pela malha de interesses compartilhados que se criou na região com base nos projetos bilaterais que fomos implementando com os países vizinhos e com base no TCA.

Ao tomar a audaciosa decisão de sediar a Rio 92 e participar ativamente da preparação substantiva da Conferência, o Brasil assumiu papel protagônico nos debates internacionais, não só pelas credenciais que possui no campo ambiental, mas também por demonstrar estar aberto ao diálogo, consciente dos problemas e disposto a buscar soluções globais para as questões ambientais que afetam o mundo.

É verdade, no entanto, que esporadicamente são ainda veiculadas pelos meios de comunicação internacionais matérias com acusações ou análises distorcidas ou parciais sobre a realidade brasileira. Para prevenir e contestar essas matérias, a Assessoria de Comunicação Social do Itamaraty - ACS promove várias iniciativas, tais como: o Programa de Formadores de Opinião; o Programa de Divulgação da Realidade Brasileira; e o monitoramento das principais notícias sobre o Brasil veiculadas no Brasil e no exterior.

O Programa de Formadores de Opinião foi idealizado para divulgar externamente visão mais abrangente da realidade brasileira. Com o apoio de nossas missões diplomáticas são promovidas visitas ao Brasil de jornalistas de órgãos de imprensa de grande penetração, bem como de acadêmicos e outras personalidades que têm a capacidade de influenciar positivamente a opinião pública.

O Programa de Divulgação da Realidade Brasileira consiste em difundir no exterior publicações

diversas com informações atualizadas sobre o Brasil, tais como o Brasil em Síntese, editado nos idiomas espanhol, inglês, francês e japonês; Imagens do Brasil, em espanhol e Brasil nas Escolas, editado em inglês e japonês. São igualmente distribuídas grandes quantidades de publicações patrocinadas pelo Governo Federal e por Governos estaduais e municipais (Desenvolvimento Sustentável, Mudança Social e Emprego - PR e Potenciais Produtos da Região Amazônica (MMA)).

Como parte desse esforço, o Itamaraty lançou, em 1998, o CD-ROM Brasil em Foco, também disponível na homepage do Ministério (<http://www.mre.gov.br>), que dedica especial atenção aos temas nacionais de proteção ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável e às grandes questões da Amazônia.

No que diz respeito ao monitoramento do noticiário, a Assessoria de Comunicação Social do Ministério das Relações Exteriores mantém contato diário com todos os órgãos de imprensa nacionais, para corrigir matérias publicadas com equívocos diversos, e promove briefings sobre os temas de política externa da atualidade de maior relevância. Transmite igualmente aos Postos no exterior informações diversas habilitando-os a responder a acusações infundadas e a esclarecer informações distorcidas, cuja acuidade o público estrangeiro em geral não tem condições de avaliar. Não se descarta também, sempre que cabível, resposta direta e bem fundamentada de nossos Embaixadores no exterior, ou de altos funcionários da Secretaria de Estado.

Esses procedimentos conjugados com os reflexos positivos das políticas ativas empreendidas pelo Brasil na região e juntamente com os seus vizinhos, têm sido capazes de neutralizar o noticiário equivocado ou tendencioso que volta e meia surge sobre a Amazônia na mídia internacional.

O diálogo franco e transparente com os países amazônicos sobre as questões que nos afetam mutuamente aliado à identificação e promoção de projetos regionais de interesse bilateral, a cooperação

crescente no seio do Tratado de Cooperação Amazônica, a participação brasileira em negociações multilaterais sobre questões que envolvem as riquezas da região, e a ampla divulgação de informações em nível internacional sobre iniciativas do Governo e da sociedade civil ilustram o comprometimento do Ministério das Relações Exteriores na consolidação de uma agenda positiva para a região amazônica e refletem nossa convicção de que o binômio cooperação/integração é o mais adequado para aportar as soluções que buscamos para a região amazônica, patrimônio soberano e indelegável da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Conferência da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Fao) - Roma, 18 de novembro de 1999

Senhor Diretor-Geral,
Senhores Ministros,
Embaixadores,
Amigos,

Este é um momento de renovação da confiança na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. É chegada a hora de redobrar esforços para que a FAO atenda à sua elevada responsabilidade de encaminhar soluções para os problemas da fome e da miséria, as questões mais urgentes da agenda contemporânea.

O encargo não poderia ser mais desafiador. A Organização tem diante de si a exigência de zelar pela implementação do Plano de Ação definido na Cúpula de Alimentação de 1996. Cabe a este foro acompanhar a consecução do objetivo de reduzir à metade, até 2015, a desnutrição no mundo. Venho reiterar o firme compromisso do Brasil com a FAO. Fiz questão de informar pessoalmente este colegiado de que o Brasil está fazendo a sua parte para o cumprimento do Plano acordado em 1996. Quero falar dos ganhos sociais advindos da estabilização da economia brasileira. Comentar a orientação distributiva que temos buscado imprimir à ação do Estado, para benefício dos mais pobres. Partilhar com os presentes a experiência brasileira de combate à fome e à miséria, caracterizada pela concertação do Estado com a

sociedade. Desejo, ainda, registrar neste foro maior a preocupação do Brasil com as assimetrias que continuamos a observar nas relações entre os Estados, sobretudo na área do comércio internacional, de interesse imediato para o bem-estar de nossas populações.

Fico satisfeito em poder trazer-lhes o testemunho de uma nação que estabilizou sua economia sem relegar a segundo plano o progresso social. Soubemos conciliar eficiência com equidade. Se o plano de estabilização da moeda brasileira trouxe proveito para o país como um todo, que se vê agora credenciado a um crescimento sustentado, os principais beneficiários foram os mais pobres. Eliminamos o perverso imposto inflacionário. O Plano Real permitiu que mais de dez milhões de brasileiros superassem a linha da pobreza absoluta. De 1993 a 1995 a proporção de pobres no Brasil caiu de 30,7% para 20,5% da população. Ainda contamos com o número inaceitável de 30 milhões de indigentes, mas foi possível resgatar dessa condição milhões de famílias, em um esforço sem tréguas, cotidiano, que continua, e no qual estarei empenhado até o último dia de meu Governo.

A luta contra a pobreza exige um novo Estado, um Estado virtuoso, que faça do equilíbrio orçamentário não um fim em si mesmo, mas um instrumento para a promoção do bem-estar social.

É o que temos tentado fazer no Brasil. A preocupação com o gasto virtuoso do dinheiro público é o fundamento maior das políticas sociais no Brasil, que passaram a ter como critério básico o interesse dos menos favorecidos, no campo e na cidade. Estamos a construir um novo mundo rural, como tanto sonhou Josué de Castro, terceiro Presidente Independente do Conselho da FAO e o mais estudioso brasileiro dos problemas da fome.

Vejamos o Programa de Reforma Agrária. Assentamos em quatro anos mais de 280 mil famílias, ou cerca de um milhão e meio de pessoas. Isto supera o total de assentados nos trinta anos anteriores. A área desapropriada para a reforma agrária, de 1995 a 1998, foi de aproximadamente sete milhões de hectares, uma área equivalente ao território da Irlanda ou ao de duas Bélgicas. As dimensões dessas cifras revelam a magnitude da tarefa de democratizar o acesso à terra no Brasil, tarefa que vai além do trabalho de assentamento, por mais crucial que seja.

É com esse entendimento que o Governo brasileiro lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o PRONAF. Estamos dotando centenas de milhares de agricultores familiares, muitos dos quais assentados há pouco, das condições de crédito, assistência técnica e infra-estrutura necessárias ao progresso sustentado de seus empreendimentos. Cerca de um bilhão e meio de dólares estão sendo destinados por ano ao PRONAF, que promove a agricultura familiar sem prejuízo ao meio-ambiente. Os lavradores são orientados à escolha de culturas e técnicas ambientalmente saudáveis.

A promoção do bem-estar no campo requer uma atenção especial aos grupos mais vulneráveis, como os idosos e as crianças. Daí o empenho do Governo brasileiro em aperfeiçoar o sistema de aposentadoria rural, que constitui um verdadeiro programa de renda mínima, já que os benefícios são concedidos sem a contribuição correspondente. As aposentadorias rurais contemplam hoje mais de seis milhões de brasileiros.

Não menos prioritário é o tratamento que está sendo dispensado às crianças. É compromisso de meu Governo erradicar o trabalho penoso e degradante de menores de quatorze anos. Os resultados já são palpáveis. Conseguimos afastar do trabalho de alto risco mais de cento e trinta mil menores. Para tanto tem sido fundamental o instrumento da bolsa-escola, que garante a famílias de baixa renda recursos para que mantenham seus filhos na escola. Estamos atingindo a meta de colocar todas as crianças na escola. 96% das crianças brasileiras já estão matriculadas no ensino básico.

A experiência brasileira também aponta para a importância da cidadania como garantia de progresso social. Quanto maior a capacidade de organização da sociedade, mais eficaz é a luta contra a pobreza. Nada me parece mais exemplificativo do que o Programa Comunidade Solidária, cuja linha-mestra é a parceria entre o Governo e setores organizados da sociedade brasileira.

O Comunidade Solidária conta com o envolvimento das comunidades locais tanto para a implementação como para o controle social de seus projetos. Isto ocorre nos 1.360 municípios em que atua, todos situados em regiões pobres do país. Os resultados são mais do que auspiciosos. Foram reduzidos os índices de mortalidade infantil e de internação hospitalar de crianças até cinco anos. Multiplicou-se a quantidade de cestas básicas distribuídas às famílias mais carentes, incluindo grupos de sem-terra e comunidades indígenas. Ampliou-se a taxa de escolaridade nos municípios envolvidos.

A luta contra a pobreza deixou de ser, portanto, monopólio do Estado. É cada vez mais um compromisso da sociedade brasileira com o seu tempo. O trabalho de Herbert de Souza, o Betinho, porta-voz dessa aliança Estado-sociedade, não foi em vão. Se ainda convivemos com a miséria, com a miséria de milhões, o povo brasileiro não mais a aceita. E exige a tradução em políticas concretas desse sentimento de indignação, uni sentimento que se estende por todo o país,

sobrepondo-se à filiação partidária ou ideológica.

Desejo concluir redirecionando meu olhar para o mundo. Quero lembrar que a luta contra a pobreza não deve ser travada unicamente dentro de nossas fronteiras. Ela está mais sujeita do que nunca a condicionantes internacionais. É ilusório pensar em estratégias duradouras de transformação social que não contemplem reivindicações no plano externo. O Brasil não pode continuar a ser privado de recursos indispensáveis ao bem-estar de seu povo pela irracionalidade dos mercados. Tampouco aceitamos que nos continue a ser vedado o acesso a mercados agrícolas e de produtos manufaturados.

O Brasil já se vê plenamente integrado à economia internacional. Sente-se credenciado a reclamar que se diluam os redutos autárquicos, protecionistas, sobretudo aqueles que se parecem afirmar nos países de maior poder relativo. É com essa expectativa que participaremos da Rodada do Milênio, expectativa que é comum ao Governo e ao povo brasileiro.

Senhor Diretor-Geral,

Senhores Delegados,

Agradeço a acolhida neste foro que tem uma missão histórica. A causa que persegue é a causa maior deste final de milênio: resgatar a dignidade e a esperança de milhões de seres humanos ameaçados pelo flagelo da fome. Estejam certos de que a missão da FAO tem forte ressonância no Brasil. Nela estão engajados governo e sociedade. Desejo que minha presença aqui seja vista como símbolo do compromisso inarredável do Brasil com a Organização e seus objetivos.

Muito obrigado.

Progressive Governance for the 21st Century

Texto de Base das Intervenções do Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da “Progressive Governance for the 21st Century” - Florença, 20 de novembro de 1999

Sessão 1 - A Nova Economia: Igualdade e Oportunidade

Os eleitores italianos, franceses, alemães, ingleses, norte-americanos e brasileiros fizeram uma escolha neste fim de século. Optaram por líderes identificados com a equidade social e a eficiência econômica. Recusaram tanto o individualismo possessivo da Nova Direita quanto o intervencionismo estatal à outrance da velha esquerda. Perceberam que era chegado o momento de inovar, de conciliar caminhos antes vistos como antagônicos, mas sem perder de vista os compromissos fundamentais dos movimentos de centro-esquerda.

Reclamaram políticas sociais amparadas na estabilidade. Entenderam que justiça social supõe crescimento sustentado. Pediram uma social-democracia renovada, a “progressive governance”. Recusaram o “fundamentalismo do mercado”, assim como o estatismo burocrático. Pediram que restabelecêssemos o primado dos seres humanos e da solidariedade e não ficássemos parados diante da injusta acumulação de riquezas imposta pelas frias leis do mercado. Eleitos, coube-nos o desafio de responder com políticas consistentes.

Aspectos econômicos: condicionantes internacionais A implementação de políticas progressistas em cada país, voltadas para a promoção

da equidade com eficiência, da solidariedade em um contexto de modernização econômica, não é indiferente ao que ocorre no plano internacional. O desenho da ordem internacional afeta de forma crucial a viabilidade e o êxito dessas políticas. Portanto, impõe-se o enfoque progressista também no plano internacional. A globalização torna esse desafio ainda mais evidente e mais urgente.

Daí, um ponto que considero fundamental: essa necessidade de enfoque progressista no plano internacional, em função das exigências da globalização, vale para todos os países, mas vale especialmente para os países em desenvolvimento ou países emergentes (como queiramos chamá-los).

Isso nos obriga a enfrentar com coragem e determinação o problema do déficit de governance no plano internacional, o que se traduz em dois desafios essenciais:

1 - a correção das assimetrias de ganhos e vantagens que ainda caracterizam o sistema internacional;

2 - a elaboração de políticas voltadas para a construção de uma globalização solidária.

A experiência brasileira dos últimos anos deu-nos a demonstração cabal de como é possível superar velhos preconceitos no tratamento das questões de

política econômica.

Dois processos paralelos foram conduzidos nesse contexto, e com êxito:

1 - a estabilização da moeda: a inflação que era, em 1994, de cerca de 40% ao mês ou 5.200% ao ano está hoje em torno de 0,5 a 0,6 % ao mês e de 7 a 8 % ao ano;

2 - a inserção mais aberta na economia mundial: já desde o início dos anos 90, reduziram-se fortemente as tarifas sobre importação, ingressaram volumes crescentes de capital estrangeiro, inclusive, mas não somente, no processo de privatização - em média, cerca de dois bilhões de dólares por mês, contra um bilhão por ano antes da estabilização - e recuperou-se o crédito internacional do país, com o equacionamento do problema da dívida externa que vinha dos anos 80.

Nossa experiência demonstra também a importância de aprimoramento da ordem internacional em dois sentidos:

1 - no plano financeiro: maior estabilidade e previsibilidade, com a capacidade de prevenir e minimizar crises; a verdade é que caminhamos pouco nesta direção; nossas esperanças estão postas na ação do G-20 para encaminhar mecanismos mais eficazes de previsão e de controle de crises financeiras provocadas pela fuga desordenada de capitais;

2 - no plano comercial: maior justiça na repartição das oportunidades e benefícios gerados pelo comércio internacional. E também neste caso, têm sido magros os resultados. Esperamos que a Rodada do Milênio dê-nos maior acesso aos mercados de países desenvolvidos, em muitos casos fechados pelo protecionismo.

Com a estabilidade e a maior abertura ao exterior, a sociedade brasileira aceitou um desafio importante: não virar as costas ao processo de globalização, mas procurar aproveitar as oportunidades que ele oferece para fortalecer o nosso crescimento econômico e o nosso esforço de desenvolvimento social.

Isso significou uma ruptura histórica: o

abandono da idéia de que as características próprias da formação histórico-social brasileira justificariam um modelo autárquico de desenvolvimento, baseado em uma forte presença do Estado no setor produtivo da economia e em uma noção de que o sistema internacional seria hostil a nossas aspirações legítimas de crescimento. No âmbito regional, o Brasil avançou no sentido de aprofundar a integração com seus vizinhos, com o fortalecimento do Mercosul, que permitiu uma quadruplicação dos fluxos comerciais entre os países membros e que hoje se afirma como a segunda União Aduaneira do mundo.

A abertura ao exterior nos obriga a enfrentar com coragem os desafios de modernização de nossa economia, de reestruturação de nosso parque produtivo. Obriga-nos a olhar de frente as tarefas inevitáveis para a competitividade de uma economia de um país emergente nas condições da "era da informação". Mas, sobretudo, obriga-nos a agir com a consciência de que uma nação não é apenas um mercado: são países cujas oportunidades e potencialidades de realização humana nesse contexto globalizado requerem políticas específicas.

Quais são essas políticas? Menciono algumas:

1 - educação: trata-se de uma condição imprescindível para garantir a qualificação de mão-de-obra exigida pela nova economia; mas, além disso, constitui um direito básico para que possamos continuar falando de cidadania, de democracia;

2 - desenvolvimento científico e tecnológico: componente crucial da competitividade em sistema no qual a própria informação se converte em um fator de produção, bem como em um fato da vida cotidiana;

3 - modernização do parque produtivo: esforço das empresas para alcançar níveis superiores de eficiência e qualidade, sem se desobrigarem da responsabilidade social de gerar empregos e integrar seus empregados à sociedade;

4 - criação e consolidação de um moderno sistema de regulação que permita ao Estado manter e fortalecer a perspectiva do bem público sem

asfixiar os mecanismos de inovação e criação de riqueza oferecidos pela economia de mercado.

A necessidade de assegurar o êxito nessas tarefas nos leva à preocupação com os rumos do sistema internacional. Em muitos casos, ainda é necessária - e com sentido de urgência - uma ação nos moldes da "ajuda ao desenvolvimento". A iniciativa de apoio aos HIPC's (países pobres altamente endividados) é um bom exemplo. Nós mesmos já cancelamos dívidas de alguns países dos quais éramos credores.

Para muitos países em desenvolvimento, contudo, e este é o caso do Brasil, o tempo das "benesses", das "doações" já passou. O que está na agenda, hoje, é a necessidade de alcançar igualdade de condições, com base em regras verdadeiramente equilibradas, que permitam a todos os países aproveitar e desenvolver suas vantagens comparativas.

No comércio internacional, onde países em desenvolvimento, como o Brasil, realizaram um esforço extraordinário de abertura de seus mercados, é preciso contrapartida. No plano financeiro, temos uma ordem internacional que claramente não mais responde às necessidades dos países emergentes. Uma boa ordem internacional deve incluir mecanismos para assegurar que a mobilidade do capital sirva primordialmente ao objetivo que lhe dá sentido e justificação moral: favorecer o crescimento econômico mundial, propiciando aplicações eficientes aos excedentes de poupança disponíveis em nível global.

Os problemas enfrentados desde a crise asiática mostraram o impacto que a instabilidade do sistema financeiro internacional pode ter sobre as sociedades. Desacelerou-se o crescimento econômico em nível mundial. Há um custo social alto, e há um efeito sobre a confiança dos diversos atores no funcionamento dos mecanismos internacionais.

O sistema internacional deve oferecer mecanismos para solucionar problemas no relacionamento comercial e financeiro entre os Estados. Deve assegurar a necessária liquidez para

as trocas internacionais e também para os desajustes financeiros eventuais. Deve garantir previsibilidade e estabilidade. Isto requer profundas reformas nas instituições financeiras internacionais para dotá-las de alguma capacidade reguladora e de colchões amortecedores dos choques financeiros.

O sistema internacional deve também - o que é muito importante - assegurar adequada relação entre a lógica do mercado internacional e as necessidades sociais internas de cada país. A deterioração da confiança aumenta o custo político de uma linha de ação baseada na abertura aos mercados internacionais. Ganham força os adeptos do protecionismo e dos modelos autárquicos.

Existe uma assimetria muito importante, que se torna crucial nos momentos de crise. Não há um governo mundial, mas existe, cada vez mais, uma economia mundial. Dessa forma, a indispensável consideração política das questões de bem-estar social - responsabilidade típica de governo - situa-se principalmente no nível de cada país, mas há influência direta da situação econômica mundial.

O Primeiro-Ministro Jospin já afirmou - e eu concordo com ele - que a globalização não torna o Estado impotente. Muda o contexto para a ação do Estado, a qual continua tão necessária como sempre foi, inclusive no plano internacional, mas torna-se mais dependente do raio de manobra dado pela ordem mundial. A cada vez que se cede terreno ao fundamentalismo do mercado no plano internacional reduz-se o espaço para a progressive governance no plano interno.

A vida cotidiana dos cidadãos é cada vez mais afetada por eventos no plano internacional. O culto ao fundamentalismo do mercado ameaça subtrair espaços imprescindíveis ao exercício da cidadania. Não se trata de sermos nostálgicos com relação a um conceito de soberania absoluta, mas sim de entender que a cooperação entre os Estados é essencial para preservar e resgatar o exercício da cidadania.

A progressive governance no plano internacional envolve, pois, o esforço de construção de um sistema compatível com a existência de um espaço, no plano doméstico, para a condução de políticas que, sem prejuízo da responsabilidade fiscal e da coerência macroeconômica, respondam às questões fundamentais do bem-estar, do emprego e do desenvolvimento social e da inclusão dos segmentos que ainda estejam à margem da sociedade organizada.

Não é por acaso que assistimos ao ressurgimento de interesse pelas reflexões de Keynes sobre a organização do sistema monetário-financeiro internacional nos anos que antecederam a conferência de Bretton Woods. Essas reflexões não chegaram a se transformar em realidade, mas trazem elementos de grande interesse para a discussão atual, como o da necessidade de alguma regulamentação dos fluxos de capital ou a importância de uma instância que funcione como um “emprestador de último recurso”, tomando-se em conta, naturalmente, a questão da “moral hazard”.

Já se deram alguns passos nos sentido de fortalecer um enfoque preventivo, que permita à comunidade internacional agir não apenas para “apagar incêndios”, mas também para evitar as faíscas e os mecanismos de propagação do fogo.

Os episódios recentes mostraram a importância de adequada supervisão bancária, tanto em países em desenvolvimento como em países industrializados. Mostraram, igualmente, a necessidade de maior transparência, e não só nos países em desenvolvimento.

As negociações sobre comércio têm impacto direto sobre o problema do emprego nos diversos países. Se prevalecer a lógica pura do poder, o resultado não será mais do que uma exportação do desemprego pelos países mais fortes. Se prevalecer o “beggar thy neighbor”, os países mais fracos ver-se-ão diante de um dilema perverso entre o desemprego e a autarquia.

Por isso, a cooperação internacional deve ter por objetivo uma globalização mais simétrica,

mais apta a responder aos interesses dos povos de todos os países.

Aspectos Sociais

Uma das características do novo cenário internacional, onde a informação circula amplamente através das fronteiras, é a globalização das agendas. Os cidadãos de países em desenvolvimento têm acesso a informações sobre o padrão de consumo e sobre as estruturas de bem-estar social nos países mais ricos. As demandas sociais aumentam, como aumenta a urgência em responder a elas. Hoje, a questão do emprego talvez seja o assunto mais candente nessa agenda social globalizada.

Pelas condições de competitividade no mundo globalizado, onde a produtividade é cada vez mais função do avanço tecnológico, o crescimento da produção não tem implicado necessariamente geração de emprego nos níveis necessários. O impacto da produção sobre o mercado de trabalho nunca foi tão difuso. Existe o risco de a eficiência tornar-se alheia à equidade.

Para fazer convergir eficiência e emprego, temos adotado, como se sabe, três linhas de ação, implementadas segundo os recursos e as prioridades de cada governo. Primeiro, a busca de crescimento sustentado, com investimentos e políticas públicas que gerem emprego e renda. Segundo, programas de qualificação e treinamento de mão-de-obra, com ênfase no tratamento da informação. Por fim, a modernização das relações de trabalho. As três estratégias têm produzido bons resultados, o que justifica sejam mantidas e, se possível, reforçadas.

No Brasil, trabalhamos com a meta de criar 7,8 milhões de empregos até 2002, cifra que nos é dada pelo volume de investimentos públicos e privados previstos para os próximos três anos. No mesmo período, estima-se que a taxa de investimento passará de 21% para 25% do Produto Interno Bruto, e parte substantiva desses recursos irá para projetos intensivos em mão-de-obra, nas áreas de infraestrutura, serviços sociais básicos e turismo.

Paralelamente terão continuidade programas

especiais de geração de empregos, beneficiando segmentos como o dos micro e pequenos produtores urbanos e rurais. Esses programas tornaram possíveis cerca de 465 mil contratos de crédito para microempresas, com um montante de mais de R\$ 4 bilhões de 1995 a 1998. Da mesma forma, apoiamos a agricultura familiar, beneficiando cerca de 1,5 milhão de famílias em 3.000 municípios brasileiros, com créditos no total de aproximadamente R\$ 4 bilhões no mesmo período, além de dedicar recursos à infraestrutura e à profissionalização desses agricultores.

Tampouco pouparemos esforços para cumprir o objetivo de treinar e reciclar 17 milhões de trabalhadores até 2002. Para tanto o Governo federal atuará em coordenação com os Governos estaduais e municipais e com os serviços sociais da indústria e do comércio. De 1995 a 1998, já aplicamos nessa iniciativa cerca de R\$ 1,2 bilhões, o que permitiu qualificar 5,5 milhões de trabalhadores. Isso é fundamental, porque a maior expansão dos postos de trabalho ocorre precisamente nas categorias mais qualificadas e a globalização tende a acentuar essa tendência.

Quanto à flexibilização das relações de trabalho, o Governo federal tem mantido consultas regulares com lideranças sindicais com vistas a mudanças na legislação trabalhista. Posso dizer que é crescente a receptividade do movimento sindical brasileiro a teses como a democratização da representação sindical, o fortalecimento da negociação coletiva, o contrato por prazo determinado com encargos sociais menos onerosos e a redução da jornada por convenção coletiva. O Governo tem consciência da importância dos sindicatos e das centrais para implementar a negociação coletiva do trabalho e para assegurar melhores salários. As políticas públicas não substituem, portanto, a luta sindical.

A prioridade que deve ser atribuída aos programas afirmativos de inclusão social não pode prescindir, em muitos países (e este é o caso do Brasil), de programas bem desenhados para a transferência direta de renda para os cidadãos mais

pobres ou que se encontrem em circunstâncias especiais de risco ou de marginalização. De 1995 a 1998, esses programas mobilizaram recursos de cerca de R\$ 28 bilhões, beneficiando milhões de trabalhadores com o abono salarial e o seguro desemprego, apoiando a erradicação do trabalho infantil, assegurando renda mínima a famílias carentes com filhos em idade escolar e a pessoas idosas ou portadoras de deficiências, bem como o pagamento de aposentadorias aos trabalhadores rurais. Em 1999, esses programas alcançarão mais de 2 % do PIB.

Passemos à questão do papel do Estado, que sabemos crucial à “progressive governance”. Se rejeitamos o Estado omnibus da velha esquerda, tampouco nos interessa a quimera neoliberal do “Estado mínimo”.

Elegemos como meta construir um novo Estado, capaz de assegurar o bem-estar a todos, com responsabilidade fiscal e em concertação com a sociedade civil. Acreditamos que é possível transformar vício em virtude, políticas iníquas em ações distributivas, dirigidas aos menos favorecidos.

Isto na previdência social, em educação e saúde, na assistência às crianças, na questão da mulher. Sem abrir mão do anseio de universalizar os benefícios sociais, o Estado virtuoso atende prioritariamente aos menos iguais. Mas não existe uma via única para a progressive governance. São múltiplos os caminhos, como também as referências de que podemos nos servir. Vejamos o caso da previdência social.

O Presidente Clinton trabalha a partir da experiência norte-americana de sistemas baseados nas necessidades individuais (“individual needs”). Nossos amigos europeus têm como parâmetro a rica tradição de bem-estar desenvolvida a partir de diferentes modelos, entre os quais o bismarckiano ou o do Beveridge Report, e a diversificada experiência da social-democracia nórdica.

É com esses modelos que meus pares aqui em Florença têm dialogado, aprimorando os critérios de contribuição, racionalizando despesas,

reorientando o foco para os mais necessitados. A experiência brasileira também é singular, a começar pela envergadura do desafio que estamos a enfrentar. Lembro que o Brasil jamais contou com um Estado de Bem-Estar estruturado, que funcionasse. Costumo dizer que o que temos é um Estado de “Mal-Estar Social”.

Trata-se de um modelo corporativo, patrimonialista. No que se refere à previdência, privilegia categorias específicas em detrimento da maioria. É fadado à insolvência, pelo descompasso entre o valor das contribuições e o valor dos benefícios. Orienta-se pelo tempo de serviço e não pelo limite de idade dos contribuintes. É, em suma, iníquo e inviável.

Daí o firme empenho de meu Governo em reformar o modelo vigente, com o apoio do Congresso e da sociedade civil. O trabalho já está sendo concluído. Estamos simplificando a estrutura da previdência, que estava dispersa em vários sistemas, públicos e privados, nos diversos níveis da federação. Os benefícios serão definidos em função das contribuições, assegurando a sustentabilidade financeira do novo modelo. Os privilégios serão extintos. Com os recursos liberados, teremos condições de melhor atender aos mais pobres.

Estamos dotando o Brasil, pela primeira vez em sua história, de uma Previdência Social equânime, eficiente e atuarialmente sustentável. Falta ainda avançar mais na previdência do setor público. A transformação do vício em virtude na gestão pública também requer uma aplicação racional, transparente, descentralizada dos recursos disponíveis.

É o que estamos fazendo na área de educação. Aqui as metas são igualmente ambiciosas, em todos os níveis. Até 2002 devemos eliminar o analfabetismo, assegurar o ensino fundamental a todas as crianças (já conseguimos colocar nas escolas mais de 96% delas), bem como matricular 10 milhões de jovens a mais no ensino médio e 2,7 milhões de alunos no ensino superior. No período de 1994 a 1999, o número de matrículas no ensino público fundamental aumentou mais de 15%. No mesmo período,

cresceram cerca de 70% as matrículas no ensino público médio, e cerca de 20% nas Universidades públicas.

Isto somente se revela factível pela concertação de esforços que temos promovido entre a União, Estados, Municípios e inúmeras instâncias da sociedade civil na formulação e implementação das políticas sociais. Boa parte dos programas é gerida pelas comunidades interessadas, o que facilita o controle social dos métodos e resultados.

Um bom exemplo são as várias experiências de “bolsa-escola”. Estas são iniciativas que buscam assegurar às famílias mais pobres uma renda mínima que lhes permita manter os filhos na escola. O programa do Governo Federal é administrado e controlado em nível local, com recursos repassados pela União. Esse esforço já permitiu afastar do trabalho degradante mais de 130 mil crianças, agora dedicadas ao estudo. Em nosso plano para o próximo quadriênio, o “Avança Brasil”, prevemos retirar todas as crianças deste tipo de trabalho. A gestão da saúde pública no Brasil também caminha no sentido de uma progressiva descentralização, para benefício das populações carentes. Todos os municípios estão sendo incentivados a organizarem seus próprios serviços de saúde, que se beneficiarão de recursos federais (do Piso de Atenção Básica). A expectativa é a de que a administração local identifique com mais precisão as necessidades do povo, aplicando melhor os recursos, reduzindo o desperdício.

Já é de forma descentralizada que se está implementando um dos principais programas sociais do Governo brasileiro: o Programa de Saúde da Família. Administrado pelos municípios, sob o controle próximo das comunidades envolvidas, o programa valoriza a medicina preventiva, reorientando a ênfase que se dava à medicina curativa. O Programa de Saúde da Família atende prioritariamente às áreas de baixa renda. Até 2002 oitenta milhões de pessoas receberão assistência ambulatorial. Os agentes comunitários de saúde passaram de cerca de 30 mil em 1994 para mais de 105 mil em 1999, e a meta é ampliar esse número para 150 mil até 2002.

Esse esforço tem-se refletido em resultados. A mortalidade infantil, que em 1992 era de 43 por mil reduziu-se para cerca de 40 por mil. Isso significa que, em seis anos, foram salvas as vidas de quase 170 mil crianças com menos de um ano. Esse avanço foi ainda mais sensível nos municípios mais pobres da região Nordeste.

A progressive governance passa por políticas de promoção da igualdade de gênero, segundo as exigências de cada situação nacional. A Constituição brasileira é clara em seu repúdio à discriminação por gênero. Cabe-nos o desafio de traduzir a igualdade formal em igualdade de fato, o que requer interpretar cum grano salis alguns indicadores.

No Brasil, o número de mulheres na escola é superior ao número de homens. Também é expressiva a taxa de crescimento da participação das mulheres na população economicamente ativa. Isto convive, contudo, com uma continuada concentração das mulheres em algumas profissões, supostamente “femininas” (magistério, assistência social, enfermagem), sem falar da diferença significativa de rendimentos entre os sexos. Cabe acrescentar que é discreta a porcentagem de mulheres em cargos de chefia.

É compromisso de meu Governo contribuir para alterar esse quadro. Queremos que a qualidade na formação de nossas mulheres seja traduzida em uma melhor inserção no mercado de trabalho. Determinei que se instituisse um Plano de Promoção da Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres na Função Pública. Permitirá que em breve se tenha um maior equilíbrio entre os sexos nas posições de comando da administração pública.

Estou certo de que a experiência servirá de exemplo para a iniciativa privada, ampliando lá também as oportunidades de ascensão profissional das mulheres.

Item 2 - Democracias no XXI Século: Valores, Direitos e Responsabilidades

Dimensão Internacional

Não são pequenas as tarefas da democracia no plano internacional. O fim da Guerra Fria abriu espaço para uma convergência de valores entre todos os países. Foi muito positiva essa evolução na valorização da própria democracia, na promoção dos direitos humanos, da proteção de minorias, do meio ambiente.

Mas a situação atual é ambígua. A universalização dos valores não se fez acompanhar da construção de um consenso sólido quanto aos mecanismos para a implementação desses valores. Como apontado recentemente pelo Secretário-Geral Kofi Annan, isso produziu, em várias situações, uma discrepância entre legitimidade e eficácia. A melhor solução para isso é o fortalecimento das Nações Unidas e a democratização de seus mecanismos. Não há alternativa ao multilateralismo. Fora dele, teríamos o risco permanente de uma deterioração da ordem internacional, no sentido do unilateralismo e da lei do mais forte.

As discussões sobre a segurança internacional, a questão da intervenção e o problema do uso da força ressaltam essas preocupações. Do ponto de vista da democracia, o uso da força só é admissível quando se faz em nome da coletividade, para a promoção do bem comum e segundo os procedimentos previstos na lei. Essa preocupação é igualmente válida no plano das relações entre os Estados.

É no contexto multilateral que a ação da comunidade internacional se faz conforme aos valores que desejamos para uma nova ordem internacional. Para isso, um Conselho de Segurança mais forte, mais eficaz, mais representativo é fundamental.

Democracia e direito andam sempre juntos. Onde falta um, faltará também o outro. A democratização das relações internacionais passa, portanto, pela valorização do direito internacional. Passa também pelo aperfeiçoamento das estruturas jurídicas. A criação de um Tribunal Penal Internacional é um bom exemplo. Na ausência de procedimentos

jurídicos claros, há o risco da seletividade e da politização nos esforços de realização dos objetivos comuns da comunidade internacional. A credibilidade desses objetivos exige normas claras e procedimentos consensuais.

Por fim, a dimensão internacional é necessariamente uma dimensão de pluralidade - e isso é, também, um elemento da democracia. É apropriado o uso, nos documentos deste encontro, da expressão “democracias” (no plural). Não há, nem pode haver, um modelo único que sirva a todos os países.

Cada situação nacional tem a sua história, as suas peculiaridades. Cada cultura tem a sua identidade própria. Um dos desafios de nosso tempo é construir uma síntese equilibrada entre essa diversidade de experiências nacionais e a universalidade de alguns valores fundamentais relativos aos direitos humanos, ao meio ambiente. A globalização, deste ângulo, pode desempenhar um papel civilizatório, assegurando direitos universais e, ao mesmo tempo, se bem correspondidas as dinâmicas nacionais, de ênfase na promoção das individualidades históricas e de reafirmação das diferenças culturais.

Dimensão Doméstica

A *progressive governance* exige a radicalização da democracia, o reforço da participação da sociedade na gestão da coisa pública. Os parâmetros de que se servia a social-democracia tornaram-se insuficientes. O Estado perdeu o monopólio do público. Os partidos carecem de representatividade. A sociedade de classes fragmenta-se a olhos vistos. Novos atores e categorias sociais entram em cena. Ganham projeção os direitos coletivos.

Precisamos de conceitos atualizados, de práticas inovadoras. Se esteve refém de vícios, de interesses localizados, o Estado deve tornar-se virtuoso, voltado para interesses gerais, sujeito ao controle social. Cabe ampliar o espaço público, expandir a concertação do Estado com a sociedade

civil.

Os partidos precisam apurar sua interlocução com a sociedade. Sobretudo diante da proliferação de novas identidades, muitas das quais sem canais de expressão no plano político. É hora de restaurar a coesão social, sob a ética da solidariedade. É característica dos novos tempos a parceria entre o Estado e o Terceiro Setor na gestão de serviços públicos. O fenômeno me parece salutar, devendo constar da agenda da *progressive governance*.

Por várias razões. A começar pela contribuição que presta ao saneamento do setor público. É um passo importante no sentido de habilitar o Estado a concentrar recursos em tarefas de maior impacto distributivo, de interesse imediato para os menos favorecidos. Aprimora-se a eficiência da máquina pública, com ganhos para a equidade.

A concertação do Estado com o Terceiro Setor também favorece a cidadania. Requer uma maior responsabilidade social por parte das comunidades locais, inclusive para o controle do desempenho da função pública. A experiência brasileira é significativa a este respeito. A sociedade tem respondido com interesse aos convites que meu Governo tem estendido para que participe de conselhos destinados a acompanhar a execução de serviços públicos, estatais e não-estatais, sobretudo nas áreas de saúde e educação. Ganham os usuários. Prospera a cidadania.

Para o aprofundamento da democracia, é fundamental que se supere a atual crise de representação. A questão não se resume ao aperfeiçoamento dos partidos, por mais que haja necessidade de um esforço nesse sentido. Sobretudo em países de tradição partidária menos sólida, como o Brasil. Constam da agenda pública brasileira medidas destinadas a aproximar os representantes dos eleitores, a elevar o nível de *accountability* da classe política, a reforçar a fidelidade partidária. No Brasil e em muitos outros países, o problema da representação, contudo, não se esgota no plano institucional. Tem a ver com mudanças na própria estrutura de nossas

sociedades. Elas são cada dia mais plurais, heterogêneas. Multiplicam-se os novos grupos ou categorias sociais.

Alguns se identificam pela filiação a ramos modernos da economia indústria do entretenimento, tecnologia da informação, finanças, propaganda. Outros se definem por critérios culturais, étnicos, religiosos. O certo é que nenhum deles parece se ver reconhecido pelos mecanismos tradicionais de representação, sejam os partidos classistas ou ideológicos, sejam os sindicatos setoriais e as associações de classe. É hora, portanto, de ampliar o espaço público, de criar condições para que esses novos grupos articulem posições, manifestem expectativas. Não podemos prolongar o distanciamento inquietante entre a nova sociedade e as instituições políticas.

Na feitura do novo espaço público, a mídia joga um papel decisivo. Em um primeiro momento percebe-se até uma invasão na privacidade dos homens públicos que, para garantir transparência além de “accountability”, pode chegar a exageros. Identifica-se, também, o registro sensacionalista de todos os fatos, inclusive a violência, a droga e o crime, que podem, no limite, levar à reprodução equivocada de modelos perversos de conduta. Mas sem a presença ativa da mídia independente, não haveria como essa “nova sociedade” ter força na reconstrução de instituições abertas e democráticas. Não proponho que se substitua a representação política (legitimada pelo voto) pela presença simbólica das novas vozes através da mídia. Mas sim uma interação crescente - e responsável - no espaço público entre as esferas organizadas e dispersas da sociedade, com a intermediação dos meios de comunicação de massa.

A mídia pode e deve desempenhar um papel de inspiração iluminista no enriquecimento do diálogo entre os vários atores e grupos sociais. Assim como uma nação não se resume ao mercado, a democracia não se resume ao Estado ou à representação e à participação pelo voto. É fundamental, em nosso tempo, resgatar a dimensão deliberativa, de diálogo,

que é inerente à cultura democrática. A “ágora” contemporânea, o espaço público entendido como instância de deliberação e entendimento, não poderia existir sem meios de comunicação livres e atuantes.

Nova Utopia

É comum a reivindicação por uma nova utopia, que cimente a coesão social, hoje esgarçada.

Por que não ater-nos à própria idéia de radicalização da democracia, que dispensa slogans prévios ou verdades totalizantes, que não é excludente, que aponta em direção a uma sociedade plural e solidária, que, em clima de liberdade, se atualiza a cada dia pelo seu próprio exercício? A democracia radicalizada não extingue os conflitos sociais. Pelo contrário. Convive e convive bem com o dissenso, já que privilegia a persuasão, a acomodação permanente e incansável dos interesses conflitantes, a deliberação, quanto mais ampla e livre melhor.

Daí a importância de ampliação do espaço público. Para incluir não apenas as novas categorias. Mas também, e sobretudo, os setores excluídos, que se vêem alijados dos conhecimentos hoje relevantes. Isto supõe ênfase na educação, uma educação afinada com as exigências do momento, que habilite a compreender e processar a informação pelos meios tecnológicos. Aí entra o Estado, o Estado virtuoso, concertado com a sociedade civil. É nesse contexto que a mídia pode trazer uma contribuição valiosa, ajudando a democratizar a informação, a promover o senso crítico.

É esta a utopia que proponho, uma utopia participativa, deliberativa, universal e atenta às diferenças. A utopia da democracia. Mas sem nunca esquecer as assimetrias da globalização e as desigualdades estruturais nas sociedades, sobretudo nos países emergentes. Participação ampliada, informação e políticas públicas, bem como ação concertada entre as nações, são condicionantes indispensáveis para que a sociedade do futuro possa ser bem governada e capaz de incorporar todos os indivíduos a um exercício genuinamente universal de cidadania.

IV Seminário de História Brasil-Argentina

*Palavras do Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa
na Sessão de Abertura do IV Seminário de História
Brasil-Argentina - Palácio Itamaraty, Rio de Janeiro,
22 de novembro 1999*

Diplomacia e História: Uma Aliança Estratégica para a Integração Brasil-Argentina.

Este é o quarto Seminário da série iniciada em Buenos Aires em 1997. Ao dar-lhes as boas vindas ao Rio de Janeiro, desejaria inicialmente assinalar a feliz circunstância de contarmos entre nós nesta sessão de abertura com a presença de dois dos fundadores deste exercício, que tem se revelado extremamente valioso: o Embaixador Andrés Cisneros, Vice-Chanceler da Argentina, e o Embaixador Marcos Azambuja, ex-Embaixador do Brasil em Buenos Aires, ora em Paris.

Estes encontros foram idealizados com três objetivos principais:

- propiciar o conhecimento e a interação entre historiadores brasileiros e argentinos;
- estimular uma reflexão comparativa sobre as experiências históricas brasileira e argentina;
- sugerir abordagens inovadoras sobre os reflexos e as influências que os dois países exerceram sobre “o outro”, procurando perceber, ao mesmo tempo, de que forma estes reflexos e estas influências se fizeram sentir na construção de identidades de um e outro.

Não nos move o objetivo de reescrever a História. Mas sim refletir conjuntamente sobre os ambientes em que a História foi escrita e, ao mesmo tempo sobre os ambientes em que a

História foi escrita, extrair conclusões sobre as percepções cruzadas que a influenciaram nos dois países, e estimular a identificação de novos temas para estudo e análise. A História, como ensinava Ortega y Gasset, é permanente inquietação e mutação; uma tentativa constante de situar a realidade que se deseja apreender e descrever num campo histórico inteligível. É também, diria eu, fundamental para atenuar uma das mais angustiantes ansiedades humanas: a indagação sobre o futuro.

Nossas Histórias respectivas são, sob uma perspectiva temporal, muito recentes. Foram escritas “ontem mesmo” sob os impulsos de exclusão e diferenciação que acompanharam os nossos processos de construção nacional. Histórias concebidas, idealizadas e expostas, portanto, com elevadas doses de nacionalismo. Nossas realidades são atualmente bastante distintas. Mudamos nós, mudou o mundo. Mas freqüentemente ainda raciocinamos sobre os problemas de hoje com os pensamentos de ontem. Parece existir uma vaga assimetria entre visões e realidades, cuja perpetuação conduz a impasses crescentes na relação bilateral. Nosso modo de operar a relação não é compatível com os objetivos que nos fixamos e com as expectativas que nós mesmos criamos.

Num magnífico estudo que li recentemente,

“Visão do Futuro”, Robert Heilbroner, ao examinar os tempos históricos na evolução da Humanidade, assinala que a principal característica do passado remoto era a aceitação das coisas como sempre haviam sido e como sempre seriam. Foi a partir da disseminação da ciência e da tecnologia e da consciência política que o homem passou a acreditar na possibilidade de mudar as coisas. Hoje, no tempo presente, fomos ainda mais adiante: a dimensão do futuro se incorporou à consciência humana e interage incessantemente com a realidade cotidiana. Menos, observa Heilbroner, nas regiões periféricas como a América Latina, onde ainda não conseguimos superar as condições materiais do passado remoto e o futuro permanece como mais ou menos sempre foi, sem que se possa perceber dinamismos capazes de produzir avanços auto-sustentados.

Para nós, o futuro é a integração. A integração é o único fator a esta altura da História capaz de nos fazer superar os modos de pensar e de agir próprios do passado remoto e gerar o dinamismo e os avanços auto-sustentados de que fala Heilbroner. Um futuro que, na realidade, interage com o presente e deve de certa forma ser capaz de condicioná-lo decisivamente. Por que nos preocuparíamos com um passado que não vivemos e com um futuro que não veremos? Porque de outra forma o presente não teria sentido; não mereceria ser vivido.

A integração tornou-se para o Brasil e para a Argentina o meio mais eficaz de entender o passado e orientar o futuro: nossa opção decerto mais inteligente para lograr uma inserção adequada neste mundo da globalização, em que todos os países se tornaram fronteiros; o instrumento mais capaz de gerar riqueza e emprego; a única maneira ao nosso alcance de virar uma partida que até agora sempre terminamos perdendo. Volto a Ortega. Dizia o grande filósofo que a História sempre fala de nós. É fundamental, portanto, que alguém saiba contá-la a nós e que nós saibamos escutá-la. Muitas vezes, porém, não sabemos o que nos passa. E isto é o que nos passa – dizia Ortega, referindo-se aos espanhóis do seu tempo – não saber o que nos passa!

Saio de Ortega, deixo os espanhóis que hoje parecem saber finalmente o que lhes passa, e volto ao nosso Cone Sul da América onde continuamos a não saber exatamente como são as coisas, de onde vieram e para onde vão. Volto para o nosso pedaço da América, aquela América que Fernand Braudel, no seu “Gramática das Civilizações”, diferenciando-a da “América por excelência”, a que deu certo, descreve como múltipla, dramática, despedaçada, em luta constante consigo mesma, permanentemente coberta de sombras, de sentimentos de insegurança, instabilidade e incerteza e de economias desequilibradas e incoerentes.

Palavras duras as de Braudel. Mas muito verdadeiras. Refletem um mundo que nos atormenta, do qual parece impossível sair. Mas há uma saída e ela está ao nosso alcance: a porta grande da integração. Não podemos mais continuar com o que – volto ainda uma vez a ele! – Ortega, descrevendo a Espanha da decadência, chamava de “aldeanismo”. Na aldeia, dizia, o “aldeanismo” é todo graça e perfeição; fora da aldeia, porém, transforma-se num número de circo.

Daí a obsessão com que devemos perseguir a integração através da consolidação e do aprofundamento do MERCOSUL. Para que deixemos finalmente de repetir o número de circo que há tanto tempo vimos praticando. O MERCOSUL é a nossa utopia. A utopia que explica nosso passado e antecipa o nosso futuro. O ideal que dá sentido, portanto, ao nosso presente e que deve ser perseguido obsessivamente por maiores que sejam os sofrimentos, as decepções e os revezes que surjam pelo caminho.

A esta altura, os Senhores me perguntarão: E os Historiadores com isso? Que temos a ver com os devaneios dos diplomatas? E eu respondo: desde o princípio, a concepção e a montagem destes Seminários partiram de uma espécie de “aliança estratégica” entre a diplomacia e a História. A diplomacia, é bom que se enfatize, é a política pública que mais se alimenta da História: tanto da História

do “eu”, quanto da História do “outro”.

É, portanto, perfeitamente legítima a nossa expectativa e perfeitamente legítimo o desafio que queremos colocar diante dos participantes deste Seminário: elucidar as raízes históricas do Mercosul, ou seja, do processo de aproximação e cooperação que nos dias atuais singulariza o relacionamento entre o Brasil e a Argentina.

Para tanto, devemos:

- recuperar a história perdida (o que relativiza – mas não invalida o sentido fundacional do Mercosul)

- rever a história contada (o que obriga voltar aos textos históricos, escolares e às percepções encontradas em nossas memórias)

- projetar a história comum (o que levará à elaboração de uma identidade comum sem que se perca a dimensão de nossas especificidades)

Num processo de integração (e no nosso em particular) as percepções tornam-se tão importantes quanto as realidades. Sabemos o quanto estas percepções são alimentadas pela História. Torna-se, portanto, imperioso trabalhar com a História para avançar e aprofundar nosso processo de cooperação e a formação de um espaço econômico comum com a Argentina e outros parceiros da América do Sul.

Do ponto de vista institucional logramos uma parceria interessante e produtiva. Do lado brasileiro, a Fundação Alexandre de Gusmão do Ministério das Relações Exteriores, FUNAG, (num primeiro momento, o parceiro havia sido o Instituto Rio Branco) vem trabalhando com a colaboração de instituições acadêmicas no País (da última vez, a Universidade de São Paulo e desta a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro). Do lado argentino, o Ministério das Relações Exteriores e o Centro de Estudios Unión para la Nueva Mayoría vêm prestando apoio decisivo. Como elemento de ligação entre ambos os lados, a Fundação Centro de Estudos Brasileiros da Embaixada em Buenos Aires, FUNCEB, assumiu a responsabilidade executiva do empreendimento. Poderemos

brevemente ampliar a divulgação deste esforço com a publicação de um volume que reunirá os resultados dos seminários já realizados.

O encontro que hoje se inicia estará dedicado à reflexão sobre os anos 30. Sabemos que, tanto no caso do Brasil como da Argentina, a importância desta década extrapola o marco cronológico, havendo criado paradigmas de interação que, sob uma ou outra forma, permanecem presentes nos dias de hoje. Uma década plena de importância política, econômica e riquíssima no campo das relações internacionais. Um período extremamente rico também no âmbito das idéias e da ideologia. Foi um momento de transformações sociais influenciadas por novas ondas imigratórias. Do ponto de vista da relação bilateral, foi período de grande intensidade: visitas presidenciais, irradiação de vinculações no âmbito latino-americano, presença de uma agenda interamericana que culmina no impacto da Segunda Guerra sobre nossas políticas externas. Um período, em suma, de extraordinária riqueza factual e de amplas possibilidades analíticas. Um belo desafio para este grupo de eminentes especialistas argentinos e brasileiros.

Seria de todo desejável que o conhecimento e a análise da História nos ajudasse a evitar que a integração, ou melhor, que o Mercosul, acabe engolido pelo trágico ciclo que Claude Levy Strauss observou nas cidades tropicais: o de passar diretamente do frescor à decrepitude sem atingir jamais a maturidade. Nada é mais importante a esta altura do que evitar que o que começou muito bem e tem tudo para seguir muito bem, termine mal. Unidos pela “aliança estratégica” que hoje nos sugere ainda mais a histórica sede do Itamaraty em que nos encontramos, diplomatas e historiadores temos uma contribuição importante a dar para que finalmente os nossos países sejam capazes de escrever as suas Histórias com as suas próprias mãos.

Muito obrigado e bom trabalho.

III Sessão da Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio

Discurso do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, durante a III Sessão da Conferência Ministerial da OMC - Seattle, 30 de novembro de 1999

Entre 1993 e 1994, depois de sete anos de trabalho árduo, muitos de nós envolvidos nas negociações que levaram à criação da Organização Mundial do Comércio não podiam, a despeito do sentimento de realização, evitar certa ambiguidade frente aos resultados obtidos.

Havia então, como há agora, a convicção de que o sistema multilateral de comércio beneficiava de maneira apenas limitada os países em desenvolvimento. Decorridos seis anos, esse fato parece ignorado pelos muitos setores dos países desenvolvidos mobilizados em torno dessa Conferência, em defesa de velhos e novos mecanismos protecionistas, voltados majoritariamente contra exportações de economias em desenvolvimento.

Seu discurso, incansavelmente repetido, pode levar a crer que as exportações dos países em desenvolvimento representam grave ameaça ao bem-estar econômico e social das nações mais ricas, a despeito de abarcarem menos de um terço das exportações globais e de serem constituídas principalmente de matérias-primas. Visões distorcidas, como a vaticinada – mas nunca concretizada – migração de empregos para os países em desenvolvimento seriam simplesmente patéticas, não fosse seu impacto na cena política dos países desenvolvidos, como podemos ver aqui

em Seattle. Nações em desenvolvimento são absurdamente acusadas, por novos e velhos protecionistas, de auferir vantagens pelo dúbio privilégio de serem pobres. Recorrendo a imagens apelativas, como a de “dumping social”, esses grupos pretendem distorcer ainda mais o sistema multilateral de comércio – o que levaria, em última instância, ao virtual alijamento dos interesses dos países em desenvolvimento.

É preciso evitar tais falácias, resistir às perspectivas míopes que elas representam. De minha parte, estou convicto de que assim será. Afinal, o movimento que se espera de nós é justamente na direção oposta. Completar o trabalho que fez da OMC uma aposta bem-sucedida e remover os desequilíbrios que tornam esse êxito ainda parcial para muitos de nós. Permitam-me citar aquele que, mais do que qualquer outro, ajudou a criar a OMC, Peter Sutherland:

“Os perigos de comprometer a credibilidade da OMC, sua autoridade e previsibilidade, sua eficácia, são bastante reais. O mundo tem muito a perder se a OMC não puder funcionar como deveria” (PETER SUTHERLAND)

O Brasil foi dos primeiros países a apoiar uma nova rodada de negociações multilaterais de comércio. Uma nova rodada é necessária para

enfrentar as tarefas inacabadas da Rodada Uruguai e para reequilibrar um sistema de comércio ainda distorcido em certos setores. Uma nova rodada é necessária para assegurar que os países em desenvolvimento serão plenamente integrados à OMC, compartilhando direitos e benefícios, compromissos e obrigações.

O Brasil acredita que a maior responsabilidade dessa Conferência, e o cerne de seu mandato, é o tratamento das distorções mais sérias que ainda afetam o comércio internacional. Especialmente o comércio de bens agrícolas. Não é mais aceitável que certos países – justamente alguns dos mais ricos do mundo – sejam autorizados a bloquear o acesso a seus mercados agrícolas internos, ao mesmo tempo em que demandam abertura ainda maior para produtos nos quais podem competir sem risco.

É ainda mais inaceitável que se permita a esses mesmos países subsidiar, com dezenas de bilhões de dólares, suas próprias exportações agrícolas para terceiros mercados, deslocando de maneira injusta exportadores de outros países. Na agricultura, as tarifas aplicadas pela maioria dos países ricos são quatro vezes maiores do que aquelas aplicadas a produtos manufaturados por países em desenvolvimento.

Subsídios à exportação são proibidos para bens manufaturados, mas amplamente permitidos para habilitar países desenvolvidos a vender produtos agrícolas e impedir, a qualquer preço, a competição justa. Além disso, em contraste com a regra aplicável ao comércio de manufaturados, não há limite para a concessão de créditos à exportação de produtos agrícolas, o que torna virtualmente impossível competir com os beneficiários do apoio generoso dos fundos governamentais de países ricos. O nome desse jogo é discriminação. Uma discriminação intolerável entre distintos tipos de bens. Entre bens nos quais os países ricos são competitivos e aqueles em que não o são. Entre países que têm e que não têm recursos para conceder subsídios. O comércio agrícola, tal como hoje praticado, é o único exemplo efetivo de

tratamento especial e diferenciado na OMC. Beneficia, infelizmente, apenas aqueles que não necessitariam privilégios.

O Brasil quer, para os produtos que exporta, os mesmos níveis de acesso a mercado e as mesmas disciplinas que os países desenvolvidos se habituaram a esperar em suas exportações para nosso mercado. Distintos setores devem não apenas estar sujeitos às mesmas regras e disciplinas; devem, também, oferecer as mesmas oportunidades de recurso ao sistema de solução de controvérsias da OMC. A construção de um sistema efetivo, justo e acessível depende da revisão daquelas limitações que, inseridas em alguns dos acordos, afetam severamente a utilidade do mecanismo de solução de controvérsias – em anti-dumping, por exemplo.

Um breve exame dessa matéria é suficiente para nos lembrar de como um instrumento originalmente concebido para estimular o comércio justo pode ser capturado por interesses específicos, tornando-se nada menos do que uma forma de protecionismo legalizado. Depois de cinco anos de implementação, alguns dos acordos concluídos em Marraqueche pedem uma revisão profunda e, provavelmente, emendas.

O protecionismo está em alta nos países desenvolvidos. A todo momento, preocupações legítimas e a boa fé das pessoas são usados como disfarces. Padrões ambientais e trabalhistas – objeto de regras específicas e razão de ser de agências especializadas criadas pela comunidade internacional – são dois novos exemplos de temas importados para a agenda internacional do comércio, de uma forma que deixa ampla margem para suspeitas. Não estamos convencidos da necessidade de alterar os acordos da OMC para tratar dessas questões.

O Brasil vem passando por um profundo processo de transformação desde o fim da Rodada Uruguai. Nos últimos seis anos, o país avançou rapidamente rumo a uma maior integração na economia mundial. Dois dados são suficientes para prová-lo: nossas importações expandiram-se

consideravelmente, de 25 bilhões de dólares em 1993 para 57 bilhões no último ano; a entrada anual de investimento direto no país aumentou de 700 milhões de dólares, em 1993, para 26 bilhões em 1998 e mais de 30 bilhões nos últimos doze meses.

Entre as economias emergentes, o Brasil é um dos maiores beneficiários da chamada globalização. No entanto, também sofremos as conseqüências de um dos seus grandes males: a altíssima volatilidade dos fluxos de capital e o “comportamento de manada” dos mercados financeiros, que, segundo a teoria econômica, deveriam agir de maneira perfeitamente racional.

Fosse o sistema de comércio internacional menos desequilibrado, o Brasil talvez tivesse maiores defesas contra o contágio por crises em outras regiões. Afinal, parte do ceticismo do mercado financeiro à época das últimas turbulências pode ser atribuído à falta de confiança na capacidade brasileira de aumentar suas exportações, diante do recrudescimento do protecionismo em alguns de nossos maiores mercados.

Em nenhum momento, no entanto, voltamos atrás nos compromissos que assumimos na OMC. Ao contrário, avançamos na liberalização comercial, na desregulamentação e nas privatizações – porque acreditamos ser esse o melhor interesse do Brasil. Se o nome do jogo é comércio livre e justo – e a maioria de nós acredita que assim deve ser – ainda há muito a fazer para aperfeiçoar suas regras.

O mundo real não oferece igualdade de condições para todos. Como um mínimo, entretanto, devemos estar submetidos a regras de aplicação geral, regras que não são escritas apenas para proteger os fortes de suas fraquezas e impedir que os fracos se aproveitem de suas vantagens.

Esta é a nossa tarefa, agora e nos anos que virão.

Seminário “União Européia e Brasil: Realidades e Expectativas de uma Relação Transatlântica”

Palestra do Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe de Seixas Corrêa, no Seminário “União Européia e Brasil: Realidades e Expectativas de uma Relação Transatlântica”, organizado pela Fundação Euroamérica - São Paulo, FIESP, 1 de dezembro de 1999

Tema do Painel:

“Nacionalismos, Transnacionalismos e Globalização na Europa e na América” (2 de dezembro de 1999 - 14:45h)

Um dos objetivos centrais do estudo das relações internacionais é a identificação dos princípios reguladores da interação entre os Estados que integram o sistema internacional. A maioria dos analistas descreve a ordem internacional como oscilante entre duas concepções: uma de tipo descentralizada, fundada na preeminência da soberania e outra, mais tendente à homogeneização, baseada no progressivo primado das organizações internacionais e na construção de ordenamentos jurídicos. A primeira se nutre de impulsos predominantemente nacionalistas. A segunda, de impulsos inter e transnacionalistas.

A coexistência dessas duas tendências se verifica desde que a Paz de Westfalia estabeleceu, em 1648, o contexto jurídico internacional de Estados soberanos que, de uma forma ou de outra, prevalece até os dias de hoje. Muitos conceitos têm sido, por sua vez, utilizados para analisar o funcionamento do sistema internacional, ora sob a ótica do realismo, da “real-politik” baseada na soberania, ora sob perspectivas de tipo idealista. Balanço de poder,

ordem internacional, supra-nacionalidade, governança mundial, equilíbrio estratégico, coexistência pacífica, interdependência, são apenas alguns dos termos que, num momento ou em outro, predominaram nas análises dos acadêmicos e nos discursos dos diplomatas.

De uns anos para cá, o termo mais comumente empregado é “globalização”. Dependendo do ponto de vista, a análise é benevolente, negativa ou simplesmente fatalista. Benevolente para os que enxergam na derrubada das barreiras à livre interação entre as sociedades nacionais o fim de todos os males normalmente associados ao Estado e ao exercício unilateral da soberania; negativa para os que vêem na globalização o novo manto de cordeiro sob o qual os lobos desenvolvidos continuam a se apropriar indevidamente dos frutos da riqueza e do trabalho dos países pobres; e fatalista para os que se limitam a assinalar a inevitabilidade de um fenômeno peremptório, sobre o qual nem valeria a pena emitir juízos de valor.

Como costuma ocorrer neste tipo de situação, todos estão certos e todos estão errados. Dependendo do nível de análise e, sobretudo, da posição em que se coloca o analista na equação de poder internacional, a globalização pode ser

justificadamente descrita sob diferentes e mesmo contraditórios matizes.

Na verdade, o conceito de globalização tem sido utilizado imprecisamente para descrever diferentes aspectos e tendências da realidade contemporânea. Sintetiza o dinamismo, as múltiplas dimensões e as implicações políticas, econômicas, sociais e culturais de uma realidade ainda não sedimentada em que a distinção entre riscos e oportunidades se revela frequentemente muito tênue e sob a qual a separação entre condicionantes internos e externos torna-se cada vez mais difícil de delimitar. A aceleração da inovação tecnológica encurtou o espaço, acelerou o tempo e diluiu a importância das fronteiras. Ou, posto de outra forma, todos os países se tornaram fronteiricos.

A globalização é essencialmente ambivalente. Por um lado, intensificou os processos de integração regional e inter-regionais, bem como os fluxos transnacionais e as negociações visando a liberalização do comércio internacional. Por outro, permitiu o crescimento do protecionismo comercial nos países ricos e a elevação das barreiras tarifárias e não-tarifárias, obstaculizando a penetração nesses mercados de produtos provenientes dos países em desenvolvimento.

A exclusão social e o desemprego, de um lado, o terrorismo, o crime organizado e o narcotráfico, de outro, compõem, junto a outros fenômenos contemporâneos, a face mais perversa da globalização. Ampliou-se a convergência em torno de valores fundamentais como a democracia e os direitos humanos, mas não se construíram os consensos e os mecanismos capazes de viabilizar a sua implementação universal. Em outras palavras, a globalização não tem deixado de trazer em seu bojo a contrapartida da fragmentação.

O Brasil é particularmente sensível a essas transformações na ordem internacional. Embora, como toda grande massa territorial, o Brasil seja ainda um país introspectivo, mais e mais a sociedade brasileira se abre ao exterior e se depara com as dificuldades de atuar num mundo em que se

reproduzem em escala planetária as mesmas assimetrias com que tem que lidar internamente. De fato é notável como as assimetrias e desequilíbrios internacionais encontram correspondência na profunda desigualdade social, regional e interna. Como se operasse em tempos e ritmos ambivalentes, o país convive simultaneamente com os benefícios da alta tecnologia e com formas de produção rudimentares de baixa produtividade e rendimento.

O grande desafio brasileiro contemporâneo no plano externo, portanto, é o de operar a sua inserção no mundo de forma equilibrada, ou seja, assegurando compatibilidade entre a preponderância de valores transnacionais e as demandas de uma perspectiva soberana que harmonize as diferentes dimensões prevalentes na própria realidade brasileira. Há evidentemente muitas dificuldades internas e externas para que se alcance esse objetivo. Na medida em que continua baseado em fatores de poder, o transnacionalismo é, por definição, seletivo e gera efeitos assimétricos.

Como consequência da globalização e do predomínio do transnacionalismo, houve um enfraquecimento dos projetos de desenvolvimento nacional de caráter autárquico, justamente os mesmos projetos que, no passado, deram origem ao desenvolvimento dos países que hoje controlam o sistema internacional. Crescem, por outro lado, a competição por investimentos externos. Nos países em desenvolvimento a atividade econômica passou a se vincular às cadeias transnacionais de produção.

Entre a euforia, o pessimismo e o fatalismo, o Brasil, diante da globalização, tem optado pelo pragmatismo. Justamente por abrigarmos em nosso sistema interno as mesmas assimetrias que caracterizam o sistema internacional, temos procurado orientar as nossas políticas públicas e a nossa atuação internacional por um objetivo que se poderia definir como a construção progressiva de espaços de integração.

No plano interno, esta política de integração se manifesta na modernização das estruturas do país e na busca de conciliar o

crescimento com estabilidade e com sustentabilidade. No plano externo, de um lado, pela combinação de elementos defensivos, ou seja, a negociação de mecanismos que nos protejam da volatilidade dos fluxos de capital e da flagrante injustiça das regras do comércio internacional e, de outro, de elementos proativos, sobretudo, a promoção da integração de nosso espaço regional através do Mercosul e da negociação de relações equilibradas com os grandes centros de poder extra-regionais.

Não lutamos contra o que possa ser inevitável, mas tampouco nos contentamos em esperar que a racionalidade e a equidade venham um dia a prevalecer num contexto de flagrantes assimetrias de poder. Pragmaticamente, como é do nosso estilo, buscamos aproveitar as janelas de oportunidades existentes para promover a inserção competitiva do Brasil no mundo segundo o que entendemos serem as legítimas aspirações de nossa sociedade. Sem emocionalismos, mas com muita determinação. Com base numa avaliação tanto quanto possível realista do que devemos tentar transformar e do que está ao nosso alcance procurar mudar. Temos buscado praticar o que se convencionou chamar de um “regionalismo aberto” de caráter cooperativo, capaz de moderar os excessos da globalização e da fragmentação.

Diferentemente do tempo histórico em que se formaram as grandes potências de hoje, a abertura ao exterior nos obriga a enfrentar os desafios da modernização num contexto internacional extremamente competitivo. Não podemos deixar de agir, porém, com a consciência de que uma nação não é apenas um mercado e que as oportunidades e potencialidades de realização humana requerem políticas sociais que dificilmente podem emanar de um Estado debilitado.

Para isso precisamos de cooperação internacional. Para isso precisamos, além de aprofundar o nosso processo regional de integração, reforçar as nossas parcerias com os grandes centros mundiais de poder e de riqueza, nos quais se inscreve a União Européia. Em junho

passado, O Brasil sediou a primeira Cúpula entre Chefes de Estado e de Governo da América Latina e Caribe e da União Européia. Tratou-se de uma ocasião de grande caráter simbólico que reafirmou os propósitos de aproximação entre as duas regiões. Um dos principais frutos dessa reunião foi o lançamento de negociações comerciais entre o Mercosul e a União Européia.

Em Bruxelas, há poucos dias, deu-se início formal às negociações entre os dois blocos. Logrou-se definir um cronograma e uma metodologia de negociação. Em março de 2000, já com o calendário definido, representantes do Mercosul e da União Européia se encontrarão em Buenos Aires com vistas a iniciar o processo que deve conduzir a uma área de livre comércio entre os dois mecanismos. Será necessário para tanto superar o protecionismo que ainda vige na União Européia no que diz respeito ao setor agrícola e que tanto prejuízo acarreta aos países do Mercosul em termos de acesso ao mercado europeu e de competição em terceiros mercados.

É importante – e não perco a oportunidade de assinalar isso em toda a oportunidade que se me apresenta – que a União Européia tenha presente a importância política e estratégica dessa negociação. A aproximação Mercosul-UE deve ser acima de tudo vista como uma iniciativa política que transcende o plano meramente comercial. Deve ser encarada como vital para assegurar a manutenção da forte presença europeia na América Latina, fortalecendo, portanto, a multipolaridade e o equilíbrio estratégico no plano internacional.

Não menosprezamos as dificuldades pela frente. Mas confiamos nos fatores de convergência que nos aproximam: a natureza aberta dos dois processos de integração; o compromisso de ambos os processos com as normas multilaterais de comércio; o grau já bastante elevado do intercâmbio comercial entre as duas regiões; a presença de vultosos investimentos europeus nos países do Mercosul e a perspectiva de ampliação desses investimentos; os laços históricos, étnicos e culturais entre a UE e o Mercosul e a coincidência de valores

básicos de suas sociedades, proporcionando base sólida a qualquer iniciativa política ou econômica de aproximação.

É preciso, porém, ter presente as assimetrias ora existentes no plano comercial. O intercâmbio comercial entre o Brasil e a União Européia desenvolveu-se de modo extraordinariamente desequilibrado no decênio 1988-1997. Nesses dez anos, nossas importações cresceram 355%, mas as exportações apenas 28%. Entre 1995-98, o Brasil acumulou déficit de cerca de US\$ 6 bilhões nas trocas com a União Européia.

O Brasil tem sofrido os efeitos negativos das práticas comerciais protecionistas da União Européia, tais como altos níveis tarifários e/ou quotas tarifárias para produtos em que somos competitivos ou o uso de alegadas preocupações de caráter sanitário, fitossanitário e ambiental para barrar a entrada de produtos estrangeiros em seus mercados. Somam-se a essas práticas as imensas perdas para o nosso setor primário provocadas pela Política Agrícola Comunitária, que subsidia pesadamente os produtores europeus e suas exportações para terceiros mercados.

O Brasil, por sua vez, tem interesse estratégico em manter um mínimo de paralelismo nas negociações sobre liberalização comercial na ALCA e com a União Européia. Não desejamos vincular-nos de forma preferencial a um único bloco comercial. A manutenção do padrão histórico de equilíbrio relativo que se observa na repartição geográfica de nossos fluxos de comércio internacional é uma prioridade para o governo brasileiro. Esse padrão contribui para a manutenção da autonomia de nossa política externa para que o Brasil disponha de maior espaço nas negociações econômicas internacionais. Essa é, em linhas muito gerais, a estratégia que o Brasil vem procurando seguir para enfrentar os riscos e aproveitar as oportunidades da globalização e para promover o que o Presidente Fernando Henrique Cardoso costuma denominar de uma "globalização mais simétrica".

Não foi outro decerto o sentido da participação do Presidente na recente reunião de Florença sobre "progressive governance". Naquele foro privilegiado, que o juntou aos líderes dos EUA, França, Inglaterra, Itália e Alemanha, o Presidente sustentou a necessidade de assegurar a necessidade à adequada relação entre a lógica do mercado internacional e as necessidades sociais internas de cada país, ou seja, a condução de políticas que, sem prejuízo da responsabilidade fiscal e da coerência macro-econômica, respondam às questões fundamentais do bem-estar, do emprego e do desenvolvimento social e da inclusão de segmentos que ainda estejam à margem da sociedade organizada.

Aí está o desafio a que país algum hoje pode faltar e que país algum hoje pode pretender enfrentar sozinho. Daí a insistência em que o Brasil procure promover a sua inserção no mundo de forma pragmática, associativa e integradora. Daí a prioridade que atribuímos ao Mercosul e ao nosso relacionamento com a UE e à construção de uma ALCA, como patamares sucessivos através dos quais tentamos modular em circuitos menores o processo de globalização.

Se alguma coisa sabemos após estes anos de convivência com a globalização é que ela por si só, com todas as suas ambigüidades e ambivalências, não resolve os nossos problemas. Sabemos, porém, que sem ela não poderemos nem pensar em começar a resolvê-los.

Cerimônia Comemorativa dos 40 Anos do Banco Interamericano de Desenvolvimento

Discurso do Senhor Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Sessão de Abertura da Cerimônia Comemorativa dos 40 Anos do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID Petrópolis - RJ, 04 de dezembro de 1999

Senhores presidentes,
Companheiros de Mesa,
Senhoras e senhores,

Permitam-me iniciar com um toque pessoal. Para mim, e uma grande satisfação participar desta celebração dos 40 anos do BID, aqui, em Petrópolis.

Em minha vida de pesquisador e de homem público, tive ligações estreitas com esta que é a maior e mais antiga instituição multilateral do desenvolvimento regional. Pude compartilhar muitas experiências de trabalho e reflexão com seu corpo de diretores e funcionários. E acompanho sua obra desde o início.

Há quarenta anos, o mundo era bem diferente. Para quem viveu aquela época, e impossível não recordar a forma peculiar como então se misturavam as questões econômicas e políticas. Viviam-se, nos anos 50, a realidade da Guerra Fria. As obsessões ideológicas contaminavam a agenda internacional, inclusive a questão do desenvolvimento.

Isso criava obstáculos a percepção de interesses compartilhados. Com frequência, a politização dos temas obscurecia a legitimidade das demandas sociais. Talvez a distorção suprema fosse a que transformava fins em meios. E mesmo um objetivo tão incontroverso como o do

desenvolvimento parecia exigir legitimação alheia aos seus próprios méritos. Alguns pensavam: vamos promover o desenvolvimento, não tanto porque ele é necessário, mas porque será a muralha contra o inimigo externo!

Mas havia espaço também para novas idéias. A CEPAL abriu uma “clareira” do pensamento propriamente latino-americano, e essa “clareira” geraria frutos. Discutiam-se projetos de desenvolvimento elaborados em uma ótica nacional. E onde há espaço de pensamento há espaço para a iniciativa política. Daí reunião do Quitandinha, em 1954. Ela representou um marco na longa jornada pela criação do BID. Fortaleceu a convicção de que era necessário ampliar o acesso a fontes internacionais de recursos.

E Juscelino Kubitschek foi um dos que souberam detectar possibilidades. E, nessa altura, quero fazer referência a uma pessoa que está aqui e que é, talvez, de todos nós, o único que esteve presente na fundação do BID aqui, em Quitandinha, o senador Roberto Campos, a quem também rendo minhas homenagens, por ter ajudado a ter essa visão, na época. Em 1958, Kubitschek propôs as nações do hemisfério um esforço de cooperação para o desenvolvimento da América Latina e do Caribe. Em uma conjuntura de suspeitas e confrontação, sua

proposta ampliava horizontes.

Pouco depois, um comitê da Organização dos Estados Americanos apresentou a versão inicial daqueles que seriam os artigos do acordo do estabelecimento do BID. Assim nasceu e cresceu o BID, navegando as águas intranquílias da Guerra Fria, mas orientado por um princípio genuíno de solidariedade continental.

A solidariedade é o que ainda hoje nos une. Disse que era muito diferente o mundo dos anos 50. Mas não era diferente o anseio dos povos da América Latina e do Caribe pelo desenvolvimento, pela erradicação da pobreza, pela conquista de maior justiça social e de níveis mais adequados de bem-estar e de prosperidade. É claro que a forma como hoje encaramos esses desafios é outra.

A democracia é hoje uma realidade irreversível, e isso se reflete na própria definição do desenvolvimento. Afirma como critério maior da ação pública a atenção à justiça social, aos direitos humanos, a proteção de minorias, e a preservação do meio ambiente. Outra realidade irreversível é a nova economia global, onde o conhecimento e a informação tornam-se mais importantes do que a dotação de recursos naturais e onde as inovações técnicas transformam radicalmente a forma de enxergar os fatores de produção tradicionais. Tornou-se um imperativo do desenvolvimento colocar as pessoas, o ser humano, no centro das preocupações. Quanto mais se afirma a democracia, mais o desenvolvimento deverá ser desenvolvimento humano.

Quanto mais se aprofunda a importância do conhecimento e da informação, mais decisivo é o papel do trabalhador qualificado e, portanto, de questões como a educação e saúde. Em seu momento, a mecanização da produção gerou medos e mitos de desumanização do trabalho. Ninguém esquece as imagens de Chaplin em "Tempos Modernos".

A nova economia, com ênfase ainda maior na técnica, na eficiência da produção, na competitividade, traz promessas de prosperidade, mas traz igualmente novas preocupações. Uma

delas é o desemprego e o potencial de exclusão. Temos, portanto, um novo desafio. O de tirar o máximo proveito das oportunidades abertas pela ciência e pela tecnologia, sem perder a bússola da solidariedade. Desafios novos não podem ser enfrentados com fórmulas antigas.

Nos anos 50, quando se falava em desenvolvimento, os símbolos eram a indústria pesada, a infra-estrutura econômica, as grandes obras. Tudo isso ainda é importante, e muito. Mas nos dias de hoje a criança na escola, com condições de acesso a um ensino de qualidade, talvez seja um símbolo mais apropriado do desenvolvimento.

As tarefas do Estado são hoje distintas. Já não são as de um Estado-empresário, onipotente, que escolhe arbitrariamente vencedores e vencidos. São as de um Estado que deve garantir as condições para o crescimento econômico, para a geração de emprego, para a universalização do acesso à educação e à saúde e para a integração regional.

Sabemos que a estabilidade da moeda e a responsabilidade fiscal são componentes indispensáveis de um processo de desenvolvimento. E, nesta matéria, não podemos ser auto-indulgentes. Sabemos, sim, que essa é a parte que nos toca, a nós, responsáveis pelos nossos países e a nós todos que somos responsáveis e respondemos pela economia e pela sociedade doméstica, a parte que nos toca, de responsabilidade não pode ser negligenciada. Mas sabemos, também, que essa estabilidade da moeda e essa responsabilidade fiscal não são suficientes.

Sabemos que o mercado tem um papel essencial a cumprir na geração de riqueza, de inovação, mas não da resposta a todas as perguntas. O próprio estabelecimento do BID inspirou-se, de certa forma, nessa preocupação. Sabia-se que certos setores da economia não se desenvolveriam a contento se deixados ao mero jogo da iniciativa privada.

Era necessário o apoio da autoridade pública, que, em muitos casos, não dispunha dos recursos necessários. Ao longo dessas quatro

décadas, o Banco soube acompanhar as transformações do cenário internacional e dos modelos de desenvolvimento. Hoje, fatos novos obrigam-nos a um esforço renovado de reflexão. A globalização dos fluxos de capital e a instabilidade dos mercados financeiros colocam os países da região diante da tarefa de repensar o sistema financeiro internacional, bem como o papel das instituições multilaterais, inclusive do BID.

Para nos, é fundamental a contribuição que o Banco pode trazer para as discussões sobre uma nova arquitetura financeira mundial, para utilizar a expressão do presidente Clinton. Poucas instituições conhecem tão profundamente o potencial e os problemas de nossos países como o BID. Por isso mesmo, ele soube entender a importância da integração regional.

Não podemos hoje imaginar o crescimento econômico sustentado sem a perspectiva de fortalecimento dos diversos esquemas que deram realidade a palavra “integração”. Basta ver os avanços do Mercosul, da Comunidade Andina, do Mercado Comum Centro-Americano, do CARICOM, do NAFTA. O próprio fato de que hoje se possa pensar em uma Área de Livre Comércio das Américas da uma boa medida de até que ponto a integração se tornou inseparável do desenvolvimento.

Esta semana, o mundo inteiro voltou-se para as discussões em Seattle. Não houve quem não se preocupasse com as conseqüências das negociações comerciais, que tem impacto direto sobre a vida cotidiana das pessoas, sobre o seu emprego, sobre a possibilidade de participarem do dinamismo da economia global.

O Brasil fez ouvir a sua voz. Deixou claro que o sistema multilateral de comércio precisa escolher entre duas alternativas: um regime de discriminação que protege os ricos e penaliza os pobres, ou um caminho de construção de regras efetivamente universais que permitam também aos países menos desenvolvidos o acesso a mercados em condições justas.

Não foram tão claros os desafios que as

relações econômicas internacionais impõem a nossa região. Nunca foram tão claros. Uma coisa é certa: quanto mais formos capazes de trabalhar juntos para fortalecer nossos vínculos - no plano do comércio, das finanças, da ciência e tecnologia - mais estaremos aptos a fazer frente aqueles desafios. E é o que estamos fazendo.

Estamos indo muito além da mera redução de tarifas ou da eliminação de barreiras ao comércio. Na América do Sul, por exemplo, redesenhamos a geografia econômica. Estamos criando novos eixos de desenvolvimento, não apenas em uma perspectiva nacional, mas com o horizonte da construção gradual de um espaço integrado de prosperidade.

Basta lembrar a rodovia do Mercosul e a BR-174, que liga o Brasil a Venezuela. Ou a nova matriz energética sul-americana, com o gasoduto Bolívia-Brasil e os projetos nas áreas de interconexão elétrica e de petróleo. Estamos também trazendo as questões sociais, como a educação, para a agenda da integração. Tratamos de encontrar soluções mais eficazes para o problema secular das disparidades regionais.

E preciso aprofundar todo esse processo. Para isso, é necessário contar com um diagnóstico e constituir um portfólio de projetos para a América Latina e o Caribe, elaborados de comum acordo entre os países da região e com a parceria do BID. A qual, devo dizer, não nos tem faltado. Tenho em mente algo na linha do estudo dos eixos de desenvolvimento que já enfrentamos no âmbito do nosso Brasil, com o programa “Avança Brasil”, o plano plurianual de investimentos em infra-estrutura e na área social.

E o BID é um parceiro fundamental. Tem participado em projetos voltados para uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento. E pode fazer ainda muito mais, liderando e talvez financiando um estudo como esse realizado para o “Avança Brasil”.

Senhoras e Senhores, amigos todos,

Além de comemorar um passado de êxitos, estamos celebrando um futuro que se anuncia promissor. Precisamos do dinamismo e da

capacidade de adaptação que o Banco já foi capaz de demonstrar - como o fez em sua participação no combate a pobreza e na ampliação da chamada Iniciativa HIPC, para o alívio da dívida de países de menor desenvolvimento relativo, que irá beneficiar diretamente alguns países da região.

Ao BID caberá continuar desempenhando importante papel no estreitamento da cooperação entre nossos povos. O Banco tem todas as condições para ajudar na inserção da América Latina e do Caribe em um processo de globalização que seja solidário, menos assimétrico e que propicie a inclusão social e a eliminação progressiva de desigualdades. Basta ouvir o que aqui foi dito, praticamente, por todos os presidentes ou os que os representam. Existe um consenso, em matéria do que fazer e do que se espera do BID.

Palavras mais eloqüentes não poderiam haver do que aquelas que foram ditas pelo presidente do Uruguai, Julio Sanguinetti, ao dizer que, dentro da democracia e, sabendo que há uma economia de mercado e que vivemos as condições de globalização, que as tarefas sociais se impõem como um desafio crescente.

Ao BID cabe, portanto, levar adiante essas tarefas, na educação, na saúde, no saneamento básico, no combate a pobreza. Nós sabemos também - e isso, aqui, foi, por muitos, evidenciado - que o BID tem apoiado, decisivamente, os esforços de integração.

Aqui, o representante do CARICOM nos mostrou o esforço feito, da integração. Na América Central e a mesma coisa, sendo que o presidente de Costa Rica nos brindou com mais do que isso. Ele nos brindou com um exemplo concreto de como um país, um país pequeno quanto a sua população, soube aproveitar a janela de oportunidade do mundo atual e fez com que as altas tecnologias servissem de ponte para que a Costa Rica, hoje, ingressasse na economia global, como um exportador de mercadorias que tem valor agregado e, portanto, que esta permitindo uma verdadeira revolução no seu país.

Não há dúvida nenhuma que cabe ao BID apoiar esses esforços de cooperação. Mas, cabe também ao BID algo que foi aqui entredito, se e que não foi dito: cabe ao BID, de uma forma decisiva, apoiar a reestruturação dos Estados.

Esta questão é uma questão central a desafiar a temática contemporânea. É verdade, como eu disse - e todos dissemos - que nos sabemos qual é o curso, que nos assumimos as nossas responsabilidades e a parte que nos cabe de responsabilidade, que nos não seremos auto-indulgentes para com os nossos próprios defeitos, nos sabemos, também, como chefes de Estado e de Governo, que dispomos, ainda, de máquinas estatais e de formas de administração que se estendem aos Estados e aos municípios, que precisam de uma energia muito maior, para que possamos estar à altura dos desafios do mundo contemporâneo.

E essas transformações que se estão fazendo e que se farão, no tempo, precisam de um apoio decisivo do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Nos não podemos negar que o Banco tenha se empenhado nisso. Olhar para a bancada de governadores, presidente Iglesias, me da inveja. Vossa Excelência tem mais governadores ao seu lado do que o próprio presidente da República. E os tem amplamente. Vejo todos os partidos, até partidos que tem colaborado muito com o governo, mas que continuam na oposição. E assim devem permanecer, porque estamos numa democracia.

Mas a verdade é que esse é um exemplo vivo da presença do BID aqui, no Brasil. E só não existe uma bancada maior de prefeitos porque bastava um, o de Petrópolis, Leandro Sampaio, que aqui está, e que é o exemplo vivo, também, dessa cooperação, de uma transformação da máquina estatal, que precisa, e precisa crescentemente, do apoio do BID.

Precisamos também - e vários aqui disseram, eu apenas reforço - que o BID nos apóie, para que nos tenhamos maior competitividade, nesse plano de economia que se globaliza. Precisamos aumentar a competitividade dos nossos setores mais avançados.

Não faltou, aqui, quase a ninguém, uma palavra de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico. Ele é fundamental. Ele é tão fundamental quanto é fundamental a integração energética. O secretário do Tesouro dos Estados Unidos, Larry Summers disse, aqui, que entre o capital produtivo direto, o capital físico e o capital humano, a grande mudança que nos vemos, nos dias que hoje correm, e a importância crescente do capital humano.

Cabe a todos nós - caberá ao BID - apoiar essa formação do capital humano, que tem uma expressão direta, não apenas na escolarização que se generaliza mas, sobretudo, na capacitação em níveis crescentes de tecnologia, para que nós possamos ter acesso, efetivamente, não apenas a produção mas a criatividade, nesta matéria.

Mas, de qualquer maneira, eu queria reafirmar apenas aquilo que sei que está no coração de Vossa Excelência, presidente Iglesias e, portanto, que pulsa no coração de todos aqueles que trabalham no BID, como governadores, como funcionários, como técnicos: precisamos entender, e já o entendemos, mas tornar prática cotidiana, aquilo que foi exposto aqui. Nas novas condições, e preciso que exista um mercado dinâmico, uma compreensão do seu funcionamento e um Estado reformado. Mas nem o Estado e nem o mercado são suficientes para fazer face ao desafio contemporâneo. O maior desafio é a integração da sociedade civil nesse processo. O maior desafio é fazer com que, efetivamente, se entenda que governabilidade, hoje, é um conceito que se aplica não só aos limites estreitos do Estado, não só aos limites estreitos dos partidos, do Congresso, do Executivo e do Judiciário. É um conceito que se aplica ao conjunto da sociedade. Só haverá sociedade verdadeiramente democrática e dinâmica, capaz de avançar, se houver governabilidade, no sentido da existência da responsabilidade compartilhada pelo conjunto da cidadania.

Essa relação, esse laço entre o Estado e a sociedade civil, entre as formas organizadas da

sociedade e o mercado, acrescido a dinâmica da dinâmica da sociedade civil e fundamental. E só haverá governabilidade na nossa região - e haverá, tenho certeza disso - na medida em que formos capazes de expandir a responsabilidade e a participação ao conjunto da cidadania.

E o BID tem experiência nisso. Tem experiência nisso e aqui, no Rio de Janeiro, temos exemplos vivos dos esforços do BID, no Programa Favela Bairro. Cito este, hoje, como poderia citar muitos outros programas, que mostram o que é um Banco criado com aquele espírito generoso que inspirava Juscelino Kubitschek, que inspirava Felipe Herrera, inspirava aqueles todos que pensaram num Banco olhando para o desenvolvimento e para a integração.

É um Banco na acepção moderna. Não é apenas da acepção das finanças, não é apenas na acepção do respeito às estruturas estatais estabelecidas, mas é um Banco que entende que é preciso pulverizar os recursos, que é preciso sensibilizar cada pessoa, para os grandes desafios do crescimento.

Nos estamos nos preparando, senhor presidente, para levar adiante essas tarefas. Essas tarefas nos vão acompanhar no século XXI e serve de muito bom estímulo para nós, hoje, aqui, a presença desses ilustres Chefes de Governo e de Estado - da Costa Rica, do Peru, de Trinidad-Tobago e do Uruguai - dos representantes, como aqui ouvimos, do Chile e do México, das expressões organizadas da América Latina que se fizeram ouvir aqui, pela voz do secretário-geral da OEA e de todos os demais representantes e pessoas, e personalidades que nos visitam nesta ocasião.

Mas eu quero dar uma palavra final ao meu amigo, e amigo de todos nós, ao presidente Enrique Iglesias. Sua liderança, seu profundo conhecimento da região, sua sensibilidade para as dificuldades de nossos países fizeram de Vossa Excelência o homem certo para o momento certo. Estou convencido de que, sob sua direção, o BID continuará a se afirmar como o banco da

integração, do crescimento e do desenvolvimento social.

Presidente Iglesias - e aqui tenho certeza de falar por todos - conte conosco para que o Banco prossiga em sua trajetória de realizações.

Muito obrigado.

XVII Reunião do Conselho do Mercado Comum com Bolívia e Chile

Discurso do Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso por ocasião da XVII Reunião do Conselho do Mercado Comum - Montevideu, 08 de dezembro de 1999

Gostaria, inicialmente, de prestar minha homenagem aos Presidentes Carlos Menem e Julio María Sanguinetti e saudar os Presidentes-eleitos Fernando de la Rúa e Jorge Batlle

Os Presidentes Menem e Sanguinetti contribuíram em muito para o êxito do Mercosul. A ação que ambos desenvolveram esteve sempre orientada para preservar e fortalecer o Mercosul, mesmo nos momentos mais difíceis. Temos todos, portanto, uma dívida de gratidão com estes dois grandes líderes do Prata, cujas visões políticas ajudaram decididamente na construção de nosso destino comum

A presença, hoje, dos Presidentes De la Rúa e Batlle no Conselho do Mercado Comum não apenas nos honra, mas também é evidência inequívoca do caráter democrático do Mercosul. Tenho certeza de que, na presidência de seus países, desempenharão um papel de relevo na continuidade e no redimensionamento do nosso projeto de integração regional. Encerramos um ano em que o Mercosul passou por momentos de preocupação. Foram momentos que puseram à prova o compromisso e a determinação política de fazer avançar a União Aduaneira. A crise econômica internacional afetou a região, com conseqüências negativas na área comercial

Soubemos, no entanto, superar esta conjuntura, evitando retrocessos no processo de integração. As questões comerciais decorrentes da crise foram encaminhadas pela ação conjunta dos quatro países. Em 1999, nossos esforços estiveram muitas vezes dirigidos para a administração de dificuldades. Concentramo-nos na preservação do processo de integração, buscando impedir que a conjuntura desfavorável causasse danos irreparáveis.

Fomos bem sucedidos. Hoje, as perspectivas são muito melhores. Podemos dirigir nossas energias para uma agenda voltada para o avanço do processo de integração. Nossa atuação deve estar marcada pela ousadia e pela criatividade, indispensáveis no atual momento. O ano 2000 será, para o Mercosul, um ano de novos desafios, tanto no plano interno quanto em suas relações externas

No plano interno, tem-se falado, ultimamente, de um “relançamento” do Mercosul. Esta expressão não deve significar, de modo algum, a reconsideração ou revisão de regras e normas já aprovadas. O “relançamento” se refere, por um lado, ao cumprimento de metas e prazos relativos ao funcionamento da União Aduaneira e, por outro lado, ao impulso revigorado à agenda de consolidação e aprofundamento do Mercosul

O ano 2000 deverá ser o primeiro ano de plena vigência da zona de livre comércio, com o final do regime de adequação para Paraguai e Uruguai e com a necessária definição das regras para a incorporação dos setores açucareiro e automotivo. Além disso, até 31 de dezembro de 2000 chegarão ao fim as listas básicas de exceção à Tarifa Externa Comum da Argentina, do Brasil e do Uruguai, bem como a lista de exceções de bens de capital da Argentina e do Brasil. O cumprimento desses prazos, previstos em 1994, fortalecerá ainda mais o Mercosul.

Para este fortalecimento, será igualmente importante avançarmos em direção à consolidação e ao aprofundamento da União Aduaneira. Precisaremos cumprir uma série de tarefas até o final do ano 2000. Serão essenciais, nesse sentido, as negociações relativas a serviços e compras governamentais, tendentes a liberalizar ainda mais os mercados dos Estados Partes.

Deveremos também dar especial atenção à discussão da coordenação de políticas macroeconômicas, que outorgará, a longo prazo, maior previsibilidade ao processo de integração, podendo, inclusive, levar à definição de uma moeda única, em seu devido momento. No plano das relações externas, o Mercosul terá uma agenda intensa e difícil. Estaremos negociando em várias frentes distintas: OMC, Alca e União Européia e, esperamos, também com a Comunidade Andina.

As discussões sobre o lançamento de uma nova rodada de negociações comerciais multilaterais constituem, para o Mercosul, uma oportunidade de reversão do quadro desfavorável e injusto que caracteriza o comércio internacional, em que os países desenvolvidos adotam políticas protecionistas, traduzidas, por exemplo, na concessão de vultosos subsídios e altas tarifas para o setor agrícola.

A reunião de Seattle mostrou as dificuldades envolvidas no esforço de construção de um sistema multilateral de comércio mais justo. Mostrou o quanto as pressões protecionistas ainda se fazem sentir nos países ricos. Mostrou a distância

entre a retórica e a prática do livre-comércio. Demonstrou, acima de tudo, o quanto temos a ganhar com o fortalecimento de nossos vínculos no âmbito do Mercosul e com a capacidade de atuarmos de forma conjunta, sempre na perspectiva de nossos interesses compartilhados.

O mesmo vale para o âmbito da Alca. Devemos continuar com uma coordenação estreita, que, ao permitir que negociemos em bloco, favorecerá a prevalência de nossos objetivos. Quanto às relações Mercosul-União Européia, lançamos, em junho último, no Rio de Janeiro, negociações sobre liberalização comercial.

O Conselho de Cooperação, que reuniu Chanceleres das duas regiões em novembro, na cidade de Bruxelas, definiu a estrutura das negociações, que deverão avançar durante o ano 2000. Essas tratativas com a Europa são de inegável importância para nós. A União Européia é o principal investidor no Mercosul e nosso primeiro parceiro comercial.

O lançamento de negociações com os países andinos com vistas à formação de uma zona de livre comércio permitirá buscarmos uma expansão regional do Mercosul com nítidos reflexos para a dimensão, o prestígio e a credibilidade da União Aduaneira. Podemos prever, portanto, um ano de intensas negociações, tanto na consolidação e no aprofundamento do Mercosul quanto na agenda externa da União Aduaneira.

A solidez do processo de integração que estamos empreendendo, no entanto, nos fornece a tranquilidade e a confiança para superarmos os obstáculos que teremos pela frente. Essa solidez tem prevalecido nos momentos mais difíceis e mais complexos que temos atravessado.

Antes de encerrar, desejo consignar uma palavra de felicitação à Presidência Pro Tempore uruguaia pelo competente trabalho realizado no corrente semestre. Este trabalho propiciou o bom encaminhamento das negociações, que resultaram nas decisões aqui aprovadas.

Contamos com a continuidade desses êxitos no próximo ano. O Mercosul entrará no novo século como um dos elementos relevantes do cenário econômico internacional. É fundamental que todos nós - líderes, governos e sociedades - tenhamos consciência disso e saibamos fazer o que é necessário para auferir os benefícios a que aspiram nossos povos.

Muito obrigado.

ATOS INTERNACIONAIS

Décimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 27, entre os Governos do Brasil e da Venezuela. Montevidéu, 5 de julho de 1999

Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº. 10 (Protocolo de Adequação), entre os Governos do Brasil e da Colômbia. Montevidéu 5 de julho de 1999

Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Alcance Parcial de Renegociação nº. 11, entre os Governos do Brasil e do Equador. Montevidéu, 5 de julho de 1999

Décimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 25, entre Brasil e Peru. Montevidéu, 5 de julho de 1999

3º Protocolo Adicional ao Acordo Regional que Institui a Preferência Tarifária Regional (AR. PTR/4), entre Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela e Chile. Montevidéu, 26 de julho de 1999

Resolução nº. 252 que aprova o texto consolidado e ordenado da resolução nº. 78 entre o Brasil e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) Montevidéu, 4 de agosto de 1999

Resolução nº. 252, entre Brasil e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Montevidéu, 4 de agosto de 1999

Acordo de Complementação Econômica nº. 39, entre os Governos do Brasil, da Colômbia, do Equador, do Peru e da Venezuela (Países-Membros da Comunidade Andina). Montevidéu, 12 de agosto de 1999

Convenção Postal Universal e Protocolo Final. Beijing, 5 de setembro de 1999

Sexto Protocolo Adicional à Constituição da União Postal Universal e Regulamento Geral Beijing, 15 de agosto de 1999)

Acordo referente aos Serviços de Pagamento do Correio Beijing, 15 de setembro de 1999

Décimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35 entre os Governos dos Estados Parte do Mercosul e o Governo da República do Chile Montevidéu, 20 de setembro de 1999

Décimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35 entre os Governos dos Estados Parte do Mercosul e o Governo da República do Chile Montevidéu, 20 de setembro de 1999

Vigésimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35, entre os Governos dos Estados Parte do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 20 de setembro de 1999

Décimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 35 entre os Governos dos Estados Parte do Mercosul e o Governo da República do Chile Montevidéu, 20 de setembro de 1999

Décimo Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35 entre os Governos dos Estados Parte do Mercosul e o Governo da República do Chile Montevidéu, 20 de setembro de 1999

Décimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35 entre os Governos dos Estados Parte do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 20 de setembro de 1999

Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 36 (certificado de origem para mercadorias a serem exibidas em feiras e exposições), entre os Estados-Parte do Mercosul e a República da Bolívia Montevidéu, 27 de setembro de 1999

Emendas aos artigos VI e XIV.A. do Estatuto da Agência Internacional de Energia Atômica Viena, 1º de outubro de 1999

Protocolo Facultativo à Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres Nova York, 6 de outubro de 1999

Ata Constitutiva da Associação de Estados Ibero-Americanos para o Desenvolvimento das Bibliotecas Nacionais dos Países Ibero-Americanos (ABINIA). Lima, 12 de outubro de 1999

Vigésimo Segundo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35 (Procedimento de Solução de Controvérsias), entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o

Governo da República do Chile. Montevidéu, 19 de outubro de 1999

Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35 (Regime de Solução de Controvérsias), entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 19 de outubro de 1999

Vigésimo Oitavo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 14, entre Brasil e a Argentina. Montevidéu, 19 de outubro de 1999

Protocolo de Revisão da Convenção Multilateral sobre Cooperação e Assistência Mútua entre as Direções Nacionais de Alfândegas Cancún, de 29 de outubro de 1999

Ata de Retificação do Vigésimo Primeiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35, entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 11 de novembro de 1999

Protocolo ao Convênio para a Cooperação no Quadro da Conferência Ibero-Americana para a Constituição da Secretaria de Cooperação Ibero-Americana (SECIB) e seus Estatutos. Havana, Argentina, 15 de novembro de 1999

Vigésimo Nono Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 14, entre a República Federativa do Brasil e a República Argentina. Montevidéu, 25 de novembro de 1999

Ata de Retificação do Quarto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 36, entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República da Bolívia. Montevidéu, 2 de dezembro de 1999

Acordo de Assunção sobre Restituição de Veículos Automotores Terrestres e/ou Embarcações que

Transpõem Ilegalmente as Fronteiras entre os Estados-Partes do MERCOSUL Montevidéu, 7 de dezembro de 1999

Acordo de Assunção sobre Restituição de Veículos Automotores Terrestres e/ou Embarcações que Transpõem Ilegalmente as Fronteiras entre os Estados Partes do Mercosul, a República da Bolívia e a República do Chile. Montevidéu, 7 de dezembro de 1999

Convenção Internacional para a Supressão do Financiamento do Terrorismo da ONU. Nova York, 9 de dezembro de 1999

Vigésimo Terceiro Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 35, entre os Governos dos Estados Partes do Mercosul e o Governo da República do Chile. Montevidéu, 14 de dezembro de 1999

Acordo de Alcance Parcial de Complementação Econômica nº. 43 entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Cuba. Montevidéu, 22 de dezembro de 1999

Vigésimo Quinto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 2 (Veículos automotores), entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai. Montevidéu, 29 de dezembro de 1999

Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 36, entre os Estados-Partes do Mercosul e a República da Bolívia. Montevidéu, 30 de dezembro de 1999

Sexto Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº. 36, entre os Estados Partes do Mercosul e a República da Bolívia. Montevidéu, 30 de dezembro de 1999

“Concentração para a Rodada do Milênio”
Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, na Gazeta Mercantil, do dia 01 de julho de 1999. - Gazeta Mercantil, 01 de julho de 1999

Neste país de torcidas entusiasmadas e de técnicos em potencial, recorreremos freqüentemente a metáforas futebolísticas para ilustrar situações em que há oportunidades de ganhos e riscos de perda. Até mesmo algumas questões de política externa—em geral bem mais complexas do que as de nosso esporte predileto—podem ser explicadas com vocabulário futebolístico, ainda que se incorra em certa simplificação. Lanço mão, portanto, de imagens do futebol para transmitir algumas mensagens aos leitores.

Dentro de poucos meses, terá início uma nova rodada de negociações comerciais, patrocinada pela Organização Mundial de Comércio (OMC). Para participar dessas negociações com chances de êxito, precisamos convocar uma equipe e fazer o trabalho preparatório da concentração. Devemos ter uma estratégia de jogo e, desde já, prever lances e passes táticos. É isso que começamos a fazer, na semana passada, quando foi estabelecido, por iniciativa do Itamaraty, um Grupo Interministerial, criado por decreto do presidente da República, para preparar nossas posições e definir nossos objetivos nessas negociações comerciais.

Na cerimônia de instalação desse grupo, chamei a atenção dos presentes—representantes de órgãos do governo, iniciativa privada e sindicatos de trabalhadores—para a necessidade de fazermos uma reflexão sobre os rumos da política

comercial brasileira e sobre as oportunidades e riscos que estarão à nossa frente a partir do final deste ano, quando serão lançadas as negociações, na cidade de Seattle, nos EUA.

Esse novo ciclo de negociações terá certamente grande impacto para as empresas brasileiras, para os cidadãos, para as diversas categorias profissionais e, naturalmente, também para o governo. É essencial, portanto, que haja uma participação profunda e interativa da sociedade nas decisões governamentais. Estarão sendo debatidas, a partir do final do ano, questões relativas a tarifas de importação, à liberalização de serviços, à propriedade intelectual, a regras sobre anti-“dumping”, subsídios governamentais, normas sanitárias e fitossanitárias, etc. Como se vê, é toda uma imensa gama de situações e regras que por vezes transcendem a mera relação de comércio de mercadorias.

Muitas dessas questões foram acordadas anteriormente, na Rodada Uruguai, que terminou em 1994, e continuam sobre a mesa negociadora porque não foi possível esgotá-las para a satisfação de todos os envolvidos. Houve um compromisso, naquele momento, de retomar as conversações após cinco anos, como estamos agora prestes a fazer. Uma das áreas que se acordou renegociar foi a agricultura.

Para o Brasil, a agricultura é a principal bandeira nas negociações comerciais. Nossos objetivos começam, portanto, por aquilo que de certo modo nos é devido, desde o final da última rodada: o complemento e o aprofundamento dos agrícolas na pauta de nossas exportações, o impulso que a agricultura tem dado ao crescimento econômico do Brasil, e as possibilidades de expansão de nossas

vendas externas desses produtos justificam plenamente essa prioridade. Nesta fase de treinos e concentração, temos que definir claramente, com a participação ativa dos segmentos interessados da sociedade nossos objetivos concretos na negociação sobre agricultura.

Contaremos, para perseguir nossos objetivos em agricultura com aliados mais sólidos do que no passado. O Grupo de Cairns, formado por países exportadores de produtos agrícolas, segue pelo menos tão forte quanto na última rodada e provavelmente mais coeso. A novidade desta feita são os EUA, que têm declarado firme compromisso com a abertura de maior espaço para os produtos agrícolas no comércio internacional, inclusive mediante a eliminação de subsídios à exportação.

Esse é um fato importante e auspicioso, sobretudo se levarmos em consideração a tendência protecionista de certos segmentos da sociedade norte-americana. As recentes declarações do presidente do Federal Reserve, Alan Greenspan, e do secretário do Tesouro, Robert Rubin, sobre as ameaças protecionistas, demonstram que as autoridades daquele país levam muito a sério essa tendência e a necessidade de combatê-la. Na Europa, apesar das grandes resistências dos produtores agrícolas, também já surgem mudanças. Um avanço na liberalização da agricultura européia, no sentido da redução dos orçamentos de subsídios e de algumas tarifas mais altas, é hoje mais provável do que há dez anos.

As variáveis externas, como as que mencionei, são cruciais para o trabalho do Grupo Interministerial. Mas a base, o ponto de início da preparação de nossas propostas e defesas, são as questões internas, a identificação dos interesses do Brasil. Nosso time de funcionários terá que investigar—começando pelo exemplo da agricultura—até que ponto estamos preparados para fazer novas concessões em matéria de acesso ao mercado brasileiro e do Mercosul para produtos agrícolas de outros países. Sabemos que as tarifas brasileiras de importação de produtos agrícolas são

em geral mais altas do que as tarifas de produtos industriais. Precisaremos saber, se possível antes do início das negociações, até que ponto estaremos preparados para colocar na mesa de negociação, por exemplo, o acesso ao nosso mercado para produtos agrícolas estrangeiros.

E preciso saber qual o modelo que queremos para a próxima década e se continuam válidos, nos dias de hoje, os pressupostos que informavam as posições defendidas pelo Brasil na Rodada Uruguai. Há uma certeza: na nova Rodada o Brasil não pode adotar apenas uma postura defensiva. Não poderemos nos apresentar na mesa de negociações somente com posições negativas quanto a maiores concessões tarifárias, regulamentação mais profunda de investimentos ou subsídios, novas regras sobre comércio e meio ambiente, ou toda a nova agenda que vem sendo proposta por países desenvolvidos.

O Brasil deve ter sua própria agenda. E para isso é necessário conversar, refletir, avaliar. Precisamos de uma posição negociadora construída sobre a base de um diálogo com as forças produtivas da sociedade brasileira, com os sindicatos, a academia, os consumidores. Só assim poderemos saber o que queremos e o que estamos dispostos a oferecer em troca.

A definição de nossas posições deve ser feita de maneira realista, sem arroubos de um clima de vitória ou derrota antes do início do jogo. Há limites à atuação externa do Brasil, país que responde por somente 1% do total do comércio internacional. Mas nada impede que sejamos audaciosos. Temos que ir além da defesa dos nossos interesses imediatos. Tome-se como exemplo a pauta de exportações brasileiras: entre março de 1998 e março de 1999, 50% de nossas vendas totais estiveram concentradas em produtos de cinco setores: agropecuários, produtos vegetais beneficiados, minérios, siderúrgicos e o setor de automotivos.

Bastaria, em uma visão de efeitos imediatos, defender esses cinco setores na nova rodada. Isso significaria aceitar a idéia de que a economia brasileira estará cristalizada com o atual perfil produtor, o que

certamente não responde ao objetivo de exportarmos produtos de maior valor agregado, competindo em mercados mais ricos e sofisticados. Para tanto, é necessário ir além da defesa de nossos interesses mais prementes e pensar em outros temas, como as regras de concessão de subsídios e de investimentos, por exemplo.

Na verdade, o maior desafio para o Brasil, em termos de comércio internacional de manufaturados, parece residir menos em eliminar as tarifas industriais dos nossos parceiros comerciais desenvolvidos—pois tais barreiras em geral já são baixas—e mais em sermos capazes de promover a produtividade mediante o desenvolvimento tecnológico e uma política industrial ativa. Daí a importância de o Brasil ter posições bem definidas nas questões de investimentos, subsídios, medidas de meio ambiente e desenvolvimento tecnológico.

Não é pacífico e evidente, a esta altura da nossa trajetória e do processo de globalização, que a mera liberalização a todo custo possa resolver de modo eficiente a equação de melhorar nossa competitividade internacional, com mais educação e maior produtividade. Sendo um país com conhecidas deficiências de poupança interna e com limites em nossa capacidade tecnológica, não podemos deixar de almejar certa liberdade de ação governamental para incentivar nossa produção de bens de maior valor agregado,

A OMC é o local onde se definem as regras do jogo da globalização, e nós brasileiros devemos saber o que realmente nos interessa. Para tanto, precisamos ter capacidade de refletir seriamente, de investigar, de consultar e de definir politicamente quais os limites da nossa ambição, quais os nossos objetivos principais e qual o preço que estamos dispostos a pagar para atingi-los. A instalação do Grupo Interministerial de Trabalho sobre Comércio Internacional de Mercadorias e Serviços é o primeiro passo para realizar essa tarefa. Este grupo só será eficaz se for além do círculo dos funcionários do governo federal, engajando na reflexão e no debate todos os elementos interessados da sociedade brasileira.

“Colômbia: a visão brasileira”

Artigo do Senhor Luiz Felipe de Seixas Corrêa, Secretário-Geral (Vice-Ministro) das Relações Exteriores, Embaixador em Buenos Aires (1997-98) no jornal “El Clarín” do dia 02 de setembro de 1999

No Brasil e na Argentina, assim como em outros países, a situação na Colômbia é objeto de atenção por parte de nossos governos e sociedades. Tem sobressaído para a opinião pública a impressão de que aquele país estaria passando por dificuldades crescentes para enfrentar o desafio da insurgência armada. Teme-se um eventual alastramento do conflito além das fronteiras colombianas. A imprensa tem especulado sobre possibilidades de ações internacionais. Justificam-se, assim, esclarecimentos sobre a visão do Governo brasileiro a respeito da questão.

O processo de paz encontra-se em um momento de certa indefinição. A guerrilha não demonstra disposição de negociar. Parece, ao mesmo tempo, interessada em buscar algum tipo de reconhecimento internacional. Não é possível prever quais serão os rumos do processo. Mas o Brasil não crê que estejamos próximos de um cenário que possa ser interpretado como de ameaça iminente à segurança regional, em que pese a inegável projeção potencial da crise colombiana sobre os países vizinhos.

A sensação atual de urgência e de uma deterioração da situação na Colômbia deve ser matizada. Os dois principais movimentos guerrilheiros atuam há cerca de 40 anos. A urgência aparente decorre, na verdade, da iniciativa corajosa do presidente Pastrana de iniciar um processo de paz. A busca de uma solução para o conflito foi, assim, posta pelo próprio governo no centro da agenda interna — e esta evolução ocorreu justamente em um momento de dificuldades econômicas, com um aguçamento das tensões sociais, a exemplo do que vem ocorrendo em outros países da América do Sul.

Não se deve, portanto, dramatizar excessivamente a situação. A atenção internacional

aos desdobramentos na Colômbia é legítima e justificada, mas não deve prejudicar a análise serena e objetiva dos fatos, e muito menos interferir na capacidade de iniciativa do governo daquele país. O presidente Pastrana está plenamente capacitado para conduzir os esforços de pacificação interna. É importante que possa prosseguir com sua ação, dentro de uma perspectiva nacional. O Brasil não acredita que pressões externas, até mesmo por intermédio de diálogo com a guerrilha, possam neste momento ter efeitos positivos. Convém preservar o mais estrito grau de respeito ao princípio da não-ingêrência. Estamos diante de um assunto interno colombiano, sobre o qual não cabe nenhuma interferência externa indevida.

No momento, todas as indicações de que dispomos são no sentido de que não se contempla seriamente qualquer intervenção estrangeira, de caráter diplomático ou militar, sob um guarda-chuva hemisférico, regional ou qualquer outro. O Brasil tem recebido garantias do Governo dos Estados Unidos de que está totalmente descartada qualquer hipótese de intervenção direta ou indireta daquele país na Colômbia.

Temos conversado com a Colômbia, como sempre fizemos. Não há qualquer solicitação daquele país para integrarmos mecanismos específicos, sob qualquer formato, com o propósito de contribuir para o processo de paz. No atual momento, assim, é fundamental que o Governo Pastrana — que mantém o controle da situação interna — possa prosseguir com seus esforços de paz. Continuaremos a apoiá-los. E continuaremos sempre a insistir na necessidade de se preservar, em qualquer hipótese, a integridade das instituições colombianas.

“Política externa não é oportunismo”

Artigo do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Luiz Felipe Lampreia, no Jornal “O Globo” do dia 19 de outubro de 1999

“A política externa brasileira jamais se submeteu às vicissitudes domésticas”

LUIZ FELIPE LAMPREIA

O artigo publicado ontem no GLOBO pelo professor Cristovam Buarque é uma decepção para as pessoas que lhe têm apreço e respeito, mas especialmente para o Itamaraty, a cujos então futuros diplomatas ele deu aulas de economia no início dos anos 80. De lá para cá, pelo que se pode depreender do texto, ou o professor perdeu sua capacidade de análise ou, pior ainda, decidiu subordinar essa capacidade a considerações mal refletidas de caráter oportunista.

De sua passagem pelo Instituto Rio Branco, onde pôde conhecer de perto o ministério e muitos de nós, ele seguramente terá verificado que submissão não é a marca do Itamaraty. E, também, que a força de nossa presença internacional se deve, em boa medida, ao fato de que a política externa brasileira sempre foi uma política de Estado, fortemente ancorada nos interesses maiores e permanentes do país, e jamais se submeteu às vicissitudes das conjunturas domésticas. O artigo surpreende pela fragilidade de sua retórica e pelo grande número de inverdades, algumas das quais mostrarei a seguir.

O que levou um homem público bem-informado a proceder assim?

A resposta parece ser que o professor Cristovam desejava atacar de qualquer maneira o Governo e o presidente Fernando Henrique Cardoso. Não relutou em fazê-lo na forma de uma crítica infundada e injusta à ação internacional do Brasil nos últimos cinco anos. Mas vamos aos fatos. Primeiro, no caso do furacão Mitch, o professor diz que “no máximo ali chegou algum telegrama burocrático”.

A verdade é a seguinte:

O Governo brasileiro enviou à América Central mais de 20 toneladas de medicamentos e o presidente Fernando Henrique submeteu ao Congresso Nacional projeto de lei para perdoar a dívida oficial da Nicarágua e de El Salvador para com o Brasil.

Segundo, quanto a Angola, diz que “nossa política externa se limita a manifestar preocupações”.

A verdade é a seguinte: o Brasil participou das forças de paz da ONU em Angola, entre 1995 e 1997, com tropa de 1.100 homens, a maior presença militar nossa no exterior desde a II Guerra Mundial. O presidente da República visitou Angola em 1996. Nessa visita, assinei, com o chanceler angolano, acordo para criação naquele país do Centro Móvel de Formação Profissional, o maior projeto de cooperação técnica prestada pelo Brasil em todo o mundo.

Terceiro, quanto ao Timor, diz que os líderes que procuraram nosso apoio “no máximo receberam evasivas”. A verdade é a seguinte: o Brasil atuou fortemente, na ONU e nos bastidores das negociações, em favor do povo do Timor Leste. O subsecretário político do Itamaraty visitou Xanana Gusmão, em 1998, ainda na prisão. Estamos presentes na atual operação internacional de paz, e como disse o presidente—poderemos vir a incrementar essa presença, caso seja solicitado. Vamos participar ativamente da construção do Timor Leste independente, nas áreas que nos foram apresentadas como prioritárias pelos líderes timorenses.

Quarto, quanto à nossa alegada submissão aos países ricos, seria o caso de citar o comentário da revista britânica “The Economist” a respeito de nossa atuação nas negociações da Alca: “(na Alca) a liderança tem sido do Brasil. (...) O país tem vigorosamente defendido a sua visão sobre como as negociações devem prosseguir e tem feito valer boa parte de seus argumentos.” Haveria outros pontos a rebater, mas o leitor já tem uma amostra suficiente das inverdades a que me referi. Não posso deixar de assinalar, porém, que nunca um presidente do Brasil visitou tantas vezes os países da América Latina.

Fernando Henrique foi o primeiro presidente a visitar nações em desenvolvimento como Índia, África do Sul e Malásia. Nunca um presidente brasileiro recebeu tantas e tão importantes visitas dos maiores líderes mundiais, que continuam a demonstrar, por meio de convites e consultas

permanentes, seu respeito por Fernando Henrique Cardoso. Nesse diálogo, nosso presidente foi um dos primeiros, já em 1995, a alertar o G-7 para os riscos da volatilidade dos fluxos de capital na economia globalizada e a cobrar das nações ricas ações que talvez tivessem evitado as crises que vieram a seguir.

Em suma, o artigo de Cristovam Buarque é um ataque repleto de equívocos. A política externa deve ser questionada, discutida e criticada. O Brasil precisa desse debate e se ressentido da falta de uma maior participação da sociedade nesse campo. Mas, como estão em jogo nada menos do que os interesses maiores da Nação, é imperativo que o debate se faça com seriedade e verdadeiro espírito público.

“Por fora e por dentro da OMC”

Artigo do Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores para o jornal Gazeta Mercantil, 20 de dezembro de 1999

Luiz Felipe Lampreia

No último dia 3 de dezembro, com ampla cobertura dos meios de comunicação, a III Conferência Ministerial da OMC foi suspensa de forma inconclusiva. O impasse, que adiou sine die o lançamento da Rodada do Milênio, foi resultado tanto dos conflitos de interesse próprios ao processo negociador da Organização Mundial do Comércio (OMC) como de fatores exógenos à agenda das negociações multilaterais do comércio.

No campo da negociação propriamente dita, agricultura, antidumping, padrões trabalhistas e o acesso do público e das ONGs aos trabalhos da OMC foram o ponto focal das desavenças. Estes temas já haviam revelado, ao longo das infrutíferas reuniões preparatórias de Genebra, as grandes diferenças de posição que marcariam a Conferência de Seattle. O debate sobre a questão agrícola, uma das questões centrais da conferência, na qual o Brasil tinha interesse prioritário, chegou a vislumbrar o consenso, logo desfeito quando se evidenciou que a União Européia não o aceitaria sem o acordo sobre os demais temas críticos. Ainda mais intransigentes,

Japão, Coréia, Suíça e Noruega insistiam na referência à multifuncionalidade do setor agrícola, conceito rejeitado pelo Brasil e pelos demais membros do Grupo de Cairns que nele viam uma tentativa de legitimar políticas protecionistas e subsídios.

Outro foco de conflitos foi o Acordo Antidumping. O Japão, juntamente com o Brasil e alguns outros países em desenvolvimento, contestava sua forma de aplicação por parte dos EUA, que, regidos por objetivos domésticos, se mostravam irredutíveis na objeção a qualquer proposta de revisão.

E preciso, no entanto, examinar algumas das “causas profundas” que conspiraram em diferentes níveis para o fracasso das negociações. Em primeiro lugar, está o recrudescimento do protecionismo que, nos países desenvolvidos, não vem sofrendo oposição efetiva: de maneira geral, as grandes empresas multinacionais e os setores dinâmicos da economia mundial, tradicionais defensores do livre comércio, parecem ter reduzido seu interesse pelo aprofundamento da liberalização comercial. Na Europa e no Japão, os beneficiários do protecionismo agrícola continuam poderosos e influentes, logrando mesmo adicionar a suas fileiras o forte movimento ambiental e sua capacidade de arregimentação. Nos Estados Unidos, as indústrias pouco competitivas, que sobrevivem sustentadas pelo uso abusivo do antidumping e pelos picos tarifários, reafirmam sua importância política— derivada em larga medida de sua concentração regional. Nos dois lados do Atlântico, os sindicatos, revitalizados pelo governo democrata nos EUA, pelas vitórias dos socialistas europeus e pelo medo do desemprego, pressionam por cláusulas trabalhistas nos países em desenvolvimento e pela proteção a indústrias tradicionais.

Na vanguarda da mobilização antiOMC estavam as ONGs e sindicatos que se batiam por causas as mais variadas e, possivelmente, conflitantes, mas que encontraram na OMC um inimigo comum, um catalisador para ação e demonstração de força. Além das alegações

genéricas, muitas vezes manipuladas por setores protecionistas contra o livre comércio—de que não protege o meio ambiente, permite a exploração de crianças, impõe a vontade das grandes corporações ao homem comum—, as ONGs vêem na OMC uma estrutura intergovernamental relativamente abrigada contra seus mecanismos de pressão e capaz de implementar decisões que se sobrepõem a leis nacionais. A reação dessas organizações foi testemunhada por todos nós, ao vivo ou via satélite, e sua capacidade de mobilizar o público e a mídia, e de enrijecer agendas negociadoras, criou um cenário francamente adverso ao lançamento da nova rodada.

Para o Brasil, a falta de resultado positivo em Seattle é muito preocupante. O impasse na Conferência Ministerial significa, no mínimo, um adiamento na plena integração da agricultura às regras multilaterais de comércio e na elaboração de regras que cerceiem o abuso do antidumping. Num plano mais profundo, o fracasso reflete a força do protecionismo e o enfraquecimento da OMC. Em Seattle, não apenas os benefícios do livre comércio foram questionados, mas também a própria legitimidade das decisões tomadas na OMC foi desafiada; internamente, na figura do descontentamento dos países menores, e externamente, pelas ONGs e entidades afins que reclamam “uma face mais humana para o comércio internacional”, algo que, segundo elas, a OMC não estaria disposta ou não seria capaz de assegurar.

O próximo ano será difícil para o sistema multilateral de comércio. Ao longo de 2000, os negociadores continuarão a buscar o desbloqueio da agenda comercial, que deve avançar lentamente. Será um período para a recomposição das bases de entendimento e para o reexame de prioridades e objetivos. Ainda não parece possível prever em que condições e com qual velocidade a comunidade internacional estaria disposta a levar adiante uma nova etapa de liberalização comercial.

Finalmente, é natural esperar que o fracasso no lançamento da Rodada do Milênio, especialmente nas circunstâncias em que ocorreu, surtirá efeitos em

outras frentes de negociação. Por um lado, espera-se uma desaceleração das negociações para a conformação da Alca e para a criação de uma zona de livre comércio entre o Mercosul e a UE. De outra parte, as condições são favoráveis à canalização de esforços e recursos para o fortalecimento do Mercosul e de seus vínculos comerciais com os demais vizinhos da América do Sul. Durante as recentes viagens do presidente da República ao Uruguai e à Argentina, pudemos verificar que em todas as lideranças do Cone Sul o desapontamento com o impasse em Seattle deverá ser traduzido positivamente em ânimo renovado para a integração regional. Devemos reafirmar a importância estratégica do bloco no fortalecimento do nosso poder de barganha na arena mundial do comércio.

Que a consolidação do Mercosul seja nossa resposta ao recrudescimento do protecionismo nos países desenvolvidos; um exemplo de que o comércio desimpedido, fundamentado em bases justas, na negociação franca, no respeito às necessidades e aspirações de cada um continua a gerar bons frutos e a forjar elos cada vez mais sólidos de amizade e cooperação entre nações.

ENTREVISTA

Entrevista concedida pelo Senhor Luiz Felipe Lampreia, Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Jornal do Brasil, “Economias vão se fechar em blocos” - 20 de dezembro de 1999

O ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, não tem dúvida: os maiores prejudicados pelo fracasso das negociações da Organização Mundial do Comércio (OMC), em Seattle, foram os países em desenvolvimento. Países como o Brasil viam na Rodada do Milênio a oportunidade de avançar nas negociações para a abertura dos mercados americano, europeu e japonês aos produtos agrícolas. Pretendiam também combater o dumping e provocar a redução dos subsídios concedidos pelos países desenvolvidos às exportações.

“Os países ricos estão bastante satisfeitos com o que já têm e não estão dispostos a pagar preços adicionais, como teriam que pagar em temas como agricultura e antidumping”, diz o chanceler. Lampreia acredita que as principais conseqüências de Seattle serão o fechamento cada vez maior das economias em blocos regionais e o retardamento das negociações de integração entre esses blocos. O maior prejuízo sofrerão, no entanto, os países mais pobres, que têm na OMC, ou seja, no multilateralismo, a única instância para se defender da “lei da selva” no comércio mundial de mercadorias. “Creio que a OMC é uma conquista nossa. Provou-se um instrumento muito importante de defesa dos nossos interesses. Ganhamos na OMC o direito de questionar”, observa o ministro.

Por que as negociações em Seattle fracassaram?

- Acho que a razão principal é que não havia consenso. Não houve acordo entre os principais

grupos de países sobre o aprofundamento da liberalização do comércio mundial. Os países ricos aparentemente estão bastante satisfeitos com o que já têm e não estão dispostos a pagar preços adicionais, como teriam que pagar em agricultura, antidumping e outras coisas. Da parte dos países em desenvolvimento, há, freqüentemente, uma preocupação de que a globalização e a própria liberalização já foram muito longe. Portanto, não havia da parte de países como Índia, Malásia e outros, um desejo forte de ir em frente. Essa combinação fez com que aqueles que eram contrários à rodada, ou seja, os sindicatos americanos, as ONGs ambientais, uma série de países que tinham dívidas sobre uma maior liberalização, os setores protegidos - a área de têxteis nos Estados Unidos -, formassem uma coalizão que acabou sendo mais ruidosa, mais agressiva, do que aqueles que eram a favor.

Quem perdeu mais com o fracasso das negociações?

- Os principais países em desenvolvimento, que viam nessa rodada a oportunidade de ter aquilo que não conseguiram na rodada do Uruguai. Ou seja, a redução das tarifas dos produtos que nos interessam, a atenuação da arbitrariedade do antidumping, a liberalização agrícola e a diminuição dos subsídios à exportação. Somos os maiores prejudicados com esse impasse. O Brasil faz parte do grupo de Cairns, que reúne os maiores exportadores agrícolas do mundo.

Nesse grupo, há vários países desenvolvidos, como Canadá e Austrália. Não há aí um conflito de interesses que prejudica o Brasil?

- Dentro do grupo de Cairns, havia um consenso básico. Na verdade, agricultura foi um setor que avançou bastante porque insistimos muito, por ordem de prioridade, primeiro, na eliminação dos créditos subsidiados à exportação, que é uma prática distorciva do comércio que nos prejudica fortemente em terceiros mercados. Os europeus chegaram perto de aceitar a idéia de que esses subsídios devem ser reduzidos e eliminados. Aceitaram também a idéia de que deve haver redução nas altas tarifas que atingem uma série de produtos que exportamos com competitividade. Houve muito menos acordo, naturalmente, em relação à redução dos subsídios à produção.

Esses progressos vão possibilitar objetivamente o quê em termos de uma negociação futura?

- Vão possibilitar partir de uma base já interessante de negociação. Vão, certamente, constituir um piso a partir do qual vamos procurar, inclusive, aprofundar a negociação e ter mais concessões. O progresso que se fez em Seattle continua sobre a mesa e será, portanto, o texto básico, a base da negociação dali para adiante.

Qual foi o peso das multinacionais no fracasso das negociações?

- Os grandes grupos empresariais europeus e americanos não atuaram com grande vigor a favor de um acordo. Basicamente, porque estão satisfeitos. É claro que as grandes multinacionais gostariam de alguma coisa a mais em termos de abertura, mas como elas já têm um ambiente suficientemente propício em termos de barreiras, em termos de condições de investimento, em termos de condições de competição, pesou mais o protecionismo.

Como fica a globalização diante de um virtual fracasso da OMC como instituição que regula o livre comércio no mundo?

- A globalização hoje é uma questão que suscita fortes emoções, que faz com que numerosos grupos sociais, organizações, vejam nela uma ameaça e uma preocupação. Eu me preocupo muito com o fato de que uma das conseqüências

dessa reunião de Seattle possa ser a percepção de que é preciso diminuir o ímpeto da abertura comercial, da liberalização. Precisamos de um debate público sobre os benefícios da globalização e os seus perigos. Essa é uma questão que eu acho que tem que ser encarada. É lógico que isso não é um fenômeno linear que beneficie todo mundo da mesma maneira.

Olhando para o cenário mundial, o senhor acredita que possa haver retrocesso na liberalização, caso persistam as dificuldades dos países em desenvolvimento em abrir mercados?

- Acho que no Brasil, não, porque já passamos dessa fase e já houve, em boa parte, a superação dos problemas. As empresas brasileiras já se capacitaram para disputar a competição internacional de uma maneira melhor. Acho que a dificuldade se coloca mais no sentido de impor anteparos, dúvidas e reticências a seguir adiante, aprofundando mais a liberalização, mas não no sentido de retrocesso.

O que ainda interessa no nosso mercado aos países desenvolvidos?

- Eles desejam, inclusive, reduções tarifárias. Nós temos ainda tarifas relativamente mais altas que a média internacional em matéria de produtos industriais - a alíquota de importação média brasileira é 14%. Já deixamos claro que não temos condições de avançar além disso neste momento.

Existe a tese de que Seattle pode ser o início do fracasso do multilateralismo.

- Acho que o fracasso do multilateralismo seria uma má coisa porque entram em xeque as regras que permitem aos países médios e menores se defender. O que certamente acontece é, em primeiro lugar, o estabelecimento de uma lei do mais forte. Em segundo, é o fechamento dos países dentro de blocos regionais e isso também não é bom para nós. Acho que esse é um risco real. É preciso nesse momento procurar defender a OMC da percepção de que o fracasso em Seattle é o princípio do fim. Isso teria uma conseqüência muito perigosa. Creio que a OMC é uma conquista nossa. Provou-se, ao longo desses cinco anos em que ela está em vigor,

um instrumento muito importante de defesa dos nossos interesses.

No Brasil, persiste a percepção de que a abertura da economia trouxe mais prejuízos do que ganhos ao país e que a OMC é boa para os países ricos e não para os pobres.

- Eu creio que o que você diz é correto, mas o que nós ganhamos realmente na OMC foi o direito de questionar e de ganhar processos, inclusive, contra aqueles que nos impõem dificuldades. Isso já ocorreu no caso da gasolina, por exemplo, nos EUA, que tinham posto em vigor uma lei que dificultava o acesso da gasolina brasileira ao mercado americano. Ocorreu também na área de carne de frango para a União Européia. Parcialmente também ganhamos melhores condições de acesso no caso Bombardier, em que conseguimos questionar com sucesso dois programas de subsídio de aviões concorrentes dos aviões da Embraer.

Mas é fato que, no caso Bombardier, o Brasil também perdeu.

- Claro, porque é um sistema judiciário, e nós também tivemos o nosso questionamento feito, mas isso é assim, é normal. O importante é você ter uma maneira porque, senão, nós que temos menos de 1% do mercado internacional, a única coisa que poderíamos fazer era nos fechar, era reclamar. A OMC nos permite ter um foro onde você pode processar quem está lhe prejudicando.

Quais as repercussões do fracasso de Seattle para o Mercosul?

- Quanto ao Mercosul, a minha opinião é de que vamos ter uma desaceleração do ritmo das negociações na OMC e, muito provavelmente, também na Alca e com a União Européia. Então, é o momento de cuidarmos da nossa casa e fazermos o máximo para consolidar o nosso mercado, levá-lo adiante, aprofundá-lo, inclusive.

Apesar das dificuldades, o senhor acha que a OMC é mais importante para os países em desenvolvimento do que para os países ricos?

- Isso eu não diria por que para eles também é muito importante no sentido de que eles obtiveram uma série de concessões importantes em termos comerciais. Acho que o estabelecimento de regras, normas jurídicas e de um mecanismo de solução de controvérsias é bom para todos. É melhor do que a lei da selva.

Como ficam as negociações para a criação Alca, a zona de livre comércio que os EUA querem criar em todas as Américas?

- As forças que se opuseram a uma nova rodada certamente vão estar presentes também no caso da Alca. Há resistências para uma redução de tarifas em produtos que nos interessam. Também há resistência no caso de antidumping, num maior acesso ao mercado americano dos produtos siderúrgicos, têxteis, do suco de laranja etc. Há dificuldades na área de açúcar, de fumo, enfim, numa série de áreas. Creio que a negociação vai ser agora mais lenta porque a sinalização geral é pouco otimista quanto a uma evolução de curto prazo nesse processo negociador.

E no caso da integração entre Mercosul e União Européia?

- Igual. Também acho que vamos começar com negociações tarifárias em 2001, mas não é realista achar que, enquanto não tiverem evoluídas as negociações na OMC, a União Européia vá fazer bilateralmente concessões para nós. Acho que essas grandes negociações internacionais ficam de certo modo adiadas por um ano ou dois em função do que se passou em Seattle, onde houve uma clara sinalização das dificuldades em seguir adiante no processo de liberalização.

Quem o senhor acha que está por trás do verdadeiro movimento de guerrilha que tumultuou a reunião de Seattle?

- Sem dúvida o interesse dos sindicatos americanos, que foram a maior massa crítica, e em geral todos aqueles que temem a concorrência de mão-de-obra de países em desenvolvimento. Em segundo lugar estão as ONGs de meio ambiente, quem têm uma função muito idealista, forte.

Essas manifestações mostraram que a sociedade civil americana está preocupada com as questões da integração dos EUA no comércio internacional. No Brasil, não existe um certo alheamento da sociedade quanto a essas questões?

- Agora em Seattle fiquei muito contente de ter a companhia de um grupo numeroso de parlamentares de vários estados, de vários partidos e espectros ideológicos. Havia também um grande número de empresários presentes, todas as principais lideranças da área agrícola, enfim, vários setores estiveram presentes e isso é muito bom. De todo modo, a participação da sociedade brasileira ainda é insuficiente, mas é crescente e eu acho que é uma necessidade para o país que se ventilem mais essas questões, que se debatam mais essas questões e as suas implicações para o país.

Como o senhor analisa a entrada da China na OMC?

- A principal consequência da entrada da China para a OMC é uma considerável abertura do mercado chinês em produtos agrícolas. Em Seattle fizemos uma reunião com o ministro chinês do Comércio Internacional e praticamente fechamos um acordo para que o Brasil apóie a entrada da China. E tivemos concessões para a abertura de mercado de laranja, de café solúvel, de óleo de soja, de açúcar. De um modo geral, a entrada da China é uma boa coisa para o Brasil. Agora, é claro que nós tivemos no passado problemas com a China, particularmente na área de vestuário, de brinquedos e vamos ter menos espaço no futuro para aplicar salvaguardas e restrições.

Quais serão os próximos passos da OMC para a retomada das negociações que emperraram em Seattle?

- Em janeiro, já começam normalmente as discussões sobre os temas que já estavam na agenda, uma série deles vinha da rodada Uruguai, cinco anos atrás. Já estava previsto que neste ano começaria e vamos levar isso adiante. Não marcamos prazo ou data porque seria imprudente,

depois do que houve em Seattle, tentar forçar o ritmo. Acho que, a partir de 2000, com o novo governo e o novo congresso americano, haverá certamente elementos novos para fazer essa avaliação.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agricultura
5, 115, 117, 121, 122, 129, 140, 161, 162,
166, 169, 170
Alemanha
5, 103, 105, 107, 108, 112, 118, 146
Alimentação 5, 113, 121

B

Banco Interamericano de Desenvolvimento
147, 150
Bolívia
43, 76, 80, 81, 94, 95, 98, 114, 115,
116, 149, 153, 155, 157, 158, 159

C

Carlos Menem 69, 70, 96, 106, 153
CEFARH 91
Chile 153
Colômbia 44, 95, 99, 114, 115, 157, 163
Comissão Mista 105
Conferência Ibero-Americana 87, 158
Conferência Ministerial
101, 111, 139, 155, 165, 166
Conselho de Segurança
42, 45, 55, 56, 57, 59, 96, 97, 132
CPLP 13, 14, 15, 16

D

Direitos Humanos 17

I

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro 63

J

Joaquim Nabuco 25, 26, 28, 64, 65

M

Muro de Berlim 109, 110, 112, 113

N

Namíbia 41, 59, 60, 61

O

Organização Mundial do Comércio
139, 166, 169

P

Paris 71, 135
Peru 7, 8
Política externa
36, 59, 82, 91, 92, 93, 94, 96, 99, 100,
103, 104, 106, 110, 113, 116, 117, 120,
146, 161, 165
Portugal 13, 47
Progressive Governance for the 21st Century
125

R**Rodada de Milênio**

70, 81, 88, 101, 111, 112, 123, 126,
161, 165, 167, 169

Z

Zimbábue 35, 36, 37

T**Timor Leste**

15, 19, 36, 39, 40, 42, 51, 52, 94, 109, 165

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Número 85, 2º semestre de 1999

Ano 26

Capa / Projeto gráfico

Editoração eletrônica

Formato

Mancha

Tipologia

Papel

Número de páginas:

Tiragem

Impressão / Acabamento

Hilton Ferreira da Silva

Hilton Ferreira da Silva / Daniel Bastos de Oliveira

20 x 26 cm

15,5 x 21,5 cm

Times New Roman 12 x 18 (textos);

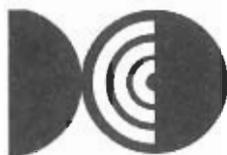
Times New Roman 26 x 31,2 (títulos e subtítulos)

Supremo 250 g/m², plastificação fosca (capa),
e 75 g/m² (miolo)

174

500 exemplares

Dupligráfica Editora Ltda



Departamento de Comunicações e Documentação

